

SABRINA RODRIGUES GARCIA BALSALOBRE

BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações
sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento



ARARAQUARA – S.P.
2015

SABRINA RODRIGUES GARCIA BALSALOBRE

**BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações
sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.

Orientador: Prof^ª Dra. Rosane de Andrade Berlinck

Co-orientador: Prof^º Dr. Dagoberto José Fonseca

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2015

SABRINA RODRIGUES GARCIA BALSALOBRE

BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.

Orientador: Prof^a Dra. Rosane de Andrade Berlinck

Co-orientador: Prof^o Dr. Dagoberto José Fonseca

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 30 / 04 /2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título Universidade.

Porfa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

Orientador: Nome e título Universidade.

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Membro Titular: Nome e título Universidade.

Profa. Dra. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Nome e título Universidade.

Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion – UNESP / Araraquara

Membro Titular: Nome e título Universidade.

Profa. Dra. Mary Francisca do Careno – UNESP / Assis

Membro Titular: Nome e título Universidade.

Prof. Dr. Leonardo Lennertz Marcotulio – UFRJ/ Rio de Janeiro

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Para todos aqueles que contribuem para o mundo ser um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Eu vivi intensamente esses quatro anos de doutoramento!

Muito mais que uma formação acadêmica, enquanto linguista, ou mais especificamente como sociolinguista, tive infindáveis oportunidades de aprender a ser uma pessoa mais humana.

Ao entrevistar 73 pessoas para compor o meu *corpus* de análise, eu tive 73 vivências que tornaram a minha vida muito mais rica! Essa tese, meus informantes queridos, é de vocês! Obrigada por tudo!

Todos os convívios, conversas e abraços que experienciei, seja em Araraquara, Ribeirão Preto, São Paulo, Maputo ou Luanda contribuíram para eu pensar na minha pesquisa e na minha vida. Por isso sou tão grata! Eu sou infinitamente grata!!!! E desde esse comecinho dos agradecimentos, eu preciso expressar a GRATIDÃO que sinto e que me move a continuar sempre.

Obrigada ao Nosso Pai Criador, ao nosso Mestre e a todos os meus amigos do plano invisível que me acompanham e intuem, mostrando os melhores caminhos a seguir! Sem vocês, não daria... Muito obrigada!

Aos meus paizinhos Selma e Rubens: com todo o meu coração e emoção, muito obrigada! Obrigada pelo apoio incondicional. Obrigada pela oportunidade da vida! Essa tese é para vocês! Obrigada por me ajudarem a enxergar!

Sarita, minha irmã linda! Obrigada pelo amor! Obrigada por ser a melhor irmã do mundo!

Sari e Tiago, obrigada! Obrigada pelas infindáveis consultorias de história e pelas boas conversas de sempre. Elas me fazem crescer e ser mais feliz!

Rosane e Dagoberto: eu tenho sorte por ter tido os dois melhores orientadores do mundo!!!! Como demonstrar o tamanho da minha gratidão? Vocês me transmitiram conhecimentos inumeráveis. Eu os admiro muito intelectualmente! Mas é muito além disso: eu os admiro pelas pessoas formidáveis que são. Vocês não apenas me orientaram nessa tese, mas cuidaram de mim, preocuparam-se comigo! Fortaleceram-me! Obrigada, obrigada, obrigada... Infinitamente, muito obrigada!

Rosane, nesses 10 anos de orientação, cada dia mais, eu vejo em você um modelo a seguir. Eu te admiro muito! Sua ética, sua doçura, sua inteligência, seu amor... Obrigada por fazer parte da minha vida. Obrigada, Rosane!

Aos meus amigos queridos do SOLAR (Grupo de Pesquisa em Sociolinguística de Araraquara), amo vocês! Letícia, Carol, Marcinho, Pricila, Timbane, Gabi, Silvia, Maridelma, Alexandre, Niguelme, Leandro, Zelma... vocês são muito importantes para mim!

Lê, querida, obrigada por tudo! Você é uma amiga que mora no meu coração!

À CAPES e ao CNPq: muito obrigada por terem fomentado o meu sonho!

Luana Antunes, sua linda, MUITO OBRIGADA! No momento exato, você apareceu esbanjando generosidade... nunca vou me esquecer de tudo que você fez por mim!

Tia Selva e Larissa: gratidão eterna a vocês! Obrigada por me acompanharem incansavelmente, ainda que por lugares longínquos. A coragem de vocês me fortalecia naqueles dias de pesquisa! A beleza de vocês me encanta sempre!

Tio Mauro: no momento exato, o senhor apareceu para nortear o meu caminho! Como posso agradecer a sua disposição e faro investigativo? O senhor foi um verdadeiro detetive! Me salvou academicamente no momento em que eu mais precisava. Tanta dedicação assim só pode ser amor. Muito obrigada!

Professora Sônia Mundim, obrigada por confiar em um desconhecido! Obrigada por ter concordado em ser assim tão determinante para o meu trabalho!

Madrinha e padrinho, dona Ruth e seu Lara, eu amo vocês!

Regina Degani e Rafael Balsalobre, muito obrigada pelo carinho de vocês!!!!

Aos amigos da Aliança de Araraquara! Maria Pastre, Ana Luiza Nastri, Ana Luiza Vinha, Lucimar, Simone Franco e Thiago Beneli, Ormindia, Roseli, Marina Scabello, Soninha e Zé Bossolani, Paulinho e Ritinha, Guto e Ju, Edna e Júlio, Fabianas, Megue, Ariane e Marcelo, Rosângela, Débora Barros.... queridos, como vocês são importantes para mim!

Às minhas amigas do coração: Lidiane! Sabrina Aquino! Cristiane Escudeiro! Fernanda Massi! Obrigada por fazerem parte da minha vida! Eu amo vocês!

A Moçambique, KANIMAMBO! Nação que eu aprendi a amar como minha! Obrigada à Baía de Maputo, às águas do Índico, à Ilha de Inhaca, à Inhambane (em especial Vilanculos), à Marracuene, aos inúmeros embondeiros, ao gosto seco da múkua, aos mercados, as tias vendedeiras, à marrabenta, à tchimbila (que povoa de lindos sons as minhas lembranças), às tchopelas, ao Malhangalene, ao Polana Caniço, ao Hospital Central, ao Centro Cultural Franco Moçambicano, ao Gil Vicente, à FEIMA... a tantos lugares e imagens que tornaram a minha vida muito mais linda e encantada.

Joana, Dover e Cherba: eu não poderia ter sido melhor recepcionada em Maputo! Obrigada pela amizade fácil que aconteceu entre a gente! Passei dias incríveis na companhia de vocês!

Andreia: eu amo você! Obrigada por todo o zelo que teve comigo! Só de pensar em você, eu fico emocionada. Gratidão eterna!

Sâmia, você é a minha melhor companheira de aventuras de todos os tempos! Obrigada por tanto amor! Você é uma pessoa muito especial e mora no meu coração pra sempre!

Vanessa, a sua doçura e carinho ressoam na minha alma!

Lisa, Carla, Jade, Kiko, Lia, Manuela, Gabriel, Judite, Tobile, Amanda, Susana, Ruth... vocês tornaram os meus dias muito mais coloridos! Obrigada por tudo!

Mana Olga, eu amo você! Você naturalmente me ensinou muito! Sobretudo, me ensinou sobre como é ser moçambicana e eu me apaixonei! Obrigada por você existir em minha vida!

Obrigada aos porteiros do flat da Avenida Ahmed Sekou Tore onde eu morei!

À Universidade Eduardo Mondlane, muitíssimo obrigada! Obrigada por me abrir as portas com tanta generosidade!

Ao professor doutor Gregório Firmino, meu muito obrigada pela supervisão do doutorado sanduíche! Agradeço imensamente por me receber e me apoiar! Aproveito para tornar pública a minha admiração acadêmica pelo senhor!

Aos professores doutores Tereza Manjate e João Gomes da Costa, um enorme agradecimento por tanta atenção e generosidade!

Aos queridos professores do Centro de Estudos Africanos: muito obrigada!

À Comunhão Espírita Cristã de Maputo, em especial ao Yasfir e à vovó Irene, com todo o meu coração: muito obrigada!

KANIMAMBO! KANIMAMBO!

Angola, Angola! Quantas saudades eu sinto! Que nação linda, meu Deus! Obrigada pelo presente que foi conhecer o povo angolano!!!! Obrigada pelas cenas lindas que ficaram em minha memória do Rio Kwanza, do Miradouro da Lua, dos musseques, do Bengo, do Kilamba Kiaxi, do Belas, do Palanca, de Viana, dos táxis, do funge, das canções inspiradas de Paulo Flores, do cacimbo, das zungueiras e quitandeiras de Luanda...

Obrigada ao homem que subiu no táxi em que eu estava e saudou: “Bom dia, meus parentes”!

Jane, a você eu sou eternamente grata! Você me fez acreditar na bondade humana! Eu passei a olhar o mundo com olhos mais cordiais depois que eu convivi com você. Foi pouco tempo, é verdade... mas foi tempo suficiente para modificar a minha vida! Eu prometo retribuir bondade às pessoas que cruzarem o meu caminho ao longo dessa vida proporcionalmente a tudo o que você fez por mim!

Belarmino e Bruno Alexandre (que eu prefiro chamar de Alezinho): muito obrigada por terem sido tão generosos e preocupados comigo! Sinto uma gratidão enorme por vocês! Com toda a minha alma: muito obrigada!

Pilu, eu amo você! Quantas saudades eu sinto, minha amiga! Muito obrigada por tudo!!!!!!!

(Sandrão, obrigada por ter me emprestado um pouquinho a sua família! Que família mais linda você tem!!!!!! Muita gratidão!)

À Universidade Católica de Angola, muitíssimo obrigada! Essa instituição abriu as portas e me recebeu com extremado zelo e cortesia! Ao citar a professora doutora Jeanine Silveira, eu agradeço a todos os professores e funcionários, que tão atenciosamente contribuíram para esse trabalho investigativo.

Ao doutor António Fernandes da Costa, um especial agradecimento pela supervisão da parte angolana do meu estágio doutoral! O senhor é um linguista admirável!!! As contribuições que gentilmente forneceu ao meu trabalho me tornam absolutamente grata! Muitíssimo obrigada!

Muito obrigada em especial aos investigadores do CEIC, aos funcionários da Biblioteca e aos amigos da Associação dos Estudantes da UCAN!

Senhor Dalla, obrigada por me apresentar as estradas de Luanda! Obrigada por me demonstrar tão espontaneamente a generosidade do angolano!

Em Angola, eu tive a honra de conhecer um lugar que emite luz a toda a África e ao mundo: a Casa de Caminho André Luiz! Os momentos em que lá passei foram, sem dúvida, uma escola para toda a vida! Lá o Espiritismo transcende a religião e perpassa todas as relações humanas. Lá o futuro já chegou!

Ao citar Amélia Cazalma e Trajanno Trajanno, eu desejo agradecer a todos os companheiros da CEAKA, dos dois planos da vida. Obrigada pela oportunidade de ter estado mais pertinho de Deus ao estar com vocês!

Muito obrigada, Angola!

Muito obrigada de coração à “Oficina das Meninas”! Dona Adélia, a senhora é um exemplo de bondade e justiça! Ju Fiebig, Neri, Vandinha, Marina, Márcia Milane, Sueli, Cleuza, Dani, Zezinho, Rafa, Jonatas: quanto amor vocês têm! Quanto vocês me ensinam! Meninas do G1, do G2 e do G3: obrigada por me fazerem sentir tanto amor!

Termino esses agradecimentos, completamente emocionada! Relembrar essas pessoas, esses locais, esses sons, essas cores, esses sabores, esses olhares, esses abraços, essas sensações me fizeram reviver muita felicidade!

Obrigada, Deus, por tudo!

Que eu possa retribuir à vida tudo de lindo que a vida me deu!

“A minha língua materna é de fato a língua na qual eu me sinto em casa. Sim. As outras línguas são aquelas que eu olho a partir da janela do meu ser. Portanto, eu olho pra fora e vejo o português e outras línguas. Mas dentro da minha casa é mesmo o umbundo onde eu navego, onde eu me movimento e onde eu faço praticamente tudo, né. E agora, quer dizer, penso em umbundo. Penso em português também. Mas em umbundo eu penso melhor”.

*(Informante angolano a quem eu sou muito grata!
Luanda, 21 de junho de 2013)*

RESUMO

Uma herança comum subjaz entre o Brasil, Moçambique e Angola (além dos outros países africanos lusófonos: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau) que perdura até a atualidade com diferentes graus de intensidade e representação nacional: a língua portuguesa. Com tão distintas formas de uso, o português, em cada um desses países, contribui com a constituição da identidade nacional. Nesse sentido, esse trabalho teve o objetivo de avaliar comparativamente o sistema de formas de tratamento da variedade brasileira, moçambicana e angolana do português. Assim, as formas de tratamento escolhidas por usuários de determinado país em detrimento de outras auxiliam na análise de inter-relações entre língua e sociedade, revelando fundamentos da organização social. Com esse objetivo, o sistema de formas de tratamento das três variedades de língua portuguesa em questão foi analisado em função de duas macro divisões: as formas de tratamento nominais e as formas de tratamento pronominais. Uma vez que está em foco a investigação da língua e de seus motivadores sociais, a abordagem que fundamenta essa análise é a Sociolinguística. Além dessa abordagem, complementarmente também está em foco um olhar pragmático aos dados. Associadas a essa perspectiva teórica, ainda estão em foco diferentes abordagens sobre o poder enquanto força propulsora que rege relações sociais e a análise dos parentesco que permeia escolhas linguísticas. Para se chegar às formas de tratamento foram entrevistadas 73 pessoas, subdivididas entre São Paulo (Brasil), Maputo (Moçambique) e Luanda (Angola). Nessas entrevistas, o objetivo foi o de captar as diferentes estratégias de tratamento nominal e pronominal produzidas pelos informantes em relação aos diferentes perfis sociais que lhes foram apresentados por meio de fotografias de pessoas. Uma vez recolhidos os dados, foi estabelecida uma comparação entre os resultados apresentados em cada país, evidenciando-se: i) as formas de tratamento encontradas igualmente nos três países, por conta da matriz portuguesa comum, tais como *dona*, *senhor(a)* e *moço(a)*; ii) as formas relacionais específicas de cada país, considerando suas peculiaridades sociais, sobretudo em função das matrizes linguísticas bantu de Moçambique e Angola – além das formas bantu, entre os moçambicanos ainda destacaram-se expressões de tratamento do universo comunicativo muçulmano; iii) no que se refere ao repertório brasileiro, destaca-se a extensa variedade de formas nominais solidárias, em geral, empregadas entre interlocutores do sexo masculino; iv) as *formas de tratamento familiares* também tiveram evidência nas duas amostras africanas no que se refere ao tratamento entre desconhecidos; v) acerca de usos pronominais, os dados coadunaram com as pesquisas prévias que apontaram a tendência do português brasileiro de preenchimento pronominal do sujeito e do português angolano e moçambicano de pronome zero nessa posição, com conseqüente marca de pessoa na desinência verbal. Em suma, por conta da grande criatividade dos usuários da língua, o sistema de formas de tratamento é sempre fluido no sentido de que novas formas são continuamente inventadas e outras caem em desuso. Assim sendo, o sistema de formas de tratamento revelou-se como expressivo meio de se observar a relação entre a língua e fatores sociais e históricos. Além disso, evidenciou características marcantes de cada uma dessas sociedades que utilizam a língua portuguesa como oficial e como veículo que transita por vastos contextos comunicativos da atualidade.

Palavras-chave: Sistema de formas de tratamento. Sociopragmática. Língua e sociedade. Poder. Teoria do parentesco.

ABSTRACT

A common heritage underlies between Brazil, Mozambique and Angola (in addition to other Portuguese-speaking African countries: Cape Verde, Sao Tome and Principe and Guinea Bissau) that persists to the present with varying degrees of intensity and national representation: the Portuguese language. With such different forms of use, the Portuguese contributes to the development of national identity in each of these countries. Thereby, this work aims to comparatively evaluate the system of addressing forms of the Brazilian, Mozambican and Angolan Portuguese varieties. Thus, the addressing forms chosen by country users over others assist in the analysis of interrelationships between language and society, revealing foundations of social organization. For this purpose, the addressing system of three varieties of Portuguese language in question was analyzed based on two macro divisions: the nominal and the pronominal forms. Once that is in focus the investigation of the language and its social motivators, the approach underlying this analysis is the Sociolinguistics. In addition, is also in focus a pragmatic look at the data. Associated with this theoretical perspective, different approaches of power are still on focus and also the theory of kinship that permeates linguistic choices. In order to achieve the addressing forms 73 people were interviewed, split between São Paulo (Brazil), Maputo (Mozambique) and Luanda (Angola). In these interviews, the goal was to capture the different addressing strategies produced by the informants in relation to different social profiles that were presented to them by photographs of people. Once structured the *corpus*, a comparison was made between the results presented in each country, revealing: i) the addressing forms shared by the three countries because of the common Portuguese matrix, such as *dona*, *senhor(a)*, *moço(a)*; ii) the specific relational forms of each country, considering its social peculiarities, especially in terms of the linguistics Bantu matrices of Mozambique and Angola – in addition to the Bantu forms, among Mozambicans still stood out expressions of Muslim communicative universe; iii) with respect to the Brazilian repertoire, there is a wide range of solidarity nominal forms generally employed between male partners; iv) *addressing familiar forms* also had evidence in two African samples with regard to the treatment of unknown; v) the results of pronominal data converged with previous researches in two points: the trend of Brazilian Portuguese to the pronominal filling the subject and the trend of Angola and Mozambican Portuguese to the zero pronoun in that position, with consequent person mark in the verbal ending. In summary, due to the great creativity of language users, the system of addressing forms is always fluid in the sense that new forms are continually invented and others fall into disuse. Thus, the system of addressing forms turned out to be a significant way to observe the relationship between language and historical and social factors. Furthermore, it showed striking features of each of those societies that use Portuguese as the official language and as an important nowadays communicative vehicle.

Keywords: System of addressing forms. Sociopragmatics. Language and society. Power. Kinship theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Perfil 04 da amostra de imagens moçambicanas	145
Figura 02	Perfil 09 da amostra de imagens angolana	147
Figura 03	Representação panorâmica das FTNs de Brasil, Moçambique e Angola: intersecções	169
Figura 04	Perfil 01 da amostra de imagens brasileira	171
Figura 05	Perfil 04 da amostra de imagens brasileira	171
Figura 06	Perfil 06 da amostra de imagens brasileira	171
Figura 07	Perfil 08 da amostra de imagens brasileira	171
Figura 08	Perfil 17 da amostra de imagens brasileira	171
Figura 09	Perfil 15 da amostra de imagens brasileira	172
Figura 10	Perfil 16 da amostra de imagens brasileira	172
Figura 11	Perfil 05 da amostra de imagens brasileira	173
Figura 12	Perfil 19 da amostra de imagens brasileira	173
Figura 13	Perfil 19 da amostra de imagens angolana	174
Figura 14	Perfil 14 da amostra de imagens angolana	174
Figura 15	Perfil 14 da amostra de imagens moçambicana	174
Figura 16	Perfil 20 da amostra de imagens moçambicana	174
Figura 17	Perfil 19 da amostra de imagens brasileira	175
Figura 18	Perfil 20 da amostra de imagens moçambicana	176
Figura 19	Perfil 04 da amostra de imagens moçambicana	177
Figura 20	Perfil 19 da amostra de imagens angolana	178
Figura 21	Perfil 01 da amostra de imagens angolana	178
Figura 22	Perfil 20 da amostra de imagens angolana	178
Figura 23	Perfil 09 da amostra de imagens moçambicana	182
Figura 24	Perfil 07 da amostra de imagens moçambicana	182

Figura 25	Perfil 19 da amostra de imagens moçambicana	183
Figura 26	Perfil 15 da amostra de imagens brasileira	187
Figura 27	Perfil 15 da amostra de imagens moçambicana	187
Figura 28	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	187
Figura 29	Perfil 18 da amostra de imagens brasileira	188
Figura 30	Perfil 17 da amostra de imagens moçambicana	190
Figura 31	Perfil 16 da amostra de imagens angolana	190
Figura 32	Perfil 01 da amostra de imagens brasileira	192
Figura 33	Perfil 05 da amostra de imagens brasileira	192
Figura 34	Perfil 12 da amostra de imagens brasileira	192
Figura 35	Perfil 03 da amostra de imagens brasileira	192
Figura 36	Perfil 13 da amostra de imagens brasileira	193
Figura 37	Perfil 10 da amostra de imagens moçambicana	196
Figura 38	Perfil 20 da amostra de imagens moçambicana	196
Figura 39	Perfil 03 da amostra de imagens angolana	196
Figura 40	Perfil 12 da amostra de imagens moçambicana	198
Figura 41	Perfil 07 da amostra de imagens angolana	198
Figura 42	Perfil 11 da amostra de imagens moçambicana	201
Figura 43	Perfil 16 da amostra de imagens moçambicana	201
Figura 44	Perfil 09 da amostra de imagens angolana	203
Figura 45	Perfil 03 da amostra de imagens angolana	203
Figura 46	Perfil 04 da amostra de imagens angolana	203
Figura 47	Perfil 14 da amostra de imagens angolana	193
Figura 48	Perfil 04 da amostra de imagens brasileira	208
Figura 49	Perfil 09 da amostra de imagens brasileira	215
Figura 50	Perfil 02 da amostra de imagens brasileira	216
Figura 51	Perfil 15 da amostra de imagens brasileira	216

Figura 52	Perfil 20 da amostra de imagens brasileira	217
Figura 53	Perfil 13 da amostra de imagens brasileira	217
Figura 54	Perfil 12 da amostra de imagens brasileira	219
Figura 55	Perfil 14 da amostra de imagens brasileira	219
Figura 56	Perfil 03 da amostra de imagens brasileira	219
Figura 57	Perfil 10 da amostra de imagens moçambicana	220
Figura 58	Perfil 01 da amostra de imagens moçambicana	220
Figura 59	Perfil 03 da amostra de imagens moçambicana	220
Figura 60	Perfil 14 da amostra de imagens moçambicana	220
Figura 61	Perfil 03 da amostra de imagens moçambicana	221
Figura 62	Perfil 05 da amostra de imagens moçambicana	222
Figura 63	Perfil 20 da amostra de imagens moçambicana	223
Figura 64	Perfil 16 da amostra de imagens moçambicana	223
Figura 65	Perfil 20 da amostra de imagens angolana	225
Figura 66	Perfil 06 da amostra de imagens angolana	226
Figura 67	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	227
Figura 68	Perfil 20 da amostra de imagens angolana	227
Figura 69	Perfil 01 da amostra de imagens angolana	228
Figura 70	Perfil 03 da amostra de imagens angolana	228
Figura 71	Perfil 15 da amostra de imagens moçambicana	232
Figura 72	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	232
Figura 73	Perfil 11 da amostra de imagens brasileira	232
Figura 74	Perfil 15 da amostra de imagens brasileira	236
Figura 75	Perfil 06 da amostra de imagens moçambicana	236
Figura 76	Perfil 02 da amostra de imagens moçambicana	236
Figura 77	Perfil 15 da amostra de imagens moçambicana	236
Figura 78	Perfil 18 da amostra de imagens angolana	236

Figura 79	Perfil 14 da amostra de imagens brasileira	238
Figura 80	Perfil 15 da amostra de imagens brasileira	238
Figura 81	Perfil 14 da amostra de imagens moçambicana	240
Figura 82	Perfil 10 da amostra de imagens angolana	240
Figura 83	Perfil 10 da amostra de imagens angolana	243
Figura 84	Perfil 14 da amostra de imagens angolana	243
Figura 85	Perfil 05 da amostra de imagens angolana	245
Figura 86	Perfil 10 da amostra de imagens angolana	245
Figura 87	Perfil 02 da amostra de imagens moçambicana	250
Figura 88	Perfil 07 da amostra de imagens moçambicana	250
Figura 89	Perfil 12 da amostra de imagens angolana	251
Figura 90	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	251
Figura 91	Perfil 05 da amostra de imagens angolana	255
Figura 92	Perfil 06 da amostra de imagens moçambicana	256
Figura 93	Perfil 16 da amostra de imagens moçambicana	256
Figura 94	Esquema de projeção	258
Figura 95	Perfil 02 da amostra de imagens moçambicana	258
Figura 96	Perfil 06 da amostra de imagens moçambicana	258
Figura 97	Perfil 06 da amostra de imagens angolana	258
Figura 98	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	258
Figura 99	Perfil 08 da amostra de imagens brasileira	275
Figura 100	Perfil 12 da amostra de imagens brasileira	275
Figura 101	Perfil 04 da amostra de imagens moçambicana	276
Figura 102	Perfil 20 da amostra de imagens moçambicana	276
Figura 103	Perfil 04 da amostra de imagens angolana	276
Figura 104	Perfil 20 da amostra de imagens angolana	276
Figura 105	Perfil 06 da amostra de imagens brasileira	280

Figura 106	Perfil 09 da amostra de imagens brasileira	280
Figura 107	Perfil 16 da amostra de imagens brasileira	280
Figura 108	Perfil 17 da amostra de imagens brasileira	281
Figura 109	Perfil 18 da amostra de imagens brasileira	281
Figura 110	Perfil 11 da amostra de imagens brasileira	281
Figura 111	Perfil 15 da amostra de imagens brasileira	281
Figura 112	Perfil 09 da amostra de imagens moçambicana	283
Figura 113	Perfil 02 da amostra de imagens moçambicana	283
Figura 114	Perfil 18 da amostra de imagens moçambicana	283
Figura 115	Perfil 18 da amostra de imagens angolana	285
Figura 116	Perfil 02 da amostra de imagens angolana	285
Figura 117	Perfil 02 da amostra de imagens brasileira	287
Figura 118	Perfil 14 da amostra de imagens brasileira	287
Figura 119	Perfil 02 da amostra de imagens moçambicana	289
Figura 120	Perfil 06 da amostra de imagens moçambicana	289
Figura 121	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	289
Figura 122	Perfil 01 da amostra de imagens angolana	289
Figura 123	Perfil 04 da amostra de imagens moçambicana	290
Figura 124	Perfil 20 da amostra de imagens moçambicana	290
Figura 125	Perfil 04 da amostra de imagens angolana	290
Figura 126	Perfil 20 da amostra de imagens angolana	290
Figura 127	Perfil 09 da amostra de imagens moçambicana	298
Figura 128	Perfil 04 da amostra de imagens moçambicana	299
Figura 129	Perfil 20 da amostra de imagens angolana	299
Figura 130	Perfil 14 da amostra de imagens angolana	299
Figura 131	Perfil 02 da amostra de imagens angolana	300
Figura 132	Perfil 15 da amostra de imagens angolana	300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Crianças de até 04 anos	55
Gráfico 02	Idosos com 60 anos ou mais	55
Gráfico 03	População analfabeta, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, em 2010	56
Gráfico 04	Percentual de analfabetos de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, em 2010	56
Gráfico 05	Formas de tratamento associadas ao perfil 15 da amostra brasileira (%)	186
Gráfico 06	Formas de tratamento associadas ao perfil 15 da amostra moçambicana (%)	186
Gráfico 07	Formas de tratamento associadas ao perfil 15 da amostra angolana (%)	186
Gráfico 08	FTNs direcionadas ao policial da amostra brasileira (%)	188
Gráfico 09	FTNs direcionadas ao policial da amostra moçambicana (%)	190
Gráfico 10	FTNs direcionadas ao policial da amostra angolana (%)	190
Gráfico 11	FTNs dedicadas à quitandeira	246
Gráfico 12	FTNs dedicadas à zungueira	246
Gráfico 13	FTNs direcionadas ao perfil 02 da amostra moçambicana (%)	250
Gráfico 14	FTNs direcionadas ao perfil 07 da amostra moçambicana (%)	250
Gráfico 15	FTNs direcionadas ao perfil 12 da amostra angolana (%)	251
Gráfico 16	FTNs direcionadas ao perfil 15 da amostra angolana (%)	251
Gráfico 17	Ocorrência de sujeito nulo em PB através de sete períodos (%)	272
Gráfico 18	Resultado de Mundim (1981) sobre a correlação entre o vocativo “senhor(a)” e as formas pronominais (%)	304
Gráfico 19	Resultado da correlação entre o vocativo “senhor(a)” e as formas pronominais (%)	304
Gráfico 20	Resultado de Mundim (1981) sobre a correlação entre o vocativo “amigo(a)” e as formas pronominais (%)	305
Gráfico 21	Resultado da correlação entre o vocativo “amigo(a)” e as formas pronominais (%)	305

Gráfico 22	Resultado de Mundim (1981) sobre a correlação entre o vocativo “moço(a)” e as formas pronominais (%)	306
Gráfico 23	Resultado da correlação entre o vocativo “moço(a)” e as formas pronominais (%)	306

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	África colonial em 1914	40
Mapa 02	América do Sul	50
Mapa 03	Continente africano – em destaque Angola e Moçambique	50
Mapa 04	Mapa do Brasil por regiões	51
Mapa 05	Mapa político de Moçambique	52
Mapa 06	Mapa político de Angola	53
Mapa 07	Migração bantu em território africano	75
Mapa 08	Distribuição dos troncos linguísticos em África	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Grupos etnolinguísticos <i>bantu</i> de Angola e suas respectivas línguas	80
Quadro 02	Línguas não <i>bantu</i> faladas em Angola	80
Quadro 03	Posição dos indivíduos na interação	91
Quadro 04	O sistema pronominal veiculado em manuais escolares	93
Quadro 05	Pronomes pessoais no PB	95
Quadro 06	Estratégias para a realização de ‘atos ameaçadores da face’	101
Quadro 07	Questionário sociolinguístico para informantes brasileiros	136
Quadro 08	Questionário sociolinguístico para informantes moçambicanos	137
Quadro 09	Questionário sociolinguístico para informantes angolanos	138
Quadro 10	Divisão administrativa de Luanda	155
Quadro 11	Síntese esquemática da FTN “moço(a)”	179
Quadro 12	Síntese esquemática da FTN “senhor(a)”	191
Quadro 13	Síntese esquemática das FTNs brasileiras	195
Quadro 14	Síntese esquemática das FTNs moçambicanas	202
Quadro 15	Síntese esquemática das FTNs angolanas	205
Quadro 16	Síntese esquemática das FTNs típicas de Moçambique e Angola	213
Quadro 17	Síntese esquemática das FTNs solidárias	230
Quadro 18	Síntese esquemática das FTNs representativas do poder	263
Quadro 19	Inventário de formas de tratamento do <i>corpus</i> brasileiro	266
Quadro 20	Inventário de formas de tratamento do <i>corpus</i> moçambicano	267
Quadro 21	Inventário de formas de tratamento do <i>corpus</i> angolano	268
Quadro 22	Paradigmas pronominais e flexionais em PB	271
Quadro 23	Representação esquemática dos atributos semânticos inseridos na forma pronominal <i>o senhor/a senhora</i>	286
Quadro 24	Síntese esquemática da utilização de pronomes sujeito	291

Quadro 25	Síntese das principais combinações entre vocativos e pronomes sujeito produzidas por informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos	297
Quadro 26	Síntese das principais combinações entre vocativos e pronomes sujeito em função do gênero dos perfis sociais da amostra brasileira, moçambicana e angolana	303
Quadro 27	Síntese esquemática da inter-relação entre vocativo e pronome sujeito	308

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População residente no Brasil segundo as regiões	54
Tabela 02	População angolana por província de residência	59
Tabela 03	População migrante, segundo os períodos de referência de emigração para a província de residência actual	60
Tabela 04	População migrante, segundo as razões que motivaram a mudança para a residência actual	60
Tabela 05	Percentagem da população de 5 anos ou mais segundo a língua materna. Moçambique, 2007	77
Tabela 06	Distribuição da população de cinco anos ou mais segundo a língua materna, Maputo cidade, 2007	79
Tabela 07	População com 2 anos ou mais de idade, segundo o número de línguas faladas e as três principais línguas faladas	81
Tabela 08	População com 2 ou mais anos de idade, segundo a língua materna	81
Tabela 09	Formas de se dirigir ao interlocutor	94
Tabela 10	Uso geral das formas de tratamento	142
Tabela 11	Divisão da amostra por sexo	156
Tabela 12	Divisão da amostra por idade	157
Tabela 13	Indicadores da composição etária da população, Maputo cidade, 2007	157
Tabela 14	Divisão da amostra por escolaridade	158
Tabela 15	Divisão da amostra por região de nascimento dos informantes brasileiros	159
Tabela 16	Divisão da amostra por região de nascimento dos informantes moçambicanos	159
Tabela 17	Divisão da amostra por região de nascimento dos informantes angolanos	160
Tabela 18	Divisão da amostra por religião	160
Tabela 19	Distribuição percentual da população por religião em Moçambique, 2007	161
Tabela 20	Divisão dos informantes moçambicanos e angolanos por	163

pertencimento étnico

Tabela 21	Realização pronominal brasileira	270
Tabela 22	Realização pronominal de moçambicanos e angolanos	273
Tabela 23	Realização pronominal de brasileiros, moçambicanos e angolanos	273
Tabela 24	Realização pronominal por gênero do entrevistado de Moçambique	274
Tabela 25	Realização pronominal por gênero do entrevistado de Angola	275
Tabela 26	Usos solidários em Moçambique e Angola	276
Tabela 27	Distribuição de formas pronominais por gênero do entrevistado	278
Tabela 28	Atribuição de tratamentos pronominais a dois perfis brasileiros	282
Tabela 29	Perfis com as maiores frequências de desinência verbal de 3ª pessoa em Moçambique e Angola	289
Tabela 30	Perfis com as maiores frequências de desinência verbal de 2ª pessoa em Moçambique e Angola	284
Tabela 31	Possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito no Brasil, Moçambique e Angola	295
Tabela 32	Possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito por gênero do entrevistado e do perfil no <i>corpus</i> brasileiro	301
Tabela 33	Principais possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito por gênero do entrevistado no <i>corpus</i> angolano	302
Tabela 34	Principais possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito por gênero do entrevistado e do perfil no <i>corpus</i> moçambicano	303

SUMÁRIO

Introdução	25
1 Contextualização sócio-histórica: Brasil, Moçambique e Angola	29
1.1 Colonialismo português	29
1.1.1 Colonialismo português: o caso brasileiro	30
1.1.2. Colonialismo português: as supostas ‘províncias ultramarinas’	37
1.1.3 Os processos de descolonização de Angola e Moçambique	44
1.2 Panorama contemporâneo	50
1.3 Língua portuguesa	62
1.3.1 Língua portuguesa no Brasil	62
1.3.2 Contextos multilíngues: contato linguístico com línguas Bantu em Moçambique e Angola	68
2 Caminhos teóricos	83
2.1 Concepções de língua e linguagem	83
2.1.1 Formas de tratamento	85
2.1.2 Sociopragmática: teorias da cortesia e polidez	96
2.1.2.1 Cortesia verbal e teoria da polidez	97
2.1.2.2 A cultura em foco	104
2.1.3 O poder	111
2.1.3.1 Michel Foucault: a genealogia do poder	112
2.1.3.2 Norman Fairclough: o poder no discurso	114
2.1.3.3 Brown e Gilman: a semântica do poder e da solidariedade	116
2.1.4 Contribuições antropológicas: a teoria do parentesco	121
2.1.5 A sociolinguística variacionista	125
3 Caminhos metodológicos	130
3.1 Questionário socioeconômico	131
3.2 Fotografias sociais	139
3.3 Composição da amostra: escolha de informantes	141
3.4 Apresentação socioeconômica do <i>corpus</i>	156
3.5 Observações quantitativas: os dados pronominais em foco	163

4 Formas de tratamento nominais	169
4.1 Formas de tratamento de base portuguesa comuns aos três países	170
4.2 Formas de tratamento específicas às realidades de cada país	192
4.3 O poder e a solidariedade: formas de tratamento evidenciando relações sociais	214
4.3.1 A solidariedade	214
4.3.2 O poder	230
4.4 Inventário: formas de tratamento nominais	265
5 Formas de tratamento pronominais	269
5.1 Tendências nacionais: a referência pronominal ao interlocutor	270
5.2 Relações entre vocativos e pronomes: poder e solidariedade em foco	292
6 Considerações finais	309
REFERÊNCIAS	313
ANEXOS	325
Anexo A – Narrativa Yanomani: Dos espíritos canibais	326
Anexo B – Narrativa Yanomani: Descobrir o descobrimento	329
Anexo C – Perfis sociais do Brasil: fotografias de brasileiros	331
Anexo D – Perfis sociais de Moçambique: fotografias de moçambicanos	336
Anexo E – Perfis sociais de Angola: fotografias de angolanos	341

Introdução

Uma herança comum subjaz entre o Brasil, Angola e Moçambique (além dos outros países africanos que compõem os PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau) que perdura até a atualidade com diferentes graus de intensidade e representação nacional: a língua portuguesa. Com tão distintas formas de uso, o português, em cada um desses países, contribui com a constituição da identidade nacional. Essa situação heterogênea da língua constitui um campo fecundo para os estudos linguísticos que privilegiam as relações entre a língua portuguesa e inter-relações sociais.

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa se propõe a avaliar comparativamente o **sistema de formas de tratamento**¹ da variedade angolana, moçambicana e brasileira do português. É preciso salientar que Angola e Moçambique foram privilegiados nesse estudo em virtude de um conjunto de fatores. Destaca-se, entretanto, o fato de esses dois países contarem com uma característica correspondente ao Brasil: em Angola e em Moçambique o português não divide o cenário linguístico atual com línguas provenientes de processos de criouliização, como é o caso de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau em que, além do português e de línguas autóctones, há crioulos de base portuguesa. Em decorrência disso, esses dois países contam com um uso mais amplo e estável da língua portuguesa do que os demais PALOP.

As formas de tratamento foram privilegiadas, enquanto objeto linguístico de análise neste estudo, em decorrência de representar um elemento do sistema linguístico que favorece diretamente a análise da correlação entre a língua e seus correspondentes sociais. Esse ponto configura o pressuposto fundamental deste trabalho investigativo: língua e sociedade devem ser analisadas conjuntamente em função de sua inter-relação. Por meio desse pressuposto, portanto, o contributo essencial desse trabalho se pauta na demonstração de que a relação entre língua e sociedade pode ser evidenciada pelo viés das formas de tratamento.

É também um pressuposto o fato de que todas as sociedades possuem formas de endereçamento – trata-se de uma característica geral. No entanto, essas formas de tratamento correspondem aos princípios organizacionais de cada grupo social, ou seja, cada cultura em especial elabora o seu próprio sistema. Assim sendo, ao analisar

¹ No presente trabalho de pesquisa, os termos “formas de tratamento”, “formas tratamentais”, “formas/termos de endereçamento” são usados como sinônimos.

comparativamente a realidade linguística tratamental do Brasil, de Moçambique e de Angola, supõe-se encontrar similaridades – sobretudo baseadas na herança linguística portuguesa comum – e importantes diferenças, em função das identidades de cada uma dessas nações.

O sistema de formas de tratamento das três variedades de língua portuguesa em questão é analisado em função de duas macro divisões: as **formas de tratamento nominais (FTNs)** e as **formas de tratamento pronominais (FTPs)**. Essas duas perspectivas fornecem importantes indícios da inter-relação entre o fator linguístico e o social que correspondem à preocupação central desta análise.

A fim de se levar a cabo esta investigação, fez-se necessário entrevistar falantes brasileiros, moçambicanos e angolanos acerca de seus usos tratamentais. Com esse intento, empregou-se uma metodologia em que fotografias de perfis sociais são utilizadas para se simular diálogos que favorecem o aparecimento das formas de tratamento. Todos os falantes dos três países foram submetidos aos mesmos procedimentos metodológicos, compondo um *corpus* linguístico bastante homogêneo. Ainda no que concerne à composição do *corpus*, é importante destacar que as entrevistas foram transcritas de modo a facilitar a análise dos dados.

Uma vez que está em foco a investigação da língua e de seus motivadores sociais, a abordagem que fundamenta essa análise é a Sociolinguística – que apresenta a característica fundamental de ser uma ciência interdisciplinar. De acordo com essa concepção, a língua constitui-se um sistema complexo e heterogêneo, passível de sofrer variação e mudança. Dessa forma, segundo o viés sociolinguístico, as escolhas linguísticas correspondem às características sociais dos falantes – portanto, a variação nas formas de tratamento é motivada pelas variáveis sociais. Além dessa abordagem, complementarmente também está em foco um olhar pragmático aos dados. A intenção é observar as razões que levam os falantes a empregarem determinadas formas em determinados contextos. Em outras palavras, a partir do viés pragmático, é possível compreender os efeitos de sentido gerados com as escolhas tratamentais feitas pelos falantes em interação.

Com os pilares teóricos especificados – conjuntamente a sociopragmática –, outras perspectivas de análise foram igualmente importantes para compreender o fenômeno linguístico em discussão. Nesse sentido, fecunda contribuição foi oferecida pela antropologia, por meio da teoria do parentesco – que propiciou um produtivo olhar sobre as formas de tratamento em sua intersecção entre o linguístico e o social/cultural.

Além disso, essencialmente, a concepção de que o poder é uma força que rege as relações sociais esteve subjacente às demais escolhas teóricas. Assim sendo, a abordagem foucaultiana de poder, a semântica do poder e da solidariedade de Brown e Gilman (1960/1972), a noção de poder no discurso de Fairclough (2001a, 2001b) e as proposições de poder segundo Manjate (2010) são complementares à análise da inter-relação entre língua e sociedade a partir das formas de tratamento.

É preciso fazer a ressalva de que um trabalho investigativo dessa natureza é resultado de um longo percurso de escolhas científicas e situações empíricas que se apresentam. Fundamentalmente, as escolhas teóricas e metodológicas são passos que determinam grande parte do caminho da pesquisa. No entanto, em função do viés etnográfico necessário à montagem deste *corpus*, o convívio com os entrevistados brasileiros, moçambicanos e angolanos – que representam complexos universos linguísticos e sociais – paulatinamente ia evidenciando novas possibilidades de trilhas a seguir. Em suma, cada passo dado representou uma escolha com determinadas consequências. De forma que, se outros passos tivessem sido privilegiados, o resultado desta tese seria outro.

Considerando essa reflexão, o caminho científico percorrido levou à seguinte estrutura de tese: a primeira seção “*Contextualização sócio-histórica: Brasil, Moçambique e Angola*” propõe estabelecer um panorama histórico acerca do colonialismo português nos três países em foco e de suas respectivas lutas por independência e constituição de nações livres. Ainda é propósito dessa seção estabelecer em linhas gerais a situação social desses países contemporaneamente. Em especial, dedica-se a observar a língua portuguesa em cada um desses contextos, com um intuito de se compreender o seu estatuto identitário em cada uma dessas nações.

A segunda seção, intitulada “*Caminhos teóricos*”, é justamente um panorama geral das escolhas teóricas que constituíram o caminho científico percorrido. Há inicialmente uma preocupação em explicitar as concepções de língua e linguagem adotadas, para, posteriormente, levar a cabo uma discussão sobre o sistema de formas de tratamento, mais especificamente, na perspectiva pragmática da cortesia verbal e da polidez linguística; sobre a influência da cultura nas formas de tratamento; sobre as relações de parentesco que permeiam as escolhas linguísticas; sobre as estratégias do poder perpassando as relações sociais; e, finalmente, sobre a perspectiva adotada para a análise dos dados pronominais: a Sociolinguística Variacionista.

Também com um objetivo de explicitar os caminhos percorrido, mas dessa vez em função de uma perspectiva metodológica, a terceira seção “*Caminhos metodológicos*” evidencia os diversos passos percorridos a fim de se compor o *corpus* em análise. Assim, há uma preocupação em demonstrar os recursos utilizados para se compor os questionários socioeconômicos aplicados aos entrevistados brasileiros, moçambicanos e angolanos. Também está em foco descrever a metodologia que utiliza fotografias como fator propulsor da simulação dos diálogos que geram as formas de tratamento em análise e, em função dessa escolha pelas fotografias, também propõe-se a descrição de uma metodologia mista de análise que prevê, além da observação e descrição das formas de tratamento, a consideração das justificativas acerca dos usos feitas pelos próprios informantes. Há ainda uma descrição dos informantes que participaram dessa pesquisa e, conseqüentemente, uma apresentação do *corpus* formado. E, por fim, nessa seção, também está em foco descrever os procedimentos metodológicos empreendidos para a análise quantitativa das FTPs.

A quarta seção “*Formas de tratamento nominais*” tem um caráter essencialmente analítico, uma vez que coloca em discussão as formas de tratamento, mais especificamente as nominais, encontradas nos três países, em função da teoria adotada. Em termos gerais, três abordagens comparativas estão em foco: i) as formas de tratamento encontradas igualmente nos três países, por conta da matriz portuguesa comum; ii) as formas relacionais específicas de cada país, considerando suas peculiaridades sociais – sobretudo em função das matrizes linguísticas bantu de Moçambique e Angola; e iii) uma análise da semântica do poder e da solidariedade, em que, mais especificamente, as formas de tratamento evidenciam relações sociais. Há nessa seção ainda uma proposta de inventariar as formas de tratamento nominais que compuseram o *corpus* brasileiro, moçambicano e angolano, com um propósito igualmente comparativo.

A última seção analítica “*Formas de tratamento pronominais*” propõe-se a analisar os pronomes de tratamento por meio de uma perspectiva complementarmente quantitativa e qualitativa. Nesse sentido, por meio do Programa estatístico Goldvarb X(SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005), mapeia-se as estratégias pronominais encontradas nos três países a fim de se identificar os fundamentos gramaticais previstos pelo sistema linguístico – respeitando as características idiossincráticas das variedades do português brasileiro, moçambicano e angolano – e os motivadores pragmáticos que levam às escolhas tratamentais.

1. Contextualização sócio-histórica: Brasil, Moçambique e Angola

Recuando no tempo, a história do Brasil (país de proporções continentais situado na América do Sul e voltado ao Oceano Atlântico), de Angola (país africano também banhado pelo Atlântico) e de Moçambique (outro país africano, mas cujas águas são do Índico) encontra um denominador comum: o colonialismo português. Em função disso, os três países herdaram a língua portuguesa e alguns usos e costumes, mas mantiveram características peculiares que os tornam absolutamente ímpares. Entre semelhanças e diferenças históricas, esse capítulo se propõe a observar o contexto sócio-histórico de consolidação dessas nações, seus processos de resistência e independência, para finalmente os situar no momento presente (início do século XXI) e refletir sobre a língua portuguesa – foco primordial desse trabalho de investigação.

1.1 Colonialismo português

Um questionamento central motiva a análise da aventura portuguesa “a mares nunca de antes navegados”²: por que Portugal começou pioneiramente a expansão marítima no começo do século XV? Para se obter essa resposta, é preciso avaliar uma confluência de fatores. A princípio, Bóris Fausto (1995) refere-se ao fato de que, nesse período, Portugal se constituía como um país autônomo e que já possuía certa experiência com o comércio de longa distância, sobretudo pelo seu envolvimento com o mundo islâmico do Mediterrâneo. Além disso, o país conta com uma posição geográfica privilegiada, próxima às Ilhas do Atlântico e ao litoral africano. Sua costa conta ainda com correntes marítimas favoráveis que começam exatamente nos portos portugueses.

Associados a esses fatores, o panorama mundial do período também favorecia Portugal, haja vista que a Europa ocidental se encontrava em crise, motivada por guerras e problemas dinásticos. A seu turno, a Coroa Portuguesa, liderada por Dom João, conhecido como mestre de Avis, reunia condições de força e estabilidade para ser empreendedora.

Tratava-se da oportunidade de angariar nova fonte de receita. Sendo assim, diversos setores da sociedade se mostraram dispostos a dar início às “grandes navegações”: os comerciantes encaravam a expansão como perspectiva de bons negócios; os nobres e

² CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Canto I. Disponível em: http://www.citi.pt/ciberforma/ana_paulos/ficheiros/lusiadas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2014.

membros da Igreja, por cristianizar “povos bárbaros”, pretendiam angariar recompensas e cargos de prestígio; o povo entendia que “lançar-se ao mar significava emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões” (FAUSTO, 1995, p.23).

1.1.1 Colonialismo português: o caso brasileiro

Relatos oficiais demarcam a data de 09 de março de 1500 como sendo a partida de uma frota de treze navios, liderada por Pedro Álvares Cabral, de Portugal com destino às Índias. Essa frota, na verdade, chega a terras brasileiras em 21 de abril, ancorando em Porto Seguro, Bahia, no dia seguinte. De acordo com Fonseca (2009b), essa suposta “descoberta do Brasil” fez parte de uma política pública da Coroa Portuguesa que previa sua expansão territorial e comercial. Assim “as grandes navegações e expedições que ocorreram nos séculos XV e XVI constituíram a pedra de toque da geopolítica da Coroa lusa, fazendo que as naus portuguesas alcançassem áreas longínquas nos continentes africano e asiático” (FONSECA, 2009b, p.17).

A política de ocupação do território brasileiro ocorreu, sobretudo, por um processo de conferir a nobres determinadas extensões de terra a fim de que eles a administrassem e evitassem invasões. Em contrapartida, os donatários poderiam explorar os recursos naturais das áreas a eles confiadas. Esse processo de colonização recebeu o nome de “Capitanias Hereditárias” e, fundamentalmente, ignorou o direito à terra a quem nela já habitava: uma extensa população indígena.

Dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2014)³ estimam que em 1500, época em que os colonizadores europeus aportaram no Brasil, haveria por volta de mil povos nativos em território brasileiro, totalizando entre dois e quatro milhões de pessoas. Essas estimativas apontam para a existência de aproximadamente mil línguas sendo faladas nessa área no período, com destaque para a língua Tupinambá, que, por ser a mais falada ao longo da costa, foi paulatinamente sendo usada como língua de ensino por missões católicas e como comunicação básica entre colonos e nativos.

Contudo, não houve interesse por parte da Coroa lusitana em estabelecer relações amigáveis com as populações já residentes no território. A intenção primordial era a de exploração das riquezas da terra e escravização dos nativos – política que acarretou um verdadeiro genocídio dessas populações. Nesse sentido, o ISA (2014)

³ O Instituto Socioambiental (ISA) pode ser acessado pelo seguinte *site*: <<http://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em 26 de setembro de 2014.

aponta para o fato de que, até os anos 1970, havia um pensamento de que a extinção dos povos indígenas brasileiros seria algo inevitável. A partir dos anos 80, entretanto, fruto de políticas de proteção, passa a haver uma ascensão demográfica desses povos. Atualmente, portanto, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) há 896.917 pessoas autodeclaradas indígenas no país, correspondendo a um percentual de 0,47% da população total, distribuídas em 691 terras reconhecidamente indígenas. Dessa forma, do número aproximado de mil línguas faladas no Brasil do século XVI restaram por volta de 150 línguas praticadas cotidianamente por esses povos no início do século XXI⁴.

Aos poucos, a mão de obra indígena foi sendo substituída pela africana em cultivos agrícolas na colônia portuguesa. Acerca disso, Fonseca (2009b) assevera que a escravidão já era prática utilizada em Portugal desde o século XV:

Em Portugal, o trabalho agrícola era mantido por meio da mão de obra africana escravizada, possibilitando que muitos agricultores se transformassem em marinheiros e aventureiros de além-mar no Atlântico. Apesar de a bula *Romanus Pontifex* ter sido assinada pelo Papa Nicolau V em 1455, é importante destacar que desde 1444 os lusos já praticavam o infame comércio de vidas humanas, tendo sido esse o ano da primeira grande expedição visando escravizar africanos (FONSECA, 2009b, p.34).

O autor pontua que o tráfico de seres humanos era praticado por investidores portugueses, com o apoio da Igreja Católica, em função de se caracterizar como um comércio muito rentável para Portugal. Além de gerar impostos e taxas, as populações africanas submetidas à escravidão detinham um primoroso conhecimento de técnicas agrícolas, de pastoreio e mineração (caso dos povos da Costa da Guiné, do Congo e de Angola), bem como de metalurgia (como os iorubás da costa ocidental africana). Assim sendo,

a África perdeu homens e mulheres plenamente capacitados produtiva e reprodutivamente, perdeu seus talentos, sua realeza, seus sacerdotes, seus intelectuais e artistas para construir com sua força e criatividade outras civilizações, enriquecendo outras sociedades, outros Estados, outros empresários e investidores após o século XV (FONSECA, 2009b, p.36).

⁴ Tradicionalmente, a história brasileira é contada por meio da ótica europeia colonizadora. Entretanto, a História possui diversas facetas em função dos personagens que dela participaram ou participam. Motivada pelas diferentes possibilidades de verdade dos fatos, em anexo à essa tese, há duas narrativas yanomamis que contam a história da colonização brasileira por um viés indígena, ambas disponibilizadas pelo site do ISA. Esses anexos encontram-se nas páginas 321 a 325.

De acordo com Reis (2000), é preciso salientar que sistematicamente a população africana submetida ao desumano regime servil impôs resistências. “Essa resistência sugere que o projeto vencedor de um país escravocrata não foi desfrutado sem a contestação dos principais perdedores” (REIS, 2000, p.245). Dessa forma, com a intensificação do tráfico escravocrata no final do século XVIII também se intensificaram as revoltas. Nesse sentido, Reis (2000) destaca as diversas subversões que ocorreram no atual estado da Bahia, sobretudo pelo fato de que lá aportavam escravizados de nações nagôs e haussás, que possuíam ampla experiência com as guerras civis que tiveram palco em território iorubano e com os conflitos de expansão do Islã. Além disso, houve outras formas de resistência, tais como as fugas sistemáticas e as formações de quilombos ao longo de todo o território nacional. O autor ainda acrescenta que os escravizados já nascidos no Brasil – conhecidos como ‘crioulos’ – também rotineiramente associavam-se a movimentos de outros setores sociais em “motins antilusos” (REIS, 2000, p.246) durante o período regencial de 1830.

Em suma, para alguns historiadores, a duração do regime colonial no Brasil é dividida em três períodos: o **primeiro** compreendeu a chegada dos portugueses e a instalação do governo geral (1549). Trata-se de um momento em que Portugal se preocupa em tomar posse do novo território e, por isso, instala um polo administrativo para a organização da colônia. O **segundo período** compreende a instalação do Governo Geral até as últimas décadas do século XVIII, em que ocorre a consolidação da colonização. Nessa fase, o Brasil se afirma como fornecedor de gêneros alimentícios e minérios para a Coroa – portanto, parte importante da receita portuguesa. E, finalmente, o **terceiro período** abrange o fim do século XVIII até a Independência em 1822. O mundo nesse período passa por severas transformações, que culmina em uma crise do sistema colonial e a intensificação dos movimentos por independência.

Entretanto, há pesquisadores (como Neves, 2012) que entendem que a vinda da família real para o Brasil em 1808, e seus consequentes desdobramentos administrativos, foi um episódio tão impactante que marca o fim simbólico do período colonial no país. Teoricamente fugindo da invasão de Napoleão Bonaparte, a corte portuguesa transfere-se para o Brasil, juntamente com comerciantes, artistas e nobres em geral, totalizando 20 mil pessoas, segundo dados de Schwarcz (1998). A autora defende que “o Estado português, humilhado, perseguido e transplantado” (SCHWARCZ, 1998, p.36) implementa no Brasil o seu modelo de administração, servindo como uma solução que garantiu a unidade territorial a fim de se evitar conflitos

e separações. “É assim que as elites locais optam pela monarquia, na esperança de ver no jovem rei um belo fantoche” [referência ao futuro imperador do Brasil Dom Pedro I, a partir de 1822] (SCHWARCZ, 1998, p.38).

Neves (2012) afirma que, em 1815, o Brasil passa a ser denominado como “Reino Unido de Portugal e Algarves” e Dom João VI torna-se Rei de Portugal, conferindo um *status* mais elevado ao local que então sediava o governo português, demonstrando não mais haver posição de subordinação do Brasil a Portugal. Nesse sentido:

O Brasil transformava-se na sede de direito do Império luso-brasileiro, vivendo o poderoso influxo de sua recém-abertura ao mundo, e, sobretudo, com acesso ao círculo de poder à volta de d. João. Já Portugal, a antiga metrópole, encontrava-se desgastado pelas invasões francesas e pelo virtual domínio inglês [domínio comercial] (NEVES, 2012, p.81).

É importante destacar que a ida da corte portuguesa para o Brasil, se por um lado “europeizou” os hábitos citadinos, por outro resultou em um entrecruzar de culturas diferentes, como as ameríndias, africanas e europeias. É nesse sentido que Schwarcz (1998, p. 13) refere-se à corte como “ilhas com pretensões europeias cercadas de mares tropicais, e sobretudo africanos, por todos os lados”. Coadunando com esse ponto de vista, Silva (2012) chama a atenção para o fato de que, em Portugal, já ocorria o convívio de povos com culturas distintas. Contudo, ao se considerar o território brasileiro essa perspectiva é enormemente ampliada, haja vista que, em um mesmo país, conviviam nações indígenas de diferentes valores, tradições e costumes, e diversas nações africanas. Assim, no Brasil “não havia uma África, mas várias Áfricas” (SILVA, 2012,p.54).

Em abril de 1821, Dom João VI regressou a Portugal com medo de perder o trono, acompanhado de quatro mil portugueses. Em seu lugar ficou o seu filho, príncipe regente Pedro, futuro Dom Pedro I. As lideranças lusitanas exigiram o retorno de Dom Pedro também a Portugal, mas em 9 de janeiro de 1822 ele decidiu permanecer no Brasil, (episódio conhecido como o dia do “fico”). “Tratava-se de uma desobediência às cortes e a seu pai, mas, até então, não significava um comprometimento do príncipe com a independência do Brasil” (NEVES, 2012, p.94). A independência só foi oficialmente declarada em 07 de setembro do mesmo ano em um episódio que ficou conhecido como “o grito do Ipiranga”. Entretanto, Neves (2012) argumenta no sentido de que, para os contemporâneos desse processo, “este fato não teve significado especial,

sendo noticiado apenas sob a forma de um breve comentário no jornal fluminense *O Espelho*, com data de 20 de setembro. Para a maioria dos atores principais, a separação, embora parcial, já estava consumada” (NEVES, 2012,p.97). Para celebrar, portanto, essa ruptura definitiva com a metrópole, em 12 de outubro de 1822, d. Pedro I proclamou-se Imperador Constitucional do Brasil.

O governo de d. Pedro I foi marcado por severas dificuldades administrativas, que lhe conferiram a fama de “soberano intransigente, autoritário e absolutista” (NEVES, 2012, p.111). Nesse contexto, em 1829, ele optou pela abdicação do trono em favor de seu filho, d. Pedro II, na altura com apenas 06 anos, colocando fim ao período conhecido como Primeiro Reinado. Em torno da abdicação e do cenário político do país, Carvalho (2012, p.87) tece as seguintes reflexões:

Tratava-se, de fato, de um acontecimento quase tão importante quanto o da independência, se não mais: o país passava a se autogovernar, sem a mediação de uma figura real. Mas a sensação de liberdade levou também à emergência de conflitos. Entre 1831 e 1835, mais de vinte levantes se verificaram nas cidades principais, sobretudo as marítimas, cobrindo quase todas as províncias. O motivo mais comum para os conflitos era o antilusitanismo. Já presente na década de 1820, esse sentimento se aguçou após a abdicação (CARVALHO, 2012, p.87).

Durante a infância de D. Pedro II, o Brasil foi governado por uma Regência Provisória até ter a sua maioria declarada aos 14 anos, ocasião em que assume o poder. A partir da década de 1870, começaram a surgir os movimentos republicanos e, da década de 1880, o movimento abolicionista ganha força. Sendo assim, no final do século XIX, a monarquia brasileira enfraqueceu e passou a sofrer grande pressão dos partidos republicanos paulista e mineiro, principalmente. Duas forças foram, então, decisivas para o fim da monarquia: o exército e um setor da burguesia cafeeira paulista, representada pelo PRP (Partido Republicano Paulista). Portanto, “os últimos 14 anos da monarquia foram marcados pela erradicação da escravidão, pelo surgimento dos militares como ator político e pelo crescimento do movimento republicano” (CARVALHO, 2012, p.117).

Em função da Revolução Industrial, a Inglaterra passou a coagir os países que mantinham o regime de escravidão servil em busca da ampliação de mercados consumidores. Associado a esse contexto, alguns autores, tais como Fonseca (2009b) e Reis (2000), advogam no sentido de que os escravocratas passaram a temer a ocorrência de revoluções negras no Brasil, motivadas pela Revolta no Haiti “que levou à ascensão da primeira República negra das Américas (1804)” (FONSECA, 2009b, p.55-56). Além

disso, os discursos emancipacionistas e republicanos, tão em voga à época, também influenciaram os escravizados a buscarem os seus direitos, por meio de diversos pedidos de alforria e processos penais a senhores que compraram escravizados depois da lei de proibição, respaldados por advogados abolicionistas como Luís Gama (Reis, 2000).

Reis (2000) relembra que houve a intensificação de diversas revoltas em fazendas, fugas de cativos em massa e formação de quilombos por todo o território nacional no período final da escravidão no Brasil. Esse argumento, frequentemente omitido pela história oficial, revela que os escravizados foram “sujeitos históricos ativos” e que a “história não passou por eles incólume” (REIS, 2000, p.262). Dessa forma,

No Brasil da segunda metade do século XIX, os escravos identificaram rapidamente as brechas abertas pela legislação emancipacionista e frequentemente levaram seus senhores aos tribunais em defesa de direitos garantidos em lei. Fizeram política sim, mas com uma linguagem própria, ou com a linguagem do branco filtrada por seus interesses, ou ainda combinando elementos da cultura escrava com o discurso da elite liberal. Fizeram da religião africana ou do catolicismo popular instrumentos de interpretação e transformação do mundo, mas não deixaram de assimilar com os mesmos objetivos muitos aspectos de ideologia seculares disponíveis nos diversos ambientes sociais em que circulavam (REIS, 2000, p.262).

Concluindo esse raciocínio, o autor acrescenta:

Não fosse a ação dos escravos rebeldes, a escravidão teria sido um horror maior do que foi, pois eles marcaram limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos. Embora fossem derrotados tantas vezes, os escravos se constituíram em força decisiva para a derrocada final do regime que os oprimia. Tivessem eles se adequadado aos desígnios senhoriais, o escravismo brasileiro talvez tivesse adentrado o século XX (REIS, 2000, p.262).

Em 13 de maio de 1888 foi finalmente decretada a abolição da escravatura no Brasil. Todavia, esse decreto surgiu desacompanhado de políticas públicas que garantissem direitos à extensa população negra egressa do desumano regime. Fonseca (2009b) ressalta o fato de que, para além de não ter havido nenhum tipo de amparo social a essa população, “os negros ainda foram obrigados a lidar com o racismo, com a discriminação e com a marginalização social impostos pelo Estado Republicano e pela sociedade civil da época. Isso os condenou a viver na exclusão, fato que repercute até os dias de hoje” (FONSECA, 2009b, p.65). É necessário salientar que essa dura realidade

social foi embasada por teorias racistas que previam hierarquização entre raças motivadas pelo determinismo social. “A ciência naturalizava a história e transformava hierarquias sociais em dados imutáveis” (SCHWARCZ, 2012, p.61).

Assim sendo, desde 1870 – quando efetivamente a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico humano no Brasil, promulgada em 1850, passou a ter efeitos, diminuindo a quantidade de mão de obra escravizada – o Brasil passou a incentivar a entrada de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras. Após 1888, portanto, a imigração, antes tida apenas como uma saída para suprir a necessidade de mão de obra, passou a representar a plena execução da política do branqueamento populacional (Fonseca, 2009b), tão cara às novas elites republicanas.

Schwarcz (2012) afirma que, em um contexto de incipiente industrialização europeia, a lógica do sistema capitalista expelia a população pobre de seus países, automaticamente excluída do regime de consumo. Associado a esse fato, houve uma intensa propaganda em torno da ‘terra prometida’ que o Brasil representava, atraindo legiões de poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, posteriormente, japoneses. Esse fenômeno migratório, portanto, representa facetas muito semelhantes aos processos escravocratas:

Liberdade era palavra forte e de grande repercussão; no entanto, por aqui, na terra do trabalho forçado, ganharia ainda outras conotações. Escravos haviam recém-conquistado a liberdade, mas ainda lutavam para efetivá-la, nesse país onde marcas de cor se transformavam em traços da natureza. Ao mesmo tempo, a entrada dos imigrantes era vista como a solução para os impasses locais, apesar de se assemelhar a uma escravidão por dívida, em função dos altos custos da viagem, do transporte, da terra e das sementes, que eram repassados para o novo recém-chegado trabalhador (SCHWARCZ, 2012, p.66).

Dessa forma, o início do século XX, no Brasil, foi marcado por um paradoxo: de um lado, um contundente impulso econômico, mobilizado pelos primeiros surtos industriais e modernização urbana. De outro, como consequência dessa situação, a instabilidade social e multiplicação da pobreza. Assim, “o progresso parecia inevitável, mas certamente não se aplicava a todos. Se ele era mesmo obrigatório e dele não se escapava, para países como o Brasil mais parecia uma danação” (SCHWARCZ, 2012, p.41).

1.1.2 Colonialismo português: as supostas ‘províncias ultramarinas’

Ao longo do século XV, os portugueses exploraram a costa africana. Fonseca (2009b) compreende que essa experiência de exploração do continente africano ocorreu em um contexto de crise comercial que se estabeleceu entre o Ocidente e o Oriente em função da conquista de Constantinopla pelo Império Turco Otomano, em 1453. Assim sendo, em 1484, em uma expedição liderada por Diogo Cão, os portugueses aportaram em Angola, na província do Zaire. Anos depois, em 1498, chegaram a Moçambique:

Nos primeiros dias do ano de 1498 da era cristã, os habitantes da costa sul de Moçambique, em algum lugar situado entre as actuais cidade de Inharrime e Inhambene, viram chegar estranhas embarcações, enormes em relação às que até então tinham visto. Delas desceram outros barcos menores transportando gente de pele pálida e vestida de modo insólito (CABAÇO, 2009, p.27).

Assim como ocorreu no Brasil, ao chegarem a Moçambique e Angola, os portugueses se depararam com populações que lá já residiam e que possuíam organizações sociais seculares. Nesse sentido, no caso moçambicano, os portugueses iniciaram o processo colonial estabelecendo relações comerciais com o memorável Império Monomotapa⁵ e, aos poucos, foram dominando o comércio de ouro, ferro, cobre e marfim. “Em troca, uma embaixada do Monomotapa recebia impostos pagos pelos reinos que, portanto, tornaram-se seus vassallos, situação ímpar em todo o império ultramarino português” (HERNANDEZ, 2005, p.585). Essa situação, contudo, não se manteve sempre estável, haja vista que, séculos mais tarde, de 1806 a 1826 houve guerra por Portugal se recusar a pagar os tributos.

A partir de 1500, os portugueses, interessados em ampliar seu processo lucrativo, passaram a explorar o interior do território moçambicano. Já a partir de 1626, os colonizadores adotaram uma política de dividir o território da região do Vale da Zambézia em possessões hereditárias denominadas “prazos”. Tratava-se, pois, de “terras cedidas aos colonos por cerca de três gerações, podendo a concessão ser renovada” (HERNANDEZ, 2005, p.586). Posteriormente, já no século XVIII, o funesto tráfico humano em Moçambique ganhou exorbitante impulso (sobretudo para o Brasil, Estados

⁵ O Império Monomotapa vigorou entre os séculos 1300 a 1700, numa região que abarca os atuais territórios de Moçambique e Zimbábue. “Esse império que se estendia do Kalaari ao Índico, era constituído por chonas sob a autoridade de um chefe do povo rozwi” (HERNANDEZ, 2005, p.585). “*Monomotapa* significa senhor das minas, termo que foi estendido a todos os reis que ocuparam o trono desse império” (HERNANDEZ, 2005, p.585).

Unidos e Cuba), fazendo com o que país obtivesse um governo colonial autônomo, em 1752.

Igualmente, a presença portuguesa em Angola, a partir do século XV, provocou diferentes graus de interferência nos reinos e impérios que dominavam a região. Uma das mais marcantes alianças foi estabelecida com o Reino do Congo⁶, em finais do século XV. O rei do Congo, Nzinga a Nkuvu, em 1491, prevendo benesses e possibilidades de expansão territorial sob proteção portuguesa, converteu-se ao cristianismo e, pelo batizado, recebeu o nome de D. João I. A contrapartida portuguesa era o rentável comércio escravo que perdurou até 1575, quando se encerrou o período ‘afro-português’ do Reino do Congo (HERNANDEZ, 2005, p.564).

No início de 1600, os colonizadores passaram a interessar-se sobremaneira pelo atroz comércio humano das regiões de Luanda e Benguela. Em 1605, por sua importância, Luanda passou a ser considerada uma cidade e, anos mais tarde, chegou a ter 400 famílias portuguesas ali residentes. Hernandez (2005) salienta que, a essa época, houve uma série de lutas de resistência à colonização empreendida por diferentes populações angolanas. “Foram pouco mais de dois séculos, estendendo-se de 1671 a 1896, destacando-se a guerra dos ‘Dembos’ (sobas, isto é, chefes tradicionais nos anos de 1872-3)” (HERNANDEZ, 2005, p.566).

Essas relações entre os colonizadores e os chefes africanos justificaram-se pelo fato de que o exímio conhecimento naval português nada auxiliava no intento de tornarem-se escravocratas, uma vez que as terras africanas representavam um espaço desconhecido aos portugueses. É nesse sentido que Serrano e Waldman (2010) discorrem acerca da necessidade de uma “engenharia política complexa” empreendida para se dominar o tráfico humano. De acordo com os autores, foi esse o motivo que levou os colonizadores europeus a “cooptar reinos locais, como os do Congo e do Benin, que desempenharam papel fundamental na organização do tráfico negreiro. Sem a sua participação, tal comércio jamais teria sido possível” (SERRANO; WALDMAN, 2010, p.192).

⁶ Com acentuado poder econômico e político por volta do século XV, o reino do Congo “abrangeia um vasto território que se estendia desde uma parte do sul do Gabão, passando pelo sudoeste da República do Congo, por grande parte do sudoeste da República Democrática do Congo, até ao norte de Angola” In.: <<http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/06/o-reino-do-congo-em-finais-do-seculo-xv.html>>. Acesso em 17/11/2014.

Ao analisar de forma global o que representou a colonização no continente africano, Joseph Ki-Zerbo (2006) – importante historiador nascido em Burkina Fasso, em 1922 – assevera que, fundamentalmente, ela representou a ruptura com os tradicionais sistemas políticos africanos, imputando-lhes mudanças definitivas. Além disso, o colonialismo apresentou como consequência o tráfico escravo que representou a compulsória contribuição africana à industrialização europeia. Eis a sua colocação:

Fomos alienados, isto é, substituídos por outros, inclusive no nosso passado. Os colonizadores prepararam um assalto a nossa história. O ‘pacto colonial’ queria que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas a enviar para o Norte, para a indústria europeia. A própria África foi aprisionada, dividida, esquarterada, sendo-lhe imposto esse papel: fornecer matérias-primas. Esse pacto colonial dura até hoje. Se analisarmos a balança colonial dos países africanos, veremos que 60% a 80% do valor de suas exportações são matérias-primas (KI-ZERBO, 2006, p.25).

Serrano e Waldman (2010) igualmente ressaltam o impacto do colonialismo europeu em África, ao afirmarem que, muito embora o continente africano seja palco de sucessivos séculos de história, em que povos africanos vivenciaram o apogeu e declive de seus impérios, deslocamentos de massas populacionais etc., “não seria possível localizar em seu passado, mudanças minimamente equivalentes às provocadas pela dominação europeia” (SERRANO; WALDMAN, 2010 p.228). Nesse sentido, os autores abarcam como definitivas interferências⁷ o *boom* de infraestrutura (rodovias, ferrovias, pontes, portos etc.), o estabelecimento de fronteiras nacionais artificiais, as línguas europeias eleitas como línguas nacionais, o aparecimento de diversas doenças epidêmicas etc. Serrano e Waldman (2012) alertam, contudo, para o fato de que algumas dessas mudanças podem aparentemente ter conferido “aspectos positivos” ao continente, mas elas só foram imputadas “em escala matematicamente compatível com as necessidades europeia e não para beneficiar os novos súditos africanos da Europa” (p.228).

Essa análise em tudo coaduna com a conduta portuguesa em territórios africanos. A política majoritária adotada foi a de fracionar os povos de forma arbitrária em diferentes etnias: “Desenhado o ‘mapa étnico’, se passou à promoção da ideia de que ele representava aquilo que *sempre* tinha sido a sociedade moçambicana”

⁷ Outra interferência definitiva do colonialismo em África é mencionada por Paulina Chiziane, escritora moçambicana: “Antes do colonialismo, a arte e a literatura eram femininas. Cabia às mulheres contar as histórias e, assim, socializar as crianças. Com o sistema colonial e o emprego do sistema de educação imperial, os homens passam a aprender a escrever e a contar as histórias. Por isso mesmo, ainda hoje, em Moçambique, há poucas mulheres escritoras” (entrevista com Paulina Chiziane, à Agência Brasil, 2012).

Nesse contexto, Portugal delineou um sonho expansionista a partir do projeto conhecido como “mapa cor de rosa”, que lhe atribuiria a posse dos territórios entre Angola e Moçambique ligando-os, de modo a garantir a posse de uma colônia transcontinental “que reeditava na África e ideia de construção de um novo Brasil” (HERNANDEZ, 2005, p.508). Contudo, em 1890, a Inglaterra anunciou guerra caso Portugal não desistisse do intento – ação denominada de “ultimato inglês”. Essa situação submeteu os portugueses a uma difícil situação, “sobretudo no plano simbólico” (HERNANDEZ, 2005, p.509). Por fim, Portugal recebeu como direito a posse colonial de Moçambique e Angola na Conferência de Berlim e passou a desempenhar atividades militares para subordinar a população de seus países à burocracia colonial. “Esse foi um processo que se definiu pelo exercício da violência física, variando em grau e duração, dependendo de cada um dos territórios” (HERNANDEZ, 2005, p.510).

Os anos de 1910 a 1926 marcaram a transição de um regime militar a um sistema de administração civil colonial portuguesa em Angola e Moçambique. Dessa forma, cada vez mais se intensificou a ocupação territorial a fim de garantir a soberania lusa, que compreendia essas colônias como parte da nação pluricontinental portuguesa – portanto, entendia-se Angola e Moçambique como “províncias do ultramar”. Parte dessa política de domínio dos territórios africanos, sobejamente marcada por um nacionalismo autoritário, pressupunha destruir o poder dos chefes tradicionais, controlar com eficácia as missões religiosas (em particular as estrangeiras) e desenvolver as “missões civilizadoras laicas de Portugal” (HERNANDEZ, 2005, p.511).

Para estabelecer, portanto, a organização econômica, social e política dos povos locais, o regime colonial implementou a política de assimilação, que consistia em legar supostos benefícios a africanos que adotassem costumes determinados pelos portugueses. Assim sendo, “parece absolutamente claro que o respeito ao pluralismo cultural não fazia parte das preocupações do ‘novo’ imperialismo” (HERNANDEZ, 2005, p.515). Nesse contexto, entra em cena o drama do não-pertencimento: ao se negar as origens ancestrais, também não se passava a ser um colono. No entanto, Serrano (2008) propõe uma reflexão bastante contundente a este respeito: segundo o autor, que se baseou no pensamento de Amílcar Cabral sobre o colonialismo em Guiné-Bissau, a política assimilacionista constitui-se num fracasso, já que abarcou apenas uma pequena burguesia urbana da faixa costeira:

A medida desse fracasso fica patente quando até mesmo as elites africanas assimiladas dão-se conta da falsidade dessa política e da não igualdade de direito, assim como dos privilégios gozados pelo colonizador, e se tornam porta-vozes de uma nova forma de resistência, utilizando um dos principais instrumentos do poder colonial: a língua através da literatura e do jornalismo nativista (caso específico de Angola) (SERRANO, 2008, p.50).

Outro personagem também atuou neste contexto colonial: o *indígena*. Nas colônias africanas, os portugueses consideravam indígenas os habitantes das periferias dos centros urbanos que, historicamente, foram constituindo uma massa de excluídos dos serviços básicos, como educação e saúde. Os ditos indígenas foram arbitrariamente reunidos em determinadas localidades dos países, categoricamente apartados das habitações dos colonos. Assim, “podemos considerar que foi legalmente instituído um *apartheid* de baixa intensidade” (HERNANDEZ, 2005, p.598). Dentro desse regime de indigenato foram estabelecidas ainda formas compulsórias de trabalho, que previam ações em obras públicas ou o *chibalo*, ou seja, “trabalho forçado nas grandes plantações” (HERNANDEZ, 2005, p.598). É válido destacar que, se na prática esse regime consistia em servidão, no plano teórico, os portugueses consideravam-no como uma tarefa civilizatória, uma vez que o *trabalho* consistia em “obrigação moral e legal”. Ainda assim, mesmo com uma “maquiagem” de elevação moral, as leis estabelecidas previam “aos patrões o direito de prender e castigar os ‘serviçais’” (HERNANDEZ, 2005, p.517).

De acordo com Ki-Zerbo (2006), essa prática colonial não se restringiu apenas ao modelo português. Ao analisar a colonização europeia em território africano, o autor generaliza-a afirmando que os regimes foram paternalistas, autoritários “ou mesmo totalitários” (KI-ZERBO, 2006, p. 61). A estratégia adotada pelos colonos era a de manter as estruturas reinantes antes de sua presença, desde que as pessoas se mantivessem submissas e obedientes à implantação de seu poder. Caso contrário, a força dominava as relações.

Entretanto, a partir de um viés reverso, Cabaço (2009, p.139) avalia o regime de indigenato como uma possibilidade de resistência:

Nesse parcial desenraizamento, ele não rompia, contudo, com suas origens e era sobre tais referências que construía suas várias identidades na nova situação: nos subúrbios urbanos, reestruturava-se em sistemas de organização da vida que refletiam a simbiose dos dois universos culturais em que orbitava.

No contexto de imposição colonial, é preciso mencionar a precariedade do ensino ministrado nas escolas das colônias: segundo Cabaço (2009, p.115), “o Estado completava o projeto de extirpar o colonizado da própria história e da tradição sociocultural para o fazer assumir os valores, os comportamentos e a história de Portugal. O sistema educacional era unificado a todo o império pelo modelo em vigor na metrópole.” Essa situação se agravava nas “escolas indígenas”, em que além de se ensinar precariamente a ler, contar e o catecismo, ainda se “ensinava a trabalhar”, cultivando as lavras das missões religiosas. Acerca dessa relação entre colonialismo e educação, segue uma reflexão de Guimarães (2006):

Em face do violento antagonismo que caracteriza as relações entre a sociedade colonizadora e a sociedade colonizada (que é majoritária, apesar de estar condenada a ser mero instrumento da primeira), a dominação não pode manter-se apenas com base na força, tendo necessidade de recorrer a múltiplas formas de legitimação da sua hegemonia. Neste âmbito, a religião e a educação constituíram sempre instrumentos fundamentais de integração e subordinação dos africanos ao modelo social de dominação dos europeus, na óptica da rentabilização máxima da relação colonial (GUIMARÃES, 2006, p.10).

Cabaço (2009) e Guimarães (2006) abordam essa questão da precariedade do ensino nas colônias africanas a partir da ótica dos povos colonizados. Todavia, esse assunto merece também ser analisado por meio de uma perspectiva portuguesa, considerando Portugal o país mais atrasado da Europa em tempos finais do século XIX. Nesse sentido, Serrano e Waldman (2010) destacam os seguintes dados: 82,4% da população portuguesa total eram de analfabetos nas vésperas da Conferência de Berlim e, no final do século XIX, havia apenas 2.848 alunos frequentando liceus em Portugal (desse total, apenas 59 eram mulheres). Esse contexto de analfabetismo era privilegiadamente mantido pelo ditador fascista Antônio Salazar, que tinha o interesse de perpetuar essa situação ao declarar que “os analfabetos constituíram ‘a parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa’” (SERRANO; WALDMAN, 2010, p.231). Considerando esse viés de atraso pedagógico português, é assaz pertinente os questionamentos feitos pelos autores: “Sendo esse o estado de espírito que perpassava pela metrópole, o que se poderia esperar da ‘atuação pedagógica’ de Portugal na África? De resto, o que de tão avançado teria a ensinar aos africanos?” (SERRANO; WALDMAN, 2010, p.231).

1.1.3 Os processos de descolonização de Angola e Moçambique

A Conferência de Berlim (1884 e 1885) partilhou a África entre italianos, espanhóis, franceses, ingleses, portugueses, além de outras dez nações. Essa situação de colonialismo, no entanto, foi sendo paulatinamente revertida a partir de 1956. Assim sendo, até o ano de 1962, ocorreu um intenso processo de descolonização, havendo 36 independências em território africano. Por isso que é muito pertinente a colocação de Serrano e Waldman (2010, p.258), com referência ao tardio processo de independência das colônias portuguesas (que se efetivou apenas em 1974/1975), que tinham no fascismo do ditador Salazar as mais conservadoras e reacionárias posturas coloniais: “Portugal, primeiro a chegar, último a sair”.

No panorama mundial, em 1945 ocorreu o V Congresso Pan-Africano, em Manchester, onde se exigiu a independência total e imediata de todas as colônias africanas. Além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial, começou a haver uma fermentação de ideias libertárias, já que muitos soldados africanos lutaram contra o racismo alemão e italiano. Quando regressavam a seus países, esses soldados se deparavam com a mesma situação de cerceamento de liberdade contra o qual tinham combatido (CABAÇO, 2009).

A descolonização em África, portanto, é marcada por um sentimento de “solidariedade africana”, que culmina no movimento ideológico Pan-africano, desenvolvido por intelectuais africanos da diáspora, a partir de meados do século XX, especialmente liderado por William Du Bois e Marcus Garvey.

Ponso (2014, p.40-41) sintetiza esse contexto histórico ao referir-se às demandas dos países subjugados:

Não apenas na África subsahariana, mas também nos países do Magreb (Tunísia, Marrocos e Argélia) e na África do Sul (luta contra a política do *apartheid*), as demandas levam a uma política de ação comum. A cooperação desses países num movimento insurgente a que se chamou ‘afro-asiatismo’ culmina na fundamental Conferência de Bandung, em 1955, quando 29 países (15 descolonizados e 14 ainda dependentes) estabelecem os “Dez princípios de Bandung”, entre os quais estão o respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados; a não-utilização de dispositivos de defesa que sirvam aos interesses particulares das grandes potências; a não utilização da força contra a independência dos países; a regulamentação dos conflitos por meios pacíficos, etc.” (PONSO, 2014, p.40-41).

Como já afirmado, ainda que internacionalmente houvesse uma predisposição à descolonização, Portugal resistiu à possibilidade legal de atribuir a independência às

suas “províncias ultramarinas”. Essa resistência de Salazar impôs a Portugal gravíssimas consequências econômicas e sociais, já que lhe infligiu um isolamento internacional – a que Salazar reagiu adotando o bordão “*Orgulhosamente sós*” (SERRANO; WALDMAN, 2010, p.259). Esse esforço em manter as colônias foi “desproporcional diante da fragilidade econômica portuguesa” (SERRANO; WALDMAN, 2010, p.259), ao se considerar que em um contexto europeu de industrialização efervescente, Portugal mantinha-se como um país praticamente rural.

É preciso destacar que, muito embora a política colonial portuguesa estabelecesse rígidas imposições aos colonizados, “os quatrocentos anos de presença colonial de Portugal em África são marcados pela luta permanente dos povos africanos” (Serrano, 2008, p.127). Nesse sentido, Hernandez (2005) oferece diversos exemplos de resistências moçambicanas e angolanas ao longo do processo colonial. Para ilustrar, a autora relembra que no ano de 1919, “aproximadamente cem mil pessoas deixaram o norte de Moçambique e instalaram-se na Niassalândia depois de incendiar suas palhoças” (HERNANDEZ, 2005, p.598). Além disso, muitas pessoas fugiam das amarras do indigenato instalando-se em montanhas ou locais de difícil acesso, formando imensas comunidades de refugiados. Mesmo os trabalhadores compulsórios das plantações de algodão reagiam ao esconderem parte do que produziam ou atearam fogo à produção. Houve também inúmeros levantes rurais e greves urbanas. “No caso de Moçambique, também a influência do *apartheid* da África do Sul constituiu uma importante razão para o crescimento do ódio ao branco em geral e, em particular, à administração portuguesa” (HERNANDEZ, 2005, p.604).

Em 1951, Portugal sentia essa efervescência dos pensamentos libertários e, então, voltou a declarar que as colônias eram “províncias ultramarinas” que mantinham relações solidárias com a metrópole. Com esse subterfúgio,

Portugal vai contestar, nas Nações Unidas – onde será aceite como membro em 1955 – as acusações de violação do artigo 73º da Carta, alegando que as ‘províncias do ultramar’ não eram juridicamente ‘*non-self-governing-territories*’, porque a falta de contiguidade geográfica não constituía óbice jurídico à sua plena integração na ‘Nação Portuguesa’. O falacioso argumento que Lisboa brandia era de que, sendo parte integrante da nação portuguesa, elas eram independentes com a independência de Portugal (CABAÇO, 2009, p.157).

Posteriormente, em 1961, também visando amenizar a ebulição provocada pelas ideias libertárias, Portugal decidiu abolir o Código de Indigenato propondo a extinção do regime servil nas colônias – medida que existiu apenas como lei, mas que não surtiu qualquer efeito prático.

Ainda no contexto de efervescência panafricana, em 1944, foi fundada em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Tratava-se de uma organização do governo português para manter os estudantes das colônias sob controle. Entretanto,

a CEI contribuiu fortemente para a queda do regime e das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, sendo um pólo irradiador das políticas nativistas e geradora de quadros para a formação das elites pensantes em Angola e nos demais países, tanto que ali estiveram os pais fundadores do MPLA e do PAIGC, mesmo Eduardo Mondlane esteve dando umas passadas por lá a fim de aprimorar e intercambiar informações, levando-as a Moçambique e para a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)” (FONSECA, 2009a, p.79).

Com o fomento dessas ideias libertárias, portanto, a partir da CEI, fundam-se os principais partidos que lideraram as lutas armadas de libertação: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e MLSTP (Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe). Desde o princípio da década de 1960, ocorreram sucessivos levantes armados contra os colonos em território africano. Todos esses partidos tinham em comum o mesmo projeto revolucionário, comungando da mesma “linha política e na acção comum contra o mesmo inimigo” (SERRANO, 2008, p.190). Com objetivos de elucidar a respeito da guerra contra o colonialismo português, tomando como exemplo o caso angolano e a luta do MPLA – partido com ideologias marxistas, fundado em 10 de dezembro de 1956, por diversos intelectuais, destacando-se Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Viriato da Cruz –, segue um excerto de Serrano (2008, p.163):

Desde o final de 1956, o MPLA se consagra a um intenso trabalho de propagação das ideias contidas no seu manifesto, de mobilização do povo e de organização clandestina nas cidades e no campo. Todavia, em 1959, o colonialismo português reagiu alarmado às actividades dos militantes do MPLA. Uma vaga de repressões surge em Luanda e mais de uma centena de patriotas, entre os quais alguns dirigentes do MPLA, são presos, julgados e, depois, deportados para as ilhas de Cabo Verde. Com as prisões de 1959 e o julgamento público dos militantes angolanos em 1960, o MPLA ganhava a sua primeira batalha política: o reconhecimento implícito de sua existência pelo colonialismo português. Na verdade, até aquele momento o colonialismo português fazia crer que não existia nenhuma

reivindicação nacionalista da parte das massas angolanas. Os processos de 1960, a propósito, provaram o contrário” (SERRANO, 2008, p.137).

No caso moçambicano, uma elite intelectual negra e mestiça fundou a FRELIMO em 25 de junho de 1962, liderada pelo doutor em Antropologia e Sociologia Eduardo Mondlane. Segundo Ponso (2014), a atuação armada desse partido inicia-se em 1964 pelo norte de Moçambique. “Os portugueses responderam apelando a métodos brutais: torturas, massacres, deportações e assassinatos. Foi assim que Eduardo Mondlane morreu em 1969, tendo recebido uma encomenda-bomba em casa. Samora Machel, então, tomou o seu lugar na liderança do movimento de resistência” (PONSO, 2014, p.42-43).

Em abril de 1974, o ditador Salazar foi deposto em Portugal, no contexto da Revolução dos Cravos, e se estabeleceram as condições para que se consolidassem as independências das colônias. Dessa forma, o governo revolucionário que assumiu o poder político em Portugal abriu diálogo com as lideranças africanas e, em janeiro de 1975, as colônias africanas foram declaradas independentes. Essa história da descolonização, entretanto, merece reflexão:

Ainda hoje, para muitos portugueses, o que aconteceu em África foi que Portugal, com o 25 de Abril, aceitou, enfim, descolonizar, os territórios africanos. Ora, parece a nós, africanos, que é preciso acertar o sujeito do verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós, todos nós, sem exceção, éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros. Parece um detalhe, coisa de uma simples palavra. E as palavras traduzem modos de pensar. E esse passado que nos feriu a todos não pode ser superado apenas com apelos ao esquecimento. Não é de esquecer o passado que necessitamos. Mas de o entender (MIA COUTO, 2007, s/p).

Sobre esse contexto histórico, é primordial que se considere o seguinte comentário de Ki-Zerbo (2006) ao analisar o pós-independência dos países africanos: “Os novos regimes foram herdeiros do sistema autoritário e brutal anterior. A maioria dos dirigentes africanos que tomaram o poder, nesse momento, não era verdadeiramente legítima. Além disso, nessa ocasião não houve uma aprendizagem da democracia” (KI-ZERBO, 2006, p.62). Nesse sentido, Ponso (2014) refere-se às diversas tentativas de reformismo neocolonialista, aos esquemas de corrupção e exploração e ao embargo das grandes potências capitalistas aos países comunistas recém-independentes, “implodindo ou corroendo suas débeis estruturas políticas” (PONSO, 2014, p.43).

Assim sendo, com o advento do estatuto de nações livres, Angola e Moçambique, contudo, não alcançaram a paz. A sucessão dos acontecimentos pós-independência foram marcados pela disputa pelo poder hegemônico desses países, dando início, assim, a 15 anos de guerra civil em Moçambique e 27 anos em Angola.

No caso moçambicano, a FRELIMO – partido político independente que assumiu o poder no país, tendo como primeiro presidente Samora Machel – recebia apoio de governos socialistas como a União Soviética, Cuba e Tanzânia. Mesmo no interior da FRELIMO, havia uma fissura ideológica representada de um lado, por um bloco mais revolucionário, e de outro, por um mais moderado. Além disso, ampliando a crise no país recém-independente, um grupo de dissidentes das guerras de libertação fundou a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), com uma ideologia mais capitalista e em disputa pelo poder.

De acordo com Dias (2002), os anos iniciais do período pós-colonial em Moçambique foram marcados por uma grave crise econômica herdada do precário desenvolvimento do regime colonial. Essa situação se complicou com a nacionalização da terra, da indústria, do comércio, da saúde e da educação, por fatores climáticos e pela própria guerra civil. No entanto, a autora também avalia que, para além desses fatores citados, houve um agravamento provocado por fatores internos, tais como: “a sabotagem econômica, o aliciamento e a divisão ideológica com vista a criar uma guerra civil que era fomentada, por parte dos países capitalistas que não concordavam com a via socialista adotada pelo país” (DIAS, 2002, p.166). Nesse contexto, Moçambique foi classificado pelas agências internacionais como o país mais pobre do mundo e passou a depender integralmente da ajuda financeira externa.

Em função dessa conjuntura negativa, o governo moçambicano se viu obrigado a ceder às exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e, em 1987, acabou por implementar um Programa de Reabilitação Econômica (PRE), deixando de ser socialista. Posteriormente, em 4 de outubro de 1992, o governo da FRELIMO e RENAMO assinaram o Acordo Geral de Paz e, em 1994, ocorreram as primeiras eleições multipartidárias de Moçambique.

Dias (2002, p.167) assim sintetiza as consequências sociais da guerra civil em Moçambique ao referir-se ao surgimento de uma elite moçambicana:

Os opositores do governo da Frelimo defendiam com muita ênfase um regime democrático em que fossem restituídas a liberdade individual e a propriedade privada. Nos centros urbanos, emergia uma classe nacional de pequenos industriais, comerciantes, intelectuais e de dirigentes governamentais e partidários que passaram a integrar e a formar uma nova elite moçambicana que reivindicava a autonomia e a liberdade individual do homem moçambicano.

O caso angolano, similarmente, também é caracterizado pelo advento de um regime socialista logo que se implementa a Primeira República, em 1975. O MPLA, força política que assumiu o poder pós-independência, teve como primeiro presidente Agostinho Neto, com o apoio de governos socialistas de Cuba e da União Soviética. Primordialmente, opuseram-se ao governo vigente outros grupos que também integraram as frentes independentistas, como a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) e o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que contavam com o apoio dos Estados Unidos. Com relação a essa oposição ao regime, uma questão de rivalidade étnica também se colocou, uma vez que o MPLA recebia apoio de operários quimbundos, o FNLA era fundamentalmente bakongo e a UNITA era apoiada por ovimbundos. Assim, em função das acirradas disputas internas no MPLA e de outros grupos com posicionamentos divergentes, irrompe-se a guerra civil angolana, com uma interferência direta dos Estados Unidos e da África do Sul em apoio a UNITA e da URSS, China e Cuba oferecendo apoio logístico e humano ao MPLA.

Nas primeiras décadas de governo independente em Angola, a situação econômica também exigia atenção. Nesse sentido, com a crise no mercado mundial de petróleo, criou-se o ambiente favorável para o desenvolvimento do setor petrolífero angolano, que impulsionava o desenvolvimento da economia do país no geral. Entretanto, essa previsão não se consolidou, haja vista que o investimento na exploração do petróleo absorveu os lucros gerados para o alargamento do setor, agravando ainda mais a crise do país. Eis como Amaral (2004, p.68) avalia a política econômica angolana na primeira república:

Constituiu um erro de estratégia política e econômica, um paradoxo, alicerçar a construção de uma sociedade socialista, apoiada por uma estratégia capitalista no desenvolvimento do sector petrolífero, num país com as características económicas, sociais e culturais de Angola, após cinco séculos de colonização.

Em 1992, ocorrem as primeiras eleições multipartidárias do país. Nessa ocasião, o MPLA continuou vitorioso, mas se alterou o sistema político no país, ou seja, houve a

sua democratização – período político reconhecido como Segunda República. O fato foi que a UNITA não aceitou o resultado da eleição e a guerra civil se reiniciou. Em 2002, Jonas Savimbi, líder da UNITA, foi assassinado e as forças armadas da UNITA foram dissolvidas. Nesse mesmo ano, foram assinados os decisivos acordos de paz, colocando fim ao longo período de guerra civil.

Não é infundado argumentar que, após anos de guerras coloniais que cederam lugar às guerras civis, as populações desses países enfrentaram décadas de recessão econômica e social, além das carências de todas as ordens. Por isso, é pertinente a posição crítica de Ki-Zerbo (2006) que considera irresponsáveis as elites políticas:

Nenhum Estado africano atual é capaz de respeitar o bem comum. O Estado não transcende os interesses particulares ao ponto de fazer respeitar o bem comum por todas as cidadãs e todos os cidadãos. (...) O que caracteriza certas elites políticas é o espírito de irresponsabilidade (KI-ZERBO, 2006, p.66).

1.2 Panorama contemporâneo

Esse trabalho de investigação se propõe a analisar comparativamente o sistema de formas de tratamento em língua portuguesa especificamente de três países: o Brasil – localizado na América do Sul, cf. mapa 02 –, Angola e Moçambique – o primeiro situado na costa oeste e o segundo na costa leste africana, conforme demonstrado pelo mapa 03.

Mapa 2: América do Sul



Fonte: <http://www.america-sul.com/mapa.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014.

Mapa 3: Continente africano – em destaque Angola e Moçambique



Fonte: <http://tecciencia.ufba.br/africa-de-todos-de-nos>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014

No contexto sul-americano, o Brasil conta com uma área de 8.515.767,049 Km², divididos por entre os 26 estados e o Distrito Federal, onde está localizada a sua capital, **Brasília**. Esses estados são distribuídos por cinco macrorregiões, a saber (cf. mapa 04): Norte (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins), Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), Centro-Oeste (Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal), Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Apesar de Brasília ser a capital política do país, a cidade de maior expoente financeiro e demográfico é São Paulo⁸, situada no estado homônimo.

Mapa 4: Mapa do Brasil por regiões



Fonte: <http://educarnareal.blogspot.com.br/2011/07/geografia-do-brasil-mapas-relevo-clima.html>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2014

⁸ A cidade de São Paulo conta com uma população de 11.895.893 habitantes distribuídos em uma área de 1.521,110 Km². Esses dados são referentes a uma estimativa do IBGE para o ano de 2014 e encontram-se disponíveis no portal do IBGE Cidades: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>> . Acesso em 12 de janeiro de 2015.

Moçambique é um país cujo litoral é banhado pelo Oceano Índico, com uma área de 801.590 Km². A divisão administrativa de Moçambique conta com onze províncias (cf. mapa 05), que assim se organizam: Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), Central (Tete, Zambézia, Manica e Sofala) e Sul (Gaza, Inhambane, e Maputo, onde está localizada a capital do país homônima, **Maputo** – que é também considerada uma província, por possuir distritos a ela associados).

Mapa 5: Mapa político de Moçambique



Fonte: Atlas de Moçambique, 2009, p.17.

Por fim, Angola é um país situado na África Ocidental, portanto, semelhantemente ao Brasil, é banhado pelo Oceano Atlântico. Seu território é de 1.246.700 Km², distribuídos por suas 19 províncias (cf. mapa 06): Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, **Luanda** (província e também capital do país), Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

Mapa 6: Mapa político de Angola



Fonte: Atlas de Angola, s/d, p.5.

A fim de se esboçar um panorama mais recente com as características principais dos três países em análise, foram consultados os seguintes veículos oficiais: o Censo Demográfico da população brasileira, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas informações foram divulgadas por meio dos *Resultados Gerais da Amostra* (2012) e do *Atlas do Censo Demográfico* (2013); o *III Recenseamento da população moçambicana*, concretizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2007; o *Relatório Social de Angola* (RSA), levado a cabo em 2012 pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC – UCAN); o *Inquérito Integrado sobre o bem-estar da população* (IBEP), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), em 2011⁹; além desses, também foi considerada a versão portuguesa do *Relatório do desenvolvimento humano 2013*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A partir desses estudos verificou-se que a população brasileira conta com um montante de 190.755.799 habitantes (segundo o censo 2010), a população moçambicana foi estimada em 23.049.621 (no ano de 2011) e a angolana 19.940.000 habitantes (dado do RSA, CEIC/UCAN, 2012).

Segundo o IBGE, a região mais populosa do Brasil é a Sudeste com 80.364.410 de habitantes em 645 municípios, sendo que, apenas a cidade de São Paulo, no ano de 2014, contabilizou 11.895.893 habitantes¹⁰, conforme já expresso anteriormente. As outras regiões da União apresentam a seguinte divisão demográfica, conforme representado pela tabela 01:

Tabela 1: População residente no Brasil segundo as regiões

Grandes regiões do Brasil	População residente (2010)
Norte	15.864.454
Nordeste	53.081.950
Sudeste	80.364.410
Sul	27.386.891
Centro-Oeste	14.058.094
Brasil (total)	190.755.799

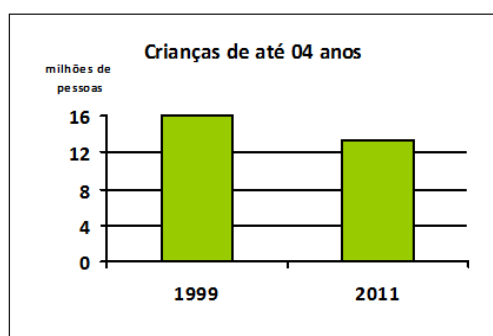
Fonte: Atlas do Censo Demográfico IBGE, 2013, p.12

⁹ É preciso esclarecer que até o momento ainda não se realizou um projeto integrado de recenseamento da população angolana. Nesse sentido, os estudos aqui apontados consideram amostras da população e avaliações por estimativa.

¹⁰ Informação obtida pelo site do IBGE Cidades: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>> Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

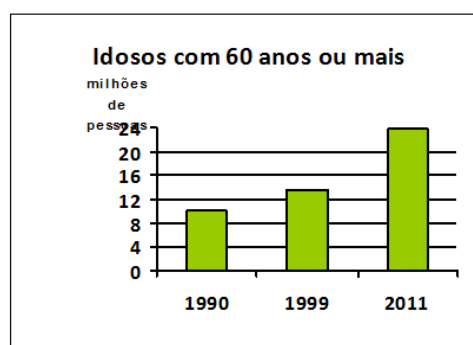
De acordo com as informações do *Atlas do Censo Demográfico* (2013), a taxa de crescimento anual da população brasileira vem decrescendo (de 1,64% entre 1991 e 2000, para 1,17% entre 2000 e 2010). Além disso, os dados populacionais demonstram um envelhecimento da população, haja vista que os idosos acima de 60 anos representam atualmente 10,8% do total do país e a população jovem, com 14 anos ou menos, corresponde a 24% da população, mas com índices mais alarmantes ao se considerar que nas grandes aglomerações esta taxa chega a 9,7%. A esse respeito, a comparação entre os gráficos 01 e 02 demonstra a tendência de envelhecimento da população brasileira ao se confrontar os dois grupos etários marginais:

Gráfico 01



Fonte: Pnad/IBGE¹¹

Gráfico 02



Fonte: Pnad/IBGE

Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>> Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

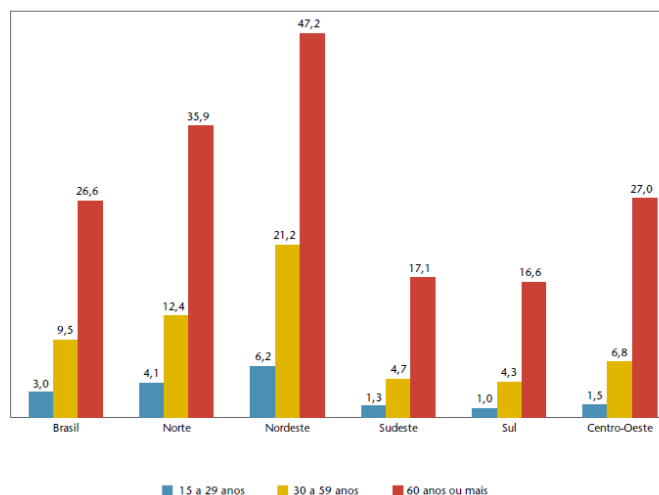
Ao se tratar das desigualdades socioeconômicas do país, o IBGE demonstra uma perspectiva otimista, ao averiguar melhorias em indicadores como distribuição de renda e educação no período de 2000 a 2010 (anos do penúltimo e último Censo, respectivamente). Entretanto, o Brasil manteve seu padrão de desigualdade social quando confrontadas as regiões do país: maior desenvolvimento das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, face às regiões Norte e Nordeste. Especificamente, no que se refere à educação, essa melhoria tem acontecido de forma lenta e progressiva nos últimos 140 anos. Nesse sentido, o IBGE (2013) confronta os dados de 18,6% de alfabetizados (conforme revelou o Recenseamento Geral do Brasil de 1872) para 82,6% em 2010¹² e

¹¹ Observação: Os dados de 1990 sobre crianças de até 04 anos não estão disponíveis no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil.

¹² Para verificar a distribuição de analfabetismo por região administrativa do Brasil – e, assim, se constatar a desigualdade social por região, tal como mencionado anteriormente – cf. gráfico 03. Com o mesmo intento, o gráfico 04 demonstra esse descompasso de analfabetismo segundo o critério de cor ou raça.

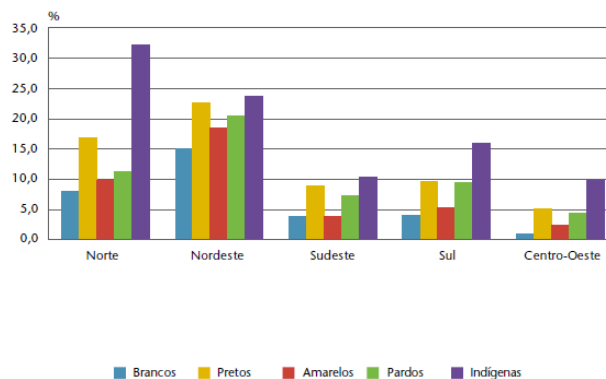
afirma: “Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social e o fim das discriminações sociais, ela é parte do processo de formação de sociedades mais igualitárias e fator fundamental de redução das disparidades socioeconômicas” (Atlas IBGE, 2013, p.15).

Gráfico 3: População analfabeta, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, em 2010



Fonte: Atlas do Censo Demográfico IBGE, 2013, p.163.

Gráfico 4: Percentual de analfabetos de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça¹³, segundo as Grandes Regiões, em 2010



Fonte: Atlas do Censo Demográfico IBGE, 2013, p.164.

¹³ A respeito da questão raça ou cor para a população brasileira, é interessante observar o ponto de vista da escritora moçambicana Paulina Chiziane (2012): “Para nós, moçambicanos, a imagem do Brasil é a de um país branco ou, no máximo, mestiço. O único negro brasileiro bem-sucedido que reconhecemos como tal é o Pelé. Nas telenovelas, que são as responsáveis por definir a imagem que temos do Brasil, só vemos negros como carregadores ou como empregados domésticos. No topo [da representação social] estão os brancos. Esta é a imagem que o Brasil está vendendo ao mundo”, criticou a autora, destacando que essas representações contribuem para perpetuar as desigualdades raciais e sociais existentes em seu país. “De tanto ver nas novelas o branco mandando e o negro varrendo e carregando, o moçambicano passa a ver tal situação como aparentemente normal”, sustenta Paulina, apontando para a mesma organização social em seu país.”

O último censo realizado em Moçambique, pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2007, apontou que, naquela altura, a população era de 20.632.434 de habitantes, distribuídos quase equanimemente entre homens e mulheres: a população feminina representa 51,8% e a masculina 48,2%. Esse censo também evidenciou que a população rural era predominante no país, ou seja, 69% da população residiam na zona rural, contra 31% em áreas urbanas.

As províncias mais populosas de Moçambique são Nampula com 19,8% da população moçambicana (4.076.642 habitantes) e Zambézia, com 18,9% (3.982.854 habitantes). A província capital, Maputo, conta com uma população de 1.099.102 habitantes, totalizando 5,4% da concentração demográfica de Moçambique. A respeito da constituição sócio-histórica da cidade de Maputo, Firmino (2006) tece o seguinte comentário:

Fisicamente, o contorno urbano da cidade de Maputo permaneceu o mesmo, e as três zonas podem ainda ser reconhecidas [central, intermédia e rural]. No entanto, a composição social da zona central mudou radicalmente devido ao retorno a Portugal da maioria dos colonos portugueses depois da independência de Moçambique em 1975, e devido também à decisão política da FRELIMO de mudar a composição social da zona central. Logo depois da independência, num acto político que foi simbolizado pela mudança do nome da cidade de Lourenço Marques para Maputo, todas as casas e apartamentos de alugar foram nacionalizados, e o Estado estabeleceu políticas com vista a permitir que os africanos vivessem no centro da cidade. Muitas pessoas que viviam na zona intermédia aproveitaram-se dessas medidas e, desde então, a face social do centro da cidade tomou outra configuração. Para além disso, depois da independência, muitas pessoas vieram para a cidade, oriundas de diferentes províncias do país, a maioria das quais para trabalhar em instituições do Estado, como funcionários do Estado. Em anos recentes, um grande número de estrangeiros a trabalhar em embaixadas, organizações internacionais e ações não-governamentais também se estabeleceu na zona central (FIRMINO, 2006, p.77).

Em um contexto mundial, Moçambique atualmente é um dos países que mais exigem cuidados no que se refere à condição de vida de sua população, segundo informações do *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2013. Um dos indicativos utilizados nesse relatório é o IPM (Índice de Pobreza Multidimensional), que analisa as privações de saúde, educação e padrão de vida enfrentadas pela população. Esse índice aponta que as três maiores porcentagens de IPM no mundo são Etiópia (87%), Libéria (84%) e Moçambique (79%). Entretanto, esse mesmo relatório

aponta que, “no período entre 1990 e 2012, o grupo de países com melhorias no IDH mais assinaláveis comparativamente ao desempenho dos seus homólogos incluiu alguns dos países menos desenvolvidos, como a República Democrática Popular do Laos, o Mali, Moçambique¹⁴, o Ruanda e o Uganda” (RDH, 2013, p. 63).

Levando em consideração apenas os países avaliados na presente pesquisa, o RDH (2013) aponta que, num universo de 186 países avaliados, Brasil, Angola e Moçambique estão ranqueados da seguinte forma quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano: o Brasil ocupa a 85ª posição e é classificado como tendo um índice de desenvolvimento humano elevado¹⁵, por contar com a esperança de vida à nascença em 73,8 anos e a média de escolaridade de 7,2 anos. Angola se encontra na posição 148 do ranking (desenvolvimento humano considerado baixo), com uma expectativa de vida de 51,5 anos e a média de escolaridade em 4,7 anos. Finalmente, Moçambique ocupa a penúltima posição (185 – desenvolvimento humano também considerado baixo), com 50,7 anos de expectativa de vida e 1,2 anos sendo a média de escolarização.

De acordo com o *Relatório Social de Angola 2012* (RSA), produzido pelo CEIC/UCAN, estima-se para Angola que, do montante de 19.940.000 de habitantes, 10,3 milhões estejam em idade economicamente ativa, impulsionando o desenvolvimento do país. Além disso, os pesquisadores apontam que, em Angola, “o fenómeno da urbanização tem sido muito intenso nos últimos anos, fazendo de Luanda a grande metrópole de Angola, com uma população estimada em mais de 6,5 milhões de habitantes e exercendo um efeito de atracção notável que a transforma no principal e mais importante polo de crescimento económico do país” (RSA, 2013, p.38). Nesse sentido, a previsão é que para 2020 a taxa de concentração urbana poderá chegar a 72%. Esse panorama se agrava ainda mais pelo fato de que o interior do país está sofrendo um processo de desertificação, afastando as possibilidades de investimento privado e desenvolvimento social nessas regiões.

¹⁴ As melhorias no IDH de Moçambique coadunam com as informações acerca do crescimento económico do país divulgadas pelo relatório anual das Perspectivas Económicas na África (PEA). De acordo com esse relatório, o Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano foi de 7,4%. “O aumento progressivo da produção de carvão, a implementação de grandes projectos de infra-estruturas, juntamente com a expansão do crédito deverão continuar a impulsionar o crescimento para 8.5% em 2013, e 8% em 2014” (PEA, 2014). Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/southern-africa/mocambique/>>. Acesso em: 01 de abril de 2014.

¹⁵ A escala do PNUD considera as seguintes classificações: Desenvolvimento humano muito elevado, desenvolvimento humano elevado, desenvolvimento humano médio e desenvolvimento humano baixo (RDH, 2013, p.150 a 153).

Comprovando esse processo, o Instituto Nacional de Estatística fez uma avaliação do país pelo processo de amostragem em 2008, o *Inquérito integrado sobre o bem estar da população de Angola* (IBEP), e constatou que, das 58.123 pessoas entrevistadas, 54,8% já residiam, naquela altura, em áreas urbanas, contra 45,2% em áreas rurais – ou seja, esses resultados angolanos demonstram uma tendência inversa a de Moçambique, que conta com uma população majoritariamente rural. Sobre essa concentração urbana, a tabela a seguir revela as áreas de maior densidade demográfica do país, colocando em destaque a sua capital – tal como evidenciado pelo RSA:

Tabela 2: População angolana por província de residência

Província	Total (%)
Angola	100
Cabinda	2,1
Zaire	1,9
Uíge	5,4
Luanda	29,0
Kwanza Norte	1,8
Kwanza Sul	6,3
Malanje	3,7
Lunda Norte	3,7
Benguela	9,8
Huambo	7,6
Bié	5,5
Moxico	2,7
Kuando Kubango	1,9
Namibe	1,8
Huíla	10,3
Cunene	3,1
Lunda Sul	1,8
Bengo	1,7

Fonte: IBEP, 2008-09, p.46 – com adaptações

Nesse mesmo estudo, o IBEP avaliou as principais causas que motivaram os deslocamentos internos (migrações) da população angolana e constatou que um período crítico se deu a partir das eleições multipartidárias de 1992, que coloca fim ao governo socialista em Angola, mas que acirra os processos de guerra entre o MPLA e a UNITA. Nessa fase, inclusive, os conflitos armados chegam a regiões urbanizadas, como Luanda, obrigando a população a buscar refúgio. A esse respeito, seguem as conclusões do estudo por meio das tabelas 03 e 04:

Tabela 3: População migrante, segundo os períodos de referência de emigração para a província de residência actual¹⁶

	Períodos de referência de migração				Número de migrantes
	Antes de 1975	Entre 1975 e as eleições de 1992	Depois das eleições de 1992, mas antes dos acordos de paz de 2002	A partir dos acordos de Paz de 2002	
Angola	9,1	33,1	35,2	22,6	6.671
Área de residência URBANA	9,3	35,7	36,2	18,9	4.935
Área de residência RURAL	7,8	19,9	29,9	42,4	1.736

Fonte: IBEP, 2008-09, p.73 – com adaptações

Tabela 4: População migrante, segundo as razões que motivaram a mudança para a residência actual

Razão da migração para a província de residência actual	Angola
Foi reassentado	1,2
Devido à guerra	25,4
Para procurar trabalho	10,2
Transferido pelo trabalho	4,4
Devido ao casamento	4,5
Para estudar	4,7
Para juntar-se à família	47,8
Outra	1,6
Número de migrantes	6.671

Fonte: IBEP, 2008-09, p.77 – com adaptações

Coadunando com essa análise estatística, Fonseca (2009), ao analisar o fenómeno da recente urbanização da cidade de Luanda, explica que a explosão demográfica ocorreu, sobretudo, em função do processo de guerra civil (1975-2002), “já que este movimento campo-cidade-capital é recente na história angolana” (FONSECA, 2009a,102). Entre diversas consequências negativas desse crescimento desordenado, o autor destaca a deficiência no transporte urbano e o déficite habitacional como fatores que contribuem para a caótica realidade de Luanda.

¹⁶ É válido mencionar novamente que o relatório do IBEP (Inquérito Integrado sobre o bem-estar da população, 2008 e 2009, realizado pelo INE – Instituto Nacional de Estatística de Angola) apresenta resultados aferidos por meio de amostragem. Assim, para a sua realização foram inquiridas 58.123 pessoas distribuídas em 11.852 agrupamentos familiares, sendo que 5.707 estavam localizados em áreas urbanas e 6.145 em áreas rurais (IBEP, 2008-2009, p. 17). Cf. nota de rodapé 10.

O RSA, para o ano de 2012, chama atenção ao fato de que países que apresentam rendimento igual ou inferior ao de Angola (segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH, PNUD) são classificados em um patamar superior quanto ao índice de desenvolvimento humano. A explicação para esse fato está centrada no modo como ocorre a distribuição de renda no país, em função de precariamente prover a população de necessidades básicas como educação e saúde. Entretanto, o RSA também afirma que essa situação, se comparada ao ano em que se estabeleceu o derradeiro Acordo de Paz, colocando fim a guerra civil, em 2002, teve uma reconhecida evolução. Um dos indicadores desse aclave no desenvolvimento humano se deu em decorrência do aumento da esperança de vida e da taxa de escolaridade. A esse respeito, os pesquisadores afirmam:

Assinalam-se, analogamente, alterações significativas na redução do analfabetismo dos adultos, embora com uma diminuição de intensidade nos últimos anos. Em 2012, segundo registros do PNUD, existiam no país cerca de 25% de adultos analfabetos. As melhorias neste indicador são importantes para o processo econômico, cada vez mais tributário de mão de obra qualificada (RSA, 2013, p.45).

Ainda versando nessa temática, o RSA destaca que a despeito do fato de ter havido melhora no sistema educacional, ela não é suficiente. Da cifra atual de 7.225.234 de estudantes matriculados, o sistema educacional de Angola ainda exclui 1.979.684 de crianças e jovens (21,7%). Essa situação ainda deficitária recebe a seguinte avaliação:

A educação concluiu este ano um longo processo de reforma (2002-2012) que visou estabelecer um sistema unificado de educação, alargar o acesso, melhorar a qualidade, reforçar a eficácia e assegurar a equidade do sistema. Porém, o papel da educação continua a não ser entendido como um factor estratégico de desenvolvimento e de progresso social. Apesar de ser um direito fundamental, consagrado na Constituição da República, na prática é assumida como um encargo da família e o Estado se desonera da sua fraca prestação, não atendendo à sua importância como base necessária para a formação de uma mão de obra nacional de qualidade, que possa permitir um crescimento econômico diversificado e sustentado” (RSA, 2013, p.89).

Em comparação, portanto, Brasil, Angola e Moçambique enfrentam situações análogas de necessidades de investimento no bem estar de suas populações. Ressalvando as devidas diferenças históricas, esses três países enfrentaram profundos déficits ocasionados pelo processo colonial e ainda precisam reparar as suas consequências. Assim sendo, é imperioso que haja investimentos em uma divisão igualitária de renda e dignidade a seus cidadãos.

1.3 Língua portuguesa

“Esta é a ironia da História e do modo como ela baralha os destinos: sabemos quem somos e onde estamos por via de um idioma que, antes, parecia ser dos outros e vinha de fora”
(MIA COUTO, 2007, s/p).

Ao se considerar que, no caso brasileiro, a língua portuguesa é oficial e falada pela maior parte da população como língua materna e em situações tanto formais como informais; e que, para Moçambique e Angola, ela também possui representatividade nacional, sendo empregada por grande parcela da população em diferentes situações de fala – contudo, convivendo com outros grupos linguísticos –, é possível declarar que se trata de uma língua com diferentes representações simbólicas para essas nações, tal como afirma Firmino (2006, p.42-43), ao se “referir às nuances da língua”:

Por outras palavras, a distribuição de nuances da língua comum não é independente das relações de poder prevaletentes numa sociedade e, portanto, é improvável que estas nuances sejam uniformemente partilhadas por todos os membros de uma Nação-Estado, porque os seus membros não estão igualmente posicionados na economia política do sistema nacional. Quero também sublinhar que a noção de ‘nuances partilhadas da língua comum’ não se correlaciona estritamente com a similaridade de traços linguísticos, como se poderia a priori prever. Antes, ela deriva de assunções simbólicas e ideológicas de que esses traços linguísticos devem transmitir a esfera geral das relações sociais em que as pessoas interagem. Com efeito, a investigação mostra que ‘as línguas’ que são muito semelhantes do ponto de vista linguístico podem ser entendidas como diferentes na medida em que simbolizam incompatibilidades entre grupos sociais” (FIRMINO, 2006, p.42-43).

1.3.1 Língua portuguesa no Brasil

Em função da semelhante herança do colonialismo português, a língua portuguesa é idioma oficial do Brasil, de cinco países africanos, conhecidos como PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a saber: Moçambique, Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde), do Timor Leste (país do sudeste asiático), além de Portugal. Entretanto, de acordo com informações do SIL (Summer Institute of Linguistics)¹⁷, há também expressiva quantidade de usuários de língua

¹⁷ Disponível em <<http://www.ethnologue.com/language/por>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

portuguesa em Andorra (país europeu situado entre a França e a Espanha) e nas localidades de Goa¹⁸ (Índia) e Macau (China)¹⁹ por também terem sido colônias portuguesas.

No que se refere particularmente ao caso brasileiro, muito embora em todos os estados do Brasil seja possível estabelecer comunicação em português nas ruas, estabelecimentos comerciais, órgãos públicos etc., percebendo-se apenas uma variação dialetal, é necessário afirmar que esse país apresenta uma realidade plurilíngue, que conflui com sua diversidade e riqueza cultural. De acordo com informações de Savedra (2010), o Brasil possui cerca de 300 idiomas falados em seu território contemporaneamente. Desse total, a maior parte é praticada por comunidades indígenas²⁰, uma média de 30 línguas é falada por comunidades de descendentes de imigrantes, há também uma considerável população utente de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e, por fim, há algumas línguas usadas por comunidades remanescentes de quilombos. Esse universo linguístico brasileiro merece reconhecimento e reflexão:

A pluralidade linguística do Brasil, reflexo de sua formação étnica, manifesta-se em diferentes situações de/em contato, identificadas entre línguas autóctonas, exóctonas (línguas dos colonizadores, da escravidão, da imigração ou alóctonas), na diversidade linguística de fronteira (fronteiras hispânicas e fronteira francófona), no contato com falares étnicos específicos como, por exemplo, falares ciganos e, ainda na aquisição formal de línguas estrangeiras. Neste contexto, faz-se relevante enfatizar a importância na definição de políticas públicas de intervenção para defesa deste patrimônio cultural nacional, expresso, dentre outros meios, pela sua diversidade linguística (SAVEDRA, p.222, 2010).

Como já afirmado, entretanto, a língua portuguesa é majoritária em território brasileiro. Obviamente, é a língua herdada da história de colonização portuguesa vivenciada pelo Brasil, mas cuja consolidação se deu com o processo de formação da

¹⁸ Por mais de 400 anos, Goa foi território colonial português, passando a ser capital do Estado Português da Índia em 1510. Em 1961, o exército indiano retoma o domínio territorial de Goa.

¹⁹ No século XVI, paulatinamente, os colonizadores portugueses foram assumindo o domínio territorial de Macau, fazendo com que ele se tornasse um importante posto comercial entre a China, a Europa e o Japão. Em 1967, ocorreu um motim contrário ao domínio português e Portugal renunciou à possibilidade de ocupação perpétua do território. Entretanto, foi apenas em 1999 que definitivamente Macau voltou a pertencer à soberania chinesa.

²⁰ Mais precisamente, o Brasil possui uma população indígena de 817.963 mil pessoas, 305 etnias e 274 idiomas, de acordo com o que foi levantado pelo Censo de 2010. Para mais informações, cf.: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2194&busca=1&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274>

Entretanto, é preciso esclarecer que a quantidade real de línguas indígenas varia em função do que o instituto que realiza a pesquisa está considerando como língua. Assim sendo, o IBGE declara a existência de 274 línguas indígenas, enquanto o Instituto Socioambiental (ISA) prevê a existência de 150.

identidade nacional nos anos de república – a partir de 1900, portanto. Nesse período, “o país, seu saber, seu sujeito político-social e suas instituições se individualizaram. Trata-se do que eu estou chamando de processo de descolonização do Brasil” (ORLANDI, 2009, p.218).

Em termos oficiais, o decreto do Marquês de Pombal datado de 1757 proibiu o uso de qualquer língua que não fosse a portuguesa em território nacional e, especialmente, em escolas e organismos públicos. Entretanto, conforme enfatiza o historiador Alberto da Costa e Silva (2012, p.56):

Apesar da interdição pombalina, podia-se ouvir, em Belém, uma senhora falar com outra, de janela a janela, em nheengatu; no Rio de Janeiro, um grupo de negros a conversar em quimbundo; e, em Salvador ou no Recife, em iorubá ou numa das muitas outras línguas faladas pelos africanos trazidos para o Brasil.

Ao longo de sua história, o português praticado no Brasil vai paulatinamente ganhando contornos que o diferenciaram de Portugal. A causa fundamental dessa particularização do português brasileiro – em comparação ao europeu – é sua constituição que prevê três famílias linguísticas, conforme assegura a pesquisadora Yeda Pessoa de Castro (2009): a família indo-europeia, a família das línguas tupi e a família níger-congo. Segundo, ela: “consequentemente, povos indígenas e povos negros, ambos marcaram profundamente a cultura do colonizador português que se estabeleceu no Brasil, dando origem a uma nova variação da língua portuguesa – brasileira, mestiça” (CASTRO, 2009, p.182).

Em função desse evidente contato linguístico, há uma corrente de pensadores da língua portuguesa – representados, sobretudo, por Dante Lucchesi – que apontam a existência da “transmissão linguística irregular” como cerne da história sociolinguística brasileira. Assim sendo, esse termo refere-se

ao processo de socialização e nativização de um modelo defectivo de segunda língua adquirida por uma população de indivíduos adultos, de forma precária, em situações de contato linguístico abrupto, massivo e radical. A reestruturação gramatical desse modelo defectivo, em situações de segregação com acesso restrito aos modelos da língua-alvo, pode gerar uma variedade linguística qualitativamente distinta da língua-alvo, no que se definiu como **pidginização** e **crioulização**. Mas a transmissão linguística irregular não implica necessariamente pidginização/crioulização, podendo resultar na formação de uma variedade histórica da língua-alvo que se caracteriza por exibir processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas. (LUCCHESI, 2009, p.35).

Ao se considerar a população de indivíduos adultos que adquiriu a língua portuguesa em condição irregular a que Lucchesi (2009) se refere, claramente está em relevo o contingente de africanos escravizados (em torno de 4 milhões de pessoas) que habitou terras brasileiras ao longo de 400 anos de servidão compulsória. Dessa forma, ainda que não tenha existido de fato um processo de criouliização da língua portuguesa, houve alterações linguísticas contundentes, sobretudo ao se considerar a gramática das gerações subsequentes – pois as mudanças gramaticais encontram o seu momento crítico exatamente na transmissão geracional (LUCCHESI, 2009, p.29).

De acordo com esse viés de raciocínio, a *concordância verbal e nominal* representam o mecanismo linguístico que mais sofreu os efeitos dessa transmissão irregular da língua portuguesa e, atualmente, constitui a “grande fronteira sociolinguística da sociedade brasileira” (LUCCHESI, 2009, p.31), sendo, inclusive, o grande alvo de preconceito linguístico.

Em termos gerais, de acordo com o pesquisador em questão, o Brasil encontra-se polarizado entre duas normas: a culta e a popular. Por um lado, a norma culta historicamente se formou principalmente no litoral brasileiro, local onde se concentravam os núcleos urbanos e as elites. Por outro lado, foi no interior do país, onde estavam instaladas fundamentalmente as atividades relacionadas à agropecuária e à mineração e, por conseguinte, africanos e indígenas e seus descendentes, além de senhores e colonos pobres de origem europeia, que majoritariamente teve lugar a formação do português popular brasileiro. É válido destacar que o fenômeno de urbanização é recente no Brasil – data de meados do século XX. Nesse sentido, “a **norma popular brasileira** atualmente, mesmo em sua variante urbana, exhibe ainda os reflexos dos processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas que marcaram a sua origem histórica no interior do país” (LUCCHESI, 2009, p.32-33).

Esse português que vai se consolidando no Brasil, sinteticamente, pode ser assim demonstrado:

Há mais de quinhentos anos a língua portuguesa foi trazida ao Brasil. Nos séculos XVI a XVIII foi rotulada como *o português no Brasil*, pois era inteiramente lusitana, e não tinha superado as línguas indígenas. A partir do século XIX, a língua portuguesa tornou-se majoritária, começou a distanciar-se do português europeu, sendo então denominada *português do Brasil*. A partir dos anos 80 do século XX, suprime-se a preposição *do*, e começamos a falar em *português brasileiro*. Sinaliza-se com isso que novos distanciamentos tinham ocorrido, servindo a expressão para designar a identidade linguística dos brasileiros (CASTILHO, 2010, p.31).

A partir de outra perspectiva, mas também com o intento de buscar as origens do português brasileiro, Naro e Scherre (2007) – ao investigar diversos documentos históricos, como relatos de viagens, de missionários, peças de teatro, jornais etc. – constatam que, já a partir do século XVIII, a língua portuguesa passa a ser usada de forma maciça pela população brasileira, formada por descendentes e não descendentes de portugueses residentes, sobretudo, em regiões litorâneas, além de partes das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Dessa forma, os indícios apontam para o fato de que, aos poucos, o português vai substituindo as línguas gerais amplamente usadas como veículo de comunicação entre portugueses (e seus descendentes) e comunidades indígenas: a língua geral paulista e a língua geral amazônica.

Em contrapartida, não há documentos que comprovem a existência de uma língua de comunicação entre os africanos escravizados no Brasil (ou seja, uma “língua geral africana”). Segundo os pesquisadores, “a documentação não transmite nem a mais leve suspeita de que a língua portuguesa falada pelos brasileiros descendentes dos primeiros cativos africanos fosse diferente da fala de brasileiros de outras origens étnicas (mantidas, naturalmente, as semelhanças socioeconômicas relevantes)” (NARO; SCHERRE, 2007, p.28).

Se, por um lado, os pesquisadores não admitem a presença de uma “língua geral africana” praticada no Brasil, durante o longo período de escravidão – a não ser em pequenas comunidades isoladas²¹ –, por outro lado, eles asseveram que o português praticado no Brasil sofreu influências de falantes de outras nacionalidades que aqui estabeleciam o seu convívio linguístico, sobretudo na aquisição do português como língua segunda: “O quadro linguístico inicial que surge então é o de uma comunidade em que as línguas dos diversos grupos se influenciavam, principalmente através do aprendizado de segundas línguas por falantes não nativos adultos” (NARO; SCHERRE, 2007, p.29).

Ainda acerca da presença africana no Brasil, Naro e Scherre (2007) consideram a hipótese amplamente aceita nos círculos acadêmicos de que possa ter havido um pidgin de base iorubá mais ao norte do Brasil e outro de base quimbundo mais ao sul, dada a concentração geográfica dos grupos originários de África. Entretanto, pelo fato de não ter restado fontes documentais que comprovem essa hipótese empiricamente, os

²¹ A esse respeito, Naro e Scherre (2007) destacam a língua africana falada na comunidade quilombola do Cafundó, localizada no interior do Estado de São Paulo. Essa língua foi amplamente estudada por Vogt & Fry (1996) e, em sua descrição, observa-se “uma gramática portuguesa com léxico de provável etimologia quimbundo, língua da família banto” (Naro; Scherre, 2007, p.31).

estudiosos preferem concentrar-se em outra explicação para a comunicação praticada pelos escravizados e seus descendentes:

Parece mais verossímil que os brasileiros de origem africana falassem variantes locais do português popular do Brasil, da época, ou um pidgin de base africana que, com o correr do tempo, caiu em desuso, exceto para os casos de comunicação secreta. Essa abordagem tem a vantagem de explicar a pesada influência lexical das línguas africanas no português popular do Brasil (NARO; SCHERRE, 2007, p.31).

Apesar das diferenças de posicionamentos teóricos e vieses críticos dos cientistas dedicados ao estudo do português brasileiro, o fato é que a língua portuguesa em território brasileiro possui nuances peculiares que a particularizam – da mesma forma como é peculiar o português praticado em Angola, em Portugal, em Moçambique etc. A respeito dessa variedade brasileira da língua portuguesa, em seu livro, “*O português são dois...*” Rosa Virgínia Matos e Silva (2004) intitula o primeiro capítulo com uma provocação: “Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil”. E, então, a autora discorre sobre o assunto²²:

Multiplicam-se as situações em que dizem, no Brasil, que vai mal a língua portuguesa. Irá mal, de fato, o vernáculo no Brasil? Claro que não. Vai mal a expectativa de alguns, até numerosos sem dúvida, que, desligados da realidade da nação brasileira, desejam recuperar algo que nunca fomos e, por isso, não assumem de fato o que nos legou e lega a nossa própria história.

A afirmativa anterior indica duas atitudes polares que se refletem nas avaliações que se fazem sobre o uso da língua portuguesa no Brasil e, por consequência, sobre o dever ser de seu ensino: a dos que cobram a aplicação de uma norma obsoleta, idealizada por uma tradição cultural dominante, e a dos que encaram realisticamente a diversidade linguística do Brasil (SILVA, 2004, p.11).

Atualmente, há uma política de democratização do ensino brasileiro, no sentido de que quase a totalidade das crianças tem acesso à escola. No entanto, ainda se questiona a qualidade desse ensino, sobretudo no que concerne ao ensino de língua portuguesa. Apesar de a ciência linguística encontrar-se em um avançado estágio de discussão acerca da variedade brasileira da língua portuguesa, esse tipo de reflexão ainda não modificou a contento a realidade das salas de aula do país. Nesse sentido, a despeito de se falar em “português brasileiro”, continua-se ensinando uma norma que não condiz com a realidade linguística do país e, dessa forma, ainda é assaz frequente em ambientes escolares frases do tipo: “Eu não sei português. É muito difícil”. A partir

²² Ressalvando-se as devidas particularidades históricas e culturais, o comentário da professora Silva (2004) a respeito do português brasileiro também é aplicável às situações de ensino da língua portuguesa em Angola e Moçambique.

desse cenário, faz parte da agenda dos pesquisadores da área de linguística e língua portuguesa do país estabelecer essa ligação entre o fazer científico e fazer prático que se dá no cotidiano escolar.

Apesar desse comentário, é imperioso reconhecer o avanço que alguns linguistas alcançaram no sentido de propor ações efetivas para modificar o cenário da educação em língua portuguesa no país. Em um universo de importantes pesquisadores, apenas alguns serão aqui mencionados a fim de representarem os demais: Bortoni-Ricardo (2006, 2010, 2013), Cyranka (2011, 2013, 2014), Almeida Baronas (2011), Laperuta (2014).

1.3.2 Contextos multilíngues: contato linguístico com línguas Bantu em Moçambique e Angola

*“O colonialismo não tem só coisas que não prestam”.
“Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é a prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo”.*

(Frases atribuídas a Amílcar Cabral – líder independentista da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC) – divulgadas pelo escritor e crítico português Manuel Ferreira, 1988, p.18-19)

No contexto de independência das colônias africanas, havia um dilema linguístico fundamental: qual língua adotar como oficial nas nações em formação? Uma dentre as diferentes línguas africanas locais – que, por sua vez, representavam grupos étnicos diferentes – ou a língua colonial, exógena, mas com representatividade internacional?

Diversos pesquisadores apontam razões que justificam a adoção do português como língua oficial pelos partidos pró-independência: Ferreira (1988) relembra que já na época das lutas armadas, o português era o idioma da propaganda política, representava a língua franca dos exércitos, era a língua da escolarização das zonas libertas. Enfim, segundo o autor, “no momento da libertação nacional houve apenas que assumir e aprofundar essa prática” (p.23).

Firmino (2004, p.350), ao se referir à realidade multiétnica dos países, declara:

Note ainda que nenhuma das línguas autóctones com as quais o português competia podia reivindicar uma esmagadora maioria de falantes proporcionalmente distribuídos por todo o território nacional, pelo que a selecção de uma delas poderia minar o projecto da unidade nacional.

Nessa mesma linha de raciocínio, Firmino (2004) ainda afirma que a língua portuguesa representava a língua de consenso dentro dos movimentos de libertação, que também internamente eram constituídos por homens das diversas etnias locais²³. Além disso, esse idioma ajudava os revolucionários das frentes armadas “a conhecer o inimigo comum” (2004, p.250). Considerando ainda a posição dos líderes da independência, Dias (2002, p.138) aponta outra razão que favoreceu a língua portuguesa naquela ocasião: ela representava a única língua que “permitia a transmissão dos ideais do Marxismo-Leninismo (política adoptada pelos governantes) que propunham a construção do Socialismo na Pátria Moçambicana”.

Em termos mais gerais, os representantes destes países tinham ciência de que, caso adotassem uma língua autóctone exclusivamente como língua oficial, seus países ora em construção teriam restrições de relacionamento com os demais países do mundo. Nesse sentido, o português já representava uma língua global que os inseria, portanto, no mercado mundial. “Enfim, razões políticas, culturais, ideológicas e diplomáticas levaram a uma decisão marcada pelo pragmatismo” (FERREIRA, 1988, p. 25).

Acerca desse assunto, é impossível dispensar a reflexão de Mia Couto (2007):

O lugar e o papel da língua portuguesa como idioma oficial em Moçambique foram debatidos, em 1962, no primeiro congresso da Frente de Libertação de Moçambique realizado na clandestinidade perto de Dar-es-Salaam. A maior parte das actas – incluindo a decisão de adoptar o português como língua oficial – foram redigidas em inglês. Os quadros com maior formação escolar tinham estudado nos países vizinhos. O português foi adoptado não como uma herança mas como talvez a mais valiosa ferramenta para forjar a unidade da futura nação. Se a adopção do português foi um acto de soberania, já a criação da lusofonia não resultou de iniciativa própria de Moçambique. O projecto lusófono surgiu, afinal, pouco tempo depois daquilo que em Portugal se chamou de “descolonização”. Detenho-me na palavra “descolonização” porque ela é um exemplo claro de divergentes modos de ler o passado. O termo “descolonização” é emblemático do que Bernard Shaw disse do inglês: podemos ter uma língua comum para melhor nos desentendermos (MIA COUTO, 2007, s/p).

²³ Para se conhecer melhor a realidade multiétnica das forças de libertação, cf. o romance do escritor angolano Pepetela, denominado *Mayombe* (1980).

A adoção da língua portuguesa pelos países africanos contribuiu para que esse idioma se inserisse no mercado linguístico global como um dos mais importantes e representativos. No entanto, Fonseca (2009a, p.28) alerta para o fato de que, considerando as realidades locais dos países africanos, em especial o caso de Angola, “o que se verifica é que os líderes independentistas angolanos conseguiram ser mais eficazes e contundentes em transmitir a língua oficial portuguesa em diversos rincões e grotões étnicos do país em 34 anos mais do que o fez o conquistador português em cerca de 500 anos”. “Com efeito, a língua portuguesa singra em África a toda a velocidade, apesar das inumeráveis dificuldades a vencer” (FERREIRA, 1988, p.38).

Antes de seguir com a importância da língua portuguesa para os países pós-coloniais, é imprescindível considerar a ressalva de Ki-Zerbo (2006) sobre o papel das línguas tradicionais para a África contemporânea:

Dito isto, é impensável e impossível rejeitar as línguas impostas pela colonização porque, objetivamente, elas foram integradas ao nosso patrimônio cultural, elas unem povos africanos entre si e com a comunidade internacional. As línguas fazem-nos ter acesso a filões fabulosos de cultura e história que são portas incontornáveis para entrar no mundo contemporâneo. Mas com as condições de sairmos da posição de colonizados e de que não nos obriguem a deixar as nossas próprias línguas no vestiário ou no caixote de lixo do mundo moderno (KI-ZERBO, 2006, p.73).

Uma vez que a decisão de se implementar o português como língua nacional foi levada a cabo com a ascensão das nações independentes, houve uma severa transformação da representatividade simbólica desse idioma. Nesse sentido, o português passou do *status* de língua meramente colonial, para representar o veículo de expressão do pensamento de angolanos, moçambicanos, guineenses, caboverdianos e são tomenses. Além disso, as línguas nacionais também adquiriram novas funções sociais condizentes com a dinâmica natural dos povos. Segundo demonstra Firmino (2006):

As línguas ex-coloniais não permaneceram como produtos estáticos, mas adquiriram novos significados simbólicos e aspectos estruturais, elevando-se ao estatuto de variantes linguísticas com valor próprio e não exclusivamente como meras distorções folclóricas das línguas européias. Como aponta Tengan (1994), as sociedades africanas nunca foram sistemas fechados, imunes a uma integração de novos elementos e a transformações ou mudanças devidas a influências externas. Pelo contrário elas têm estruturas abertas que admitem, num processo contínuo, a entrada de novas realidades e de elementos a serem transformados e adaptados ao contexto africano. As

transformações das línguas européias em África são parte deste processo, em que elas se acomodam às realidades socioculturais e políticas em mudança acelerada” (FIRMINO, 2006, p.46).

Esse pesquisador assevera que a língua portuguesa, nos contextos dos países africanos, ao passo que adquire novas relações sócio-simbólicas, novos usos e funções – uma nova ideologia, portanto – inevitavelmente passa por um processo de ser cada vez menos encarada como um elemento intruso e exógeno, para ser visto como algo próprio, que expressa as necessidades e anseios locais. Esse fenômeno é denominado pelo autor como “processo de nativização”.

Especificamente para o contexto moçambicano, Dias (2002) afirma que, ainda em tempos coloniais, a língua portuguesa passou a assumir relações diglósicas, uma vez que os governos proibiram em 1929/1930 o ensino em línguas locais (com exceção do ensino religioso), em favor do ensino realizado completamente em português. Nesse sentido, a população passou a fazer diferença sobre os contextos em que poderiam ser usadas as línguas autóctones e quando se deveria usar a língua do colonizador. A autora sugere que, muito provavelmente, foi nesse momento em que “começaram a surgir com mais vigor sentimentos de desprezo e estigmatização em relação às línguas bantu” (DIAS, 2002, p.114).

Com a independência e o advento do governo socialista, expandiu-se o ensino em língua portuguesa no sentido de se permitir que a população tivesse acesso às instituições oficiais de que antes se viam excluídas. Nesse contexto, o governo passou a valorizar uma variedade “moçambicanaizada como língua de unidade nacional. Valorizou-se a variedade nativizada do tempo colonial e que era resultado da resistência cultural e linguística ao modelo civilizacional europeu” (DIAS, 2002, p.138). A fim de se ilustrar essa ideologia socialista transmitida por meio da valorização da língua portuguesa, Dias (2002, p.141) apresenta um excerto das orientações pragmáticas do Ministério da Educação de Moçambique, de 1975, que será aqui reproduzido:

Todo o ensino está em função da aprendizagem do Português. O partido e todo o Aparelho do Estado utilizam o Português como base. Dizemos, pois, que a evolução do Português em Moçambique vai conduzir ao aparecimento da língua portuguesa como expressão de uma cultura revolucionária moçambicana, garantia da sua continuidade, transformando-a sempre e sendo transformada. Rejeitar o que é velho, absorver o que é novo, eis o princípio da evolução da língua portuguesa em Moçambique. Ela vai ser o que as massas populares dela fizerem, porque, como já dissemos, língua é

transformação. Assim, compete-nos usar a língua portuguesa como uma arma que nos une, no processo de transformação da nossa sociedade, como factor de progresso da revolução e reforço da nossa defesa (MEC, 1975, p.5 apud DIAS, 2002, p.141).

Assim, o português foi se tornando o principal meio de comunicação tanto em situações institucionais como em interações cotidianas nos centros urbanos, pelas ruas, mercados etc. Dessa forma, o número de falantes foi se ampliando e, “à medida que as pessoas usavam o português de diferentes maneiras, ele começou a transcender o seu papel de instrumento político e administrativo para se tornar um veículo de novos tipos de mensagens comunicativas e simbólicas relacionadas com a vitalidade da nova vida nacional de Moçambique” (FIRMINO, 2004, p.352).

O fluxo histórico moçambicano, entretanto, revela uma contradição. A proposta do governo socialista era enfraquecer as individualidades étnicas a fim de que se elevasse um sentimento de identidade nacional moçambicana. A propagação dessa ideologia se deu por meio da língua portuguesa, pela massificação do ensino nesse idioma, em detrimento do ensino nas diferentes línguas autóctones. Nesse sentido, Dias (2002) reflete acerca das consequências desse fato. Ao se incentivar o advento do ‘Homem Novo’, toda uma geração de jovens foi educada a partir de um comportamento que se difere de seus pais e avós, sobretudo no que se refere ao comportamento linguístico. Essa geração, portanto, passou a se identificar com um sistema globalizado em que o meio de comunicação é a língua portuguesa. Nessa corrente, esses jovens também incorporaram outros valores globalizantes, como o consumismo e o individualismo – matou-se a tribo e construiu-se a nação:

Quero dizer que a educação socialista, ao abrir as portas da educação em todos os níveis desde o primário até ao superior, a todas as classes sociais e ao dar acesso a todos à educação, subsidiando o ensino, sem se aperceber, gerou uma elite e uma classe que reassumiu os valores morais da burguesia. Foi esta classe gerada pela revolução que se virou contra ela e que começou a cultivar o individualismo, o açambarcamento, o nepotismo, o consumismo e que foi aos poucos deixando a ideologia que apregoava e difundia a solidariedade, a igualdade, o espírito de sacrifício, o espírito de economia, o comportamento revolucionário (DIAS, 2002, p.158-159).

Essa elite, a que a professora Dias se refere, aos poucos, assume um apreço pela variedade padronizada e europeia da língua portuguesa, que passa a representar prestígio social. Em contrapartida, as variedades nativizadas do português passam por

um processo de estigmatização e “instaura-se nas escolas a paranóia do erro e da seleção. O professor vive procurando erros para punir. Do papel mítico de ‘herói’ que assumiu após a independência, ele passou a ‘algoz’, a punir, a ‘sacrificar’” (DIAS, 2002, p.162).

Paulatinamente, estabelece-se o cenário que ora se percebe em Moçambique quanto à língua portuguesa. Dias aponta a formação de três grupos principais: i) há falantes que a usam apenas como língua de contato, para fins comerciais e sociais; ii) há usuários bilíngues ou plurilíngues que se sentem obrigados a usar o português com mais frequência por conta da escola, do trabalho e de contatos sociais frequentes. Esses falantes podem passar a dominar perfeitamente a língua portuguesa ao longo da vida “ou podem parar em fases diferenciadas de aprendizagem da língua, mantendo em uso uma variedade de língua portuguesa ‘diferente’ (DIAS, 2002, p.175); iii) e, finalmente, há um terceiro grupo que usa o português em seu dia-a-dia de uma forma mais europeizada. Esse cenário é representado pela autora como um ‘continuum linguístico’ “caracterizado por estágios de fluência que vão desde o monolinguismo na língua bantu, passando por oscilações na competência bilíngue, com etapas de dominância na língua bantu ou na língua portuguesa” (DIAS, 2002, p.177).

Angola, por sua vez, apresenta um cenário linguístico com algumas semelhanças em relação a Moçambique, no sentido de que a língua portuguesa também divide espaço com línguas autóctones. Coadunando com Neto (2012, p.43), “o português, é para os angolanos, simultaneamente uma língua materna, segunda e estrangeira”. Para se iniciar essa reflexão, segue uma síntese feita por Pestana (2006, p.145):

Trinta e um anos passados e parece que a questão da língua portuguesa em Angola não é ainda uma questão desapaixonada, pois não faz muito tempo ouvi um líder político referir-se a ela como sendo a “língua dos portugueses”. Muitas referências pejorativas de feição ideológica já foram usadas e outras tantas explicações foram experimentadas. Dois extremos se estabelecem normalmente entre as várias teorias de justificação: os defensores da “nação crioula” e os defensores da africanidade pura.

Desde o processo de luta pela independência, a língua portuguesa era empregada por uma população de assimilados, especialmente em sua capital Luanda, e pelos líderes do MPLA (FONSECA, 2009a). Desde então, o português foi se avolumando pelas localidades do país e adquirindo feições cada vez mais autênticas, pertencendo ao universo da música, literatura, burocracia, governança, comércio etc. Entretanto, ao contactar com as línguas locais, o português passou a adquirir características marcadas

por valores sócio-simbólicos, hierarquizando grupos e excluindo falantes não pertencentes à variedade de prestígio.

A partir desse contato do português com línguas angolanas, popularizou-se o ‘calão’. “Assim, o calão se faz presente e é ouvido também na Cidade Alta²⁴, mas de modo informal, no jogo e no gingar das palavras e gestos rápidos que marcam a oralidade angolana” (FONSECA, 2009a, p.118). Ao abordar esse assunto, o renomado linguista angolano António Fernandes Costa (2006, p.49) afirma que esse calão, a que Fonseca se refere, é uma incorporação de marcas de línguas bantu:

Nesta conformidade, uma abordagem da língua portuguesa, em Angola, não deixará de estar centralizada no quadro geral dos contactos em que aparece inserida. Ela contextualiza-se mediante a incorporação na sua estrutura de marcas e traços linguísticos característicos dos idiomas bantu. Este facto explica, em certa medida, o surgimento de uma específica variante dialectal distinta da europeia. Para além das interferências de natureza fonológica como o vocalismo menos reduzido, os traços fonéticos, os traços prosódicos, o ritmo e a entoação, merecem particular atenção as interferências de natureza lógico-gramatical e as do léxico.

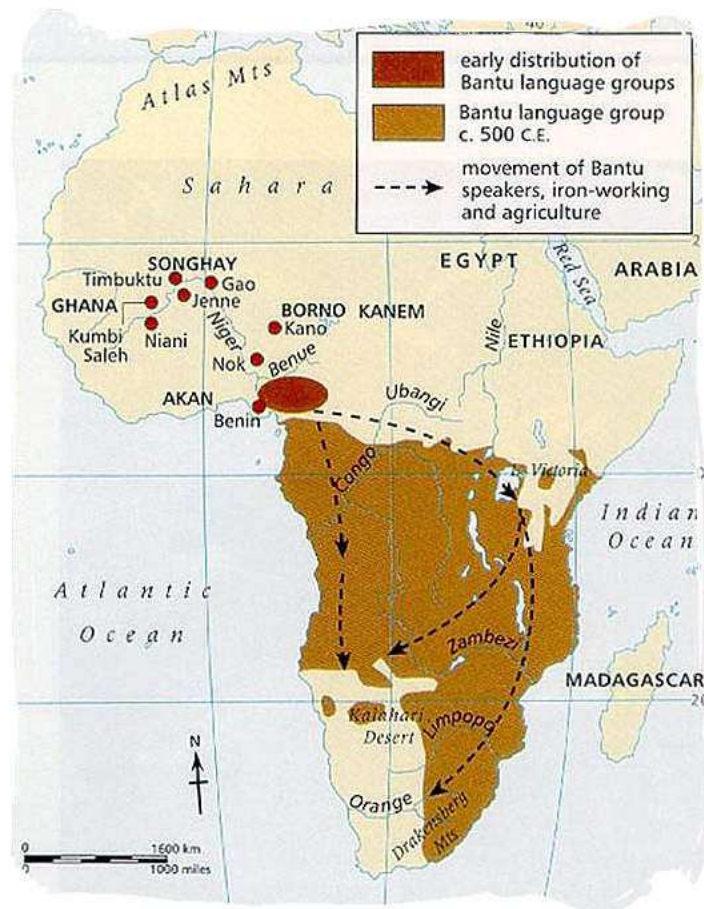
Costa (2009) se refere a idiomas *bantu*. Para explicar esse termo, o Padre Raul Altuna (2006) mobiliza a formação etimológica da palavra. Segundo ele, o radical ‘ntu’ expressa ‘homem, pessoas humanas’ e o prefixo ‘ba’ forma o seu plural. Sendo assim, ‘bantu’ significa seres humanos, pessoas – portanto, expressa a ideia de povo, em um sentido coletivo. Para o autor, “o termo ‘bantu’ aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvida por povos de raça negra” (ALTUNA, 2006, p.23).

De acordo com o autor, os bantu viveram em constantes migrações pelo território africano, iniciadas por volta de 400 a.C. e que se prolongaram até o século XIX (cf. mapa 07). Não há precisão histórica sobre o que motivou essas migrações, mas se trata de um fenômeno de grande importância por constituir etnicamente diversos povos da região subsaariana. No entanto, é preciso ter clareza do fato de que “a designação ‘bantu’ nunca se refere a uma unidade racial. A sua formação e expansão migratória originaram uma enorme variedade de cruzamentos. Há aproximadamente 500 povos bantu” (ALTUNA, 2006, p.23). Portanto, não se trata especificamente de uma ‘raça bantu’, mas de ‘povos bantu’, que possuem hábitos culturais semelhantes e línguas que possuem um tronco originário comum. Essas línguas podem ser encontradas

²⁴ Área da cidade Luanda onde se situa o Palácio Presidencial.

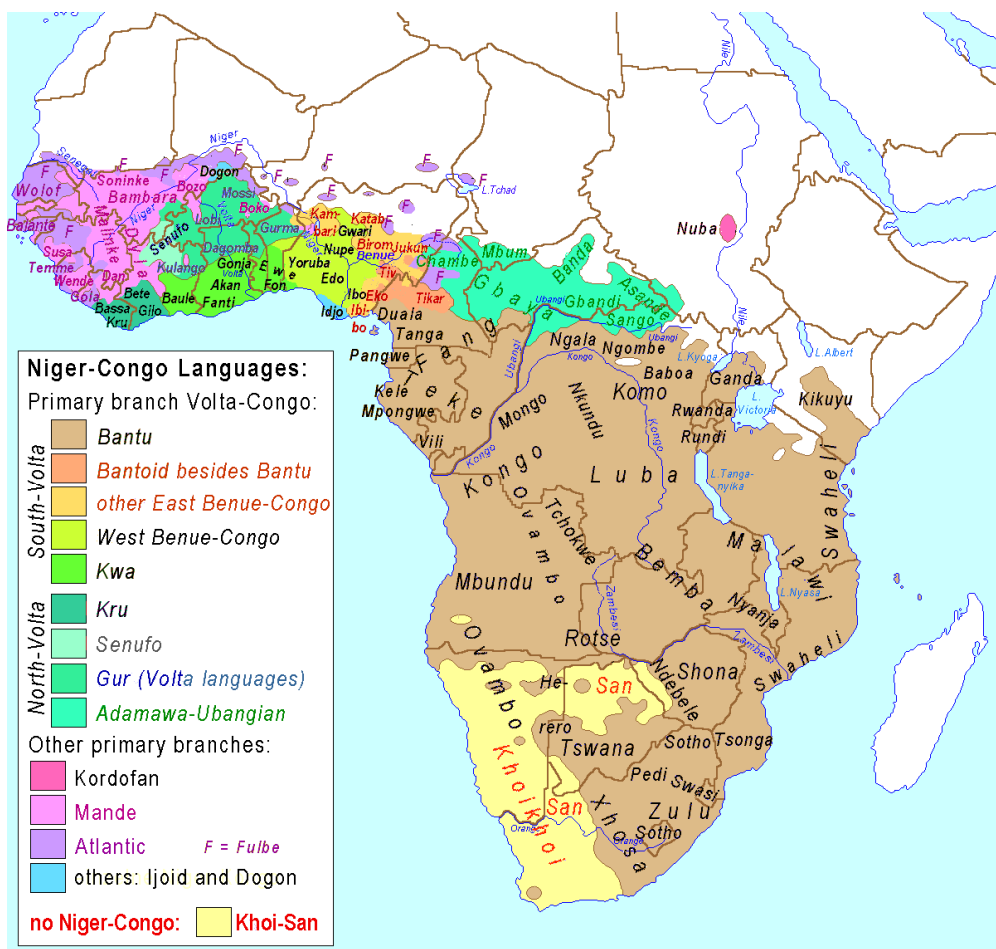
em diversos países africanos como Uganda, Quênia, Tanzânia, Burundi, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue, África do Sul, Angola, Congo (Zaire), Gabão, Camarões, República do Congo, Malawi, Botswana e Lesoto, totalizando em média 200 grupos linguísticos (cf. mapa 07). Em suma, “um terço da população negro-africana é bantu” (ALTUNA, 2006, p.24).

Mapa 07: Migração bantu em território africano



Fonte: <http://www.south-africa-tours-and-travel.com/bantu.html>. Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

Mapa 08: Distribuição dos troncos linguísticos em África



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Niger-Congo_map.png. Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

Segundo Pestana (2006, p.148), “a formação cultural angolana é o resultado de uma história onde se cruzam basicamente duas civilizações: a Níger-Congo e a judaico-cristã”. Da mesma forma, Junod (1996) assevera que Moçambique é formado por populações bantu que se estabeleceram na costa oriental da África do Sul, e que são denominados tsonga.

Partindo dessa herança bantu, Angola e Moçambique se delineiam como países acentuadamente plurilíngues em função da diversidade étnica presente. Para o caso moçambicano, é possível mencionar a presença de cerca de 20 línguas de origem bantu²⁵ (cf. mapa 08), que repartem o cenário linguístico com o português. A tabela a

²⁵ Timbane (2013, p.30) argumenta que além dessas línguas moçambicanas, há também em Moçambique uma língua de sinais. Segundo o autor, “a Constituição da República de Moçambique (2004) não faz nenhuma alusão a esta língua, mas felizmente estudos estão sendo feitos no sentido de “pressionar o Governo” para que esta seja ensinada desde os primeiros anos de escolaridade em todo país. O primeiro

seguir evidência as línguas moçambicanas de maior expressividade, usando como referência a língua materna, segundo dados do Censo de 2007:

Tabela 05: Percentagem da população de 5 anos ou mais segundo a língua materna. Moçambique, 2007

Língua materna	Total
Português	10,7
Emakhuwa	25,3
Xichangana	10,3
Elomwe	7,0
Cisena	7,5
Echuwabo	5,1
Outras línguas moçambicanas	30,1
Outras línguas estrangeiras	0,3
Desconhecida	3,7

Fonte: III Recenseamento geral da população, 2010, p.36 (com adaptações)

O censo moçambicano de 2007 também revela que 50,8% da população sabe falar português. Desse total, a maioria dos falantes são homens (60,4%, em comparação com 42,0% de falantes mulheres) e está concentrada majoritariamente em zonas urbanas (81,5% contra 36,6% em regiões rurais).

No que se refere a esse cenário multilíngue, inevitavelmente, ocorrem fenômenos de transferência linguística (STROUD, 1997), ou seja, as línguas se sobrepõem e se complementam mutuamente em situações de interação. Stroud (1997, p.38) argumenta que “muito longe de impedir a inteligibilidade, a transferência age como lubrificante que faz as rodas das comunidades bilíngues rodarem suavemente”, e ainda, “a ausência de fenômenos de transferência no contexto do Português de Moçambique impediria a comunicação idiomática e a partilha de pressuposições culturais” (STROUD, 1997, p.38-39).

O mesmo autor aborda um assunto de extrema delicadeza no que concerne ao processo de ensino e aprendizado da língua portuguesa em Moçambique. Segundo ele, os próprios professores de português, na maioria dos casos, não são falantes nativos desse idioma e acabam por ensinar modelos linguísticos inconsistentes em relação à norma padrão europeia. Dessa forma, “a maior parte do *input* da língua a que os aprendentes terão acesso são variedades não-nativas estruturadas de forma complexa” (STROUD, 1997, p.36).

dicionário de língua de sinais foi lançado em março 2013, pelo Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique.”

Ao se considerar o ambiente linguístico da capital de Moçambique, Maputo, é possível estabelecer um panorama sobre os papéis sócio-simbólicos desempenhados pelas diferentes línguas. A cidade de Maputo é, em linhas gerais, dividida por três zonas (FIRMINO, 2006): zona central, onde se concentram os negócios, comércio, circulação de estrangeiros ocupados com empresas e ONGs etc.; zona intermédia, predominantemente residencial, com estabelecimentos comerciais de menor porte e comércio informal; e zona rural, onde residem e trabalham pequenos agricultores em suas *machambas*²⁶. Com esse cenário delineado, Firmino (2006) aponta que o uso das línguas autóctones moçambicanas representa a forma de comunicação primária das zonas rurais – esse fato coaduna com os dados do Censo de 2007 apresentados acima, em que apenas 36,6% de habitantes da zona rural falam português. Já em zonas suburbanas – mais afastadas da região central – ocorre também o uso de línguas autóctones, mas com algumas ocasiões em que o português é escolhido em função das necessidades comunicacionais. Nas regiões intermédias, há uma presença importante de situação de interlocução em línguas nacionais – na cidade de Maputo, majoritariamente no idioma Xichangana (cf. tabela 06). Entretanto, Firmino alerta para o fato de que, mesmo nessas regiões, é ascendente o prestígio do português, haja vista “os pais fazerem esforços para criar os filhos em Português” (FIRMINO, 2006, p.87). Essa situação se evidencia nas famílias cujos pais possuem um bom domínio do português. Dessa forma, o autor aponta para o fato de que, mesmo nessas regiões intermédias, já há uma geração de crianças que falam o português como língua materna (42,9%, conforme dados do Censo 2007, representado pela tabela 06). Por fim, a tendência primordial da zona central é a comunicação se realizar em língua portuguesa, com pouca presença de línguas locais. Nesse sentido,

a diferença é que o uso de línguas autóctones na zona central é regressivo, enquanto o uso do Português na zona intermédia é progressivo, especialmente entre pessoas escolarizadas, como consequência do prestígio social que é concedido ao Português, não apenas na zona central, mas também na intermédia (FIRMINO, 2006, p.88).

²⁶ Machamba significa ‘horta’ em português.

Tabela 06: **Distribuição da população de cinco anos ou mais segundo a língua materna, Maputo cidade, 2007**

Língua materna	Total (%)
Português	42,9
Xichangana	31,5
Xirhonga	9,7
Cicope / Cichopi	3,3
Xitshwa	3,5
Bitonga	2,8
Outras línguas moçambicanas	4,4
Outras línguas estrangeiras	1,3
Desconhecida	0,5

Fonte: INE, Maputo cidade, p.30, com adaptações

Compondo ainda esse cenário linguístico de Maputo, é preciso destacar uma presença contundente do inglês nas situações comunicativas, uma vez que Moçambique é uma “ilha” de língua portuguesa cercada de países anglófonos, destacando-se a África do Sul. Para esse importante país vizinho, imigram moçambicanos em busca de trabalho há vários anos. Além disso, Moçambique também recebe diversos estrangeiros cuja comunicação acontece fundamentalmente em inglês. Portanto, é natural que ocorra um intercâmbio linguístico do inglês com o português e as línguas autóctones. Nesse sentido, o léxico do português moçambicano é dotado de empréstimos do inglês.²⁷ Contudo, vale uma ressalva: “Regra geral, ao contrário das línguas autóctones e do Português, o Inglês não é usado em casa pelos moçambicanos” (FIRMINO, 2006, p.72).

Sobre esse contexto plurilíngue moçambicano, Ponso (2014) destaca o fato de que ainda não se encontra consolidada nenhuma política linguística oficial que garanta os direitos dos falantes das diversas línguas nacionais de se escolarizarem em suas línguas²⁸. Assim sendo, muito embora haja discussões científicas nesse sentido, o multilinguismo ainda não contou com uma planificação linguística adequada.

²⁷ Para uma discussão mais aprofundada dos empréstimos lexicais do português moçambicano, cf.: TIMBANE, Alexandre António. A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2013.

²⁸ Acerca disso, cf. a **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

A fim de se descrever o cenário multilíngue angolano, além da língua portuguesa, entram em cena línguas bantu e línguas de outros grupos linguísticos. Com esse propósito, seguem o quadro 01 – que representa a associação entre as etnias angolanas e suas línguas – e o quadro 02 – que aponta as línguas de grupos não-bantu (NETO, 2012):

Quadro 01: Grupos etnolinguísticos bantu de Angola e suas respectivas línguas

Grupo etnolinguístico	Língua
tucokwe	Cokwe
ambundo	Kimbundo
bakongo	Kikongo
vangangela	Ngangela
ovanyaneka-nkhumi	olunyaneka
ovahelelo	Oshihelelo oshikwanyama
ovambo	oshindonga
ovimbundo	umbundo

Fonte: Neto, 2012, p.31

Quadro 02: Línguas não bantu faladas em Angola

<p>Khoisan:</p> <ul style="list-style-type: none"> • hotentote (khoi) • kankala (san) <p>Vátwa</p>
--

Fonte: Neto, 2012, p.32

Neto (2012) informa que uma das características das línguas bantu é o papel fonológico do ‘tom’, ao passo que os ‘cliques’²⁹ caracterizam as línguas *khoisan*.

A complexidade do contexto linguístico angolano é também representada pelo *Inquérito do Bem Estar da População* (IBEP), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2011. De uma amostra de 58.123 pessoas, 82,8% delas falavam português e 38,6% possuem esse idioma como língua materna, conforme apontam as tabelas 08 e 09. É válido destacar que, dentre os entrevistados do IBEP, 54,2% falavam mais de uma língua, podendo ser a portuguesa, línguas angolanas ou estrangeiras (cf.

²⁹ O próprio Neto (2012, p.40) propõe uma definição de clique: “do inglês *click*, significa estalo. Linguisticamente, é um som com duas oclusões: i) uma oclusão principal formada quer pelos lábios quer pela parte anterior da língua contra os dentes ou contra o palato, e que produz diferentes tipos de cliques (labial, dental, retroflexo, palatal e lateral); ii) uma segunda oclusão, dita de apoio, obrigatoriamente velar, produzida pela elevação da parte posterior do dorso da língua contra o palato mole.”

tabela 07). “A pluralidade e diversidade existentes em Angola estão retratadas particularmente nas línguas faladas e que estão situadas e representadas também em Luanda” (FONSECA, 2009a, p.81).

Tabela07: População com 2 anos ou mais de idade, segundo o número de línguas faladas e as três principais línguas faladas

Principais línguas faladas em Angola	(%)
Português	82,8
Umbundo	28,7
Kimbundo	9,5
Kikongo/Ukongo	8,7
Chokwe/Kioko	7,4
Ganguela	3,4
Nhanec	2,3
Fiote	1,8
Kwanhama	1,5
Luvale	0,9
Outras línguas nacionais	8,8
Línguas estrangeiras	2,8

Fonte: IBEP, 2008-09, p.50 – com adaptações

Tabela 08: População com 2 ou mais anos de idade, segundo a língua materna

Língua Materna	(%)
Português	38,6
Umbundo	26,0
Kikongo/Ukongo	7,9
Kimbundo	6,8
Chokwe/Kioko	6,6
Ganguela	3,1
Nhanec	2,0
Fiote	1,7
Kwanhama	1,4
Luvale	0,7
Outras línguas nacionais	5,1
Línguas estrangeiras	0,1

Fonte: IBEP, 2008-09, p.52 – com adaptações

Apesar dessa contextualização diversificada, sobretudo na cidade capital Luanda, “a Língua Portuguesa joga um papel muito importante na socialização dos actores de maior relevo na gestão de libertação nacional e no desenvolvimento da sociedade urbana que é tomada como paradigma de “modernidade” e de desenvolvimento” (PESTANA, 2006, p.146).

Nesse sentido, em paralelo com a situação de Maputo, Luanda conta com uma maioria de pessoas que tem como língua materna o português, em função do prestígio social que essa língua paulatinamente vai adquirindo. Nos espaços urbanos, portanto, a comunicação é realizada principalmente em língua portuguesa, relegando as línguas autóctones aos espaços religiosos e ‘familiares tradicionais’ – ou seja, na maioria das famílias luandenses, a interlocução se dá em português e o uso das línguas tipicamente angolanas ocorre em visitas a familiares mais velhos e/ou residentes em outras províncias.

Em termos gerais, portanto, tanto o Brasil (país sul-americano) como Angola e Moçambique (países africanos) legaram do regime colonial português cenários de subdesenvolvimento econômico e social que, conseqüentemente, levam seus governos, até o presente, a enfrentarem o desafio de melhorar a condição de bem estar de suas populações. Outra herança comum aos três países é a língua portuguesa oficializada por cada um dos governos independentes. Entretanto, ainda que seja a mesma língua usada oficialmente pelo Brasil, por Moçambique e Angola, por se tratar de três realidades tão distintas, ela adquire nuances próprias em função dos contextos de uso, particularizando, assim, as variedades brasileira, moçambicana e angolana da língua portuguesa.

Uma vez que se esboçou esse panorama geral, que incluiu uma contextualização histórica dos países em estudo, uma visão socioeconômica da atualidade desses países e a situação da língua portuguesa em função das realidades plurilíngues dos três países, a partir de agora, faz-se necessário delinear os caminhos teórico-metodológicos percorridos por essa investigação, a fim de se propor uma análise dos dados de formas de tratamento obtidos.

2. Caminhos teóricos

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

Cora Coralina (poetisa e contista brasileira, 1889-1985)

Para a realização desse trabalho de pesquisa, foi necessário cumprir etapas de um percurso de construção de conhecimento que incluiu escolhas, decisões, indicações, investigação, curiosidade. Em função disso, optou-se por denominar esse capítulo de “caminhos teóricos”, no sentido de expor os passos trilhados nessa jornada.

O passo fundamental para a realização dessa pesquisa foi o de delimitar a abordagem de língua e linguagem a partir de um viés sociolinguístico. Uma vez estabelecida essa concepção basilar, outros passos fizeram-se imprescindíveis para constituir esse percurso teórico: representa um passo essencial a compreensão do sistema de formas de tratamento em suas funções e variedades, que estritamente relaciona os usos linguísticos aos seus motivadores sociais; uma vez que se tomou como verdade a relação intrínseca entre língua e sociedade, e, por sua vez, como subjacente ao fenômeno do endereçamento, o passo seguinte foi ampliar a compreensão pragmática desse sistema linguístico, trazendo à tona discussões concernentes às teorias da cortesia e da polidez; fez-se também necessário avaliar as relações de poder que emergem das escolhas tratamentais e que fornecem indícios importantes sobre a organização cultural e social dos falantes de língua portuguesa em comparação nesse trabalho de investigação – a saber, falantes brasileiros, angolanos e moçambicanos; por fim, uma contribuição muito generosa para a compreensão do fenômeno em estudo foi dada pela teoria do parentesco, um feliz empréstimo da antropologia. As próximas seções, portanto, dedicam-se a discorrer sobre esses passos aqui apontados.

2.1 Concepções de língua e linguagem

A reflexão inicial que motiva esse trabalho de pesquisa é a concepção de que língua e linguagem se inter-relacionam ao fator social. A partir desse ponto de vista, a inspiração teórica fundamental provém dos estudos de Weinreich, Labov e Herzog (1968/2006), que se contrapõe à noção estruturalista saussuriana, em que a língua é tomada como um objeto homogêneo. Para esses três autores, ao contrário, a língua é um sistema heterogêneo passível de sofrer mudança. Ela se apresenta, desse modo, como um reflexo das adequações que sofre constantemente às necessidades da comunidade

que a utiliza, caracteristicamente complexa e heterogênea. De acordo com essa proposição, existe uma interinfluência entre os aspectos estruturais e sociais da linguagem e, assim, ambos devem ser analisados em sua interdependência.

Essa visão de língua – sintetizada por Tarallo (1994) como “a aparente desordem da heterogeneidade é, na realidade, ordenada, daí: a ordem na desordem” (p.57) – é o pressuposto geral da teoria da variação e da mudança linguísticas proposta por Weinreich, Labov e Herzog (1968/2006). Como consequentes desdobramentos dessa reflexão basilar, Labov (1972/2008), ao empreender seu memorável trabalho investigativo na ilha de Martha’s Vineyard, localizada no estado de Massachussets, Estados Unidos, assevera que:

O ponto de vista do presente estudo é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 1972/2008, p.21).

Nesse sentido, Labov aponta para o fato de que ao linguista – mais precisamente ao sociolinguista – cabe a tarefa de investigar o contexto social em que um determinado fenômeno linguístico ocorre a fim de se compreender mais amplamente (ou seja, pelo viés linguístico e social) possíveis índices de variação e mudança linguística. Assim, a partir dessa conceituação de língua, é possível depreender que “muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos” (LABOV, 1972/2008, p.140).

A partir de uma abordagem mais filosófica, Benveniste (1976, p.286) atribui à língua o papel de constituir o homem como sujeito: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem se fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”.

Outros pensadores da linguagem também se posicionam no sentido de reconhecer a língua como intrinsecamente social. Fairclough (1989/2001a), por exemplo, afirma, de maneira contundente, que a linguagem é parte da sociedade, é um processo social: “Minha opinião é a de que não existe uma relação externa “entre” linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética”³⁰ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.19, tradução nossa). Segundo esse autor, os fenômenos linguísticos são

³⁰ “My view is that there is not an external relationship ‘between’ language and society, but an internal and dialectical relationship.”

sociais na medida em que, sempre que as pessoas usam uma língua, o fazem de formas determinadas socialmente, a partir de pressões de convenção social – cujo efeito é o de manter, ou o de mudar, essas relações. Para melhor expressar a sua concepção, Fairclough reconhece a sociedade como um “todo” e identifica a linguagem como uma vertente do social. Nesse sentido, “enquanto todos os fenômenos linguísticos são de ordem social, nem todos os fenômenos sociais são linguísticos – mesmo aqueles que não são apenas linguísticos (produção econômica, por exemplo) tipicamente têm um elemento linguístico substancial, muitas vezes subestimado”³¹ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.19, tradução nossa).

Considerando essa visão de língua e linguagem de Fairclough, Ramalho e Resende (2011, p.15) clarificam essa perspectiva ao afirmarem que “o fluxo de nossa vida diária sempre envolve *ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.), mundo material e discurso*” [Grifos das autoras].

Ainda com um propósito de estabelecer as diretrizes de compreensão acerca de língua e linguagem, considerando os propósitos específicos deste trabalho de pesquisa, é essencial aqui considerar-se língua em uma abordagem cultural – a língua, portanto, é um dado imanente da cultura de um indivíduo³². Com esse intento, Kerbrat-Orecchioni (2006), ao empreender a análise da conversação, prevê que um falante, ao se comunicar, mobiliza uma série de saberes linguísticos e socioculturais que são “inextricavelmente misturados” (p.19).

2.1.1 Formas de tratamento

Com o objetivo de se analisar as relações entre a língua portuguesa e suas representações sociais – mais especificamente perscrutando as sociedades brasileira, moçambicana e angolana – optou-se por privilegiar um recurso do sistema linguístico que expressa a inter-relação entre escolhas linguísticas e motivadores sociais. Com esse propósito, o sistema de formas de tratamento é o fenômeno linguístico investigado por esse estudo.

³¹ “Whereas all linguistic phenomena are social, not all social phenomena are linguistic – though even those that are not just linguistic (economic production, for instance) typically have a substantial, and often underestimated, language element

³² Esse assunto será retomado em diferentes pontos desse trabalho, haja vista que a concepção de *cultura* é essencial para os propósitos aqui almejados. É preciso considerar que estão em foco três países diferentes, com formações populacionais – e conseqüentemente culturais – muito diversas (cf., particularmente, a seção A cultura em foco, na página 104).

Essa perspectiva comparativa entre as variedades brasileira, moçambicana e angolana da língua portuguesa se fundamenta no fato de que, muito embora as línguas do mundo possuam sistemas de endereçamento muito similares – simplificada e descritos pela dicotomia T x V (em referência às formas de 2ª pessoa do singular e do plural francês, *tu* e *vous*, que denotam diferenças de formalidade) – há uma severa diferença no comportamento desses tratamentos de uma cultura para outra (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.40). Dessa forma, essa assertiva constitui uma das hipóteses gerais desse trabalho. Para avaliar a sua aplicabilidade, realizou-se uma investigação empírica com falantes desses países, que será mais detalhadamente descrita nas seções subsequentes.

Em termos gerais, as *formas de tratamento* são palavras ou sintagmas usados por falantes de uma língua a fim de se dirigir ou de se referir a outra pessoa. Com propósitos didáticos, esse sistema pode ser subdividido em dois macro níveis:

- (i) *Formas pronominais*: palavras ou expressões equivalentes aos pronomes de tratamento (você, tu, o senhor, a senhora etc.);
- (ii) *Formas nominais*: expressões provenientes de substantivos comuns, nomes próprios, termos de parentesco, profissões etc. São exemplos: amiga, querida, cara, primo, doutor, irmão, chuchu etc.

Uma vez que os termos de endereçamento abrangem as diversas possibilidades disponíveis na língua para que um falante se dirija ou se refira a alguém, esse fenômeno linguístico é constituído em seu âmago por um código social. Nesse aspecto, segundo Causse-Cathcart (2011), o estudo das formas de tratamento permite que se conheça o funcionamento de uma sociedade, uma vez que ele demonstra as formas como estão estabelecidas as relações sociais. Na mesma linha de raciocínio, Acevedo (2011) entende que os usos tratamentais são socialmente fixados e, ao empregarem-nos, os falantes ativam seus esquemas mentais e manejam os valores atribuídos aos interlocutores. Portanto, “o emprego do tratamento não depende propriamente do sistema linguístico, mas depende da forma como a sociedade está organizada” (SILVA, 2008, p.61).

Ao se considerar que as sociedades possuem divisões hierárquicas, cada membro que compõe esse todo social desempenha um papel para esse grupo e, por suas características mais contundentes, passa a ser reconhecido – idade, sexo, posição familiar, hierarquia social, grau de intimidade etc. De acordo com Silva (2011), as

formas de tratamento mobilizadas na interação levam em consideração as posições que cada um dos participantes desempenha na escala social. Quando esse pressuposto comunicacional não é seguido a contento, ocorrem sérias consequências ao sucesso da interação. Apesar disso, desde que se reconheça o princípio de que a língua e a sociedade são sistemas dinâmicos, o mesmo é preciso considerar com relação às formas de tratamento. Assim, uma vez que a sociedade está sujeita a alterações ao longo de sua história, as formas de tratamento também mudam. É preciso considerar, portanto, que o sistema de tratamentos é a expressão linguística da estrutura social vigente em determinado momento histórico (Silva, 2011).

Intentando sintetizar a interação entre os fatores sociais e linguísticos para o estudo das formas de tratamento, Lopes et al. (2011, p.315-316) concluem:

Em outras palavras, existiria um sistema de regras de interação social que condiciona o uso das formas de tratamento de acordo com o papel social dos interlocutores envolvidos na cena comunicativa que pode ser mais ou menos consciente por parte do falante. Além disso, há de se considerar que as convenções sociais, principalmente as relacionadas ao tratamento, se configuram linguisticamente de maneira integrativa, uma vez que as normas sociais se consubstancializam em normas linguísticas. Isso quer dizer que não só se levam em consideração as regras sociais que determinam os usos tratamentais, mas também devem ser observados os fatores linguísticos que podem condicionar o emprego de uma ou outra forma de tratamento. Os dois caminhos precisam convergir na explicação do processo de mudança no sistema de tratamento do português.

À busca de aprofundar a compreensão do componente social das formas de tratamento, faz-se imprescindível analisá-las pelo viés da interação. Com esse propósito, o primeiro pressuposto a se considerar é o fato de que os tratamentos representam ao falante o primeiro recurso de que dispõe para “marcar e construir a relação interpessoal” (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.19.). Nesse sentido, Kebrat-Orecchioni (2011) atribui às formas de tratamento a alcunha de “poderosos relacionemas” (p.19), já que sua função primordial é relacionar as pessoas no discurso.

Para compreender como se dá a interação, mais especificamente a interação física, em que normalmente ocorre a *alocução*³³, a autora, em seu livro de 2006, *Análise da conversação*, avalia os elementos que compõem o contexto comunicacional. Segundo Kerbrat-Orecchioni, as escolhas linguísticas são motivadas pelos seguintes pressupostos relacionados ao contexto em que interagem os participantes:

³³ Por **alocução**, compreende-se a situação comunicativa que se dá entre uma primeira e uma segunda pessoa. É, portanto, a interlocução entre um “eu” e um “tu.” Em contrapartida, ocorre **delocução** quando uma primeira pessoa “eu” se refere a uma terceira pessoa “ele” no discurso.

- “Seu número: conversação face a face, a três (“triálogo”) ou mais (“poliálogo”);
- Suas características individuais: idade, sexo, profissão, posição social, traços de caráter etc.;
- Suas relações mútuas: grau de conhecimento, natureza do laço social (familiar ou profissional, com ou sem hierarquia) e afetivo (simpatia ou antipatia, amizade, amor e outros sentimentos que podem ou não ser compartilhados)” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.26-27).

Somando-se a esses fatores, a autora ainda destaca outros fatores contextuais determinantes para as escolhas tratamentais: i) o fato de que os interlocutores se conheçam um pouco, muito, ou não se conheçam; ii) a natureza do laço socioafetivo que os une; iii) a natureza da situação comunicativa (informal ou formal, ou até mesmo cerimoniosa) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.64).

Isto posto, deduz-se que, quando em interação, os falantes apresentam comportamentos diferentes associados a esses dados contextuais. Entretanto, Kerbrat-Orecchioni pontua que, por mais que essas pressões externas desempenhem papel crucial nas escolhas linguísticas, os falantes contam com certa “margem de manobra”, negociada em função da natureza da interação:

Ou seja, a relação é geralmente negociável, e aliás, frequentemente negociada, entre os participantes da interação; os comportamentos conversacionais (como o uso do tratamento ‘você’ por pessoas de todas as idades, ou a produção de uma ordem) podem, certamente, refletir algumas relações que existem *a priori* entre os interlocutores, mas eles podem também confirmá-las, contestá-las, até mesmo constituí-las ou invertê-las, e isso graças à manipulação de algumas unidades pertinentes nesse domínio (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.63).

Quando se analisa uma interação, observa-se que as formas de tratamento – nesse caso específico, as **formas de tratamento nominais** (doravante, FTN) – são mobilizadas no discurso por diferentes razões, fato que garante o seu atributo de plurifuncional. As FTNs, portanto: i) possuem uma função fática, já que asseguram a necessária interpelação entre os membros de uma situação interlocutiva; ii) possuem a característica de organizar a interação, selecionando os alocutários e a gestão dos turnos de fala; iii) são estratégias que marcam o *status* social dos membros em interação; iv)

reforçam a própria relação interlocutiva e o ato de linguagem. Por essas razões, uma “FTN nunca é relacionalmente neutra”³⁴ (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.25).

Tomando como objeto de análise a língua francesa, Kerbrat-Orecchioni (2011) propõe um inventário das FTNs desse idioma, que será aqui reproduzido, com o objetivo de nortear o presente estudo referente à língua portuguesa em suas variedades brasileira, moçambicana e angolana. Contudo, é preciso salientar que a autora pontua a severa dificuldade em se propor inventariar um sistema tão rico e aberto quanto as formas de tratamento, que retrata a dinâmica das relações sociais e a criatividade dos falantes. Assim, ela propõe as seguintes categorias para as FTNs francesas:

- i) *Nomes de pessoa*: essa categoria abrange os sobrenomes ou patronímicos, os nomes próprios ou nomes de batismo, os diminutivos e os apelidos;
- ii) Formas *monsieur/ madame / mademoiselle* [senhor/senhora/senhorita]: atualmente essas formas não possuem mais valor de títulos, pois são formas de tratamento de caráter geral na relação não familiar;
- iii) *Títulos*: sejam herdados (títulos nobiliários) ou conferidos (*mon capitaine* (meu capitão), *chef* (chefe), *patron* (patrão), (*cher maître* (caro mestre) etc. Os títulos têm sempre um valor honorífico;
- iv) *Nomes de profissão e de função*: *taxi* (táxi) (por metonímia), *chauffeur* (*motorista*), *garçon* (garçom), *maçon* (pedreiro), *serrurier* (chaveiro), *électricien* (eletricista);
- v) *Formas relacionais*: são termos de parentesco. Por exemplo: *papa* (papai), *grand-mère* (vovó), *oncle* (tio) ou *tonton* (titio), *cousin* (primo), *frangin* (mano) etc., mas também expressões como (*cher collègue* (caro colega), (*mes chers compatriotes* (meus caros compatriotas), *confrère* (confrade, irmão), (*salut voisin!*(alô/oi/aí vizinho!), *amis* (amigos), *camarade* (camarada, companheiro) etc.;
- vi) *Rótulos*: ‘catalogam’ o interlocutor e, de modo distinto dos apelidos, possuem um caráter improvisado e ocasional: utilizados, por exemplo, para se interpelar um desconhecido, designando-o por uma sinédoque a partir de uma característica física considerada particularmente saliente, tal como: *la blonde* (ô loira, você aí / você, de cabelo louro), *le pull vert* (ô de casaco verde, você aí / você, de casaco verde);
- vii) *Formas afetivas*: com valor negativo, como os termos injuriosos (*ducon / babaca*), ou com valor positivo, como as palavras carinhosas, termos mais ou menos lexicalizados,

³⁴ Ainda nessa seção será inserida a *teoria do parentesco* (cf. p. 121). É fundamental ter em mente que, ao se utilizar uma forma de tratamento nominal familiar, sempre se confere à interação proposições semânticas previamente estabelecidas e já embutidas no imaginário dos falantes. Assim sendo, as FTNs familiares, que expressam as relações de parentesco, também nunca são “relacionalmente neutras” – aproveitando-se da definição de Kerbrat-Orecchioni (2011) –, nem mesmo quando se faz uso de termos de parentesco fora da esfera das formas de tratamento, tais como “negócio de pai pra filho” ou “ela foi uma mãe”.

cujo paradigma pode se estender indefinidamente: *ma belle* (minha linda, minha princesa), *chéri (e)* (querido/a), *mon ange* (meu anjo), *mon chou* (meu mel, meu docinho), *mon lapin* (“meu gato”) e outras metáforas, de base animal ou não, que podem ser mais ou menos estereotipadas ou criativas” (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.22).

Com essa exposição de FTNs, fica explícito que elas denotam alguma forma de predicação, ainda que seja tênue (GIAUFRET, 2011). Essa predicação pode ser considerada *denominativa* por recair sobre um dado pressuposto, ou seja, por se referir a uma denominação já conhecida pelos interlocutores e, na qual, eles se reconhecem (por exemplo, *senhor ministro, Paulo*). As predicações podem também ser do tipo *designativas*, uma vez que atribuem uma característica do interlocutor na própria enunciação, ou seja, o locutor predica algo sobre o alocutor (tal como, *minha amiga querida*).

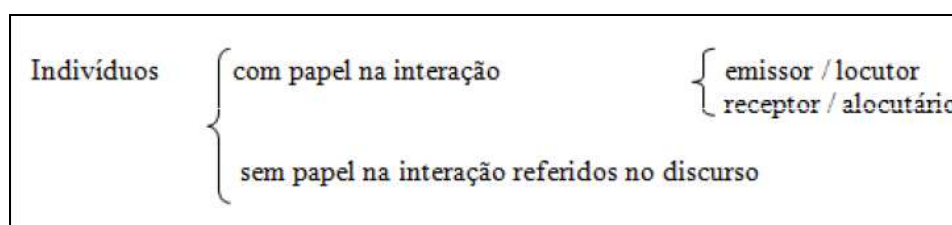
Pelo fato de que as FTNs podem expressar tanto índices de cortesia, consideração, simpatia, quanto de agressão, hostilidade, aborrecimento, elas representam fundamentalmente um caráter ambivalente (ora afetuoso e positivo, ora negativo e brutal). Nesse sentido, arrola-se mais uma função das FTNs: a de veicular uma carga emocional por meio das escolhas disponibilizadas pelo sistema. Assim:

A tarefa do analista consiste, portanto, em tentar desfazer o emaranhado de fatores que intervêm na gênese desses efeitos opostos, no discurso, e que dependem tanto do tipo de FTN quanto dos diversos elementos que compõem o contexto externo e interno – tais como seu posicionamento na interação, no turno de fala, ou no enunciado; o seu acompanhamento prosódico ou mimo-gestual; bem como o tipo de ato ilocutório e perlocutório que as FTN acompanham (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.37).

No que se refere às **formas de tratamento pronominais**, Neves (2008) afirma que, por serem os pronomes palavras que não contêm um conteúdo descritivo próprio, eles possuem duas grandes funções: uma *interacional*, já que são os pronomes que representam nos enunciados as pessoas do discurso, permitindo, portanto, que se aponte para elementos situados fora do texto – função dêitica ou exofórica –, e outra *textual* na medida em que são os pronomes que garantem a continuidade do texto, fazendo referência a elementos já citados no próprio texto – função endofórica, que tem na *anáfora* a sua principal representante.

Ilari et al. (2003) asseveram que os pronomes, particularmente os pronomes pessoais, constituem “expressões referenciais que representam na estrutura formal dos enunciados os interlocutores responsáveis pela enunciação” (ILARI ET AL., 2003, p.82). Nesse contexto, os autores reconhecem a existência de dois eixos: i) “o das pessoas que interagem linguisticamente, os interlocutores, os quais, na sucessão da fala, se opõem entre si nos papéis de locutor/emissor (1ª pessoa) e alocutário/receptor (2ª pessoa)”; e ii) “o das entidades a que se refere na interlocução (3ª pessoa, ou *não-pessoa*)” (ILARI ET AL., 2003, p.82). Esses dois eixos podem ser esquematizados da seguinte maneira:

Quadro 3: Posição dos indivíduos na interação



Fonte: ILARI ET AL., 2003, p.83.

Essa proposição de que há pronomes pessoais que, por um lado, representam indivíduos com participação direta na interação – eu, tu, você – e de que, por outro lado, há pronomes cujos indivíduos não possuem papel na interação – ele/ela –, é o que Benveniste, em *Problemas de Linguística Geral* (1976), distingue como pessoa e não-pessoa:

É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’ (BENVENISTE, 1976, p.292).

Em sua reflexão sobre os pronomes pessoais, Benveniste (1976) assevera que eles constituem o primeiro fator que revela a *subjetividade da linguagem*, uma vez que se constituem de “formas vazias”, que podem ser infinitamente preenchidas por referências válidas no ato do discurso:

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes (BENVENISTE, 1976, p.289).

Em síntese, Benveniste (1976) associa aos substantivos um fator objetivo, uma vez que a sua referência é constante e singular, ao passo que os pronomes (especificamente o pronome “eu”) não constituem uma classe de referência, uma vez que não remetem a um mesmo objeto definível. Ou seja, “cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (1976, p.278). Em função dessa particularidade dêitica dos pronomes, o autor propõe que a sua realidade só é possível nos liames do discurso. Portanto, “*eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade.” (BENVENISTE, 1976, p.278). Esse caráter subjetivo dos pronomes desempenha uma função crucial no sistema linguístico, uma vez que possibilita que dados de realidade sejam convertidos em linguagem, conforme assevera o autor:

A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos ‘vazios’, não referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis, e que se tornam ‘plenos’ assim que um locutor os assume em cada instância do discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer um instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso (BENVENISTE, 1976, p.280).

Uma vez que a língua é um sistema dinâmico, sujeito a variação e mudança linguística, da mesma forma, o sistema pronominal é passível de sofrer modificações em sua constituição – tal como atestam Loregian-Penkál e Angelo (2007) por meio do artigo “A reorganização do sistema pronominal do português do Brasil” e diversos outros pensadores da língua portuguesa.

Se por um lado, os estudos linguísticos têm atestado sucessivas mudanças no sistema de pronomes do português, por outro lado, há forças que defendem a tradição

gramatical, sobretudo no âmbito do ensino de língua. A esse respeito, Menon (1995) faz uma afirmação bastante contundente: “A não compreensão (por desconhecimento ou caturrice) das modificações ocorridas ao longo do tempo no sistema pronominal (e verbal) do português têm gerado uma série de confusões na interpretação de certos fatos” (MENON, 1995, p.92). Em função disso, ainda há nos compêndios escolares quadros que ensinam os pronomes pessoais (ou pronomes sujeitos, PSUJ, de acordo com a nomenclatura adotada por Menon, 1995) da seguinte forma:

Quadro 04: O sistema pronominal veiculado em manuais escolares

Pessoa	PSUJ
1ª Sing.	Eu
2ª Sing.	Tu
3ª Sing.	Ele, ela
1ª Plur.	Nós
2ª Plur.	Vós
3ª Plur.	Eles, elas

Fonte: Adaptado de MENON, 1995, p.93.

Ao avaliar as mudanças no paradigma pronominal, a autora demonstra que, com relação à segunda pessoa do discurso, as mudanças começaram pela forma plural, caracteristicamente menos marcada. Assim, o pronome *vós*, usado tanto em referência a mais de uma pessoa, quanto como forma polida de se dirigir a um interlocutor hierarquicamente superior, contava com um uso mais amplo, por não ter restrições – ou seja, “não se transgride nenhuma regra social, não se ofende ninguém com um tratamento respeitoso” (MENON, 1995, p.93).

Em função das profundas modificações na sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV – e, conseqüentemente, na língua – houve a inserção de formas mais respeitadas para se dirigir ao rei, tais como *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência* e *Vossa Majestade*. Ao longo do tempo, essas formas (em especial *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria*) foram difundidas para outras situações interlocutivas entre pessoas de diferentes posições na escala social, perdendo, paulatinamente, portanto, o seu valor honorífico. A contínua expansão do tratamento *Vossa Mercê* ao longo dos séculos provocou, além da mudança semântica e pragmática, uma mudança

de ordem fonética, já atestada por muitos pesquisadores (como, por exemplo, Faraco, 1982): *Vossa Mercê* > *você* (e, especificamente no português do Brasil, “*cê*”). Sobre a difusão do uso de *você* no Brasil, Menon (1995) argumenta:

No Brasil, diferentemente de Portugal, a forma *você(s)* passou a ser a forma de tratamento íntimo em quase todo o país, provavelmente em decorrência do uso, desde o início da colonização, de formas variantes de *Vossa Mercê* para o tratamento da segunda pessoa. Cabe lembrar que, quando o Brasil começou a ser colonizado, em Portugal já estava avançado o processo de arcaização do *vós* (que, segundo Lindley Cintra, *apud* Faraco (1982, p.203), se tornou completamente arcaico no século XVIII) assim como o processo de mutação fonética de *Vossa Mercê*, na época já utilizado em Portugal entre os não-nobres (MENON, 1995, p.95).

Assim sendo, *você* configura-se como um exemplo de gramaticalização – ou, mais especificamente, pronominalização. Até chegar a sua atual configuração, essa forma pronominal perdeu diversas propriedades formais e semânticas em função da sua mudança categorial de nome para pronome (*Vossa Mercê* > *você*): “a forma gramaticalizada *você* (...) sofreu perda gradual de substância fonológica (*erosão*) – *Vossa Mercê* > *vosmecê* > *você* > *cê* – e semântica (*dessemantização*) – perda do caráter de reverência e cortesia original – nos termos de Lehman (1985)” (LOPES; DUARTE, 2003, p.3).

Especificamente no caso do português brasileiro, o pronome pessoal *você* passou a concorrer com *tu* em várias regiões do país. Há cidades, contudo, em que uma das formas é privilegiada pelos falantes, apresentando um uso categórico. Exemplo disso é a comparação entre as cidades de Curitiba e Florianópolis, realizada por Menon e Loregian-Penkall (2002), que demonstra que na primeira cidade a forma *tu* não divide o cenário de referência à segunda pessoa informal com *você*, como ocorre em Florianópolis. Seguem os dados:

Tabela 09: Formas de se dirigir ao interlocutor

Cidade	total	zero		tu		você		o senhor	
		Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Curitiba	1714	839	49	-	-	530	31	345	20
Florianópolis	427	171	40	85	20	132	31	39	09

Fonte: MENON, PENKALL, 2002, p.154.

Entre as possibilidades de referência pronominal à segunda pessoa, a tabela 05, originalmente apresentada por Menon e Loregian-Penkak (2002), evidencia, além de *tu* e *você*, a ausência de pronome (ou forma / pronome zero) e *o senhor / a senhora* como alternativa às situações interlocutivas marcadamente formais. Acerca dessa forma, Ramos (2012) explica que, originalmente, *senhor* era um título que fazia referência aos filhos dos proprietários de terra. Com o tempo, esse título passou também a designar nobres e fidalgos em função da proximidade semântica relativa à posse de terra. Tanto o uso original quanto o derivado propõem uma marca de distanciamento social entre os interlocutores – fato que localiza esse tratamento no universo da semântica do poder – em termos de Brown e Gilman (1960/1972).

No português brasileiro, a forma *senhor/senhora* pode realizar-se em dois contextos linguísticos particulares: i) vocativo: “*Senhora*, por favor, pode me dar uma informação?; e ii) pronome pessoal sujeito de 2ª pessoa: “*O senhor* poderia avaliar o meu requerimento, por gentileza?”. Essa segunda possibilidade de realização, enquanto pronome pessoal, ocorre necessariamente acompanhado por artigo (*o senhor/a senhora*) e varia, em função da formalidade da interação, com as formas *você*, *tu* e forma zero.

A partir desses rearranjos no sistema pronominal, autores contemporâneos têm proposto quadros que contemplem de forma mais fidedigna a realidade linguística do português do Brasil. Assim, segue o quadro proposto por Castilho (2010), na *Gramática do Português Brasileiro*, em que o autor mostra as diferenças entre as modalidades formal e informal quanto ao uso dos pronomes³⁵:

Quadro 05: Pronomes pessoais no PB

PESSOA	PB FORMAL	PB INFORMAL
1ª pessoa sg.	Eu	Eu, a gente
2ª pessoa sg.	Tu, você, o senhor, a senhora	Você/ocê/tu
3ª pessoa sg.	Ele, ela	Ele/ei, ela
1ª pessoa pl.	Nós	A gente
2ª pessoa pl.	Vós, os senhores, as senhoras	Vocês/ocês/cês
3ª pessoa pl.	Eles, elas	Eles/eis, elas

Fonte: CASTILHO, 2010, p.477.

³⁵ Em função dos objetivos específicos deste trabalho, do quadro proposto por Castilho (2010), serão reproduzidos apenas os pronomes pessoais com função de sujeito.

2.1.2 Sociopragmática: teorias da cortesia e polidez

À luz da sociolinguística é possível compreender o sistema das formas de tratamento empregado por falantes brasileiros, angolanos e moçambicanos, pelo fato de que esse fenômeno linguístico possui diretamente motivadores sociais. Entretanto, a fim de se debruçar mais a fundo no fenômeno, alguns pesquisadores brasileiros (LOPES et al, 2011, MARCOTULIO, 2010) – baseados na obra de Levinson (1989) – dedicam-se a interpretá-lo também por um viés pragmático, a fim de melhor compreender as razões de seu uso.

Vidal (1996) define o fazer pragmático afirmando que se trata de um estudo dos “princípios que regulam o uso da língua na comunicação” (VIDAL, 1996, p.13). Mais especificamente, a autora prevê o olhar sobre um falante concreto, que emite um enunciado concreto, envolvido em uma situação comunicativa concreta. Além disso, é também foco da pragmática uma atenção à forma como o destinatário interpretará esse enunciado. Em suma, portanto, a pragmática é

uma disciplina que leva em conta os fatores extralinguísticos que determinam o uso da língua, precisamente aqueles que um estudo puramente gramatical não pode fazer referência: noções como as de *emissor, destinatário, interação comunicativa, contexto verbal, situação ou conhecimento de mundo* serão cruciais (VIDAL, 1996, p.14, tradução nossa)³⁶.

Por se conceber que a língua constitui-se tanto em um meio pelo qual as intenções dos falantes são veiculadas, como uma forma de se garantir a interação entre as pessoas, Vidal (1996) associa a pragmática a uma vertente social da comunicação. Nesse sentido, é possível estabelecer cruzamentos entre essa perspectiva linguística e a sociolinguística. Nas palavras de Levinson (2007/1989):

Efetivamente, a pragmática e a sociolinguística compartilham muitas áreas de interesse comum, e a sociolinguística tem contribuído muito para certas áreas da pragmática, especialmente o estudo da dêixis social e os atos de fala e seu uso. Todavia, a pragmática, por sua vez, tem muito a contribuir para a sociolinguística; pois, ao tentar entender a importância social dos padrões de uso da linguagem, é essencial compreender as propriedades e os processos estruturais subjacentes que criam exigências à interação verbal (LEVINSON, 2007/1989, p.481).

³⁶ “La pragmática es, por tanto, una disciplina que toma en consideración los factores extralingüísticos que determinan el uso del lenguaje, precisamente todos aquellos factores a los que no pude hacer referencia un estudio puramente gramatical: nociones como las de *emisor, destinatario, intención comunicativa, contexto verbal, situación o conocimiento del mundo* van a resultar de capital importancia” (p.14).

De acordo com Marcotulio (2010, p.54-58), a teoria sociolinguística e a pragmática podem apresentar-se como complementares no estudo das formas de tratamento, na medida em que para a sociolinguística é preocupação cara a compreensão do valor dos tratamentos em função dos falantes que os empregam. Nesse sentido, há um cuidado em se identificar as características desses falantes de acordo com variáveis sociais, como idade, sexo, escolaridade, classe social etc., correlacionando-as com usos variáveis das formas de tratamento. Por sua vez, à pragmática cabe a tarefa de compreender os motivos pelos quais determinada forma foi escolhida em determinado momento e não outra. Além disso, ainda é foco da pragmática entender quais são os efeitos de sentido provocados no destinatário pela forma de tratamento escolhida. Dessa forma, estabelecida a complementaridade dessas perspectivas teóricas, Lopes et al. (2011) refere-se a essa nova abordagem como “sociopragmática”:

De acordo com Levinson (1989), os estudos pragmáticos e sociolinguísticos são exclusivos, mas podem ser complementares. A sociolinguística se preocupa em entender *por quem e para quem* uma determinada forma de tratamento é utilizada. A pragmática discute, mais especificamente, o *porquê* de uma forma ter sido utilizada em uma determinada cena interativa. Essa é a razão pela qual se optou, nesse trabalho, por uma abordagem de cunho sociopragmático” (LOPES et al., 2011, p.317-318).

2.1.2.1 Cortesia verbal e teoria da polidez

De acordo com a perspectiva pragmática, a interpretação de um enunciado não pode ser feita apenas com base nas informações linguísticas disponíveis superficialmente, por se considerar que há um conjunto de outras informações que transcendem o nível linguístico – como as de ordem contextual, por exemplo. Partindo desse pressuposto, ao estudo do sistema de formas de tratamento faz-se imprescindível associar a teoria da polidez e da cortesia verbal.

É possível compreender a cortesia como um “conjunto de normas sociais” (VIDAL, 1996, p.136) estabelecido pelas sociedades para regular o comportamento de seus membros. Assim sendo, trata-se de regras de comportamento previstas pelos agrupamentos sociais para garantir que “a agressividade de seus membros não se volte contra eles mesmos” (VIDAL, 1996, p.136).

Contudo, antes de se estabelecer uma discussão mais aprofundada sobre essas regras de comportamento social – que prevê a adequada utilização das formas de

tratamento como um de seus mecanismos –, é preciso tecer alguns breves comentários sobre o uso dos termos “cortesia” e “polidez”.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p.101), a etimologia da palavra *polidez* dá seguras pistas para a sua compreensão: “a polidez tem a função de arredondar os ângulos e ‘polir’ as engrenagens da máquina conversacional, a fim de preservar seus usuários de graves lesões”. Dessa forma, a noção de polidez deve ser compreendida em um sentido amplo, uma vez que incide sobre muitos aspectos do discurso que, para funcionarem, precisam de regras que os gerenciem. Nesse contexto, a polidez atua como um elemento que garante que a relação interpessoal transcorra de uma forma harmônica. A esse respeito, Kerbrat-Orecchioni (2006) assevera que:

(...) hoje se admite que é impossível descrever de modo eficaz o que se passa nas trocas comunicativas sem considerar alguns princípios de polidez, na medida em que tais princípios exercem pressões muito fortes sobre a produção dos enunciados (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.76).

O termo *cortesia*, por sua vez, deriva de *court* ou *corte*, no sentido de “palácio real” e, por extensão, “pessoas que cercam o soberano”. Provavelmente, o primeiro uso da palavra *cortesia* em língua portuguesa data do século XVIII com uma acepção semelhante à “delicadeza”. É nesse sentido que Villaça e Bentes (2008, p.20) associam a cortesia ao “conjunto das qualidades do nobre e o modo de viver da aristocracia”. Ao explicarem a origem histórica desse termo linguístico, as autoras discorrem sobre o fato de que a *cortesia* transcende o código de etiqueta da vida da corte por se tornar “uma verdadeira moral idealizada da elite feudal” (p.20). Em decorrência desse sentido histórico, a cortesia verbal pode tanto representar “um modo ‘refinado’ de fala, associado a rituais nos quais a demonstração da existência de uma hierarquia social é fundamental” (VILLAÇA; BENTES, 2008, p.20), quanto a demonstração de afeto e gentileza do locutor ao seu destinatário, evidenciando que reconhece a existência de normas pragmáticas que regem a comunicação.

Conforme o exposto, tanto *cortesia* quanto *polidez* preveem a normalização de condutas comportamentais na comunicação a fim de se conviver em sociedade de uma forma mais harmônica. Dessa forma, muitos autores utilizam ambos os termos como

sinônimos. Outros, contudo, optam por um ou outro em função da tradição dos estudos linguísticos em que se situam³⁷.

Por se tratar de um fenômeno de interação, tanto a teoria da polidez, quanto a da cortesia verbal baseiam-se na pioneira noção de *face* do sociólogo Erving Goffman (1922-1982). Segundo o autor, inevitavelmente as pessoas estão expostas a contatos com outras pessoas em encontros sociais que podem ocorrer face a face ou mediados por outros participantes. Nesses encontros, as pessoas reclamam para si um valor social positivo, expresso pelo conceito de “face”. Assim, “face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1980, p.76-77). É preciso salientar que o termo ‘face’ é proveniente do inglês *face* e que possui, além do significado de “semblante”, “aparência”, “aspecto externo”, a conotação de “dignidade”, “autorrespeito”, “prestígio”.

Durante a comunicação, a *face* deve ser constantemente atendida e, em geral, as pessoas cooperam para que isso ocorra, porque, ainda que inconscientemente, reconhecem a vulnerabilidade mútua da face. A esse respeito, Goffman (1980) assevera que a preservação da face entre os participantes de uma interação ocorre a partir do efeito combinado das regras de autorrespeito (por si próprio) e da regra de consideração (pelos outros). Além disso, o autor acrescenta que a manutenção da face é uma condição da interação e não o seu objetivo.

Acevedo (2011) atribui a necessidade de manutenção da face ao desejo dos falantes de transmitirem dois tipos de imagem de si mesmo: a *imagem da autonomia* – que contempla o desejo de ser visto como alguém com contorno próprio dentro do grupo, com características que o diferenciem dos demais – e a *imagem da afiliação* – refere-se ao desejo do indivíduo de ser visto por meio das características que o identificam ao seu grupo. Dessa forma, trata-se de dois desejos que se complementam, apesar da aparente contraditoriedade, no sentido de descrever a forma como as pessoas se colocam no mundo (a sua autoimagem e o desejo de como gostariam de ser vistas pelos demais). Portanto, “estudar o modo como as pessoas salvam faces é estudar as regras de trânsito da interação social” (GOFFMAN, 1980, p.82).

Os pesquisadores dessa perspectiva teórica, em especial Goffman (1980), entendem que quando uma pessoa percebe que está “em face”, ou seja, que a sua face

³⁷ Em comunicação pessoal, o professor Leonardo Marcotulio explicou que os estudos de origem hispânica tradicionalmente optam pelo termo “cortesia”, ao passo que os estudos anglo-saxões preferem o termo “polidez”.

está preservada, ela expressa sentimentos de confiança e segurança. Por outro lado, quando percebe que está “fora de face”, sua tendência é retrair-se, sentir-se envergonhada e preocupada com a sua reputação como participante da interação. “Como medida defensiva, a pessoa pode manter-se afastada de tópicos e atividades que poderiam levar à expressão de informações inconsistentes com a linha seguida” (GOFFMAN, 1980, p.85). Em razão disso, o autor considera que as pessoas até aceitam maus tratos vindos delas mesmas, mas não podem aceitar caso partam de outros interagentes, por colocar a sua face em ameaça.

A partir desse conceito fundamental – a face – surgiram perspectivas analíticas que se propõem a observar mais detidamente a forma como a interação se estabelece. Assim sendo, em 1987, Penelope Brown e Stephen Levinson propuseram a Teoria da Polidez, por meio da obra *Politeness: some universals in language usage*. Para os autores, quando usuários de uma língua estão em situações comunicativas, eclode um aspecto muito saliente da personalidade das pessoas: “o desejo de ser ratificado, compreendido, aprovado, ou admirado”³⁸ (BROWN; LEVINSON, 1987, p.62, tradução nossa). Em função disso, os autores propõem dois conceitos que regem a interação: o de polidez positiva e o de polidez negativa.

Por **polidez positiva** eles entendem os atos reparadores praticados por um locutor, em direção ao seu destinatário, com o intuito de expressar que as suas vontades, valores e ações são desejáveis. Ou seja, a personalidade do falante, a sua própria imagem, transmite a mensagem de como espera ser visto e desejado pela sociedade. Já a **polidez negativa** (também entendida como *território*) é associada a uma ação compensadora dirigida ao destinatário, no sentido de expressar o seu desejo de preservação pessoal, transmitindo a mensagem de que tem o direito de não sofrer perturbação – mantendo, portanto, o seu território intacto. Trata-se da matriz do comportamento respeitoso.

Brown e Levinson (1987) pioneiramente esboçaram uma teoria dos atos ameaçadores de face (FTA, em inglês: *Face Threatened Acts*). Entretanto, Kerbrat-Orecchini (2006) vislumbra o modelo desenvolvido por eles como “excessivamente pessimista e até mesmo ‘paranoide’” (p.81). Segundo a autora, por esse modelo, os indivíduos em sociedade usariam todo o seu tempo a “montar guarda em torno de seu território e de sua face” (p.81) – o que não acontece de fato. A crítica da autora ao

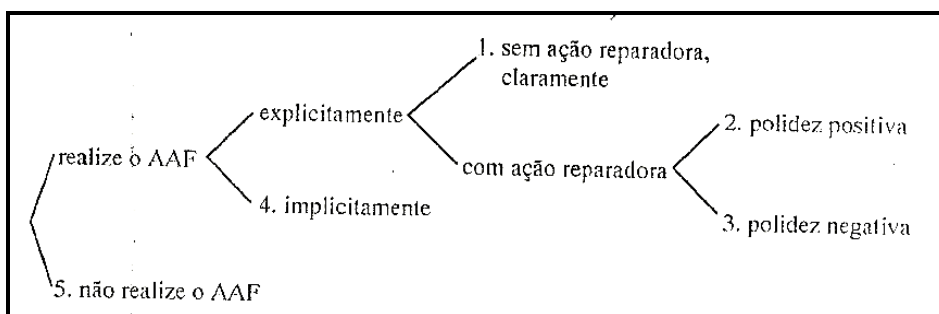
³⁸ “The desire to be ratified, understood, approved of, liked or admired.”

modelo precursor centra-se no fato que Brown e Levinson não consideraram os atos de fala que valorizam a face, “como o elogio, o agradecimento ou os votos” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.82).

Muito embora se concorde com o pensamento de Kerbrat-Orecchioni (2006), é preciso reconhecer que Brown e Levinson (1987) já assumiam as formas de tratamento como estratégias de polidez positiva. Segundo os autores, os tratamentos, alguns nomes genéricos, diminutivos e palavras carinhosas têm a função de clamar a solidariedade dentro de um grupo de interactantes. Os exemplos oferecidos por eles são: “Companheiro, camarada, amigo, docinho, querido, patinho, bebê, mãe, loira, irmão, irmã, fofura, querida, rapazes, companheiros (...)”³⁹ (BROWN; LEVINSON, 1987, p.107-108, tradução nossa).

Com o intuito de aclarar as estratégias polidas adotadas pelos interlocutores à luz da teoria da polidez de Brown e Levinson, Fairclough (1992/2001b) propõe uma situação hipotética em que uma pessoa precisa pedir ajuda para trocar o pneu de seu carro. Para discutir esse exemplo, o autor parte de um esquema – proposto por ele, mas baseado nos “atos ameaçadores de face’ de Brown e Levinson:

Quadro 06: Estratégias para a realização de ‘atos ameaçadores da face’



Fonte: FAIRCLOUGH, 1992/2011b, p.204.

Para analisar essa situação – do pedido de ajuda para trocar o pneu – Fairclough analisa quatro estratégias. Na **primeira** (expresso pelo número 01 do quadro 06), o falante não emprega nenhuma ação reparadora, ou seja, não faz nenhuma tentativa de mitigar o pedido, que é assim enunciado: “Ajude-me a trocar esse pneu”. Já a **segunda estratégia** emprega a polidez positiva, pois há mitigação e reparação. Nesse caso, o falante irá demonstrar afeição, simpatia ou solidariedade ao seu interlocutor, produzindo

³⁹ “Mate, buddy, pal, honey, dear, duckie, baby, Mom, blonde, brother, sister, cute, sweetheart, guys, fellas (...)”

o seguinte enunciado: “Me dá uma ajuda pra trocar esse pneu, amigo?”. A **terceira estratégia** expressa o desejo de preservar o território e a privacidade de seu interlocutor – trata-se de uma estratégia que emprega a polidez negativa, portanto. A partir dessa estratégia, o falante produz um enunciado que claramente expressa o desejo de mostrar respeito à privacidade do seu interlocutor, não pretendendo perturbá-lo: “Desculpa incomodar, mas poderia ajudar com esse pneu?”. A respeito desse enunciado, Fairclough (1992/2001b) chama a atenção para o fato de que o falante empregou a forma verbal “poderia”, expressando um modo indireto de fazer o pedido – típico da polidez negativa. Finalmente, a **quarta estratégia** consiste em dizer indiretamente o que se pretende. Por essa estratégia, o pedido precisa ser inferido e, conseqüentemente, fica aberto a interpretações alternativas, como demonstram os enunciados: “Agora como diabo eu vou trocar isso?” ou “Você notou que estou com o pneu furado?”. Em comparação com a estratégia anterior, que é mais convencionalizada, apesar de indireta, esse quarto tipo de pedido pode gerar sérios problemas de interpretação e comprometer a eficácia da comunicação.

Ainda comprometido em explicitar as diferentes estratégias de se fazer pedidos, Fairclough (2001a) relaciona as escolhas feitas pelos falantes com suas respectivas percepções do poder⁴⁰ que desempenham socialmente. Segundo o autor, os pedidos diretos marcam explicitamente o poder nas relações, enquanto os pedidos indiretos deixam-no mais ou menos implícito. Os pedidos diretos são caracteristicamente expressos por sentenças imperativas, tais como “Digite essa carta pra mim até às cinco horas”, ao passo que os indiretos usam um repertório mais amplo de estratégias: “Você pode digitar essa carta para mim até às cinco horas?”, “Você acha que poderia digitar essa carta para mim até às cinco horas?”, “Possivelmente eu poderia pedir a você que digitasse essa carta para mim até às cinco horas?” (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, 46).

Para melhor compreender as estratégias empregadas pelos falantes a fim de serem mais corteses e polidos, Kerbrat-Orecchioni (2006) se refere a outros procedimentos, que ela denomina de substitutivos, pelo fato de substituírem formulações mais diretas por outras mais suaves. Por meio desses procedimentos, a autora afirma que os falantes vestem “luvas de pelica” para “bater nas faces delicadas de nossos parceiros de interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.87). Seguem alguns exemplos: “‘Me traz alguma coisa pra beber, meu chuchu’, ‘Por gentileza, me

⁴⁰ A próxima subseção será mais especificamente dedicada a relacionar as formas de tratamento com os valores semânticos advindos do *poder*.

‘passe o sal’, ‘Feche a porta, meu anjo’, ‘Você que sabe das coisas, me diz então...’, ‘Você que sempre toma notas tão bem, poderia me passar essas suas aí?’ etc.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.89).

Mais especificamente sobre formas de tratamento funcionando como estratégias em favor da polidez e cortesia, a autora chama a atenção para alguns casos em especial: i) a forma senhor (a), por um lado, pode representar uma ameaça à face positiva do interlocutor, por colocar em jogo na interação a questão da idade. Por outro lado, essa mesma forma expressa um valor de deferência e respeito; ii) a substituição de alguns pronomes pessoais por outros com sentido coletivo pode expressar solidariedade. Assim, em um enunciado de conteúdo negativo como “Você perdeu”, a substituição por “A gente perdeu” representa um “suavizador”. Da mesma forma, é indicativo de modéstia e, portanto, não ameaça a face negativa do interlocutor, a substituição de um enunciado positivo como “Eu ganhei” por “Nós ganhamos” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.86-87).

Por meio do referencial teórico da teoria de Brown e Levinson e observando mais especificamente o português brasileiro, Silva (2008) afirma que um dos mecanismos mais utilizados para se efetivar a cortesia positiva⁴¹ é o uso, por parte do locutor, de mecanismos que demarcam identidade e proximidade com seu interlocutor. Uma das maneiras utilizadas para conquistar esse efeito por meio da enunciação é a passagem das formas pronominais formais para as informais – em outras palavras, ocorre a substituição discursiva de *o senhor* por *tu/você*. Segundo o autor, esse fato serve como uma justificativa bem plausível para a tendência do português brasileiro, sobretudo das grandes metrópoles, de valorização da forma *você*. Assim sendo, Silva (2008) pontua que esse pronome representa, sim, um indicativo de cortesia, contradizendo a tradição linguística que associava apenas *o senhor* à expressão cortês.

Até este momento, a discussão estabelecida em torno da cortesia e da polidez transcorreu em termos generalizantes, sem especificar possíveis particularidades em relação às formas como grupos sociais encaram as regras culturais estabelecidas para garantir a comunicação. Nesse sentido, um dos propósitos desse trabalho de pesquisa é justamente o de confrontar as estratégias referentes à cortesia verbal e regras de polidez, empregadas por meio das formas de tratamento, nas sociedades brasileira, angolana e

⁴¹ Uma vez que Silva (2008) situa-se teoricamente na perspectiva da “cortesia verbal”, ao referenciar Brown e Levinson, o autor opta pelo uso do termo “cortesia positiva”, ao invés de “polidez positiva”, usando ambos os termos como sinônimos.

moçambicana, observando as semelhanças e diferenças de usos. Com esse intento, faz-se necessário compreender como os pesquisadores da área se manifestam acerca das diferenças culturais que podem envolver as preferências pragmáticas.

2.1.2.2 A cultura em foco

“Um antropólogo [peço licença para livremente substituir, nesse epílogo, “um antropólogo” por “um linguista”] experiencia, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo; ele o faz através do universo de seus próprios significados, e então se vale dessa experiência carregada de significado para comunicar uma compreensão aos membros de sua própria cultura. Ele só consegue comunicar essa compreensão se o seu relato fizer sentido nos termos de sua cultura. (...) Uma ‘antropologia’ [novamente: “uma linguística”] que jamais ultrapasse os limiares de suas próprias convenções, que desdenhe investir sua imaginação num mundo de experiência, sempre haverá de permanecer mais uma ideologia que uma ciência.”
Roy Wagner (*A invenção da cultura*, 2010, p.29).

Uma vez que esse estudo se propõe a investigar o sistema de formas de tratamento em língua portuguesa utilizado por três povos com culturas muito particulares – a brasileira, a moçambicana e a angolana –, fez-se necessário compreender o modo como essas idiossincrasias culturais poderiam interferir nas escolhas linguísticas. Com tal propósito, os estudos pragmáticos, mais especificamente a cortesia verbal e a polidez linguística, contribuem sobremaneira com essa perspectiva analítica. Contudo, com um anseio de enriquecimento epistemológico, fez-se um empréstimo da noção de cultura a partir da Antropologia Cultural e Simbólica de Roy Wagner⁴² (1975/2010).

Para compreender *cultura*, o estudioso parte da noção etimológica da palavra, remetendo-se ao participípio passado do verbo latino *colere*, “cultivar”, que tinha direta associação com o cultivo do solo. Por meio de uma metáfora, que prevê o “cultivo”, o “refinamento”, o “controle” do homem por ele mesmo é que se chega ao sentido contemporâneo do termo. De acordo com o autor,

nas salas de estar dos séculos XVIII e XIX falava-se de uma pessoa ‘cultivada’ como alguém que ‘tinha cultura’, que desenvolvera seus interesses e feitos conforme padrões sancionados, treinando e ‘criando’ sua personalidade da mesma maneira que uma estirpe natural pode ser ‘cultivada’ [*cultured*] (WAGNER, 2010, p.54).

⁴² Roy Wagner: antropólogo contemporâneo norte-americano, cuja obra marca os estudos culturais, sobretudo em função de *A invenção da cultura*, 1975.

Contudo, para a antropologia, o conceito de cultura transcende efetivamente esse significado aristocrático. Wagner (2010) discorre sobre o fato de que houve uma extensão abstrata do sentido de “refinamento humano”, de forma que, de algo individual, a cultura passa a ser apreendida como algo coletivo. Assim, “em sua conotação mais simples e mais ampla, a ‘cultura’ provê uma base relativística para a compreensão de outros povos” (WAGNER, 2010, p.75). Dessa forma, a proposta de se estudar uma cultura diferente da do pesquisador/estudioso representa um enorme esforço no sentido de que cada cultura representa um universo de pensamento e ação absolutamente singular.

Nessa linha de raciocínio, ao advogar sobre a absoluta particularidade de cada cultura, o autor chega ao limite de dizer que antes de se propor a fazer um estudo de campo sobre uma determinada cultura, o pesquisador não tem “nenhuma cultura”, uma vez que a sua própria lhe é invisível por se encontrar imerso nela. Em outras palavras, é o contraste entre culturas que a torna visível: “No ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria e acaba por reinventar a própria noção de cultura” (WAGNER, 2010, p.31). Nesse sentido, o choque cultural experienciado pelo pesquisador exerce um importante papel no ato de (re)inventar uma cultura, ou, em outras palavras, escrever ou descrever uma cultura diferente da sua.

Ainda de acordo com Wagner (2010), faz-se imprescindível relativizar o conceito de cultura na medida em que “se a cultura fosse uma ‘coisa’ absoluta, objetiva, ‘aprender’ uma cultura se daria da mesma forma para todas as pessoas, tanto nativos como forasteiros, tanto adultos como crianças” (WAGNER, 2010, P.36). Essa relatividade é um ponto bastante relevante de convergência com a noção de cultura proposta pela pragmática, sobretudo ao se considerar a cortesia/ polidez.

Os estudiosos da teoria pragmática afirmam que nenhum indivíduo nasce tendo como característica inata a cortesia. Nesse ponto, Vidal (1995, p.59, tradução nossa) é categórica: “O comportar-se cortesmente não é, obviamente, uma qualidade natural – qualquer um que teve contato com uma criança pequena sabe disso –, mas uma habilidade aprendida”⁴³. Segundo essa pesquisadora, os estudos sobre aquisição da linguagem apontam para o fato de que, desde tenra idade, as crianças se tornam conscientes da diferença de estatuto social de seus interlocutores, de modo que são

⁴³ “El comportarse cortésmente no es, desde luego, una cualidad natural – cualquiera que haya tenido cerca a un niño pequeño lo sabe –, sino una habilidad aprendida.”

capazes de adaptar o seu comportamento (verbal e não verbal) à pessoa com quem interagem, tanto relativamente ao eixo da autoridade quanto da familiaridade.

Assim sendo, Causse-Cathcart (2011) advoga a favor do fato de que a cortesia é parte do sistema de uma cultura e, paulatinamente, os indivíduos vão se tornando mais competentes à medida que crescem e adquirem essa percepção. A autora entende que a cortesia “não é, pois, um sistema isolado, mas parte do conteúdo central da língua”⁴⁴ (CAUSSSE-CATHCART, 2011, p.59, tradução nossa). Dentro desse mesmo ponto de vista, Vidal (1995) também estabelece uma ideia basilar acerca da cortesia: “crescer como membro de uma cultura consiste em aprender a perceber, pensar e comportar-se como os demais membros do grupo”⁴⁵ (VIDAL, 1995, p.59, tradução nossa).

Tomando essa característica da polidez e da cortesia como pressuposto – a de que fazem parte do sistema linguístico e que, portanto, são adquiridas conforme adquire-se a linguagem –, é possível inferir que se trata de um mecanismo universal, já que em todos os grupos sociais do mundo a comunicação é regida por regras: “A comunicação verbal seria impossível se não se baseasse em um sistema de regras formais que determinam a estrutura da mensagem linguística”⁴⁶ (ACEVEDO, 2011, p.411, tradução nossa). Coadunando com essa proposta de universalidade, Vidal (1995) assevera que a capacidade de fazer inferências é comum a todos os membros da espécie humana. Por essa razão, “as estratégias de cortesia devem ser também universais”⁴⁷ (VIDAL, 1995, p.38, tradução nossa).

Em sua obra original sobre polidez, Brown e Levinson (1987) já previam o caráter universal da polidez, por assumirem que o conhecimento que as pessoas possuem sobre a sua “face” pública e sobre a necessidade social de se orientar adequadamente em uma interação é comum a todos os povos. No entanto, eles concordam que o valor atribuído à face e os limites exatos de preservação de território variam de cultura para cultura. A esse respeito, Kerbrat-Orecchioni (2006) apresenta uma consideração de caráter contundente:

E é também por isso que a polidez é um fenômeno universal, como é universal a importância atribuída ao território e à face, nas relações interpessoais como nas relações entre os países – os grandes conflitos

⁴⁴ “No es, pues, un sistema aislado, sino una parte del contenido central de la lengua.”

⁴⁵ “Crecer como miembro de una cultura consiste en aprender a percibir, pensar y comportarse como los demás miembros del grupo.”

⁴⁶ “La comunicación verbal sería imposible si no se basara en un sistema de reglas formales que determinan la estructura del mensaje lingüístico.”

⁴⁷ “Las estrategias de cortesía deben ser también universales.”

internacionais não se instauram sempre em torno de questões de poder e de glória?

Mas esse fenômeno universal apresenta aspectos bastante diferentes, segundo as culturas e as sociedades (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.102).

Da mesma forma como há consenso acerca da universalidade da cortesia e da polidez como mecanismos de gerenciamento da comunicação, é também consenso o fato de que cada cultura em especial desenvolve os seus valores e preceitos. Nesse sentido, é de extrema relevância essa generalização estabelecida por Guy (1988, p.37, tradução nossa): "em todas as sociedades humanas, indivíduos diferem entre si na maneira de falar. Algumas dessas diferenças são idiossincráticas, mas outras são sistematicamente associadas a determinados grupos de pessoas" ⁴⁸.

Assim, a compreensão de que há mecanismos pragmáticos que orientam as escolhas linguísticas é de caráter universal. Entretanto, as regras específicas que orientam essas escolhas variam de uma sociedade para outra. Aliás, Kerbrat-Orecchioni (2006) chama atenção para o fato de que, mesmo no interior de uma mesma sociedade, pode haver diferenças culturais, em função da idade, sexo, localização geográfica e origem social dos falantes– eis a aplicabilidade linguística do conceito de relatividade cultural.

Conforme afirma Vidal (1995), “cada cultura cria em seus membros algumas expectativas de comportamento verbal que, se não são satisfeitas pelo interlocutor, tendem a gerar implicaturas de falta de interesse, descortesia intencional e má vontade”⁴⁹ (Vidal, 1995, p.44, tradução nossa). Como conseqüências a essas expectativas culturais, Kerbrat-Orecchioni (2006) defende que a pertença cultural de um indivíduo subjaz à maneira como ele formula as suas interpelações, que pode ser de maneira mais ou menos direta, de acordo com as expectativas sociais. A mesma autora postula que é de extrema complexidade analisar essas diferenças socioculturais na medida em que, para um sociedade S1, que possui determinada característica, algo pode ser aceitável; ao passo que essa mesma característica pode ser compreendida de maneira exatamente inversa pela sociedade S2. Assim, ela formula um princípio fundamental para se entender o domínio intercultural: “é o princípio do tudo é relativo” (KERBRAT-

⁴⁸ “In all human societies individuals will differ from one another in the way they speak. Some of these differences are idiosyncratic, but others are systematically associated with particular groups of people.”

⁴⁹ “Cada cultura crea en sus miembros unas expectativas de comportamiento verbal que, si no se ven satisfechas por el interlocutor, tienden a generar implicaturas de falta de interés, descortesía intencionada y mala voluntad.”

ORECCHIONI, 2006, p.106). A respeito do reconhecimento do princípio de que cada sociedade possui características culturais próprias, Fairclough (2001) esboça uma perspectiva otimista (e, na mesma medida, realista): “A sensibilidade às diferenças culturais, em alguns casos, está crescendo, mas lentamente”⁵⁰ (FAIRCLOUGH, 1989/2001, p.40, tradução nossa).

Levando em consideração os dois consensos que já foram apontados – i) de que é universal a existência de princípios que regem a comunicação, sobretudo, em referência à cortesia verbal e às estratégias de polidez; ii) e de que esses princípios variam de cultura para cultura –, é preciso ainda considerar mais um postulado: cada comunidade possui um *ethos*.

Brown e Levinson (1987) propõem uma reflexão de suma importância para se compreender a natureza do conceito de *ethos*. Segundo eles, quando um estrangeiro visita um país desconhecido e observa essa sociedade – e os diferentes grupos culturais que compõe essa sociedade –, ele percebe determinadas constantes no comportamento dessas pessoas, que podem ser chamadas de *ethos*, ou seja, “a qualidade afetiva da interação que é característica dos membros de uma sociedade”⁵¹ (BROWN; LEVINSON, 1987, p.243, tradução nossa).

Com um intuito de se debruçar mais detalhadamente na ideia de que há um *ethos* que, em determinada medida, governa as escolhas linguísticas dos participantes de uma interação, faz-se imprescindível sair momentaneamente do coletivo, ou social, para se observar o individual. Dessa forma, é Dascal (2013) que oferece uma pista importante sobre o *ethos* discursivo. Segundo o autor, “se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale” (DASCAL, 2013, p.71). Ainda nessa perspectiva, Amossy (2013) advoga no sentido de que para se garantir a eficiência de uma interação, a imagem projetada pelo enunciador deve corresponder à imagem do destinatário. Para que isso ocorra, deve existir um saber prévio, ou “*ethos* pré-discursivo”, nos termos de Maingueneau (*apud* AMOSSY, 2013, p.125). De acordo com a autora:

⁵⁰ “Sensitivity to cultural differences is growing in some cases, but slowly.”

⁵¹ “The affective quality of interaction characteristic of members of a society.”

No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme as exigências de seu projeto argumentativo (AMOSSY, 2013, p.125).

Conforme demonstrado, cada pessoa realiza uma apreciação prévia do *ethos* de seu interlocutor ao se envolver em uma situação enunciativa. Em decorrência dessa afirmação, é possível inferir que cada pessoa possui o seu *ethos* particular constituído seja por referências visuais – tais como vestimentas, corte de cabelo, aparência etc. –, seja por questões imateriais pressupostas – como, por exemplo, a ideia da hierarquia e da autoridade desempenhada. Essa mesma noção abstrata pode ser expandida do individual para o coletivo.

Nesse sentido, Kerbrat-Orecchioni (2006) estabelece que o *ethos* de uma comunidade é apreendido ao se observar que os diferentes comportamentos das pessoas que integram um grupo social obedecem a uma coerência profunda e podem ser submetidos a uma descrição sistemática, que culmina na proposição de um “perfil comunicativo ou o *ethos* dessa comunidade” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.119). Segundo a autora, a maneira de se comportar das pessoas e de se apresentar em interação pode ser “mais calorosa ou fria, próxima ou distante, modesta ou imodesta, ‘à vontade’ ou respeitosa para com o território alheio, suscetível ou indiferente à ofensa etc.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.119).

Nesse sentido, Brown e Levinson (1987) relacionam a existência de culturas caracteristicamente de polidez positiva e de polidez negativa. De acordo com eles, portanto, as culturas que tipicamente apresentam a polidez positiva preferem comportamentos que evitam a imposição e a distância social não constitui uma barreira a interação amigável; além disso, o poder relativo às interações sociais nunca é marcado de forma contundente. Entretanto, eles reconhecem que qualquer generalização pode assumir um caráter “grosseiro” e requereria refinamentos a fim de se interpretar o *ethos* social. Nesse sentido, eles sugerem que em todas as sociedades complexas do mundo, os grupos dominados e minoritários possuem uma cultura de polidez positiva, ao passo que os grupos dominantes apresentam comportamentos relacionados à polidez negativa. Assim, "o universo dos grupos pertencentes às classes média e alta é construído em uma arquitetura severa e fria de distanciamento social, assimetria, e investido de imposições, enquanto que o universo dos grupos de classes mais baixas é construído em torno da

proximidade social, solidariedade simétrica e reciprocidade"⁵² (BROWN; LEVINSON, 1987, p.245, tradução nossa).

Complementando essa assertiva, os pesquisadores afirmam que a associação de comportamentos tipicamente característicos da polidez negativa ou da polidez positiva não é exclusiva às classes sociais de sociedades hierárquicas. É possível, portanto, atribuir características de polidez a grupos sociais específicos que interagem no interior das sociedades. Os autores ilustram essa afirmativa com a proposição de que é possível considerar que as mulheres apresentam uma tendência maior de usar a polidez positiva do que os homens. Dentro da mesma linha de raciocínio, é traço prioritário do comportamento masculino a disputa pelo poder e manutenção do território, enquanto que as mulheres costumam manter laços mais solidários umas com as outras.

Em suma, o sistema de formas de tratamento, no âmbito desta investigação que se desenvolve, é analisado à luz de diferentes abordagens que se complementam: i) por meio do viés estritamente linguístico, é possível reconhecer a forma privilegiada pelo falante e a identificar como pronome de tratamento, forma de tratamento nominal, se exerce a função de vocativo ou se exerce outras funções sintáticas; ii) a sociolinguística fornece um aparato teórico e metodológico que permite associar a forma de tratamento reconhecida aos motivadores sociais que a elegeram, correlacionando, assim, as características do falante (sua idade, sexo, nível de escolaridade, proveniência) às suas escolhas linguísticas. Além dessa análise de cunho qualitativo, a sociolinguística fornece um subsídio de ordem quantitativa a fim de se interpretar os dados de maneira organizada e objetiva; iii) a pragmática contribui com uma interpretação mais profunda das escolhas tratamentais, por identificar as razões motivadoras de cada uso e suas respectivas consequências comunicativas na interação. Nesse sentido, é possível entender como as formas de tratamento podem ser usadas a fim de se preservar a face e garantir comportamentos corteses em função das características idiossincráticas das culturas brasileira, moçambicana e angolana. No entanto, com o intuito de se analisar o sistema de tratamento a partir de um olhar mais holístico, faz-se ainda necessário inserir o conceito de poder nessa discussão, a fim de se compreender os valores sociais que subjazem às escolhas tratamentais.

⁵² "The world of upper and middle groups is constructed in a stern and cold architecture of social distance, asymmetry, and resentment of impositions, while the world of the lower groups is built on social closeness, symmetrical solidarity, and reciprocity."

2.1.3 O poder

“Toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra.”
Pierre Clastres (*A sociedade contra o estado*, 1978, p.106).

Para se iniciar essa reflexão sobre *poder*, segue uma citação de Orlandi (2009), que resume de forma muito eficaz o cerne da questão e aponta para as preocupações fundamentais do presente trabalho de pesquisa:

A língua não é una, a língua não é uma, as línguas mudam, as línguas entram em contato, desaparecem, criam-se novas, estão sempre em movimento. Mas as línguas não são objetos etéreos. São fato social, histórico, são praticadas, funcionam em condições determinadas, fazem história. As práticas simbólicas, que são as línguas, funcionam pelo político. Relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-la fora dessas condições que, para resumir, eu chamaria de político-históricas. Em diferentes momentos da história as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente suas relações com a língua e entre as línguas. Quando pensamos a questão África-Brasil, não podemos deixar de pensar que temos alguma coisa em comum e, entre elas, não é pequena a relação com a colonização portuguesa e com a língua que praticou essa colonização. Isso não significa que nossas diferenças não se imponham (ORLANDI 2009, p.211).

Com o intento de se estabelecer um debate sobre *poder* correlacionando-o com o uso das formas de tratamento, três concepções fundamentais foram adotadas: i) a perspectiva foucaultiana (1979) de que há micropoderes em todos os agentes que constituem as sociedades; ii) a concepção de poder enquanto mecanismo discursivo, baseado em Fairclough (1989/2001a; 1992/2001b; e iii) a clássica noção de Brown e Gilman (1972), que prevê que o fenômeno do endereçamento ocorre a partir de duas forças semânticas: o poder e a solidariedade.

Contudo, antes de partir para essas três perspectivas analíticas, é necessário considerar a noção de poder defendida por Manjate (2010). Segundo a pesquisadora, “não existem sociedades sem instituições, formais ou informais, assim como não há instituições sem poder” (MANJATE, 2010, p.148). Assim sendo, Manjate advoga que, em toda e qualquer relação social, o poder se manifesta, por constituir um “factor inerente à vida e à organização da dinâmica dos grupos como estrutura, cumprindo determinadas funções” (MANJATE, 2010, p.148-149). Desse modo, a partir dessa orientação norteadora – de que o poder é uma força intrínseca às dinâmicas sociais – é possível situar teoricamente essa pesquisa.

2.1.3.1 Michel Foucault: a genealogia do poder⁵³

A fim de complementar o projeto de “arqueologia do saber”, Michel Foucault – (1926-1984) filósofo francês e professor de história no Collège de France – propõe a “genealogia do poder”, em que busca entender como as relações de poder atuam na produção de saberes. Assim Foucault (1979, p.07), em seu clássico livro *Microfísica do poder*, define genealogia:

É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta de constituição de saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.

Em seu pensamento filosófico, Foucault não assume uma teoria geral do poder, uma vez que, segundo ele, o poder é mutável, heterogêneo, histórico. Sendo assim, ele preferia considerar o poder como redes que atuam sobre todo o corpo social – não exercendo o peso de uma “força que diz não” (1979, p.08), mas como algo que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (1979, p.08). Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o poder cria saberes, não é possível considerar a existência de um saber que não gere poder.

A base de seu pensamento, portanto, é o de que em todas as sociedades ocorrem simultaneamente múltiplas formas de dominação. Nesse caso, não cabe uma análise do poder centralizador, mas sim captar as relações regionais, locais, onde o poder é exercido: “Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (FOUCAULT, 1979, p.181). Levando essa análise às últimas consequências, Foucault parte da hipótese de que o poder não é exercido especificamente sobre o indivíduo, pois o indivíduo é justamente “o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 1979, p. 162). Além de considerar o indivíduo um efeito do poder, Foucault (1979) também o considera o seu centro de transmissão: “O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1979, p.183-184).

⁵³ Para os objetivos pontuais desse estudo, fez-se a opção de adotar a perspectiva de poder proposta por Michel Foucault. Entretanto, é imperioso reconhecer que outro caminho interessante seria a abordagem proposta por Pierre Clastres, em *A sociedade contra o estado: pesquisas em antropologia política*, 1978.

Ainda que se entenda que as múltiplas relações de poder transitem por todas as sociedades humanas, Foucault (1979) afirma que para cada sociedade há um “regime de verdade”. Por verdade, o filósofo entende um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e, se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p.13). Assim sendo, cada grupo humano elege uma “política geral de verdade”, em que são escolhidos os tipos de discursos que funcionam como verdadeiros, quais são os eleitos que assumem o encargo de dizer o que é a verdade e quais são as técnicas e procedimentos para se obter essa verdade.

Por mais que haja regras sociais que organizem esse regime de verdade, Foucault (1979, p.75) se pergunta: “quem exerce o poder? Onde o exerce?”. Em sua resposta fica evidente que a rede de relações de poder está disseminada ao longo de toda a estrutura das sociedades, mas, ainda que inconscientemente, as pessoas conseguem identificar de onde parte essa força: “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem os detém; mas se sabe quem os possui” (FOUCAULT, 1979, p.75)⁵⁴. Nesse sentido, esse pensador francês prefere considerar que o poder é mais bem analisado como sendo algo que circula por entre a sociedade, “ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (FOUCAULT, 1979, p.183). Assim, estabelecem-se malhas em que as pessoas exercem o poder e, ao mesmo tempo, sofrem sua ação, haja vista que ninguém é um “alvo inerte ou consentido do poder”, mas “sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1979, p.183).

Nas pesquisas levadas a cabo por Foucault, acerca do poder psiquiátrico, da sexualidade infantil, dos sistemas políticos, entre outras, ele procurou empregar a metodologia de observar as relações de poder “fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal” (FOUCAULT, 1979, p.186). Para justificar esse posicionamento, o autor confronta a posição soberana exercida pelo príncipe de Maquiavel com as estruturas das sociedades contemporâneas por ele analisadas:

O príncipe ‘maquiavélico’ é, por definição, único em seu principado e está em posição de exterioridade, transcendência, enquanto que nesta literatura o governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem portanto

⁵⁴ Essa noção é especialmente importante para a análise dos dados de formas de tratamento, provenientes de entrevistas com falantes brasileiros, moçambicanos e angolanos da língua portuguesa realizadas por esta pesquisa, haja vista que esses informantes instintivamente mudavam suas escolhas tratamentais de acordo com a suposição que faziam acerca do poder exercido pelo seu interlocutor.

muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do estado ou da sociedade. Portanto, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado; multiplicidade e imanência que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel (FOUCAULT, 1979, p.280).

Essa explicação sintetiza o pensamento foucaultiano acerca do poder e será considerada ao analisar as relações estabelecidas entre os informantes desta pesquisa. Essa escolha teórica se justifica pelo fato de que estão em análise as sociedades brasileira, angolana e moçambicana, que são caracteristicamente compostas por posicionamentos hierárquicos – ora explícitos, como quando se observa a relação entre dominadores (políticos) e dominados (população) – ora implícitos no corpo social, mas representados concretamente por escolhas linguísticas.

2.1.3.2 Norman Fairclough: o poder no discurso

Por sua vez, Norman Fairclough, assumidamente leitor de Michel Foucault, possui, como preocupação central, estabelecer diálogos entre as teorias da linguagem e as teorias sociais críticas. Nesse sentido, sua obra versa sobre o papel da linguagem nas relações sociais e nos processos de mudança e transformações sociais – mais especificamente, seu foco é investigar como a língua atua na constituição de relações de poder e ideologia.

Assim como Foucault, Fairclough (1992/2001b, p.75) assume o posicionamento teórico de que o poder está “implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas”. Esse pesquisador emprega a palavra “implícito” ao se referir a poder por considerar que o sucesso dessa estrutura social, em que ocorre a atuação simultânea de micropoderes, é atribuído ao fato de que ele se dá de forma oculta nos mecanismos sociais. Segundo o linguista, um dos meios pelos quais o poder circula e que gera sérias consequências sociais é pela educação, uma vez que “o sistema educacional reproduz, sem mudança dramática, a divisão social do trabalho vigente e o sistema de relações de classe”⁵⁵ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.54, tradução nossa).

⁵⁵ “The educational system reproduces without dramatic change the existing social division of labour, and the existing system of class relations.”

Na perspectiva de Fairclough (1989/2001a), o poder se manifesta “no” discurso ou “por detrás” do discurso. Assim sendo, o poder “no” discurso é entendido como um lugar onde as relações de poder são exercidas e legitimadas e o poder “por detrás” do discurso reflete as formas como as ordens do discurso (vistas como dimensões de ordens sociais) são moldadas e constituídas pelas relações de poder. O autor, baseado no pensamento de Gramsci (1988; 1995)⁵⁶, defende que, tanto o poder “no” quanto “por detrás” do discurso não são atributos permanentes de uma pessoa ou de um grupo social. Pelo contrário, aqueles que detêm o poder em um momento particular precisam constantemente reafirmar esse poder e aqueles que não o detêm podem a qualquer momento conquistá-lo. Dessa forma, "o poder em todos esses níveis é ganho, exercido, sustentado e perdido no decorrer da luta social"⁵⁷ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.57, tradução nossa).

Em certa medida, Manjate (2010) coaduna com Fairclough (1989/2001a) ao considerar que a comunicação verbal é um meio pelo qual as ideologias são expressas e que, portanto, é o veículo por onde circulam as mais corriqueiras afirmações do senso comum e as manifestações de poder. Segundo a pesquisadora, “o poder está ligado a dimensões práticas” (MANJATE, 2010, p. 167) e se reflete na capacidade de autodomínio das pessoas mais vulneráveis física, psicológica ou economicamente, “por gerarem relações de comando e obediência, nas mais variadas vertentes” (MANJATE, 2010, 167-168).

Da mesma forma, Manjate (2010) também dialoga com Fairclough (1989/2001a) no sentido de que, para ela, a educação formal – ou qualquer outra forma de socialização – constitui um mecanismo de reprodução de poderes estabelecidos. Entretanto, não necessariamente aqueles que exercem ou que são submetidos possuem consciência do exercício do poder, haja vista que os tipos de influência possíveis são manifestos de forma complexa e sutil e “advêm de crenças cristalizadas e que se revelam de forma espontânea, assentes em crenças e convicções fortes, marcas de uma mentalidade enraizada” (MANJATE, 2010, p.154).

⁵⁶ Mais especificamente, Fairclough baseia-se no conceito de poder como hegemonia de Gramsci (1988, 1995), que é caracteristicamente instável.

⁵⁷ “Power at all these levels is won, exercised, sustained, and lost in the course of social struggle.”

2.1.3.3 Brown e Gilman: a semântica do poder e da solidariedade

Há ainda mais uma dimensão de poder que precisa ser aqui apontada por estar diretamente relacionada aos objetivos deste trabalho de pesquisa. Trata-se da proposição clássica apresentada por Brown e Gilman, em 1960: “*The pronouns of power and solidarity*”. Os autores, naquele momento, propuseram um modelo que envolve o uso dos tratamentos correspondentes às duas características principais das sociedades: o poder e a solidariedade. Para estabelecer esse padrão semântico, os autores analisaram a covariação entre a forma de tratamento empregada e o relacionamento objetivo existente entre o falante e o interlocutor ao qual ele se dirige.

Para Brown e Gilman (1960/1972), *poder* é o relacionamento não recíproco que se estabelece entre, no mínimo, duas pessoas, no sentido de que elas não podem ter poder na mesma área de comportamento. Dessa forma, o poder semântico revela formas de tratamento típicas da relação entre um superior e um inferior, demonstrando que existe contextualmente uma estrutura social que define hierarquias de poder para cada indivíduo. Essa hierarquização pode ter diferentes bases de acordo com os valores sociais vigentes, que vão desde a força física, a riqueza, a idade e o sexo, até os papéis institucionalizados no estado, na igreja, no exército e dentro da família. Assim, a primeira experiência de subordinação de um indivíduo ao poder acontece no seio de sua própria família, na relação reverencial com seus pais. Posteriormente, a norma vigente que prevê o tratamento assimétrico é transferida para as demais relações sociais, como a que se estabelecesse entre patrão e empregado, por exemplo.

Em contrapartida, Brown e Gilman apontam a existência de relações interpessoais estabelecidas a partir de um padrão de reciprocidade. Esse tipo de relação revela uma maior complexidade, se comparada às relações de poder, pelo fato de que a maior probabilidade de ocorrer uma relação simétrica, no sentido mais estrito da palavra, se dá no tratamento que dois irmãos gêmeos⁵⁸ podem empregar mutuamente ou com um

⁵⁸Brown e Gilman (1960/1972), a fim de referirem-se à raridade do tratamento categoricamente simétrico, usam como ilustração o caso de irmãos gêmeos que, por ocuparem teoricamente a mesma posição social – ao se ter como ponto de referência a sua idêntica relação fraternal – não poderiam demonstrar poder por meio das formas de tratamento. Assim sendo, os autores preveem uma relação de igualdade entre irmãos gêmeos. Esse ponto de vista é o inverso do que Lévi-Strauss noticia acerca dos povos ameríndios. Segundo o antropólogo, o sistema dualista, que tem nos gêmeos um de seus exemplos fundamentais, não pode ser estável, uma vez que a “identidade constitui um estado revogável ou provisório” (LÉVI-STRAUSS, 1993, p.208). Nesse sentido, as relações sociais têm como princípio uma posição egocêntrica, que confere à dualidade e à simetria um valor negativo – ou seja, são entendidos como positivos os valores associados à dimensão da diferença (irmão/irmã, mais velho/mais novo etc.). Dessa forma, para estabilizar essa relação, os mitos ameríndios atribuem conceitos antitéticos aos irmãos gêmeos: um é bom

homem conversando e atribuindo um tratamento para si mesmo. Apesar da dificuldade de se estabelecer relações em que não haja nenhuma denotação de poder, os autores preveem que pode haver relações menos assimétricas entre pessoas que frequentam a mesma escola, que compartilham da mesma profissão, ou demais atividades diárias. Há, ainda, a possibilidade de se estabelecer relações solidárias pela frequência do contato entre duas pessoas ou a partir de similaridades objetivas. Entretanto, a frequência do contato não faz com que, necessariamente, essas pessoas passem a empregar os tratamentos considerados solidários – isso só ocorre após o estabelecimento de uma relação mais íntima, a partir de uma confluência de opiniões, que resultou desse contato.

De forma geral, os tratamentos que expressam relações interpessoais de poder e solidariedade são denominados pelas iniciais V e T, em referência ao pronome de 2ª pessoa do plural *vos* e 2ª do singular *tu* do latim, respectivamente. V define tanto relações de reverência, quanto de formalidade e T envolve a semântica da condescendência e da intimidade. Entre essas duas formas existe um limite tênue que se consolida por meio da generalização do poder semântico. Assim, o poder superior pode ser solidário – como ocorre nas relações entre pais e filhos ou entre irmãos mais velhos – ou não solidário, se se tratar da relação entre oficiais, por exemplo.

Brown e Gilman fundamentam essa proposta de análise do sistema de tratamentos em estudos históricos que revelam um conjunto de correspondências entre o poder semântico e o sistema feudal, por revelar sociedades estáticas, em que o indivíduo garantia o poder pelo seu nascimento sem muitas possibilidades de redistribuições desse poder. Entretanto, os pesquisadores acreditam que a base histórica do poder semântico tem mudado de direção nas sociedades modernas, por identificarem um aumento do T mútuo entre os membros de uma mesma comunidade (colegas de classe ou de trabalho, membros de um mesmo grupo político, pessoas que compartilham um *hobby* ou fazem uma viagem juntas etc.) a partir da comparação dos dados de seus informantes (compostos por universitário europeus), que apontaram para a variação existente entre a preferência de tratamentos caracterizados por V pelas pessoas mais velhas e por T pelas mais jovens. A justificativa dessa nova tendência está pautada nas novas associações entre ideologia e pronome semântico:

e o outro ruim, um esperto e o outro tolo etc. Em função dessa ótica prevista por Lévi-Strauss, portanto, não caberia usar como exemplo de simetria tratamental irmãos gêmeos, como feito por Brown e Gilman, cujo referencial de análise é ocidental e, particularmente, europeu.

Pelas nossas considerações sobre a evolução semântica geral dos pronomes, nós identificamos um estágio em que a regra da solidariedade foi limitada para o tratamento de pessoas de poder equivalente. (...) Nós acreditamos, então, que o desenvolvimento de sociedades abertas, com uma ideologia igualitária aja contra o poder semântico não recíproco e a favor da solidariedade. É nosso palpite que as grandes mudanças sociais criem uma aversão à expressão face a face de diferenciação de poder (BROWN; GILMAN, 1960, p. 269, tradução nossa).⁵⁹

Diversos pesquisadores seguem o viés defendido por Brown e Gilman ao analisarem os seus objetos de estudo. Nesse rol de estudiosos, é relevante a colocação de Biderman (1972-73):

Brown e Gilman apresentam uma visão da sociedade como polarizada em duas forças: o poder e a solidariedade. Para eles o poder foi a força dominante das formas de relações sociais do passado. Nos tempos modernos essa força se estaria enfraquecendo, substituída por um novo ideal: a solidariedade. (...)

As sociedades fechadas do passado morosamente se transformaram nas sociedades abertas do presente. A força de expansão da solidariedade derrubou, ou pelo menos está tomando de assalto, os baluartes do poder (BIDERMAN, 1972-73, p. 339).

Fairclough (1989/2001a) também se posiciona a esse respeito, afirmando: "Mais recentemente, no entanto, tem havido uma mudança em direção a um sistema baseado na solidariedade, em vez de poder: *tu* é usado para tratar as pessoas, de alguma forma, mais próximas (amigos, parentes, colegas de trabalho, etc.), e *vous* é usado quando há 'distância' social"⁶⁰ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.59, tradução nossa). Segundo o autor, essa mudança de direcionamento no comportamento linguístico – movendo-se do poder para a solidariedade – é justificada pela gama de mudanças que estão ocorrendo em várias línguas, no sentido de, cada vez mais, tornarem as marcas de poder menos explícitas. Contudo, Fairclough (1989/2001a) faz a ressalva de que esse tipo de mudança não se implementou decisivamente em todas as situações comunicativas dessas línguas, haja vista que, com facilidade, é possível encontrar relações marcadas pelo poder – mas já se aponta para uma tendência importante acentuada nessas últimas três décadas.

⁵⁹ "In our account of the general semantic evolution of the pronouns, we have identified a stage in which the solidarity rule was limited to address persons of equal power. (...) We believe, therefore, that the development of open societies with an equalitarian ideology acted against the non-reciprocal power semantic and in favor of solidarity. It is our suggestion that the larger social changes created a distaste for the face-to-face expression of differential power."

⁶⁰ "More recently, however, there has been a shift towards a system based upon *solidarity* rather than power: *tu* is used to address people one is close to in some way (friends, relations, co-workers, etc.), and *vous* is used when there is social 'distance'."

Para que a compreensão acerca dessa mudança de estratégia linguística se amplie, o pesquisador britânico faz o seguinte questionamento: "Será que esta tendência significa que as relações desiguais de poder estão em declínio?"⁶¹ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.59, tradução nossa). Para responder a essa questão, ele é enfático ao dizer que, nesse caso, a expressão linguística não tem direta conexão com as relações sociais, uma vez que ainda há, em diversos lugares do mundo, desigualdades sociais muito severas, explicitadas pela má distribuição de riquezas, aumento da pobreza nos anos 1980, desigualdades no acesso aos serviços de saúde, educação e habitação, desigualdades relativas à perspectiva de emprego, entre outras. Além disso, "nem é crível que aqueles com poder iriam desistir dele sem nenhum motivo aparente"⁶² (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.60, tradução nossa).

A partir desse ponto de vista, de que não foram as mudanças no panorama social que levaram a uma mudança de postura linguística, Fairclough (1989/2001a) busca justificativas históricas para as manifestações linguísticas cada vez mais pertencentes ao eixo semântico da solidariedade, em detrimento do poder. Segundo ele, o declínio das marcas de poder deve ser interpretado como uma concessão que os detentores do poder foram obrigados a fazer em função do "empoderamento" das classes trabalhadoras e das minorias sociais, a partir do final da década de 1970, haja vista que elas conquistaram mais abertamente o direito a manifestarem-se e, conseqüentemente, o acesso a direitos trabalhistas e civis fundamentais. No entanto,

isso não significa que os detentores do poder se renderam, mas simplesmente que eles foram forçados a formas menos diretas de exercício e de reproduzir o seu poder. Também não é uma tática meramente cosmética: por causa das restrições sob as quais eles foram obrigados a operar, há problemas graves de legitimidade para os detentores do poder⁶³ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.60, tradução nossa).

Refletindo acerca das dinâmicas sociais que se estabelecem em uma interação comunicativa e que são manifestas por meio do sistema de formas de tratamento, Kerbrat-Orecchioni (2011) propõe a existência de três dimensões relacionais que

⁶¹ "Does this trend mean that unequal power relationship are on the decline?"

⁶² "Nor is it credible that those with power would give it up for no obvious reason."

⁶³ "This does not mean that the power-holders have surrendered power, but merely that they have been forced into less direct ways of exercising and reproducing their power. Nor is it a merely cosmetic tactic: because of the constraints under which they have been forced to operate, there are severe problems of legitimacy for power-holders."

organizam a interação e que estão em acordo com a proposição clássica de Brown e Gilman (1960/1972). São elas:

- a) “Eixo ‘horizontal’: os dois interlocutores podem instaurar entre eles uma *distância* maior ou menor, e em primeiríssimo lugar, as formas de tratamento (pronominais e nominais) contribuem para demarcar essa distância. Elas permitem, inclusive, que se estabeleçam, nesse nível, distinções finas ou sutis, como por exemplo, entre dois tipos de *proximidade*: a *familiaridade* (que pode chegar à intimidade) é marcada pelo nome e não pelo sobrenome, pelo diminutivo ou por palavras afetivas; ao passo que a *solidariedade* (filiação ao mesmo grupo ou clã) é marcada preferencialmente pelos termos relacionais: *collègue* (colega), *confrère* (confrade, irmão, companheiro) etc.
- b) Eixo ‘vertical’: os dois interlocutores podem instaurar entre eles, por meio da forma de tratamento, uma relação de *igualdade* ou, ao contrário, de *hierarquia*.
- c) Eixo definindo o caráter *consensual* ou, ao contrário, *conflitual* da relação interpessoal” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.25).

Um dos aspectos que demarcam as dimensões relacionais propostas por Kerbrat-Orecchioni é a formalidade existente nas relações sociais. A esse respeito, Fairclough (1989/2001a) argumenta que a formalidade é uma propriedade comum a muitas sociedades e que determina o prestígio social e a restrição de acesso a determinadas esferas, já que implica em saber reconhecer essas restrições e atendê-las convenientemente: “também pode servir para gerar temor entre aqueles que são excluídos por ela e intimidados por ela”⁶⁴ (FAIRCLOUGH, 1989/2001a, p.54, tradução nossa).

Conforme o exposto, as formas de tratamento são componentes integrantes do sistema linguístico, que possuem a função imediata de demarcar a nuance semântico-discursiva em que a interlocução se dará. Por meio desse item linguístico, portanto, o poder e a solidariedade são expressos e, por vezes, negociados.

Ao se considerar o longo caminho teórico percorrido por esse trabalho, é possível vislumbrar muitas mudanças de direção e recomeços. Todo o estudo das formas de tratamento – tanto as nominais como as pronominais, tanto pelo viés sociolinguístico quanto pelo pragmático – e a consideração sobre o poder regendo as relações sociais ainda não dão conta das necessidades teóricas para realizar a contento essa análise do sistema de formas de tratamento em língua portuguesa praticado por brasileiros, moçambicanos e angolanos. Há ainda uma lacuna teórica que precisa ser

⁶⁴ “It can also serve to generate awe among those who are excluded by it and daunted by it.”

preenchida com mais alguns passos nesse caminho e que constitui uma formidável contribuição da antropologia: a teoria do parentesco.

2.1.4 Contribuições antropológicas: a teoria do parentesco

Quando se vive imerso em uma única cultura – sem conjecturar a existência de outros povos, com outras organizações sociais –, faz-se a falsa ideia de que a concepção de “família” constitui-se em algo universal e natural. Sobretudo, é tendência naturalizar o conceito de família a que se está submerso como o único possível e verdadeiro. Entretanto, cada agrupamento humano pode estabelecer uma coerência interna para se socializar. Em função dessas divergentes formas de se conceber “família”, há estudos antropológicos dedicados ao “parentesco”. Trata-se, pois, da **teoria do parentesco**.

Pesquisadores como Lévi-Strauss (1982/1967) e Radcliffe-Brown (1969, 1974), ao analisarem sociedades demograficamente menores e tradicionais, observaram que as relações de parentesco preveem imbricações de outras naturezas, como as econômicas, religiosas e políticas. Nesse sentido, os sistemas parentais são partes integrantes da estrutura de uma sociedade, por formarem redes de relações sociais. Em outras palavras: “o sistema de parentesco é por isso uma teia de relações sociais que constitui parte da rede total das relações que é a estrutura social” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.25).

Ao se considerar que esse trabalho investigativo é dedicado ao estudo do sistema de formas de tratamento utilizado por três povos diferentes – o brasileiro, o moçambicano e o angolano –, a teoria do parentesco pode fornecer generosas contribuições para se compreender determinadas escolhas linguísticas, sobretudo de falantes africanos. Em especial, é preciso considerar que a terminologia do parentesco (por exemplo, os termos “mãe”, “irmã”, “tio” etc.) está diretamente associada às formas de tratamento nominais. Dessa forma, faz-se fundamental estabelecer os pontos de contato entre a perspectiva linguística e a antropológica, tal como propõe Radcliffe-Brown (1969, p. 62): “Minha própria concepção é que a terminologia de parentesco é uma parte intrínseca do sistema, como este é também uma parte intrínseca do idioma. As relações entre a nomenclatura e o resto do sistema são relações num todo ordenado”.

Em termos gerais, família é um conceito elementar que congrega indivíduos que, entre si, estabelecem um convívio. Lévi-Strauss (1982/1967) é assaz contundente quando se refere à importância dos laços sociais para as sociedades humanas:

Uma relação não pode ser isolada arbitrariamente de todas as outras, e também não é possível que o indivíduo se mantenha aquém ou além do mundo das relações. O meio social não deve ser concebido com um quadro vazio no interior do qual os seres e as coisas podem ser ligados, ou simplesmente justapostos. O meio é inseparável das coisas que nele habitam (p.523).

Há diferentes tipos de agrupamentos familiares e o mais comum é o que se designa por “família conjugal”, “em que o agregado é constituído pelos pais e os seus filhos menores ou solteiros” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.16). Ao se tomar como referência um único indivíduo, todos os seus parentes são classificados em relação a ele. Assim sendo, para estabelecer esses tipos de relações parentais, mais especificamente para classificar os parentes de uma pessoa, postulou-se um sistema de parentesco com uma nomenclatura específica. De acordo com Radcliffe-Brown (1974, p.38): “Nós damos um mesmo nome a um certo número de coisas quando pensamos que elas são semelhantes em alguma característica importante. Assim usamos em inglês o mesmo nome – tio – para irmão da mãe e irmão do pai porque pensamos que são semelhantes, como parentes da mesma espécie”.

Marie (1978) afirma que o parentesco não necessariamente é uma condição biológica e consanguínea, mas, sim, uma relação social. Segundo a autora, a noção de “filiação” pode ser “mítica”, no sentido de que existe apenas na consciência dos homens, ao exprimir um tipo de relacionamento afetivo. Ao se considerar a não obrigatoriedade dos laços consanguíneos, a expressão das condições de parentesco por meio das formas de tratamento ganha uma dimensão muito mais extensa, que em grande medida auxilia na explicação dos dados empíricos fornecidos pelos informantes dessa pesquisa. Nesse aspecto, ganha suma relevância a seguinte afirmação de Marie (1978):

Numa palavra, o parentesco não é apenas um princípio de classificação e de organização, é também um código, uma linguagem mais ou menos ideológica e mais ou menos manipulada. É, pois, uma chave para a interpretação de todas as sociedades (mesmo as sociedades com Estado) em que o parentesco não se reduz à família conjugal, mas preside, totalmente ou em parte, à formação de grupos sociais e à organização das relações entre os mesmos. Mas é uma chave que convém manejar com precaução: considerando as suas múltiplas possibilidades e não esquecendo, em particular, que a linguagem do parentesco pode mentir. É preciso, portanto, confrontar de cada vez o estudo do parentesco com a análise das situações concretas nas quais o parentesco (o seu vocabulário, bem como as atitudes mais ou menos convencionais que prescreve) está implicado (MARIE, 1978, p.20).

A teoria do parentesco prevê um conjunto de termos empregados tanto para designar quanto para se dirigir a alguém⁶⁵. É importante ressaltar que esses termos não são estáticos, na medida em que as línguas também não o são. Entretanto, “um sistema de parentesco também deve funcionar, se quer existir ou persistir, providenciando um sistema ordenado e praticável de relações sociais definidas pelo costume social” (RADCLIFFE-BROWN, 1969, p.63).

Em termos gerais, a nomenclatura do parentesco prevê duas macrodivisões: o sistema descritivo e o classificatório. Na concepção de Marie (1978, p.54), o **sistema descritivo** estabelece “um reduzido número de termos específicos para os parentes do primeiro ou do segundo grau e outros parentes mais afastados são designados por palavras compostas destes termos” (MARIE, 1978, p.54). Esse sistema descreve, sobretudo, as sociedades ocidentais majoritárias, em que uma pessoa possuirá apenas um pai, uma mãe, um sogro, uma nora, tios e tias em função da quantidade de irmãos da mãe e do pai etc.

Já no **sistema classificatório**, que descreve fundamentalmente sociedades tradicionais, como as ameríndias e as africanas, um único termo é empregado para designar um conjunto de pessoas, aplicando-se a uma vasta gama de relações. “Por este processo de extensão do princípio de classificação os parentes colaterais mais próximos e mais distantes são agrupados em poucas categorias e a pessoa tem muitos parentes a quem se aplica o termo ‘pai’ ou ‘mãe’ ou ‘irmão’ ou ‘irmã’” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.20). Nesse sentido, por exemplo, todos os parentes da geração do “pai” e da “mãe” podem ser denominados também como “pai” e “mãe”. E, ao agir dessa forma, subjaz a ideia de que todos estes parentes pertencem a uma mesma espécie geral.

As sociedades que adotam a terminologia classificatória contam com sistemas familiares extensos. Nesses casos, está previsto que um dado comportamento seja padronizado como apropriado para todos os membros familiares que receberem uma mesma designação. “Em certos exemplos, o padrão pode ser definido por referência a direitos e deveres específicos ou modos determinados de comportamento” (RADCLIFFE-BROWN, 1969, p.78-79).

Nesse sentido, na ideia da adoção de uma determinada forma para se designar uma pessoa estão imbricadas regras de comportamento que medeiam a relação social

⁶⁵ Paralelamente, o sistema de formas de tratamento também prevê a existência de formas **alocutivas** – empregadas para se dirigir a alguém (de 1ª para 2ª pessoa) – e formas **delocutivas** – em que um enunciador refere-se a uma terceira pessoa (cf. nota de rodapé nº34, p. 87).

entre esses interagentes. Assim, a partir de uma compreensão mais abrangente, um sistema de parentesco é um sistema de relações “diádicas entre pessoas de uma comunidade” (RADCLIFFE-BROWN, 1969, p.53-54). Acerca disso, Radcliffe-Brown (1974) pontua que nessas relações entre as pessoas há regras convencionais de comportamento, a que o autor chama de “etiqueta”. “A finalidade destas regras é definir certas acções ou omissões simbólicas que exprimem determinados aspectos importantes entre duas pessoas. Diferenças de hierarquia são evidenciadas desta maneira” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.23).

Fundamental, portanto, é estabelecer um vínculo teórico entre as relações de parentesco aqui apontadas e a perspectiva linguístico-pragmática – anteriormente descrita –, na medida em que ambas preocupam-se com a eficiência da comunicação humana ao observarem a existência de regras culturais que regem os relacionamentos interpessoais, com ênfase nas formas de tratamento. Nas palavras de Radcliffe-Brown (1974):

Como regra geral (que naturalmente admite excepções), todas as pessoas a quem se admite um dado termo de parentesco são tratadas com uma atitude ou um comportamento que traduz o reconhecimento do mesmo parentesco, ainda que se trate apenas de uma forma de cortesia ou de amizade ou respeito. As regras de comportamento são mais definidas e mais importantes para parentes próximos do que para parentes distantes (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.40).

Uma vez demonstrados os passos teóricos sócio-pragmáticos, que incluíram noções de poder e da teoria do parentesco, a fim de se concluir esse percurso ainda se faz necessária uma breve apresentação da sociolinguística variacionista, a fim de melhor interpretar os dados pronominais dos informantes que compuseram o *corpus* da presente pesquisa.

2.1.5 A sociolinguística variacionista

“Todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato”.

William Labov (*Padrões Sociolinguísticos*, 2008/1972, p.302)

Conforme debatido na subseção 2.1, as concepções de língua e linguagem adotadas por esse trabalho investigativo partem das noções defendidas por Weinreich, Labov e Herzog (1968/2006), segundo os quais a *língua* é vista como um sistema heterogêneo e variável e que, intimamente, inter-relaciona-se com fatores sociais. Nas palavras dos autores:

Linguistas que desejam evitar o estudo dos fatores sociais não conseguirão avançar muito fundo neste sistema: existe uma matriz social em que a mudança está encaixada, tanto quanto uma matriz linguística. Relações dentro do contexto social não são menos complexas do que as relações linguísticas que acabamos de delinear, e técnicas sofisticadas são exigidas para sua análise. Mas, por diversas razões, os linguistas não procuram a explicação da mudança linguística nesta área com a energia e a competência requeridas” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968/2006, p.114).

A fim de compreender e sistematizar a heterogeneidade linguística, os autores propõe uma teoria da mudança linguística. Esse modelo teórico foi desenvolvido e aprofundado pelo norte-americano William Labov, que é considerado o fundador da **Teoria da variação e mudança linguística** – também conhecida como **Sociolinguística variacionista ou quantitativa**. “Trata-se de um modelo teórico-metodológico que assume o ‘caos’ linguístico como objeto de estudo” (TARALLO, 2005, p.6).

De acordo com Tagliamonte (2006), os fundamentos da sociolinguística variacionista são apoiados em três pilares: primeiro, conforme já expresso, considera-se a noção de “heterogeneidade ordenada”, ou seja, a língua não é um sistema homogêneo, pois as mudanças que ocorrem se dão em função de padrões ordenados – portanto, o suposto “caos” a que se refere Tarallo na verdade não existe; segundo, o fato de que a língua muda perpetuamente; terceiro, a língua transmite muito mais do que simplesmente o significado de suas palavras: “Ela também comunica informações não-linguísticas em abundância” ⁶⁶ (TAGLIAMONTE, 2006, p.06). Assim sendo, a autora

⁶⁶ “It also communicates abundant non-linguistic information” (p.06).

compreende que a proposta central desse modelo teórico é estudar a língua em sua interface entre o significado gramatical (fatores internos ou sistêmicos) e o significado social (fatores externos ou extralinguísticos).

Essa perspectiva analítica é também conhecida como “quantitativa” pelo fato de submeter dados reais de língua coletados no seio de uma comunidade a um tratamento estatístico, como estratégia de aprimoramento da vertente descritivo-interpretativa da linguística moderna (Tagliamonte, 2006). Essa perspectiva, portanto, conta com um conjunto de procedimentos metodológicos bastante rigorosos, a fim de garantir essa sistematização da heterogeneidade linguística. De acordo com Labov (1972, p.98), “a metodologia como concebida aqui não é um programa completo para a conversão de ignorância em conhecimento, mas sim um conjunto de estratégias para lidar com os ricos dados de línguas conhecidas”⁶⁷.

A necessidade de “quantificar” os dados é baseada na observação de que os falantes fazem escolhas quando usam a língua e, essas opções disponíveis pelo sistema, variam de uma forma sistemática e, como tal, elas podem ser estatisticamente delineadas. Para clarificar essa noção, Weinreich, Labov e Herzog (1968/2006) descrevem duas propriedades do sistema linguístico, ou mais especificamente, do que os autores chamam de “sistemas coexistentes”:

- (1) Oferecem meio alternativos de dizer ‘a mesma coisa’: ou seja, para cada enunciado em *A* existe um enunciado correspondente em *B* que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado exceto em termos da significação global que marca o uso de *B* em contraste com *A*.
- (2) Estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciados em *A* e *B* com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu *status* social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em *A* e *B* e entender a significação da escolha de *A* ou *B* por algum outro falante (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968/2006, p.97).

A opção feita pelo falante por uma forma, e não outra, deve ser explicada por uma série de condicionamentos, que necessariamente passam por fatores extralinguísticos, uma vez que, conforme ponderam os autores, “todos os subsistemas

⁶⁷ “Methodology as conceived here is not a complete program for converting ignorance into knowledge, but rather a set of strategies for handling the rich data form well-known languages.”

paralelos satisfazem as condições linguísticas” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968/2006, p.100).

Esses elementos variáveis dentro do sistema é o que se convencionou chamar de *variável linguística*. Para o seu estudo empírico, inicialmente é imperioso identificar duas ou mais expressões variantes de uma forma subjacente comum e delimitar uma fonte autêntica de dados de fala. A fim de se ilustrar esses conceitos, Walker (2010) utiliza o exemplo da variação que há entre as formas *singing* e *singin'*, que constituem a **variável** -ing do inglês, cujas **variantes** podem ser realizadas pela forma velar [ŋ] ou pela alveolar [n]. A essa variável linguística -ing é associado o termo **variável dependente**, enquanto que para os fatores que condicionam a escolha entre as variantes é atribuído o nome de **variável independente**. “Tal terminologia implica uma dependência ou mesmo uma relação causal entre as duas dimensões” (GUY, ZILLES, 2007, p.75). Assim sendo, a variável linguística envolvida no processo de escolha pelo falante é considerada dependente de fatores internos ou externos. Contudo, Tagliamonte (2006, p.106) assevera que “a palavra ‘escolha’ não é para implicar uma escolha consciente por parte do falante, mas sim uma noção mais abstrata de seleção no sistema linguístico”⁶⁸.

No que se refere particularmente às variáveis independentes, elas podem ser um elemento do sistema linguístico ou um aspecto social que seja capaz de influenciar o comportamento do falante. São exemplos: “idade do falante, contexto fonológico anterior ao segmento em foco, estrutura métrica da oração, número/pessoa do verbo” (GUY, ZILLES, 2007, p.238). Cada uma dessas variáveis independentes são consideradas como um **grupo de fatores** para a análise estatística variacionista. Acerca disso, não é possível saber com antecedência quais são os grupos de fatores mais significativos para a análise de uma variável linguística a que se tenha interesse. Faz-se necessário, portanto, que se estabeleçam hipóteses baseadas em observações prévias e em embasamento bibliográfico.

Em termos gerais, em um estudo variacionista parte-se da hipótese de que um conjunto de variáveis independentes é necessário para explicar a variável dependente. Em função disso, a proposta metodológica é que se estabeleça uma análise estatística **multivariada**, a fim de se aferir o grau de influência de cada um dos grupo de fatores –

⁶⁸ “The word ‘choice’ is not meant to imply a conscious choice on the part of the speaker, but is a more abstract notion of selection in the grammatical system”.

e também a interinfluência entre eles – no fenômeno linguístico em análise. Com tal finalidade, é possível lançar mão de um programa estatístico disponível, como, por exemplo, o Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005).

Esses programas computacionais criados a fim de facilitar a análise quantitativa dos fatos variáveis da língua são baseados na chamada **regra variável** de Labov (1969) e Cedergren e Sankoff (1974):

Nessa abordagem, adaptada dos modelos gerativistas da época, as regras ‘opcionais’ são quantificadas, de modo que cada regra é associada a uma probabilidade geral de uso (o chamado ‘input’ ou $p\emptyset$). Ao mesmo tempo, os elementos do contexto da produção que afetam a regra (chamados de ‘fatores’ nesse modelo) também são associados a pesos (ou probabilidades parciais, indicando, para cada fator, a medida em que tal fator favorece ou desfavorece a regra em questão)” (GUY, ZILLES, 2007, p.102).

Segundo Tagliamonte (2006), o programa de regra variável constitui-se em uma excelente ferramenta, não apenas para que sejam realizadas análises estatísticas sofisticadas e, assim, melhor compreender os dados linguísticos, mas também para que se estabeleça uma organização desses dados a fim de facilitar a tarefa do analista.

Guy e Zilles (2007) mencionam que esse modelo de regra variável faz parte da gramática mental do falante, adquirida por sua experiência pessoal como membro de uma comunidade linguística. Assim sendo,

podem-se tratar conjuntos de dados provenientes de vários falantes e comparar a taxa de uso entre falantes ou grupos de falantes que formam subdivisões sociais com características em comum (por ex., idade, escolaridade, bairro de residência etc.). Assim, estaríamos construindo, no todo, um modelo quantitativo do desempenho geral de uma comunidade de fala, revelando, ao mesmo tempo, a distribuição social do fenômeno: quem usa mais e quem usa menos, estratificação social, direção da mudança etc., bem como a distribuição linguística: que elementos contextuais favorecem, desfavorecem, proíbem ou exigem o fenômeno” (GUY, ZILLES, 2007, p.103).

Uma vez tendo sido demonstradas, em linhas gerais, as preocupações da sociolinguística variacionista, é possível tomar como concluída essa etapa teórica. Em síntese, esse capítulo propôs-se a estabelecer os caminhos teóricos fundamentais que embasam esse trabalho investigativo. Conforme foi explicitado, partiu-se da definição dos conceitos de língua e linguagem aqui adotados para, em sequência, propor as concepções acerca do sistema de formas de tratamento: sua conceitualização e funções linguísticas. Além disso, também esteve em foco a perspectiva quantitativa de análise dos dados proposta pela Sociolinguística Variacionista. Também fez parte desse

percurso apontar o viés teórico aqui privilegiado para a compreensão das formas de tratamento (a saber, a sociopragmática, com ênfase na cortesia verbal e teoria da polidez). Por fim, foi indispensável para esse caminho a reflexão sobre o “poder” que subjaz às escolhas linguísticas e que, diretamente, determina o uso das formas de tratamento e sobre as relações de parentesco que existem entre os agrupamentos humanos. A partir desse ponto, um novo caminho precisa ser descrito: a metodologia utilizada para que as formas de tratamento empregadas por brasileiros, angolanos e moçambicanos pudessem ser analisadas.

3. Caminhos metodológicos

Algumas escolhas metodológicas nortearam a execução dessa pesquisa e foram decisivas para se obter os dados do sistema de formas de tratamento aqui utilizados. Nesse sentido, é preciso mencionar que, preliminarmente, havia uma intenção de se obter os dados de formas de tratamento nominais e pronominais a partir de programas televisivos de entrevistas, mas esse intento foi descartado em função de dois fatores preponderantes: i) o dado linguístico em questão nesse estudo, sobretudo as FTNs, repetem-se ao longo da interação pelo fato de que os interlocutores mantêm-se estáveis. Em função disso, não haveria a abrangência tratamental necessária para se cumprir os objetivos desse estudo; ii) há diversos programas de entrevistas brasileiros disponibilizados pela *internet*, mais especificamente pelo *site* <www.youtube.com.br>, mas não há a mesma proporção de programas moçambicanos e angolanos com essa mesma característica disponíveis. Sendo assim, por não se garantir a equidade da amostra, optou-se por não levar o intento de se utilizar os programas de entrevistas a diante. Por conseguinte, um novo caminho foi trilhado:

O primeiro passo nesse sentido foi a elaboração de um questionário socioeconômico, que respeitasse as realidades particulares do Brasil, de Angola e Moçambique. O passo seguinte centrou-se no resgate de uma metodologia bastante utilizada por pesquisadores brasileiros de formas de tratamento nos anos 1980. Trata-se do emprego de fotografias como motivador para a realização das entrevistas com os informantes.

Depois de terem sido estabelecidos esses passos iniciais, a continuidade desse percurso aponta para os mecanismos privilegiados na composição da amostra ou, em outras palavras, as formas utilizadas para se selecionar e encontrar pessoas para serem entrevistadas, de uma forma tal que representasse a língua portuguesa falada no Brasil, em Angola e em Moçambique. Em decorrência da composição da amostra é apresentado o *corpus*: as características fundamentais dos informantes, a sua extensão e representatividade.

Uma vez com o *corpus* em mãos, um passo essencial foi estabelecer padrões metodológicos de análise. Nesse sentido, para os objetivos dessa pesquisa, acordou-se que as FTNs seriam analisadas por um viés estritamente qualitativo, enquanto que as formas de tratamento pronominais seriam submetidas a uma análise tanto quantitativa

como qualitativa. Assim, o último passo metodológico aqui descrito é, finalmente, a contribuição da sociolinguística variacionista.

3.1 Questionário socioeconômico

Com o intuito de concretizar os objetivos desse trabalho de pesquisa – a saber, analisar o sistema das formas de tratamento de três variedades de língua portuguesa (a brasileira, a moçambicana e a angolana), avaliando suas semelhanças e diferenças – foi imprescindível a realização de uma investigação empírica, que contou com entrevistas a falantes das variedades em questão.

Durante os meses de junho a novembro de 2012 foram entrevistados 23 falantes da cidade de São Paulo (Brasil); em seguida, de fevereiro a maio de 2013 realizou-se entrevistas com 25 pessoas da cidade de Maputo (Moçambique); e, finalmente, durante os meses de junho e julho ocorreram outras 25 entrevistas com angolanos residentes na cidade de Luanda. É preciso salientar que as cidades de São Paulo, Maputo e Luanda foram, a priori, privilegiadas por contarem com características semelhantes: as três representam as cidades com maior densidade populacional de seus países e todas elas possuem um fluxo muito grande de pessoas oriundas de todas as demais regiões do país, em busca de melhores condições de vida.

Sendo assim, partiu-se da hipótese de que as características dessas cidades, de representarem polos atratores de população migrante, contribuiriam para os objetivos aqui estabelecidos, uma vez que diversas variedades linguísticas nacionais poderiam ser encontradas em uma única cidade. Não há dúvida de que, quando se propõe a analisar uma variedade linguística “nacional”, como a brasileira, por exemplo, seria necessário compor uma amostra representativa de todas as regiões do país. Contudo, pelas limitações de uma pesquisa da natureza desta que aqui se apresenta, foi preciso eleger uma localidade que representasse o país. Portanto, ao mencionar a variedade angolana, verdadeiramente está em foco a variedade luandense do português; do mesmo modo, a variedade moçambicana do português é representada pela variedade da cidade de Maputo e a brasileira pela variedade paulistana.

A interação com os participantes dos três países aconteceu da mesma forma: em encontros individuais (entre a pesquisadora e os entrevistados), havia uma primeira

etapa que constituía em um questionário socioeconômico e uma segunda etapa que consistia na exposição de fotografias pré-selecionadas⁶⁹ que motivavam a produção das formas de tratamento. É preciso informar que todas as entrevistas foram gravadas por meio de câmera filmadora e gravador de voz e que todo esse material foi submetido à posterior transcrição.

Para a aplicação do questionário socioeconômico, foi de fundamental importância uma etapa prévia de elaboração das perguntas, que utilizou os princípios da teoria sociolinguística como embasamento. Nesse sentido, era necessário que se propusessem questões adequadas a fim de se traçar um conveniente panorama sociolinguístico dos informantes. Assim sendo, tomou-se como ponto de partida os questionários empregados por três pesquisas anteriores: i) para o caso brasileiro, utilizou-se como modelo a pesquisa realizada no âmbito do projeto *Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação* realizado pelos pesquisadores do Programa de Estudos sobre o uso da Língua (PEUL). Esse trabalho foi reportado na obra *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*, organizada por Giselle Machline de Oliveira e Silva e Maria Marta Pereira Scherre, em 1996; ii) para o caso angolano, foi imprescindível o embasamento fornecido pela tese de pós-doutoramento do antropólogo e professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Dagoberto José Fonseca, intitulada *Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal*. Essa pesquisa foi apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, em 2009; iii) e, para o caso moçambicano, o subsídio fundamental foi fornecido pelo linguista e professor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) Gregório Firmino, a partir da obra *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique* (2006).

A fim de discorrer sobre as variáveis sociais e o perfil do *corpus Censo*, Giselle Machline de Oliveira e Silva (1996) descreve o emprego de variáveis externas *estratificadas* (tais como sexo, faixa etária e nível de escolarização) e variáveis externas *não estratificadas* (como mercado ocupacional, mídia, sensibilidade linguística e renda).

No que se refere às variedades sociais estratificadas, William Labov, ao propor os seus *Padrões Sociolinguísticos*, em 1972, já previa a sua utilização a fim de se

⁶⁹ A questão metodológica acerca do emprego de fotografias será descrita na seção seguinte (cf. a subseção 3.2 Fotografias sociais).

compreender os fenômenos linguísticos em análise. A fim de contextualizar historicamente a utilização das variáveis, Silva e Paiva (1996, p.371) esboçam o seguinte panorama:

Se Labov foi o pioneiro na procura sistemática de métodos e técnicas para a abordagem das variáveis sociais hoje consideradas tradicionais (classe social, nível de escolarização, idade, sexo e etnia), coube ao grupo dirigido por Gillian Sankoff, Henriqueta Cedergren e David Sankoff, em 1973, nas Universidades de Montreal e Québec, não só trazer contribuições que provocaram um considerável avanço da Sociolinguística Quantitativa, como também desenvolver as primeiras investigações de outras variáveis extralinguísticas, como por exemplo, a inserção dos falantes no mercado linguístico.

A necessidade de se considerar as variáveis estratificadas na elaboração deste questionário foi enfatizada ao se apreciar o estudo sobre formas de tratamento realizado por Mundim (1981). Essa estudiosa lançou hipóteses de que as variáveis desse tipo influenciavam diretamente nas escolhas tratamentais. As suas hipóteses eram:

1. As mulheres usam menos *você* que os homens;
2. Os jovens usam mais *você* que os adultos e os velhos;
3. As pessoas de nível de escolaridade mais alto usam mais *você* do que as outras;
4. Classes ocupacionais que têm status social (médico, deputado, gerente e guarda de trânsito), sugerem maior uso de *senhor* do que outras (MUNDIM, 1981, p.9).

Além das três variáveis estratificadas, Mundim (1981) também apontava para o mercado ocupacional como uma hipótese para explicar as escolhas de formas de tratamento feitas pelos seus informantes. A esse respeito, Silva (1996) afirma que a relação estabelecida entre a atividade profissional desempenhada por uma pessoa e a sua correspondente necessidade de uso de formas linguísticas consideradas de prestígio é o objetivo de se considerar a variável não estratificada “mercado ocupacional”. De acordo com ela, para se obter informações mais concretas sobre essa variável faz-se necessário inquirir não só a respeito da profissão atual desempenhada pelo informante, mas também de suas ocupações anteriores, bem como a de seus pais e cônjuges.

A questão da ocupação é de grande relevância para a sociolinguística, haja vista que, desde o clássico estudo laboviano sobre a variação no ‘r’ realizado em lojas de departamento nova-iorquinas, a profissão desempenhada pelo informante foi um dos

fatores fundamentais empregados para se explicar seus usos linguísticos. Sobre essa temática, Labov (1972/2008, p.65-66) faz a seguinte afirmativa:

Evidencia-se que a ocupação de uma pessoa está mais intimamente relacionada a seu comportamento linguístico – para aquelas que trabalham ativamente – do que qualquer outra característica social. Os resultados aqui apresentados indicam que as lojas estão objetivamente diferenciadas numa ordem fixa e que os empregos nessas lojas são avaliados pelos empregados nessa mesma ordem (LABOV, 1972/2008, p.65-66).

Nesse mesmo sentido, Guy (1988) correlaciona diferenças de prestígio e poder associadas à profissão com a forma de se expressar das pessoas. Segundo ele, um banqueiro não fala da mesma forma como um ajudante de restaurante e um professor não se expressa como um encanador. Assim, “eles sinalizam as diferenças sociais entre eles pela característica de sua fonologia, gramática e escolha lexical, exatamente da mesma forma como fazem extralinguisticamente, por meio de sua escolha de roupas, carros e assim por diante”⁷⁰ (GUY, 1988, p.37, tradução nossa).

Ainda refletindo sobre as variáveis não estratificadas, Silva (1996) faz o seguinte comentário acerca do trabalho dos pesquisadores do projeto PEUL – que foi de grande importância para se pensar na proposição das questões que comporiam o questionário socioeconômico da presente pesquisa:

Sob orientação do professor Anthony Naro, estão sendo propostas novas variáveis do tipo origem do falante, bens culturais, bens materiais e motivações, com o objetivo de descobrir aspectos sociais mais sutis que possam lançar luzes para uma compreensão mais ampla da(s) comunidade(s) de fala brasileira (SILVA, 1996, p.378).

A autora menciona a origem dos falantes como um dos fatores que podem determinar o seu comportamento linguístico. Além disso, há uma preocupação com os bens culturais e materiais, que permeiam a vida desses informantes, também como um fator que possa contribuir para a análise linguística. A esse respeito, optou-se, por um lado, em inserir questões sobre origem – tanto do falante como de seus pais –, partindo da hipótese de que opções linguísticas de ordem diatópica poderiam ser relevantes aos objetivos desse trabalho. Por outro lado, houve a opção de não incluir a variável renda por se acreditar que uma questão a esse respeito geraria desconforto aos informantes e que isso prejudicaria a necessária relação empática entre pesquisadora e entrevistado.

⁷⁰ “They signal the social differences between them by features of their phonology, grammar, and lexical choice, just as they do extralinguistically by their choice in clothing, cars, and so on.”

Entretanto, a questão levantada por Silva (1996) acerca dos bens culturais foi aqui considerada, sobretudo no que concerne à exposição à mídia como um possível fator de influência nas escolhas linguísticas. Argumentando a favor dessa variável, a pesquisadora considera:

No mundo moderno os meios de comunicação de massa, como televisão, rádio, jornais e revistas, constituem um vetor poderoso, que atinge o indivíduo, influenciando-o. Assim, a variável mídia diz respeito ao grau de exposição do falante aos meios de comunicação de massa. Considerou-se indiferentemente a influência de todos os meios de comunicação, porém, indubitavelmente, o tempo de exposição à televisão é maior do que aos outros, de acordo com o depoimento dos próprios falantes. Conseqüentemente, sua influência deve ser mais forte do que qualquer outro meio de comunicação. Com o estudo desta variável, objetivava-se testar se a maior ou menor exposição à mídia influencia um maior ou menor índice de formas de prestígio (SILVA, 1996, p.63).⁷¹

A partir do questionário de Fonseca (2009a) e de Firmino (2006), observou-se que havia algumas questões fundamentais para a realidade dos países africanos de língua portuguesa, que não tinham fundamento para o Brasil. Essas questões especificamente se referiam às noções de pertencimento étnico e uso de outras línguas cotidianamente para além do português – considerando-se, assim, as realidades plurilíngues desses países. Desse modo, optou-se por fazer um modelo de questionário para cada país, sendo que, para Angola e Moçambique, além das perguntas utilizadas no questionário brasileiro, foram acrescentadas as perguntas apontadas pelos pesquisadores citados como relevantes a esses países.

Com um objetivo ilustrativo, segue o modelo de questionário aplicado aos entrevistados brasileiros, da cidade de São Paulo:

⁷¹ A partir do que foi exposto, avaliou-se a necessidade de incluir na variável “exposição à mídia” uma questão acerca do acesso dos informantes à internet, haja vista que ela corresponde a um dos meios de acesso à informação mais utilizado contemporaneamente.

Quadro 07: Questionário sociolinguístico para informantes brasileiros
(1ª etapa da pesquisa – cidade de São Paulo, Brasil)

1. Nome:
2. Idade:
3. Mora em qual bairro?
- 3.1. Já morou em outro bairro? Por quanto tempo?
4. Onde nasceu? Em qual cidade? Qual estado?
- 4.1. Se nasceu em outra cidade (que não São Paulo), por quanto tempo viveu lá?
Há quanto tempo se mudou para São Paulo?
- 4.2. Onde seus pais nasceram?
5. Se sente paulistano?
6. Qual é a sua cor? Negra, branca, parda?
7. Já foi / Vai à escola? Por quanto tempo?
- 7.1. Fez outros cursos? (cursos técnicos, informática, profissionalizantes)
8. Qual é a sua profissão?
- 8.1. Onde trabalha? Em qual bairro?
- 8.2. Sempre trabalhou com isso?
9. Além do português, fala também outra língua? Se sim, quando?
10. Segue alguma religião?
11. Costuma assistir à televisão? Quanto?
- 11.1. Se sim, quais são seus programas favoritos?
- 11.2. Você lê revista ou jornal? Ouve rádio? Com qual frequência?
- 11.3. Acessa a internet? Com qual frequência?
- 11.4. Se sim, para que usa a internet?
12. Em seus momentos livres (horas de folga), quais atividades costuma fazer?

Fonte: própria

Com o mesmo intuito, seguem os questionários aplicados aos entrevistados moçambicanos e angolanos, das cidades de Maputo e Luanda, respectivamente. É preciso salientar que para esses dois países seguiu-se o mesmo modelo de questões, com uma pequena alteração nas questões de número 4.1 e 5:

Quadro 08: Questionário sociolinguístico para informantes moçambicanos
(2ª etapa da pesquisa – cidade de Maputo, Moçambique)

1. Nome:
2. Idade:
3. Mora em qual bairro?
 - 3.1. Já morou em outro bairro? Por quanto tempo?
4. Onde nasceu? Em qual cidade? Qual província?
 - 4.1. Se nasceu em outra cidade (que não Maputo), por quanto tempo viveu lá? Há quanto tempo se mudou para Maputo?
 - 4.2. Onde seus pais nasceram?
5. Se sente um cidadão de Maputo?
6. Qual é a sua etnia?
7. Qual é a sua cor?
8. Já foi / Vai à escola? Por quanto tempo?
 - 8.1. Fez outros cursos? (cursos técnicos, informática, profissionalizantes)
9. Qual é a sua profissão?
 - 9.1. Onde trabalha? Em qual bairro?
 - 9.2. Sempre trabalhou com isso?
10. Onde aprendeu o português?
 - 10.1. Quando usa o português?
 - 10.2. Qual é sua língua materna?
 - 10.3. Além do português e da língua materna, fala alguma outra língua? Quando?
 - 10.4. Qual língua usa em casa?
 - 10.5. Em qual língua se sente mais à vontade? Por quê?
11. Segue alguma religião?
12. Costuma assistir à televisão? Quanto?
 - 12.1. Se sim, qual é o canal de sua preferência? Quais são seus programas favoritos?
 - 12.2. Você lê revista ou jornal? Ouve rádio? Com qual frequência?
 - 12.3. Acessa a internet? Com qual frequência?
 - 12.4. Se sim, para que usa a internet?
13. Em seus momentos livres (horas de folga), quais atividades costuma fazer?

Fonte: própria

Quadro 09: Questionário sociolinguístico para informantes angolanos
(3ª etapa da pesquisa – cidade de Luanda, Angola)

1. Nome:
2. Idade:
3. Mora em qual bairro?
 - 3.1. Já morou em outro bairro? Por quanto tempo?
4. Onde nasceu? Em qual cidade? Qual província?
 - 4.1. Se nasceu em outra cidade (que não Luanda), por quanto tempo viveu lá? Há quanto tempo se mudou para Luanda?
 - 4.2. Onde seus pais nasceram?
5. Se sente um cidadão de Luanda?
6. Qual é a sua etnia?
7. Qual é a sua cor?
8. Já foi / Vai à escola? Por quanto tempo?
 - 8.1. Fez outros cursos? (cursos técnicos, informática, profissionalizantes)
9. Qual é a sua profissão?
 - 9.1. Onde trabalha? Em qual bairro?
 - 9.2. Sempre trabalhou com isso?
10. Onde aprendeu o português?
 - 10.1. Quando usa o português?
 - 10.2. Qual é sua língua materna?
 - 10.3. Além do português e da língua materna, fala alguma outra língua? Quando?
 - 10.4. Qual língua usa em casa?
 - 10.5. Em qual língua se sente mais à vontade? Por quê?
11. Segue alguma religião?
12. Costuma assistir à televisão? Quanto?
 - 12.1. Se sim, qual é o canal de sua preferência? Quais são seus programas favoritos?
 - 12.2. Você lê revista ou jornal? Ouve rádio? Com qual frequência?
 - 12.3. Acessa a internet? Com qual frequência?
 - 12.4. Se sim, para que usa a internet?
13. Em seus momentos livres (horas de folga), quais atividades costuma fazer?

Fonte: própria

3.2 Fotografias sociais

Aos estudiosos do sistema de formas de tratamento, um problema metodológico crucial se coloca: por meio de entrevistas sociolinguísticas, como obter os dados de fala necessários a fim de se estudar o fenômeno pretendido em sua complexidade e diversidade de formas possíveis disponibilizadas pelos sistema?

Quando se opta por estudar formas de tratamento por meio de textos escritos, é preciso mencionar que há ligeiramente mais facilidade em encontrar situações interlocutivas que favoreçam o aparecimento dos tratamentos – a depender do gênero textual privilegiado para análise –, como por exemplo, o trabalho com peças de teatro (LOPES; DUARTE, 2003), cartas pessoais (LOPES, 2005, 2009; MARCOTULIO, 2010), textos literários, documentos históricos (LOPES, 2006), textos jornalísticos (BALSALOBRE, 2010), entre outros.

No entanto, quando a intenção é a de se estudar dados de fala contemporânea, surge a dificuldade em se obter os dados desejados. Uma das vias de estudo possíveis é optar-se por analisar vídeos da televisão, ou veiculados pela *internet*, com programas de entrevistas⁷². A vantagem desse método, por um lado, é a não interferência da subjetividade do pesquisador, haja vista que ele atuará apenas como um observador. Por outro lado, contudo, durante um programa de entrevista, as formas de tratamento se repetem e não são produzidas em abundância pelos interlocutores, uma vez que os papéis sociais e os níveis de formalidade tendem a permanecer estáveis durante o período da gravação.

Sendo assim, durante os anos 1980 alguns pesquisadores se propuseram a testar um método de pesquisa com formas de tratamento que se mostrou bastante eficaz: o uso de fotografias. Nessa vertente de estudos, dois trabalhos se destacam: o artigo de Maria Teresa dos Santos Abreu e José da Veiga Mercer, publicado em 1988, acerca do emprego do pronome zero na cidade de Curitiba e a dissertação de mestrado em Linguística, apresentada à UFRJ, no ano de 1981, por Sônia Mundim, que foi intitulada *Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro*.

Começando pelo mais antigo, a pesquisa realizada por Sônia Mundim aplicou a metodologia pioneiramente utilizada por Gisele Machline de Oliveira Silva (1974), que

⁷² Essa alternativa de se utilizar programas de entrevistas foi mencionada como uma possibilidade de estudos de formas de tratamento na página 130 dessa seção. Naquela ocasião, explicou-se os motivos pelos quais, nesse estudo, faz-se a opção por não se adotar essa perspectiva metodológica.

consiste em apresentar fotografias de pessoas a entrevistados e propor uma situação de fala em que apareça a forma de tratamento em avaliação. Nesse trabalho de 1981, a autora relata o percurso empregado para se obter os dados e realizar a análise, ou seja, foram entrevistados 75 informantes com idades entre 25 e 45 anos. Para cada um deles foram mostradas 11 fotografias do que a autora chamou de *alvos* – em outras palavras, tratava-se de fotos de pessoas que retratavam perfis de profissionais da sociedade carioca da época.

A escolha das fotografias como metodologia de pesquisa foi assim justificada por Mundim (1981, p.22):

Dada a impossibilidade de se organizar um *corpus* adequado sobre variação pronominal em termos de uso real, percebemos que o nosso estudo deveria voltar-se para a atitude linguística. Assim, a melhor forma de coletar os dados seria através de entrevistas e questionários que apresentassem uma mesma situação para todos os informantes (MUNDIM, 1981, p.22).

Com esse instrumental de trabalho, a pesquisadora conseguiu obter uma homogeneidade em suas entrevistas, uma vez que todos os informantes se dirigiam aos mesmos alvos fotografados e, por isso, “teriam a mesma fonte visual motivadora para manifestarem suas expressões verbais” (MUNDIM, 1981, p.22). Diante desse mesmo “dispositivo visual”, a observação se focava nos diferentes motivadores que levavam os informantes a elegerem diferentes formas de tratamento para esses alvos. Como mencionado, essas fotografias representavam profissionais da sociedade carioca da época, com diferentes *status* sociais, a saber:

- a) Vendedores que trabalham ao ar livre: camelô, feirante, vendedor de mate (da praia);
- b) Vendedores que trabalham em loja comercial: vendedor de meias, garçom;
- c) Autoridade reconhecida e estabelecida: guarda de trânsito;
- d) Profissional liberal: médico;
- e) Político: deputado;
- f) Executivo em geral: gerente de banco;
- g) Profissional técnico que está em contato com o povo: motorista de taxi;
- h) Autoridade relativa: porteiro (MUNDIM, 1981, p.26).

Todas as fotografias precisavam caracterizar o alvo da melhor forma possível e em pleno exercício de suas funções, de maneira que o informante, ao olhar, imediatamente pudesse identificar esse alvo. Com essas imagens em mãos, a proposta que a pesquisadora fazia aos seus entrevistados era que eles estabelecessem pequenos

diálogos com os alvos fotografados, simulando situações reais. Todavia, ela sempre explicitava que as pessoas das imagens não representavam ninguém de suas relações. Portanto, tratava-se de desconhecidos, cuja relação seria não íntima.

A partir da simulação desses diálogos pelos entrevistados, Mundim (1981) conseguia obter os dados das formas de tratamento nominais e pronominais com bastante naturalidade. Além disso, era também seu objetivo avaliar a correlação entre essas formas de tratamento e os vocativos pelos cariocas. Assim sendo, quando os vocativos não apareciam espontaneamente nos diálogos, a pesquisadora fornecia uma nova instrução: “induzíamos o informante a usá-lo, pedindo-lhe que imaginasse o alvo parado a certa distância, a ponto de não poder tocá-lo. Desta forma, surgia sempre uma expressão vocativa” (MUNDIM, 1981, p.23).

Dessa forma, ao apresentar esses alvos aos entrevistados a pesquisadora estava interessada em testar cinco hipóteses⁷³, a saber:

1. As mulheres usam menos *você* que os homens;
2. Os jovens usam mais *você* que os adultos e os velhos;
3. As pessoas de nível de escolaridade mais alto usam mais *você* do que as outras;
4. Classes ocupacionais que têm status social (médico, deputado, gerente e guarda de trânsito), sugerem maior uso de *senhor* do que outras (MUNDIM, 1981, p.9).

É preciso, no entanto, considerar que essas hipóteses são compatíveis com a realidade linguística do Rio de Janeiro da época em que a pesquisa de Mundim (1981) foi levada a cabo, pois naquele contexto havia a predominância do pronome *tu* em detrimento de *você*⁷⁴. Ainda assim, algumas das hipóteses por ela levantadas merecem ser novamente testadas com relação ao português do início do século XXI, para se estabelecer uma comparação com os resultados a partir de dois pontos de vista: i) considerando por volta de trinta anos transcorridos desde a pesquisa de Mundim (1981) até os dias atuais; e ii) considerando o fator regional, uma vez que os entrevistados da

⁷³ Essas mesmas hipóteses já foram apresentadas na página 128 desse trabalho investigativo. Naquela ocasião, o objetivo era o de apresentar as hipóteses das variáveis extralinguísticas e, nesse momento, o foco se centra na apresentação das variáveis linguísticas da pesquisa de Mundim (1981). A repetição se justifica, portanto, porque essa mesma citação possui dois objetivos distintos e pertinentes a esse trabalho.

⁷⁴ É preciso salientar que estudos mais recentes sobre o uso do pronome *tu* na cidade do Rio de Janeiro demonstram que ele permanece com predomínio em relação ao *você*. Paredes Silva (2011), em “Notícias recentes da presença do pronome *tu* no quadro de pronomes do português falado no Rio de Janeiro”, aponta para o fato de que, em um *corpus* formado por crônicas do escritor João Ubaldo Ribeiro, das 415 referências explícitas à segunda pessoa, 73% eram expressas por *tu* seguido de flexão não padrão *versus* 26% de emprego do pronome *você*.

pesquisa que ora se desenvolve são residentes na cidade de São Paulo e os da pesquisadora residiam no Rio de Janeiro.

No que se refere ao emprego de vocativos, as considerações de Mundim também são relevantes. Segundo a autora, essa forma linguística tem um objetivo fático na comunicação, pois está voltada para a manutenção do contato entre os interlocutores. Assim, foi demonstrada com eficácia a correlação entre as formas de tratamento escolhidas e os vocativos utilizados, comprovando que a correlação semântica é um fator motriz da comunicação. Da mesma forma, outros dois resultados merecem destaque: i) houve uma significativa diferença entre o emprego de vocativos por mulheres e homens da sociedade da época; e ii) a pesquisadora constatou que a escolha pela ausência do tratamento por parte do falante também obedecia a alguns critérios, intimamente relacionados com o contexto e com determinados alvos específicos.⁷⁵

Esse resultado acerca da omissão das formas de tratamento no discurso coaduna com os apontamentos de Abreu e Mercer (1988) ao estudarem esse recurso linguístico em Curitiba, estado do Paraná (Brasil). Nessa pesquisa, os autores entrevistaram 96 pessoas, apresentando-lhes 18 fotografias de personagens⁷⁶. A grande diferença metodológica entre esse estudo e o de Mundim (1981) é que os pesquisadores optaram por não revelar aos informantes que se tratava de uma pesquisa linguística – eles diziam que a pesquisa havia sido encomendada por uma fábrica de cosméticos e realizavam as entrevistas em locais públicos, próximo a supermercados, pontos de ônibus e outras aglomerações de pessoas. O resultado por eles obtido foi o de um alto índice de pronome zero para estranhos, em contextos em que a forma esperada seria *senhor*, como apontam os seguintes dados:

Tabela 10: Uso geral das formas de tratamento

senhor		você		tratamento zero	
%	N	%	N	%	N
20	345	30,9	530	49	839

Fonte: ABREU; MERCER, 1988, p.24.

⁷⁵ Para um maior detalhamento das conclusões a que a pesquisadora chegou em seu trabalho e para uma comparação entre os resultados dela e do presente estudo, cf. seções 4.2 e 4.3.

⁷⁶ Não há consenso entre os pesquisadores sobre como denominar as pessoas fotografadas: Mundim (1981) preferia o termo “alvo”; Abreu e Mercer (1988) utilizaram o termo “personagem”; e, na pesquisa em desenvolvimento, se está optando pelo termo “perfil social.”

A partir dos estudos aqui apontados, que utilizam fotografias como motivadoras para a produção de formas de tratamento, foi possível estabelecer o ponto de partida metodológico para a realização das entrevistas. Assim sendo, o primeiro passo para a investigação empírica ocorreu com a seleção das fotografias. Diferentemente dos pesquisadores que se dedicaram a esse tipo de método anteriormente, no presente estudo optou-se por empregar imagens disponibilizadas na *internet*, uma vez que elas já contavam com um estatuto de publicização⁷⁷.

Os perfis sociais foram delineados a partir do cruzamento de algumas características, tais como a profissão – fator proveniente dos trabalhos precursores de Mundim (1981) e Abreu e Mercer (1988) –, idade, religião e características fenotípicas (como a cor da pele, por exemplo). A justificativa para a ampliação dos fatores componentes dos perfis sociais – transcendendo a questão da profissão – se pauta no fato de que outras dinâmicas sociais estão nos objetivos fundamentais desse trabalho. Dessa forma, houve a necessidade de ampliar o conjunto de fotografias a fim de melhor caracterizar a sociedade brasileira, moçambicana e angolana: estabeleceu-se o montante de vinte imagens para cada país.

Para o caso brasileiro, foi possível selecionar as imagens a partir da vivência de “natural do Brasil” da própria pesquisadora. Entretanto, para Angola e Moçambique fez-se necessária uma fase anterior às entrevistas propriamente ditas, em que se conversou com pessoas naturais desses países a fim de angariar os perfis sociais mais importantes para aqueles cenários específicos. Foi, portanto, a partir das diversas opiniões ouvidas e comparadas que foi possível dar início à captura das imagens em *sites* específicos desses países.

Há ainda uma ressalva a ser feita: a seleção das imagens ocorreu *in loco*, ou seja, os perfis sociais brasileiros foram selecionados no Brasil, os moçambicanos em Moçambique e os angolanos em Angola. Esse cuidado foi necessário por ser de suma relevância o olhar de colaboradores nativos desses países a fim de que as fotografias fossem avaliadas e os perfis reconhecidos como “tipicamente nacionais”. Assim, uma vez selecionadas e impressas as fotos, houve uma série de “entrevistas piloto”, que

⁷⁷ O fato de as fotografias veiculadas na internet pertencerem ao domínio público dirime as dificuldades com “direitos de imagem.”

possuíam apenas a finalidade de testar as imagens e o método – essas entrevistas, portanto, não foram computadas como integrantes do *corpus* dessa pesquisa⁷⁸.

Conforme mencionado, a fim de compor os perfis sociais mais característicos de cada um dos países em análise, estabeleceu-se um teto de vinte fotografias. Dentro desse repertório, por um lado, alguns perfis se repetiram em todos os países, a saber: no que se refere à idade, em todas as amostras de fotografias havia uma imagem representativa de um bebê, uma criança, jovens e idosos; e, concernente à profissão, houve recorrência ao perfil da professora, do político, do policial e do vendedor ambulante. Por outro lado, algumas imagens são tipicamente representativas de determinadas sociedades. Por exemplo, é simbólica para o povo brasileiro a representação de caminhoneiros e trabalhadores da construção civil (cf. Anexo C, p.331 a 335); assim como, para Moçambique, era imprescindível que houvesse a representação do condutor e cobrador de chapa⁷⁹, do curandeiro e de pessoas muçulmanas e indianas (cf. Anexo D, p.346 a 340) . E, em seu turno, para o caso angolano, fez-se necessária a representação da quitandeira⁸⁰, da zungueira⁸¹ e do ardina⁸² (cf. Anexo E, p.341 a 345)⁸³.

Com as fotos em mãos, foi possível realizar as entrevistas com os informantes. Assim sendo, a etapa inicial de todas as entrevistas foi a aplicação do questionário socioeconômico. Na sequência, realizava-se a entrevista utilizando as imagens⁸⁴. Em um primeiro momento, fornecia-se a instrução ao informante de que todas as pessoas fotografadas eram para ele desconhecidas e que as encontraria na rua, em estabelecimentos comerciais ou instituições públicas – procedimento adotado a partir

⁷⁸ Além de as fotografias serem submetidas a essas “entrevistas piloto”, anteriormente as imagens passaram pelo crivo dos supervisores responsáveis por essa pesquisa em cada um dos países.

⁷⁹ “Chapa cem”: transporte semi público de Moçambique. Trata-se de “vans” que realizam o transporte de passageiros. Esse tipo de transporte também foi representado ao se compor os perfis sociais de Angola. No entanto, nesse país, o nome extra-oficial que se dá a esse transporte é o de “candongueiro.” Além dessa denominação, mais popularmente essas vans recebem o nome de “táxi.”

⁸⁰ “Quitandeira”: é a vendedora de frutas, vegetais, peixe seco, entre outros produtos. Elas têm por característica estarem sempre no mesmo ponto de venda nas ruas da cidade de Luanda – são sedentárias, portanto.

⁸¹ “Zungueira”: é a uma vendedora ambulante de qualquer artigo que seja possível a comercialização. Sua característica mais contundente é o seu deslocamento pelas ruas da cidade de Luanda.

⁸² “Ardina”: é o vendedor ambulante de jornais.

⁸³ Para se ter acesso aos vinte perfis sociais de cada um dos países, cf. a amostra de imagens na seção Anexos C a E, a partir da p.331.

⁸⁴ É imperioso destacar que o tempo total de duração das entrevistas, considerando a aplicação do questionário sociolinguístico e a utilização das fotografias como meio de se obter as formas de tratamento, variava de vinte e cinco a setenta minutos, em função da disponibilidade e espontaneidade dos informantes. Alguns deles sentiam-se bastante motivados em responder as questões iniciais, sobretudo pela possibilidade de relatarem suas origens e pertencimento cultural.

das descrições metodológicas de Mundim (1981). A proposta feita aos entrevistados era que a pesquisadora indicaria, para cada imagem, uma instrução específica contendo um pedido acerca de endereço, referência acerca de uma pessoa que se está procurando, o preço de determinado produto etc. Tendo compreendido a instrução, o informante estabelecia um diálogo com a pessoa da fotografia.

Em geral, a grande maioria dos informantes compreendia prontamente a proposta da entrevista e produzia naturalmente diversas formas de tratamento. Em determinados momentos, a pesquisadora intervinha pedindo para que o informante justificasse algum uso que causasse dúvida ou propunha outra situação a fim de confirmar a estratégia de endereçamento por ele empregada.

A título ilustrativo, segue um excerto de uma entrevista a fim de se clarificar o método empregado. Trata-se de uma entrevista com uma informante moçambicana e, nesse excerto, especificamente, a fotografia em discussão é a de número quatro do conjunto moçambicano (cf. Anexo D, p.336):

Figura 01: perfil 04 da amostra de imagens moçambicanas



Fonte: Disponível em: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026> Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

“Pesquisadora: ⁸⁵(Bom, agora é assim ó: você⁸⁶ tá procurando uma criança que se chama Siteo.)

Informante: Hum hum.

P: (E aí você vai perguntar pra ele se ele viu o Siteo, se sabe onde o Siteo tá. Entendeu? Você tá procurando o outro).

⁸⁵ Ao longo de todo o trabalho, as falas da pesquisadora encontram-se entre parênteses, em função das normas estabelecidas para a transcrição.

⁸⁶ Nas falas da pesquisadora, há o uso do pronome “você” em função de que se optou por criar um ambiente natural de interação. Como o “tu” não faz parte da sua variedade, seria artificial a utilização desse pronome. Como os dados demonstram, não houve significativas interferências da fala da pesquisadora nas escolhas dos informantes.

I: Tô procurando o outro. Ah, lidar com criança é muito mais difícil. Eu provavelmente havia de me encontrar com a criança e haveria de baixar. Não vou ficar assim em pé. Vou baixar...

P: (Na altura dele.)

I: Na altura dele. Olá, tudo bem? Tás bem? Olha, desculpa, não vou te incomodar, tá bom. Não vou fazer-lhe mal nenhum, não sei quê. Eu tô à procura de uma criança. Viste uma criancinha assim, assim, assim? Ah, olha, não vi. Não sei quê. Ah, assim parecida com este. Assim, bonitinho que nem tu assim. Blá blá blá blá. Ah, e tu, tás a fazer o quê aqui? Ah, não, não sei quê. Tens que criar um papozito, mas tem que ser sempre assim simpaticozito. Então, ah, tá bom, então. Tchau. Se tiver um docinho. Olha, tá aqui um docinho pra ti.

[risos]

I: Mas é muito mais difícil lidar com crianças.

P: (E por que você acha mais difícil?)

I: Ah, tu nunca sabes, tu... A expressão da criança não é, não consegues ler assim tão, não é tão fácil tu saberes quando é que tu, quando é que essa pessoa não está assustada contigo. Eu acho, acho. Acho que é muito mais difícil tu conseguires chegar pra uma criança e dizeres olá e ela simplesmente, ya, se abrir. Pode simplesmente dizeres olá e fugiu.

P: (Sim, sim.)”

Para se estabelecerem as análises, duas estratégias confluentes foram adotadas – ambas oriundas das possibilidades oferecidas pelo *corpus* constituído, tal como demonstra o excerto acima, que caracteriza, portanto, uma **metodologia mista**: i) em posição central, neste estudo, esteve a preocupação de se criar mecanismos que favorecessem a produção de formas de tratamento nominais e pronominais pelos informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos. Assim, com o *corpus* formado, a primeira estratégia adotada foi a de se realizar um levantamento sobre as realizações tratamentais das três amostras em questão; ii) conjuntamente, houve uma preocupação em se investigar as motivações pragmáticas que levavam os informantes a produzirem determinadas formas de tratamento em detrimento de outras. Nesse sentido, a intenção foi considerar as justificativas dadas pelos próprios informantes por se entender como fundamental a relação estabelecida entre os falantes e sua língua. A fim de que esses dois passos metodológicos fiquem mais claros, mais um exemplo será oferecido:

Figura 02: perfil 09 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <<http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=55967>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

I: Avô. Aí tem que ser, tem que chamar mesmo avô. O *avô* não conhece a Amélia? Onde é que é a casa dela? Eles como conhecem todo mundo do bairro.

P: (Então!)

I: Normalmente esses mesmo chamamos de avô.

P: (É? Outra coisa não?)

I: Porque às vezes quando chama de senhor acho que, sei lá. Porque às vezes tenho a impressão... ele assim tem a impressão que o senhor é um bocadinho mais jovem. Ele já... a tendência mesmo é chamar avô.

P: (Tá.)

I: Avô. Eu mesmo posso chamar avô. Sem problema.

P: (É? Tá perfeito. Gostei.)”

No exemplo em questão, para a foto apresentada à informante angolana, ela forneceu um enunciado em que a referência ao interlocutor ocorre por meio da forma *avô* – trata-se, portanto, de uma forma nominal empregada na posição de sujeito. Essa constatação é, pois, a primeira etapa para o procedimento da análise dos dados, ou seja, o reconhecimento das formas de tratamento associadas a cada imagem da amostra dos três países e a posição sintática em que a forma aparece – se vocativo (forma de tratamento nominal) ou se sujeito (tanto FTN quanto FTP, forma de tratamento pronominal).

Além disso, como abordagem complementar, a segunda etapa da análise consiste em entender os motivos que levaram os informante a produzirem determinada forma e

não outra, ou, em outras palavras, as motivações pragmáticas que motivaram a escolha. Nesse exemplo, a informante associou a imagem a uma pessoa com idade suficiente para ser seu avô e, por isso, produziu a mesma forma. Nesse caso, ficou evidente que ela não se sentiria à vontade em tratá-lo por *senhor*, uma vez que, em seu modo de entender, essa forma deve ser associada a alguém um pouco mais jovem do que o perfil apresentado por meio da fotografia. Esse tipo de justificativa é crucial para submeter o *corpus* a um olhar analítico qualitativo, em que se enfatiza a relação entre o falante e suas escolhas linguísticas.

Por fim, é necessário enfatizar que todas as entrevistas foram submetidas aos mesmos critérios de transcrição ortográfica. Em um primeiro momento, em função do tempo disponível para a realização desse estudo, optou-se por não se transcrever literalmente os questionários socioeconômicos – restringindo-se apenas à captura das informações socioeconômicas mais imediatas e importantes aos objetivos do estudo⁸⁷. Já as entrevistas brasileiras, moçambicanas e angolanas realizadas por meio do aparato das fotografias de perfis sociais foram integralmente transcritas.

Haja vista que o foco desse estudo é a análise das formas de tratamento, não houve atenção, ao se realizar a transcrição, em questões relacionadas à fonologia e à prosódia. Em contrapartida, questões morfossintáticas (tais como a ausência de concordância ou de nexos gramaticais e a quebra no encadeamento sintático dos enunciados) foram registradas a fim de se melhor caracterizar a fala dos informantes.

Para a realização dessa tarefa, algumas notações foram utilizadas:

- Indicação de trecho ininteligível: (?). Ex.: “Eu vim pra cá e sou, sou, sou (?) por esses lugares. Sou novo. Estou meio perdido.”
- Para recursos não verbais utilizados pelo informante: usa-se colchetes:. Ex.: [O entrevistado balança a cabeça negativamente.]; [risos].
- Quebra sintática: usa-se vírgulas. Ex. “Evito dirigir-me pra, a dizer o senhor ou senhora ou não sei quantos.”
- Correções ou quebras no encadeamento do enunciado: usa-se reticências. Ex.: “Podes... nós até em inglês temos esse tipo de situações.”; “Não é, não, não é o tipo de... pra altura em que eles foram, né, pessoas adultas e tal, já não estavam na altura de ser moldados.”

⁸⁷Contudo, não se pode perder de vista que essa escolha inicial foi feita apenas em função da escassez de tempo. Assim, intenta-se levar a cabo posteriormente a transcrição total das entrevistas, uma vez que há importantes narrativas realizadas pelos informantes, sobretudo, em função de sua origem e pertencimento identitário. Essas narrativas constituem um material muito relevante para estudos tanto sociológicos, quanto linguísticos (para além das formas de tratamento).

- Repetições: uso de vírgula para separar a expressão repetida. Ex.: “Porque não olho, não olho como eu tava-te a dizer sobre as cores.”; “Podia, podia me ajudar a localizar tal sítio?”
- Realização do verbo estar (*estava, estou*) tal como produzido pelo informante. Ex.: “De certeza cumprimentava-o e mais uma vez ou sempre começo por dizer desculpe porque eu não, não sei muito bem se eu não *tou* a importunar a pessoa.”; “Como *tava*, como *estava* a dizer. Primeiro a pessoa de lá era-me familiar.”; “Desculpe. *Tô* à espera do meu resultado.”
- Fala da pesquisadora: uso de parênteses. Ex.: “(Ficou confortável pra você falar assim?) / Ya.”

Uma vez que tenha sido evidenciada a forma como foram realizadas as entrevistas – ou seja, uma etapa inicial com a aplicação de um questionário socioeconômico e um segundo momento em que fotografias serviram como propulsoras para a realização das formas de tratamento aqui em foco; o tipo de olhar analítico empregado no *corpus* – a saber, uma metodologia mista, que previu a observação das formas de tratamento aliada à justificativa apresentada pelos falantes acerca de suas escolhas linguísticas; e os critérios estabelecidos para a transcrição das entrevistas, segue agora outra etapa de descrição metodológica: a forma como se deu a escolha dos informantes para a composição da amostra brasileira, moçambicana e angolana.

3.3 Composição da amostra: escolha de informantes

Todas as pesquisas que se propõem a analisar dados de fala, em uma abordagem sociolinguística, enfrentam um clássico problema metodológico, assim expresso por Labov (1972/2008, p.63): “os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados”.

A esse respeito, Firmino (2006) expressa uma opinião bastante enfática e realista sobre a consciência do pesquisador acerca da inevitável interferência nos dados que compõem o *corpus* de estudo:

No entanto, os questionários, tal como qualquer outro método de pesquisa, também levantam alguns problemas relativamente à fiabilidade e validade. Por exemplo, os questionários são também afectados pela subjetividade do pesquisador pela forma como as perguntas são estruturadas e administradas. As respostas podem ser influenciadas pela selecção dos inquiridos ou podem mesmo reportar a

factos sociais que não se relacionam com as actuais práticas socioculturais, quer porque os inquiridos querem apresentar uma certa imagem, quer porque não se recordam, ou porque não querem tratar de assuntos delicados, ou ainda porque não se comunicam adequadamente com o pesquisador ou então simplesmente porque querem confundir o pesquisador” (FIRMINO, 2006, p.94).

Assim como Firmino ressaltou (2006), também nesse trabalho de pesquisa há consciência de que a metodologia empregada pode interferir nos resultados. No entanto, esse caminho metodológico – que contou com o auxílio de um questionário socioeconômico e de uma entrevista baseada em fotografias de perfis sociais – mostrou-se bastante eficaz na produção de formas de tratamento pelos informantes, em contextos tais que se fez possível a análise desses dados à luz do pensamento sociolinguístico e pragmático. Nesse sentido, é preciso coadunar com Mundim (1981), ao relacionar o seu objeto de estudos – o sistema de formas de tratamento – com o paradoxo do observador laboviano:

Se agirmos da maneira que Labov propõe, atraindo a atenção do informante para um assunto que seja diferente do fenômeno linguístico propriamente dito, o único resultado que talvez obtenhamos seja a constatação de qual forma de tratamento o informante usa para nós (entrevistadores) como alvo, fato que não nos traria nenhuma satisfação face ao que nos propusemos de início (MUNDIM, 1981, p.65).

Outra dificuldade que se apresenta aos pesquisadores da modalidade falada da língua é a necessidade de se usar um instrumento de gravação – algo imprescindível para a obtenção fidedigna dos dados. No caso desta pesquisa, foi empregada uma câmera filmadora e um gravador digital de voz. Em geral, os informantes ficavam “tímidos” nos primeiros minutos em que o questionário era aplicado, mas se esqueciam logo de que estavam sendo gravados e passavam a responder as perguntas com afinco e interesse. Ainda assim, é preciso frisar que dois informantes não aceitaram ter as suas imagens gravadas. Por essa razão, acordou-se com eles em utilizar a câmera como um recurso auxiliar apenas para gravar a voz, sem obter imagens⁸⁸.

Além do que aqui está exposto, também se adotou a postura de Silva (1996), ao descrever a metodologia empregada pelos pesquisadores do Projeto *Censo* nas entrevistas para formação de seu *corpus*, a fim de se tentar amenizar a formalidade habitual das situações de entrevista:

⁸⁸ É preciso mencionar que, em nenhum desses dois casos, houve perda na qualidade das entrevistas.

Estamos cientes de que entrevistas nunca registram a fala totalmente informal do entrevistado. Mas tomaram-se medidas para tentar minorar esse problema: o entrevistador foi orientado para conduzir a entrevista de maneira descontraída e natural, usando estratégias que incentivassem a fala fluente (se bem que de certo modo dirigida), falando pouco e evitando interromper o falante (SILVA, 1996, p.61).

A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu a partir do estabelecimento de algumas balizas. A primeira delas centrou-se em um modelo descrito por Milroy (2007), que ficou conhecido como “amigo do amigo”. Segundo a pesquisadora, pioneiramente esse modelo foi empregado por John Gumperz, e consiste em angariar informantes a partir de uma rede de pessoas já conhecidas. A partir desses conhecidos, outros informantes – seus amigos, portanto – são convidados a fazer parte do conjunto de entrevistados, até que se atinja o montante de pessoas com as características desejadas. O propósito para esse tipo de formação de amostra se pauta no fato de que, assim, a conversação tem maiores chances de fluir de uma forma mais espontânea – haja vista que há, preliminarmente, uma relação de simpatia entre entrevistador e entrevistado. Eis a exposição dos motivos para a utilização desse modelo de cunho etnográfico, feita por Milroy (2007, p.04, tradução nossa), baseada em uma experiência bem sucedida de uma pesquisadora em Belfast (Irlanda do Norte):

Fundamentalmente, a unidade de estudo foi o grupo social pré-existente, ao invés de uma série de indivíduos isolados como representantes de determinadas categorias sociais. Ao ligar-se a este grupo, e abranger as suas adjacências, em interações progressivas entre os membros, ela esteve apta a obter uma grande quantidade de fala espontânea, bem como informações sociais e demográficas relevantes, e o efeito do observados sobre os dados foi diminuído. Procedimentos de trabalho de campo deste tipo têm sido amplamente utilizados, tanto em comunidades bilíngues quanto monolíngues (como descrito por Milroy et al. 1995), e problemas de acesso raramente são reportados.⁸⁹

É válido ainda destacar que, a fim de empreender a sua pesquisa sobre a língua portuguesa em Moçambique, Firmino (2006) também realizou entrevistas com seus “amigos” e “amigos de amigos”, conforme ele descreve a seguir:

⁸⁹ “Crucially, the unit of study was the pre-existing social group, rather than a series of isolated individuals as representatives of particular social categories. By attaching herself to this group and retreating to its fringes as interactions between members progressed, she was able to obtain large amounts of spontaneous speech as well as relevant social and demographic information, and the effect of the observer on the data was lessened. Fieldwork procedures of this general type have been used extensively in both bilingual and monolingual communities (as described by Milroy et al. 1995), and problems of access are rarely reported.”

A pesquisa usou informantes-chave, sendo que o único critério usado para a sua selecção foi o fato de viverem em Maputo. A estratégia usada para seleccionar os informantes-chave da pesquisa baseou-se na combinação da chamada ‘abordagem de rede ampla’ com a ‘amostra selectiva’ (Fetterman 1989:42-3). Alguns informantes ou eram ou tornaram-se amigos meus, ou eram amigos de amigos, com quem tinha contactos regulares em diferentes eventos sociais (FIRMINO, 2006, p.16).

A partir das experiências bem sucedidas relatadas acima, neste projeto de pesquisa também se optou por seleccionar informantes já conhecidos, e que esses pudessem sugerir outras pessoas, a fim de compor a amostra de falantes de língua portuguesa das variedades brasileira, angolana e moçambicana. Sendo assim, a partir dos contatos iniciais estabelecidos pela própria pesquisadora, foi possível contactar outras pessoas até se atingir o número desejado de participantes.

Conforme mencionado anteriormente, a primeira baliza para a selecção de informantes foi o critério “amigo de amigo”. Além dessa, outras duas balizas também foram estabelecidas: i) os informantes necessariamente precisavam residir em diferentes zonas de cada uma das três cidades; e ii), considerando agrupamentos de duas, três, ou até quatro pessoas, precisavam ter entre si um contato familiar, a fim de que houvesse possibilidades de comparação dos usos de formas de tratamento de uma forma mais estreita. Sendo assim, acordou-se que dez famílias seriam entrevistadas em cada um dos países.

A começar pelo caso brasileiro, com o intento de compor uma amostra representativa da realidade urbana da cidade de São Paulo, foram feitas entrevistas com duas famílias de cada zona da cidade: da região central, entrevistou-se duas famílias do bairro Santa Cecília, totalizando cinco informantes; da zona Norte, houve entrevista com uma família do Parque São Paulo (Santana) (duas pessoas) e outra família da Vila Iório (Freguesia do Ó) (também duas pessoas); da zona Sul, duas pessoas de uma mesma família foram entrevistadas da Vila das Belezas (Campo Limpo) e outras duas (também da mesma família) do bairro Panamby (região do Morumbi); da zona Leste, a família entrevistada foi do Bairro do Tatuapé (duas pessoas) e houve mais uma entrevista em São Miguel Paulista⁹⁰; por fim, da Zona Oeste, quatro pessoas de uma

⁹⁰ Na composição da amostra da cidade de São Paulo houve uma única exceção ao modelo previsto de se entrevistar famílias. A partir de um amigo, foi indicado o contato de uma família que estabelecia todas as suas relações sociais (familiares e profissionais) no bairro de São Miguel Paulista. No entanto, há pouco tempo, essa família havia se mudado para uma casa que fica no município de Ferraz de Vasconcelos – na Grande São Paulo, portanto. No dia combinado para a entrevista (01 de novembro de 2012), entretanto, houve um imprevisto: a entrevista fora marcada para após o horário de trabalho dos familiares, no fim da

família que residia na Vila Madalena (Pinheiros) e três pessoas de outra família do Sumaré (Perdizes) foram entrevistadas.

Na cidade de Maputo, Moçambique, os mesmos critérios foram seguidos. A fim de se esboçar um panorama adequado do cenário sociolinguístico da cidade, optou-se por entrevistar famílias residentes tanto na “região de cimento”, como na “região de caniço”⁹¹ (zona central e zona intermédia, respectivamente, na nomenclatura adotada por Firmino⁹², 2006).⁹³ Dessa forma, da região de cimento foram entrevistadas sete famílias residentes nos bairros Central (nove pessoas, de três famílias diferentes), Polana Cimento (duas pessoas), Coop (duas pessoas), Malhangalene (duas pessoas) e Alto Maé (quatro pessoas, de duas famílias diferentes). As outras três famílias que compuseram essa amostra residiam nos seguintes bairros da zona de caniço: Hulene A (duas pessoas), Polana Caniço (duas pessoas) e Mafalala (duas pessoas).

O propósito de se entrevistar famílias angolanas, a fim de completar a amostra de falantes de língua portuguesa das três variedades em questão, não foi possível de se realizar na cidade de Luanda, em função do imbricamento de dois fatores principais: i) a cidade de Luanda conta com uma organização administrativa bastante peculiar, que a divide em diferentes “municípios” – em Angola, essa palavra não possui o mesmo valor semântico do que no Brasil –, assim sendo, a lógica de organização da cidade seguia princípios diferentes dos brasileiros; ii) houve pouco tempo para se realizar a pesquisa empírica nessa cidade – apenas dois meses. Esse tempo não foi suficiente para se conhecer adequadamente a geografia da cidade e, conseqüentemente, realizar os deslocamentos necessários.

Em função dessa situação descrita, fez-se necessária uma readequação da metodologia inicial. Assim, optou-se por realizar entrevistas (a partir dos mesmos métodos dos países anteriores: a aplicação de um questionário socioeconômico e de entrevistas utilizando fotografias) em uma única instituição (a saber, uma universidade), com diferentes pessoas que compõem o seu corpo social (alunos, professores,

tarde. Após a primeira entrevista, que foi bastante longa, já era tarde e surgiu a informação de que havia sido decretado pelo poder paralelo um “toque de recolher” aos moradores da cidade de São Paulo, em um contexto de severas ondas de violência que assolavam a capital paulista na ocasião. Assim sendo, por uma questão de segurança, optou-se por, apenas nesse caso, entrevistar apenas um membro da família.

⁹¹ Essa região da cidade popularmente recebe esse nome em função do material utilizado na construção das casas.

⁹² Para maiores informações sobre a consideração de Firmino (2006) acerca da divisão geográfica da cidade de Maputo, cf. p. 57, primeira seção.

⁹³ A justificativa para a não inclusão da zona rural de Moçambique nessa amostra se centra na dificuldade em se encontrar falantes de língua portuguesa nessa região.

bibliotecários, motoristas, atendentes de lanchonete e funcionários em geral). Se por um lado, houve a necessidade de se adequar a metodologia ao contexto encontrado – com a consequência de não ser possível entrevistar pessoas de um mesmo núcleo familiar –, por outro lado, esse rearranjo permitiu que houvesse uma amostra representativa da fala angolana e, portanto, os objetivos dessa pesquisa, de se comparar as três variedades da língua portuguesa, puderam ser levados a cabo.

É imprescindível mencionar que foram entrevistadas 25 pessoas que possuíam algum vínculo com essa instituição. Esse número foi escolhido para que pudesse equiparar-se a extensão da amostra angolana à brasileira e à moçambicana (23 e 25 informantes, respectivamente). Além disso, como será exposto na seção seguinte (3.4 “Apresentação socioeconômica do *corpus*”), a escolha desses informantes angolanos representa significativamente a realidade sociocultural da cidade de Luanda – por haver participantes de diferentes extratos sociais, credos, pertencimentos étnicos, níveis de escolaridade e proveniências.

Em suma, dos 25 informantes angolanos, apenas quatro não eram moradores do “município” de Luanda – de acordo com a nova nomenclatura, vigente oficialmente a partir de 2011, na província de Luanda. Assim sendo, acerca do município de Luanda, dois informantes residiam na região da Ingombota, sete na Maianga, outros sete no Kilamba-Kiaxi, dois no Rangel e três na região do Samba. Dois participantes moravam na região de Talatona, município de Belas, e outros dois residiam no município de Viana. Uma vez que esses conceitos político-administrativos possuem um valor peculiar ao contexto angolano, todos os vinte e cinco informantes foram considerados nessa pesquisa, pela compreensão de que todos residem em um contexto luandese. A fim de favorecer a compreensão dessa divisão administrativa, segue o quadro 10, com os respectivos municípios e divisões:

Quadro 10: Divisão administrativa de Luanda

Municípios	Divisões	Subdivisões
Luanda	Ingombota	Ingombota
		Ilha do cabo
	Maianga	Maianga
		Prenda
	Kilamba-kiaxe	Kilamba-kiaxe
		Palanca
		Golf
		Neves bendinha
	Rangel	Rangel
		Vila alice
Samba		
Sambizanga	Sambizanga	
	Ngola kiluanji	
Belas	Talatona	
	Kilamba	
	Benfica	
	Barra do cuanza	
	Mussulo	
Cazenga	Tala hady	
	Cazenga	
	Hoji ya henda	
	11 de novembro	
Cacuaco	Cacuaco	
	Kicolo	
	Funda	
Viana	Viana	
	Mbaia	
	Zango	
	Calumbo	
Icolo e bengo	Catete	
	Cabiri	
	Bom jesus	
	Cassoneca	
Quissama	Quissama	
	Demba-chio	
	Mumbondo	
	Quixinge	

Fonte: Disponível em: <<http://virtualidade.blogs.sapo.ao/3812.html>>. Acesso em: 22 de julho de 2013

Por fim, uma última ressalva acerca da amostra de entrevistados faz-se necessária. No início de cada entrevista, os informantes recebiam um documento explicativo, com informações relevantes acerca da pesquisa e, ao final, a eles era fornecido um “termo de consentimento livre e esclarecido”. Após a leitura, todos os

participantes concordaram em assinar e colaborar com a finalidade proposta por esse trabalho investigativo.

3.4 Apresentação socioeconômica do *corpus*

Conforme já explicitado, foram entrevistadas 23 pessoas da cidade de São Paulo, 25 da cidade de Maputo e, por fim, outras 25 pessoas da cidade de Luanda – representantes da variedade linguística do português brasileiro, moçambicano e angolano, respectivamente. De modo geral, houve uma boa representatividade sociocultural nessas amostras, por demonstrarem equilíbrio entre os dados obtidos e os dados divulgados pelos órgãos oficiais desses países.

No que se refere ao sexo dos informantes, em Moçambique houve uma participação mais efetiva de mulheres nesta pesquisa⁹⁴, como demonstra a tabela 11:

Tabela 11: Divisão da amostra por sexo

Sexo	País		
	Brasil	Moçambique	Angola
Masculino	10 (43,4%)	9 (36%)	14 (56%)
Feminino	13 (56,5%)	16 (64%)	11 (44%)
Total	23	25	25

Fonte: própria

Quanto aos grupos etários, houve certa distribuição dos informantes por entre as diferentes faixas de idade. Entretanto, observa-se que, no Brasil, a maior concentração ocorreu na faixa entre os 31 e os 40 anos, ao passo que em Angola e Moçambique houve um maior número de participantes ligeiramente mais jovens (entre 21 e 30 anos). Destaca-se também o maior acesso a informantes brasileiros que dominavam a língua portuguesa em gerações mais velhas (cinco informantes brasileiros com mais de 61 anos), em relação aos países africanos (apenas um informante moçambicano nessa faixa de idade).

⁹⁴ É válido lembrar que no primeiro capítulo dessa tese, página 76, os dados do censo moçambicano de 2007, demonstraram que a população era constituída por um ligeiro predomínio do sexo feminino: 51,8% de mulheres contra um total de 48,2% de homens.

Tabela 12: Divisão da amostra por idade

Idade	País		
	Brasil	Moçambique	Angola
Até 12 anos	1 (4%)	0 (0%)	0 (0%)
De 13 a 20 anos	0 (0%)	3 (12%)	2 (8%)
De 21 a 30 anos	1 (4%)	9 (36%)	15 (60%)
De 31 a 40 anos	11 (48%)	5 (20%)	1 (4%)
De 41 a 50 anos	3 (13%)	4 (16%)	4 (16%)
De 51 a 60 anos	2 (9%)	3 (12%)	3 (12%)
De 61 a 70 anos	4 (18%)	1 (4%)	0 (0%)
Mais de 71 anos	1 (4%)	0 (0%)	0 (0%)

Fonte: própria

Os dados apontados por essa amostra coadunam com as informações etárias divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), acerca da cidade de Maputo, tendo como base o ano de 2007. De acordo com essas informações, a idade média da população da cidade varia em torno de 21 anos – justamente o nível etário em que houve maior número de informantes. Em um intuito comparativo, segue a tabela 13, com dados do INE:

Tabela 13: Indicadores da composição etária da população, Maputo cidade, 2007

Grupos funcionais de idade	População (%)
0-14	36,5
15-64	61,2
65 +	2,3
Idade mediana	21 anos

Fonte: INE, Maputo cidade, p.10, com adaptações

Esse trabalho investigativo, de cunho sociolinguístico, encara a variável estratificada “escolaridade” como assaz relevante, haja vista os resultados empíricos apresentados por pesquisas anteriores dessa natureza (para mencionar apenas alguns, cf.: Silva, Scherre, 1996; Votre, 2003; Monte, 2012). Na amostra constituída por falantes do Brasil, de Moçambique e de Angola, há representantes de diferentes níveis

de escolaridade, ressaltando-se a ausência de analfabetos entre os informantes. A tabela 14 representa essa estratificação em pauta:

Tabela 14: Divisão da amostra por escolaridade

Escolaridade	País		
	Brasil	Moçambique	Angola
Ensino Fundamental (ou Ensino primário)	2 (8%)	3 (12%)	3 (12%)
Ensino Médio Completo (ou Ensino Secundário Completo)	3 (13%)	2 (8%)	0 (0%)
Ensino Médio Incompleto (ou Ensino Secundário incompleto)	0 (0%)	5 (20%)	1 (4%)
Curso Técnico	2 (9%)	2 (8%)	0 (0%)
Superior completo	6 (26%)	9 (36%)	1 (4%)
Superior incompleto	2 (9%)	1 (4%)	18 (72%)
Pós-graduação	8 (35%)	3 (12%)	2 (8%)

Fonte: própria

A origem dos falantes representa um indicativo importante acerca da escolha de determinados fenômenos linguísticos. A esse respeito, algumas considerações precisam ser feitas em relação aos informantes que compõem essa amostra: i) pelo fato de que a investigação empírica foi realizada nas cidades de São Paulo, Maputo e Luanda, a maioria dos informantes é proveniente dessas cidades. Contudo, há representantes de diferentes regiões dos três países, o que torna a possibilidade de comparação analítica mais interessante; ii) ao todo, há quatro colaboradores provenientes de outros países, que não os eleitos para o estudo:

- No caso brasileiro, há um informante que nasceu na Argentina, mas mora em São Paulo há quarenta anos (à época da entrevista, o informante tinha 61 anos e relatou ter vivido em Buenos Aires até os 22 anos)⁹⁵;
- Em Moçambique, há uma informante natural da Suazilândia – ela nasceu no país vizinho pela decisão de seus pais de fugirem à guerra civil e, imediatamente após o nascimento, eles retornaram a Maputo;

⁹⁵ Em função de que esse informante adquiriu o português muito tardiamente –, há contundentes marcas da língua espanhola em sua fala – acordou-se em não considerar seus dados no *corpus* brasileiro desta pesquisa.

- Ainda em Moçambique, há uma informante de origem portuguesa: seus pais eram portugueses e, em um período de crise em Portugal, ele decidiram recomeçar a vida em Moçambique. Assim sendo, aos seis anos ela se mudou para Lourenço Marques (nome de Maputo à época) onde vive por 54 anos (tendo como referência a data da entrevista);
- Acerca de Angola, há um informante nascido na República Democrática do Congo (país com fronteira nordeste a Angola). Seus pais eram angolanos e, tal como a informante de Maputo, optaram por refugiarem-se da guerra civil em um país vizinho. Após essa passagem pela República Democrática do Congo (ou Congo Kinshasa), seus familiares se mudaram para a República do Congo (ou Congo Brazzaville) e, apenas aos seus doze anos, é que passaram a viver definitivamente em Angola.

Com as ressalvas realizadas, seguem as tabelas com as informações acerca da origem dos falantes que compõem essa amostra:

Tabela 15: Divisão da amostra por região de nascimento dos informantes brasileiros

Região de nascimento		
Brasil		
Norte	0	0%
Nordeste	5	22%
Centro	0	0%
Oeste		
Sudeste	17	74%
Sul	0	0%
Exterior	1	4%

Fonte: própria

Tabela 16: Divisão da amostra por região de nascimento dos informantes moçambicanos

Região de nascimento		
Moçambique		
Cabo Delgado	1	4%
Sofala	1	4%
Zambézia	3	12%
Inhambane	1	4%
Maputo Província	1	4%
Maputo Cidade	16	64%
Exterior	2	8%

Fonte: própria

Tabela 17: Divisão da amostra por região de nascimento dos informantes angolanos

Região de nascimento		
Angola		
Luanda	14	56%
Cabinda	2	8%
Moxico	1	4%
Huambo	1	4%
Bengo	1	4%
Zaire	1	4%
Malanje	1	4%
Uíge	1	4%
Kwanza Sul	2	8%
Exterior	1	4%

Fonte: própria

No que se refere à questão de profissão religiosa, os números apresentados apenas parcialmente representam as realidades dos três países. Um dos problemas encontrados é o fato de não ter havido nenhum informante que se autodeclarou evangélico entre os brasileiros; além disso, para os três países a porcentagem dos que se declaram sem religião esteve muito alta se comparada aos dados oficiais. Seguem os dados delineadores dos informantes dessa pesquisa quanto a sua religião:

Tabela 18: Divisão da amostra por religião

Religião										
Brasil			Moçambique			Angola				
Não tem	10	43%	Católica	9	36%	Católica	12	48%		
Espírita	6	26%	Não tem	8	32%	Protestante/ Evangélico	7	28%		
Católica	5	22%	Protestante/ Evangélico	5	20%	Não tem	4	16%		
Umbandista	2	9%	Muçulmana	3	12%	Testemunha de Jeová	2	8%		

Fonte: própria

Os dados oficiais brasileiros⁹⁶ acerca do Censo geral da população, realizado em 2010 e divulgados pelo IBGE por meio do *Atlas do Censo Demográfico* (2013, p.203), revelam que, no Brasil, há um predomínio de pessoas que se autodeclararam católicos romanos (65%), ao passo que os evangélicos pentecostais / neopentecostais representam 13,4%. A declaração de pessoas que se consideraram sem religião chegou

⁹⁶ Infelizmente, não foram encontrados dados oficiais acerca da distribuição da população de Angola por religião professada.

a 8,0%. E ainda há 4,1% de evangélicos de missão, 2,7% de outras religiosidades, 2% de espíritas, 4,9% de evangélicos de outras origens e ínfimos dados de umbandistas e candomblecistas, que não chega a 1%.

No que se refere a Moçambique, também há uma maioria que se autodeclara católica (28,4%), entretanto, há um número substancial de muçulmanos (17,9%) e de zionistas (15,5%), conforme ilustra a tabela 19:

Tabela 19: Distribuição percentual da população por religião em Moçambique, 2007.

Religião	Total (%)
Católica	28,4
Anglicana	1,3
Islâmica	17,9
Zione/Sião	15,5
Evangélica/pentecostal	10,9
Sem religião	18,7
Outra	6,6
Desconhecida	0,6

Fonte: INE, p.41, com adaptações

É válido observar que, dependendo da localização na cidade de Maputo em que se realizar uma pesquisa cujo foco seja a religião de seus residentes, haverá o estabelecimento de um perfil característico. Nesse sentido, o trabalho de Loforte (2000), acerca das relações de gênero e poder entre os tsongas moçambicanos compôs o perfil do bairro Laulane, localizado nos subúrbios da cidade de Maputo. Segundo a autora, 46% dos residentes nesse bairro são zionistas (as outras porcentagens são: 24% de Velhos Apóstolos, 15% de protestantes, 12% de praticantes da Assembleia de Deus, 2% de católicos, 2% de frequentadores da Igreja dos Doze Apóstolos, 1% sem religião e 0% de muçulmanos). Segundo a autora:

Os zione ocupam um espaço social e cultural que, não sendo puramente tradicional, não poderá ser considerado verdadeiramente moderno. Elementos importantes da cultura local são mantidos como sejam o respeito pelo culto aos espíritos dos antepassados, os modelos de adivinhação (legitimados pela revelação divina), o uso de tambores e de canções nos rituais de cura, o simbolismo das cores. Mas a proibição do consumo de bebidas alcoólicas e a rejeição da poliginia indicam, por outro lado que os zione romperam com algumas práticas e crenças da cultura tradicional (LOFORTE, 2000, p.235).

Nessa mesma temática, Silva (2004) acrescenta que, no geral, as igrejas zionistas são estabelecidas em bairros periféricos da cidade, justamente onde estão localizadas pessoas que enfrentam os seguintes problemas:

(i) difícil acesso à educação, saúde, água potável, electricidade, transportes e saneamento do meio; (ii) desemprego ou subemprego, tendo muitas vezes de recorrer ao comércio informal como única estratégia de sobrevivência; (iii) elevados índices de criminalidade e um sentido geral de insegurança física e social (SILVA, 2004, p.298).

A justificativa para esse fato é que as igrejas passam a representar pontos de convergência de indivíduos, em uma tentativa de reagir contra a crise econômica e os efeitos da guerra. Além de frequentar igrejas, simultaneamente, é comum a prática da religião tradicional – ainda que oficialmente a pessoa se declare pertencente a alguma religião majoritária. Por essa razão, “os tinyanga [curandeiros], particularmente os nyamussoro, apresentam, aos olhos da comunidade, características que são distintas do indivíduo comum, uma vez que estabelecem a mediação entre dois mundos, não pertencendo plenamente a nenhum dos dois” (LOFORTE, 2000, p.198).

Outra questão inquirida aos informantes angolanos e moçambicanos nessa pesquisa foi acerca do seu pertencimento étnico⁹⁷. Nos dois países houve um índice muito alto de pessoas que conscientemente disseram que “esse termo não fazia sentido a ela”. Algumas dessas, inclusive, posicionaram-se acerca do nacionalismo de seus países que foi construído sob a égide de “matar a tribo para se construir a nação”. Em Moçambique, houve mais confusão acerca do termo etnia (28%) se comparado a Angola (apenas 4%) – onde as pessoas possuem mais clareza acerca de seu pertencimento tradicional.

Os informantes moçambicanos que declararam a sua etnia mostraram-se equilibrados entre os principais grupos étnicos do país. Em Angola, houve a autodeclaração predominante de informantes bakongos (etnia predominante nas províncias ao norte de Angola, denominadamente Zaire e Uige). Outro fato chama a atenção: apesar de não haver oficialmente a etnia *ngoia*, dois informantes foram categóricos em denominar o seu pertencimento étnico pelo mesmo nome de sua língua materna – ambos nasceram na mesma região da Província do Kwanza Sul. Em função da coincidência de posturas desses dois informantes, nesse trabalho, optou-se por

⁹⁷ Essa questão não esteve presente no questionário brasileiro, por se entender que a essa população não se aplica esse conceito.

considerar *ngoia* uma etnia angolana (acerca dos grupos étnicos de Angola, veja quadro 01 – Seção 01, p. 79). A seguir, na tabela 20, é demonstrada a distribuição dos informantes moçambicanos e angolanos dessa pesquisa com relação ao seu pertencimento étnico:

Tabela 20: Divisão dos informantes moçambicanos e angolanos por pertencimento étnico

Pertencimento étnico					
Moçambique			Angola		
Termo não faz sentido	6	24%	Termo não faz sentido	7	28%
Não soube responder	7	28%	Não soube responder	1	4%
Rhonga	2	8%	Quimbundo	3	12%
Xangana	2	8%	Umbundo	2	8%
Chuabo	2	8%	Bakongo	9	36%
Sena	1	4%	Ngoia	2	8%
Tonga	3	12%	Resposta não esperada ⁹⁸	1	4%
Kimwane	2	8%			

Fonte: própria

Evidenciar essa amostra – formada por falantes brasileiros, moçambicanos e angolanos –, em termos numéricos, foi uma etapa necessária a fim de se organizar o conteúdo das entrevistas para ser possível analisar os dados de formas de tratamento à luz da perspectiva sociolinguística e pragmática, além da sua observação pelo viés de que o poder é uma força imanente nas relações sociais. A partir de agora, terá sequência uma exposição das hipóteses que nortearam a análise qualitativa dos dados pronominais.

3.5 Observações quantitativas: os dados pronominais em foco

As formas de tratamento pronominais – tal como apresentado na seção 2.1.1 – representam recursos do sistema linguístico cujas escolhas são determinadas por um conjunto de variáveis sociais – em outras palavras, os usos pronominais são sócio-pragmaticamente motivados. Essa assertiva coaduna com o posicionamento de Benveniste (1976) para quem a subjetividade da linguagem humana é representada em

⁹⁸ Usou-se aqui o termo “resposta não esperada”, haja vista que a informante empregou o termo “muxiluanda”, que significa “natural da Ilha de Luanda.” Entretanto, tudo indica que houve uma confusão por parte da informante, uma vez que ela não referiu ter nascido na Ilha e nem com ela estabelecer qualquer vínculo, afetivo ou de parentesco.

primeiro lugar pela classe pronominal⁹⁹. Dessa forma, as escolhas feitas pelos falantes podem revelar um conjunto de informações sobre a organização social em que estão inseridos.

Conforme já demonstrado, os informantes dos três países foram submetidos a uma entrevista que contou inicialmente com um questionário socioeconômico e, em seguida, a eles era requerido que estabelecessem simulações de diálogos com os 20 perfis sociais apresentados por meio de fotografias. Todos os enunciados produzidos pelos informantes que continham pronomes, realizados com um intento de abordar seu interlocutor (o perfil social), foram destacados do contexto mais amplo da comunicação a fim de serem quantitativamente analisados.

Após ter sido feito esse levantamento na amostra dos três países, um primeiro problema metodológico foi detectado: havia diferentes estratégias linguísticas adotadas pelos informantes para abordar seus interlocutores. A principal abordagem – que foi submetida ao programa do Programa estatístico Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005) e que será mais detalhadamente discutida posteriormente – foi a elaboração de sentenças em que havia alguma marca que identificasse o interlocutor, seja por meio do pronome, seja pela desinência verbal. Com um propósito ilustrativo, seguem exemplos desse tipo de construção:

- “Ei, fazendo favor, *cê* tem horas?” (BR.F1.02)
- “Faz favor, senhor, bom dia. *O senhor* pode me explicar onde é que é a avenida Amilcar Cabral?” (MO.F4.10)
- “Bom dia, boa tarde. Ah, se faz favor. Eu preciso tratar o meu atestado de residência. *Sabe* me dizer se é aqui que eu trato?” (AN.16)

No entanto, os informantes também elegeram, como forma de interpelar as pessoas na simulação dos diálogos, estratégias em que não usavam nem pronomes, nem qualquer desinência verbal indicativa de pessoa. Acerca disso, é necessária atenção ao fato de que, por um lado, no universo da amostra brasileira, 79 sentenças foram elaboradas a partir dessas estratégias de se evitar pronome (esse total de 79 sentenças corresponde a 29,8% do *corpus* brasileiro). Por outro lado, com um uso muito mais significativo, os moçambicanos empregaram 166 vezes e os angolanos 167 vezes essa

⁹⁹ Para mais detalhes acerca da questão da subjetividade na linguagem segundo Benveniste, cf. seção 2.1.1, página 83.

mesma estratégia (ou seja, 66,9% dos enunciados totais moçambicanos e 71% dos angolanos). A fim de exemplificar essas sentenças em que não ocorre a referência pronominal ao interlocutor e que, portanto, foram excluídas da análise feita pelo Programa Goldvarb X, seguem alguns excertos retirados das amostras dos três países:

- “Amigo, minha documentação ficou pronta?” (BR.F4.09)
- “Boa tarde, mamá. Gostaria de saber se o ferryboat já partiu.” (MO.F3.08)
- “Cota¹⁰⁰, eu tô à procura da senhora Amélia.” (AN.23)

Além desse recurso, outras duas estratégias numericamente menos representativas foram excluídas dessa primeira análise quantitativa: o uso de formas plurais e de formas imperativas. As formas pronominais plurais ou desinência verbal plural – tais como, *vocês, os senhores, as senhoras, podem, sabem* etc. – surgiram em função de que a imagem dos perfis sociais por vezes continha mais de uma pessoa. Esses casos totalizaram 48 ocorrências, contabilizando os três países, e em função de sua natureza peculiar foram excluídos dessa primeira análise. Igualmente, as formas imperativas totalizaram apenas 39 ocorrências e foram separadas dessa análise inicial, pelo fato de não preverem pronomes – foco específico dessa subseção¹⁰¹. São exemplos:

- “Gente, tô querendo comer um negocinho. Não sai bem o quê. Que que *cês* tem aí?” (BR.F10.22)
- “Alô, boa tarde, bom dia, senhoras. Desculpes tá a vos interromper, ou a parar. Mas *as senhoras* podem me indicar onde é que tá a mercearia mais próxima?” (MO.F1.03)
- “Olá, olá! Olha, *diz-me* só, onde é que eu possa arranjar o chapa aqui pra ponta D’Ouro?” (MO.F1.01)
- “Bom dia, por favor. *Diga-me* onde é que fica a agência do BPC, é, agência Kinaxixe do BPC. (AN.12)

¹⁰⁰ Nesses excertos de número, produzidos por um informante brasileiro, um moçambicano e um angolano, respectivamente, a única referência que há ao interlocutor ocorre pelas FTNs “amigo”, “mamá” e “cota”. Entretanto, o foco dessa subseção é o **emprego de pronomes** como estratégias de interlocução – por esse motivo, momentaneamente, essas formas nominais não estão sendo consideradas.

¹⁰¹ Além dessa questão – de que a realização usual do imperativo é sem pronome – outro fator foi considerado para a exclusão dessas formas verbais nessa análise inicial: no que se refere à diferença flexional entre as formas imperativas correspondentes às segundas pessoas *tu* e *você*, a maioria dos informantes dos três países não indiciou percepção acerca dessa alteração, em um indicativo de que, cada vez mais, essa diferença se torna opaca nas variedades de língua portuguesa em observação. Posteriormente, essa questão será mais adequadamente debatida.

Tendo feito as ressalvas necessárias com referência às estratégias empregadas pelos informantes que não foram computadas nessa análise, é possível descrever a amostra que foi submetida ao Programa estatístico Goldvarb X. A fim de se compreender os usos pronominais de cada uma das variedades da língua portuguesa em questão – a brasileira, a moçambicana e a angolana –, optou-se por fazer cálculos estatísticos separados para cada uma das amostras. Assim sendo, o conjunto brasileiro de ocorrências pronominais contou com 265 dados, o moçambicano com 248 dados e o angolano com 235 dados. Apesar de esses números parecerem equilibrados, havia uma expectativa acerca de um maior número de dados provenientes das amostras moçambicana e angolana, uma vez que cada uma contou com 25 informantes, ao passo que, na amostra brasileira, foram consideradas as informações de apenas 21 informantes¹⁰². A justificativa para esse maior número de dados pronominais de brasileiros se dá em função de que a estratégia predominantemente usada pelos usuários da variedade brasileira é empreender perguntas com marcas pronominais (seja pelo pronome de fato, seja pela desinência verbal) – por conta disso, menos sentenças foram excluídas dessa análise ao se comparar com as demais amostras. Já entre moçambicanos e angolanos a estratégia de se elaborar perguntas em que se evita a referência direta ao interlocutor por meio de pronome, foi muito privilegiada, conforme demonstrado anteriormente – sendo necessário, portanto, excluir uma maior quantidade de sentenças dos cálculos estatísticos¹⁰³.

Assim sendo, para a análise estatística, adotou-se como *variável dependente*¹⁰⁴ o fator linguístico *preenchimento do sujeito*, cujas variantes são a *ausência* e *presença de pronome*, considerando como ausência os casos em que a marca de pessoa poderia ser recuperada pela desinência verbal, conforme demonstra o exemplo a seguir:

- “Oi moça, *tás* boa? *Sabes* onde é que vendem água aqui?” (AN.09)

Foram selecionados seis grupos de fatores a fim de se estabelecer a análise quantitativa, a saber: 1) o tipo de pronome, podendo ser usos propriamente pronominais, tais como *tu*, *você* e *o senhor/a senhora*, e índices de referência pessoal por meio da

¹⁰² É preciso salientar que do total de 23 participantes da entrevista para montagem do *corpus* brasileiro, optou-se por não considerar as respostas de um informante proveniente da Argentina e de outro informante que não compreendeu muito bem os objetivos da pesquisa.

¹⁰³ Com um intuito comparativo, é conveniente repetir a quantidade de sentenças elaboradas sem estratégias pronominais em cada uma das amostras e que, portanto, foram excluídas dessa análise: na amostra brasileira houve 79 sentenças, na moçambicana 166 e na angolana 167.

¹⁰⁴ Para maiores informações sobre a sociolinguística variacionista, cf. seção 2.1.5, página 125.

desinência verbal, tanto de 3ª pessoa – como ocorre, por exemplo, no verbo “sabe” – quanto de 2ª pessoa – em que “sabes” é exemplo; 2) a relação entre o vocativo e o pronome – que será melhor explicitada na subseção 5.2, p.287; 3) os entrevistados, em que cada informante especificamente recebeu um código; 4) o gênero do entrevistado, masculino e feminino; 5) o perfil social – igualmente, cada um dos vinte perfis recebeu um código; e 6) o gênero do perfil, masculino e feminino.

Esses grupos de fatores foram eleitos em função de algumas hipóteses norteadoras dessa pesquisa:

- 1) haveria diferença na realização pronominal de cada uma das variedades do português em análise;
- 2) seria significativa a relação semântica que se estabelece entre vocativos e sujeitos na construção dos enunciados;
- 3) apresentaria relevância para a realização pronominal tanto o gênero do entrevistado quanto o gênero do perfil social apresentado por meio das fotografias;
- 4) poderiam existir perfis sociais que favorecessem determinado tipo de realização pronominal.

A fim de se melhor compreender a relação entre os usos pronominais e seus motivadores sociais e, em consequência, verificar a validade das hipóteses levantadas, os dados foram submetidos a seis cruzamentos estatísticos também pelo Programa Goldvarb X. No primeiro cruzamento, observou-se a relação entre os grupos de fatores 01 e 03 para melhor analisar a relação estabelecida entre os entrevistados e as escolhas pronominais empreendidas. Já no segundo (grupos 01 e 05), a proposta era se observar a relação entre os pronomes atribuídos a cada um dos perfis sociais particularmente. No terceiro, cruzaram-se os grupos 01 e 04, a fim de se avaliar quais formas pronominais eram privilegiadas em função do gênero do entrevistado. A partir do quarto cruzamento, entre os grupos 01 e 02, foi possível observar como as relações semânticas entre vocativos e cada um dos pronomes que fazem referência ao interlocutor se estabeleciam. O quinto cruzamento foi entre os grupos 02 e 04 a fim de se observar mais especificamente a relação entre o gênero do entrevistado e suas atribuições semânticas aos vocativos e pronomes. E, por fim, o sexto consistiu em avaliar a relação entre os grupos 02 e 06 para se observar a mesma relação do cruzamento anterior, mas dessa vez com referência ao gênero do perfil social.

Uma vez tendo sido descrita a forma como os dados das amostras brasileira, moçambicana e angola foram organizados e dispostos, é possível apresentar e propor análises para os resultados quantitativos a serem expostas na seção 05.

Nesse momento, assume-se como encerrada a caminhada metodológica, que previu, como passos fundamentais: a descrição do percurso que levou à construção dos questionários socioeconômicos; a recuperação e a readaptação de uma metodologia dos anos 1980 que usava fotografias de perfis sociais como fator de motivação para que os informantes produzissem enunciados com formas de tratamento; a composição da amostra linguística em sua vertente brasileira, moçambicana e angolana e as suas referentes descrições socioeconômicas; e, por fim, a organização dos critérios para a análise quantitativa dos dados pronominais. Em suma, os caminhos teóricos e metodológicos, que foram o foco central da segunda e da terceira seções, explicitaram as balizas pelas quais esta investigação se pautou. A partir de agora, os dados linguísticos obtidos por meio das entrevistas realizadas nos três países podem ser analisados. Acerca disso, é válido ressaltar que os dados nominais – apresentados na seção 04 – são analisados a partir de uma perspectiva qualitativa pelo viés sociopragmático e que os dados pronominais – apresentados na seção 05 – são analisados por meio de um abordagem complementarmente qualitativa e quantitativa, também pelo viés sociopragmático.

4. Formas de tratamento nominais

Conforme já exposto, a língua portuguesa é o idioma oficial do Brasil, de Moçambique e de Angola, mas em cada país ela conta com nuances peculiares a cada realidade social. Nesse sentido – e considerando particularmente o sistema de formas de tratamento –, é possível observar, por um lado, a existência de uma gama de tratamentos comuns aos três países – claramente herança histórica do colonialismo português – e, por outro lado, um coeficiente de formas de tratamento nominais exclusivas a cada um dos contextos nacionais. Além disso, verifica-se formas coexistentes em apenas dois dos três países analisados, mas que possuem, em sua semântica, interpretações particulares. Da mesma forma, ao se considerar apenas essa matriz comum ainda assim é possível distinguir reinterpretções culturais baseadas na visão de mundo peculiar aos falantes de cada um desses três povos. A fim de se obter uma visão panorâmica acerca dessas diferentes possibilidades de agrupamento das formas de tratamento nominais (FTNs), segue a figura 03 que apresenta apenas uma pequena amostra do repertório encontrado nos países em análise:

Figura 03: Representação panorâmica das FTNs de Brasil, Moçambique e Angola: intersecções



Fonte: própria

Com uma proposta de análise qualitativa, nessa seção serão observadas apenas as formas de tratamento nominais que os informantes produziram ao se dirigirem aos perfis sociais a eles propostos por meio das fotografias. Está em foco, portanto, uma comparação das produções linguísticas de informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos, em função da natureza das FTNs (Kerbrat-Orecchioni (2011, 2006), Silva (2011), Causse-Cathcart (2011), Acevedo (2011), Lopes et al. (2011), Giaufret (2011)), da teoria da cortesia verbal e da polidez (Lopes et al (2011), Marcotulio (2010), Brown e Levinson (1987), Vidal (1995), Goffman (1980)), da semântica do poder e da solidariedade (Brown e Gilman, (1960/1972), da existência de micropoderes regendo as relações sociais (Foucault (1979), Manjate (2010), Fairclough 2001a, 2001b)) e da nomenclatura típica das sociedades que adotam a perspectiva classificatória da teoria do parentesco (Radcliffe-Brown (1969, 1974), Lévi-Strauss (1982/1967), Marie (1978))

4.1 Formas de tratamento de base portuguesa comuns aos três países

Há uma série de formas de tratamento que cotidianamente é empregada tanto por falantes do Brasil quanto de Moçambique e de Angola e que possui uma matriz comum: trata-se da herança linguística deixada pelos colonizadores portugueses. Dentre essa base comum, algumas formas de tratamento nominais destacam-se pelo fato de apresentarem um mesmo conteúdo semântico nos três países, mas por contarem com usos e interpretações idiossincráticos dependendo do país em análise – distinções de caráter pragmático, portanto –, a saber: “moço(a)”, “senhor(a)”, “dona”, “mano”, “amigo(a)” e as formas afetivas em geral, tais como “querida”, “minha linda” etc. Contudo, para os objetivos mais imediatos desse trabalho, apenas as FTNs “moço(a)” e “senhor(a)” entrarão em um debate mais detalhado nessa seção.

A se começar pela FTN “moço” e “moça”, é preciso destacar que são formas caras aos informantes dos três países para se referirem a pessoas desconhecidas com uma faixa etária relativamente mais jovem. Entre os brasileiros, há um uso difuso dessa forma para diferentes perfis sociais. Assim, dos vinte perfis apresentados aos informantes, em apenas cinco deles não houve nenhum uso de “moço(a)” (a saber, os perfis 01, 04, 06, 08 e 17¹⁰⁵ - cf. figuras 4 a 8). Tudo indica que os casos em que não

¹⁰⁵ Para ter acesso aos perfis sociais apresentados aos informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos, cf. os anexos C, D e E, respectivamente (p.331, 336 e 341).

houve possibilidade de atribuição dessa FTN se justificam pelo fato de o perfil apresentar idade muito baixa (um bebê e um pré-adolescente), muito alta (uma senhora idosa), pertencer a um nível de poder muito intimidador (um político) ou a imagem apresentar mais de uma pessoa (o que requer, portanto, FTNs de caráter coletivo).

Figura 04: perfil 01 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://kalenaeduardo.blogspot.com.br/2010/08/grupo-de-jovens-shallon.html>

Figura 05: perfil 04 da amostra de imagens brasileira



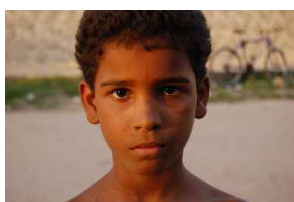
Fonte: Disponível em: <http://brasil.babycenter.com/baby/viagem/lista/>

Figura 06: perfil 06 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://jornalsantuاريو.wordpress.com/tag/igreja-catolica/>

Figura 07: perfil 08 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: http://www.dipity.com/tickr/Flickr_olhar/

Figura 08: perfil 17 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://www.antonioroberto.com.br/category/utilidade-publica/>

Ainda no que se refere à amostra brasileira, mais uma questão precisa ser considerada: dentre os nove informantes homens, oito deles não empregou nenhuma vez a FTN “moço(a)” – fato que, portanto, associa essa forma a um uso mais feminino¹⁰⁶, por ser entendida como semanticamente mais neutra que outras FTNs congêneres. Esses oito informantes, ao invés de empregarem “moço(a)” preferiram duas outras estratégias: i) não atribuir nenhuma FTN aos perfis; ou ii) atribuir FTNs mais solidárias e distensivas, tais como “amigo(a)”, “amigão”, “mano”, “minha querida”, “bicho”, “meu”, “brother”, “cara” etc. Também merece destaque o fato de que o único informante masculino que empregou “moço(a)”, em doze dos vinte perfis, tem doze anos e cursa a quarta série do

¹⁰⁶ Essa questão será posteriormente retomada nessa mesma seção, pois será discutida a relação entre as escolhas tratamentais e as diferenças de gênero.

ensino fundamental. Esse fato corrobora com o posicionamento de alguns autores, como Vidal (1995), segundo a qual o comportamento cortês – incluindo a habilidade de se dirigir formas de tratamento a interlocutores – não é uma habilidade natural, mas adquirida com o passar do tempo. Nesse sentido, essa FTN foi privilegiada por esse informante pela razão de que ela apresenta um caráter mais neutro e menos comprometedor, o que o faz se sentir à vontade para atribuí-la a diferentes perfis sociais. Hipoteticamente, portanto, aos poucos ele adquirirá outras FTNs para diversificar o seu uso. Para ilustrar o comportamento linguístico desse informante, seguem os exemplos 01 e 02, em que “moço(a)” foi atribuído aos perfis 15 e 16 (cf. figuras 09 e 10), respectivamente:

Figura 09: perfil 15 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>

Figura 10: perfil 16 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://www.leijaja.com/multimedia/2011/muitos-problemas-algumas-solucoes>

(01) Eu ia falar: *Moço*, você sabe onde fica o Tenório? (BR. F2. 02)¹⁰⁷.

(02) *Moça*, você sabe onde a minha mãe está? (BR. F2. 02).

A tendência de que a FTN “moço(a)” seja primordialmente empregada por mulheres se mantém de forma substancial entre os entrevistados angolanos. Na amostra ora em análise, dos quatorze entrevistados do sexo masculino, oito não utilizaram nenhuma vez essa forma, ao passo que todas as informantes angolanas empregaram ao menos uma vez. Entretanto, essa tendência se altera entre os informantes

¹⁰⁷ Esse código é o que identifica cada um dos informantes que participaram da composição desse *corpus*, a fim de proteger a sua identidade original. A primeira sigla indica a nacionalidade do falante, ou seja, “BR” para brasileiros, “MO” para moçambicanos e “AN” para angolanos. A sigla do meio relaciona o informante à família a que pertence. Nesse sentido, é preciso destacar que foram entrevistados 23 brasileiros de dez famílias diferentes e 25 moçambicanos também de dez famílias – essa sigla não aparece em referências aos informantes angolanos, uma vez que não foi possível entrevistar “famílias” em Angola, mas falantes individuais, conforme exposto na seção anterior. Por fim, os números finais identificam cada um dos falantes dos três países. Sendo assim, lê-se o código do exemplo 01 como sendo de um informante brasileiro de número 02, pertencente a família 02.

moçambicanos, uma vez que foram sete mulheres (dentre as 16 informantes) e quatro homens (dentre nove informantes) a não empregarem essa forma.

É preciso evidenciar que há alguns perfis que favorecem a atribuição de “moço(a)” pelos informantes dos três países. Nesse caso, coincidentemente, esses perfis estão relacionados ao domínio do comércio. Nesse sentido, o perfil brasileiro de número 05 (um vendedor de melancia – cf. figura 11) liderou a atribuição dessa FTN com oito ocorrências (num universo de 23 informantes), sendo seguido pelo perfil de número 19 (uma atendente de lanchonete – cf. figura 12), com seis ocorrências. Com um intuito ilustrativo, seguem os exemplos 03 e 04, acerca dos perfis 05 e 19, respectivamente:

Figura 11: perfil 05 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://perfumedepequi.blogspot.com.br/2008/09/vendedores-de-frutas.html>

Figura 12: perfil 19 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://www.mundodistribos.com/curso-de-atendente-de-lanchonete.html>

(03) *Moço*, quanto custa? *Moço*, ô *moço*, quanto custa? (BR. F5. 10)

(04) *Moça*, por favor, quanto custa essa coxinha? (BR. F2. 05)

Com um uso bastante semelhante ao Brasil, o perfil que favoreceu o uso de “moço(a)” entre os informantes angolanos foi o de número 19 (uma atendente de pastelaria/padaria – cf. figura 13). Nesse caso, 13 dos 25 informantes optaram por essa forma de tratamento ao se dirigirem a esse perfil. Também pertencente ao domínio comercial, 8 informantes escolheram “moço” para se dirigirem ao perfil 14 (um ardina/vendedor ambulante de jornais – cf. figura 14). Seguem exemplos desses usos:

Figura 13: perfil 19 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://mulher.sapo.cv/comunidade/galeria-fotos/eu-sou-mulher-angolana-344558-0.html>

Figura 14: perfil 14 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://www.dw.de/liberdade-de-imprensa-angola-supreende-outros-palop-desapontam/a-16560824>

(05) Então: boa tarde, *moça*. Tudo bem? Têm pastéis de natas ou bolo de arroz? Podes me dar um, faz favor? Muito obrigada. Tem sempre que tratar com simpatia. (AN.10)

(06) É, *moço*, faz favor. Cê que tá a vender o jornal. Tem o jornal de Angola? Não, não quero o de desportos. Quero o de Angola. (AN.07)

Ainda nesse universo de relações comerciais, muito embora não seja o perfil mais importante no que se refere à FTN em análise, alguns informantes moçambicanos referiram-se ao perfil 14 (vendedores ambulantes de crédito para celular – cf. figura 15) por meio de “moço” (foram 4 informantes, dentre os 25 totais). Muito embora não tenha atingido os índices brasileiro e angolano, o perfil que favoreceu a atribuição desse tratamento para os informantes moçambicanos foi o de número 20 (uma mulher jovem – cf. figura 16). Nesse caso, sete informantes elegeram essa forma. Para ilustrar os usos moçambicanos seguem os exemplos 07 e 08, referentes aos perfis 14 e 20:

Figura 15: perfil 14 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://www.flickr.com/photos/13385504@N05/3846792042/>

Figura 16: perfil 20 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/>

(07) Eu ia dizer: *moço*, dá lá, dá lá crédito, faz favor. (MO. F1.03)

(08) Hum. Eu dizia: *moça*. Oi *moça*. Tudo bem? Olha, sabes me dizer onde é que eu posso comprar uma água? Eu tô com muita sede. Sabes me dizer onde é que eu posso comprar uma coca ou uma coisa assim? Lá ao fundo? Ah, tá *nice*, então. Obrigada. (MO. F1.04)

Apesar da semelhança de usos que se apresenta entre os informantes dos três países, algumas opiniões dadas por eles são bastante relevantes para essa discussão. A primeira questão que se coloca é acerca da relação entre as FTNs e a sua referência regional. Nesse sentido, uma informante brasileira, de 57 anos, natural do estado da Bahia (Brasil), mas residente na cidade de São Paulo há 20, dá o seguinte depoimento, relacionado ao perfil 19 (cf. figura 17):

Figura 17: perfil 19 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://www.mundodastribos.com/curso-de-atendente-de-lanchonete.html>

(09) “Oi moça, quanto tá essa coxinha aqui? Ô moço, quanto custa?
(Seria moço também?)¹⁰⁸
Também seria moço.
(Mas e se fosse na Bahia?)
Ah, na Bahia seria assim: ô neguinha, quanto tá a coxinha?
(Tá, neguinha, tudo bem!)
Engraçado, né! Neguinha, quanto custa essa, essa, essa coxinha aqui? É assim.
(Moça ou neguinha, dependendo de onde tá.)
Exatamente, dependendo de onde você tá. Do estado que cê tá. Interessante, né, mas é!”
(BR.F2.04)

A partir desse comentário, deduz-se que o uso de “moço(a)” é bastante comum entre os falantes do estado de São Paulo – Brasil. Sendo assim, é imperioso reconhecer que uma vez realizada a pesquisa em diferentes localidades, os usos tratamentais poderiam apresentar variação.

No que se refere à questão semântica, é preciso considerar a opinião de uma informante moçambicana, acerca do perfil de número 20 (cf. figura 18):

¹⁰⁸ No que concerne as transcrições, é preciso informar que as falas entre parênteses são realizadas pela entrevistadora e as restantes pelos entrevistados.

Figura 18: perfil 20 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/>

(10) “Eu ia dizer: moça, podes me mostrar onde é que tão a vender água?

(Moça?)

É, moça.

(Aí tem a ver com a idade que você falou antes? Ou não?)

É que ela parece muito jovem. E aí eu haveria de dizer moça. Mas ao mesmo tempo ela tá vestida que nem muito jovem. Ela até podia ser mais velha. Mas o fato dela tá a ser, tá a ser vestida assim faz com que eu chame de moça, porque Maputo é assim que as pessoas fazem. Eu pra mim nunca fez sentido que as pessoas me chamasse de moça. Eu não sou virgem. Pra que chamar moça? E moça é de virgem, né? E aí toda a gente diz moça, moça. Mas aí eu peguei. Eu peguei esse coiso de dizer moça.

(E ficou.)

Porque toda a gente faz isso com pessoas jovens.

(Sim.)

Agora eu já não sei porque as pessoas já não me chamam de moça. Talvez é porque eu já tô crescendo. Mas quando eu era mais nova sempre me chamavam de moça.

(De moça, é. E ficou, né?)

Ficou. Comigo ficou. Toda a gente me chama moça, moça aqui, moça ali.” (MO.F1.03)

Nesse depoimento, houve uma tentativa por parte da entrevistada de compreender a origem semântica do termo “moça”. A partir da generalização de uso desse termo, subentende-se que ele foi se esvaziando do sentido original e se disseminou entre os falantes brasileiros, moçambicanos e angolanos como uma FTN mais neutra para se referir a pessoas jovens de ambos os sexos¹⁰⁹. Ainda assim, há outra opinião, também de um informante moçambicano, que justifica a sua preferência por não se remeter aos seus interlocutores empregando uma FTN em função da variação de sentido que essas formas podem conter dependendo do contexto de uso (o comentário refere-se ao perfil 04 – cf. figura 19):

¹⁰⁹ É preciso fazer a ressalva de que, entre os informantes brasileiros, o uso de moço(a) também foi verificado em referência a perfis de pessoas mais velhas, tais como os de número 03 (um caminhoneiro) e 14 (um operário da construção civil).

Figura 19: perfil 04 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026>

(11) “(Tá bom. Você tem, você chamou ele de nada, né? Você não falou menino nem nada?)

Nada.

(E não chamaria mesmo, né?)

[O entrevistado balança a cabeça negativamente.]

(Tá.)

Eu, tás a ver miúdo? Nós usamos miúdo.

(Hum.)

Não é?

(Sim, sim.)

Chamamos alguém miúdo. O mais interessante é que se tu fores à Ilha do Ibo e chamares alguém miúdo ele fica ofendido.

(Ah!)

Por quê? Ah, as velhas lá naquela altura são empregas domésticas eram tratadas por miúdo.

(Verdade?)

Tás a perceber? Então, essa coisa de dirigires-te pra alguém com alguma nomenclatura é um bocado perigoso porque tu não sabes qual é a educação daquela pessoa. Ou como é que ela percebe. *Tu podes dizer moço. Moço pode ser inofensivo pra mim. Mas até que ponto pra outra pessoa é ou não é. E aqui nós ainda temos muito, muitos tabus. Temos o problema de escolaridade e temos os calões que cada um usa, não sei quantos. Então...*

(Hum. Você prefere evitar?)

Ya. Evito dirigir-me pra, a dizer o senhor ou senhora ou não sei quantos. Acho as senhoras principalmente.

(É.)

Podes... nós até em inglês temos esse tipo de situações. Vem uma senhora que tu pensas tás, tás a dirigir-lhe com respeito: ah, madame. Ela é capaz de dizer: não, eu não sou madame.

(Tá.)

Mas pra nós aqui é tipo tás a dirigir com respeito e não sei quantos.

(Puxa. É delicado isso.)

Ya.” (MO.F8.20)

Ainda referente à FTN “moço(a)”, é interessante a percepção de algumas informantes angolanas acerca da variação estilística. De acordo com elas, “moço(a)” varia com “(meu/minha) jovem”, sendo que a primeira forma é associada a usos menos formais e distensos, ao passo que a segunda é atribuída a interlocutores mais formais. Para ilustrar essa questão do estilo associado às FTNs, seguem os depoimentos de duas informantes angolanas, uma de 28 e a outra de 23 anos, acerca dos perfis 19, 01 e 20, respectivamente (cf. figuras 20 a 22):

Figura 20: perfil 19 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://mulher.sapo.cv/comunidade/galeria-fotos/eu-sou-mulher-angolana-344558-0.html>

Figura 21: perfil 01 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://badoo.com/pt-ao/harrrm/>

Figura 22: perfil 20 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://aeppea.wordpress.com/page/29/>

(12) “(Perfeito. Muito bom, muito bom. Então, de vez em quando você usa moça?)

Uso.

(Usa, né?)

Moça, hum hum.

(E moço?)

Também. Moço e moça é, tá enquadrado naquela coisa de jovem. Hum hum. São, são semelhantes, não é. É nessa faixa etária de que não tão... é aquela coisa de as pessoas não usar o senhor porque a pessoa pode não cair bem pra pessoa.

(Tá.)

A moça... tá a me ver com cara de que pra me chamar de senhora? Geralmente é, isso que acontece. Então, as pessoas chamam moço ou jovem... e tão nesse... são coisas semelhantes, né. Moço e moça tão todos juntos. Moço e moça, jovem e jovem... hum hum. Mas uso também a moça, moço, hum hum e jovem.

(Tá perfeito.)

Por exemplo aqui, aqui nunca digo moça. Pelo menos quando tô trabalhando na biblioteca nunca digo moça. É sempre jovem. O jovem, a jovem, o senhor e a senhora.

(Tá.)

Às vezes quando cê sabe que é o doutor fulano, né. (?). Quando se sabe as entidades que vêm praqui é o doutor. Mas se eu não conheço são todos senhores, senhoras, *jovens e moços não*. Nunca usei moço aqui na biblioteca.

(É mais na rua?)

É mais na rua, na pastelaria. Hum hum. Mas aqui... nem tio. Porque acho que, o que alterou isso foi a formação, foi a formação que nós tivemos. Apesar que já tinha visto na casa ah, essa pessoa daí fala... isso é uma maneira de respeito. Dizem, algumas pessoas alegam que dizem tio, tia é respeito. Mas não, mas como eu tô num ambiente formal, de trabalho, então não há tios, não há tias. Aqui somos todos senhores, senhoras, *jovens*. *Jovem*, não faça barulho. Senhores, não conversem aqui. Senhora, vá falar ao telefone lá fora. São senhores e senhoras.

(Assim você evita qualquer mal estar também, né?)

Hum hum.

(É teu ambiente de trabalho.)

Sim.” (AN.09)

(13) “Esse já como tá de fato¹¹⁰, é aquela: *jovem*, bom dia. Por favor, pode me indicar onde é que é o, onde é que fica o Largo do Kinaxixe?

[risos]

(Tá. Muito boa. Gostei muito. É exatamente isso que eu preciso.)

Parece que como já tá de fato, parece alguém um pouco, se calhar que estuda um bocadinho. Sei lá. Então já a linguagem às vezes é um bocadinho mais cuidadosa.” (AN.13)

(14) “(Fica melhor, né? Mais rápido.)

Mas agora esses que estão na universidade são mesmo *jovens*. Esses porque eles são todos armados que querem passar, se formar e o quê. São jovens.

(É.)

Agora lá na rua é que nós temos essa de *moça, moço*.” (AN.13)

Com a intenção de sintetizar a exposição acerca da FTN “moço(a)”, segue um quadro esquemático com as informações dessa forma em função dos três países em questão:

Quadro 11: Síntese esquemática da FTN “moço(a)”

Moço(a)	
Brasil, Moçambique e Angola	<ul style="list-style-type: none">• Principal efeito de sentido: neutralidade;• Principais perfis para os quais a forma é destinada: relacionados ao universo comercial.
Brasil e Angola	<ul style="list-style-type: none">• Uso majoritariamente feminino.
Angola	<ul style="list-style-type: none">• Variação estilística: <i>moço</i> = mais informal <i>jovem</i> = mais formal

Fonte: própria

¹¹⁰ Nesse contexto, a palavra “fato” significa “terno”, “paletó”, um traje formal tipicamente masculino.

Outro exemplo de FTN que possui um valor semântico comum ao Brasil, a Moçambique e a Angola, mas com sentidos pragmáticos que podem variar tanto em função do país em debate, quanto de acordo com o grupo de indivíduos em análise, é “senhor(a)”¹¹¹. De modo geral, os falantes identificam a necessidade de atribuir tratamentos mais formais a determinados interlocutores e associam essa percepção à forma “senhor(a)”¹¹². Nesse sentido, relacionando essa generalização à perspectiva pragmática, é possível identificar esse valor formal atribuído a “senhor(a)” como um princípio universal de polidez. Entretanto, ao se comparar as três culturas em questão – a brasileira, a moçambicana e a angolana – no que se refere aos valores específicos atribuídos a essa FTN, outro postulado geral, já debatido na segunda seção, vem à tona: o de que os princípios que regem a comunicação, associados à cortesia verbal e às estratégias de polidez, variam em função da cultura de cada povo. Dessa forma, os usos nominais de “senhor(a)” atribuídos aos diferentes perfis sociais foram justificados pelos informantes das mais variadas formas.

Uma estratégia geral apontada pelos falantes dos três países é associar a FTN “senhor(a)” à necessidade de fazer reverência a perfis com mais **idade**, num sentido de que, nas três culturas, as pessoas mais velhas precisam ser respeitadas. Esse ponto comum é ilustrado pelos excertos de número 15 a 17: o primeiro foi produzido por uma informante brasileira de 57 anos, o segundo por uma moçambicana de 52 anos e o terceiro por um angolano de 54 anos:

(15) “*Minha senhora*, onde tá? A senhora pode me dizer pra onde...onde está fulano de tal? Minha senhora.
(Teria outra coisa?)
Não, pra mim, não!
(E por que quê, assim, tem que ser senhora?)
Porque pra mim é uma hierarquia. Eu acho assim, quem me mostra mais velho do que eu, é aquele negócio do respeito, da hierarquia, meu senhor, minha senhora. Quem tá igual a mim, é moço, moça...
(Tá, agora é a idade que pegou.)
É. Pelo semblante. É o que eu digo, nem sei se a idade. É o respeito por saber que é mais vivido do que eu.” (BR.F2.04)

¹¹¹ Segue uma pequena informação histórica sobre a relação entre as FTNs “senhora” e “dona” e as vestimentas usadas por mulheres no Brasil Colônia: “A variedade de cores nos trajes das negras e mulatas era enorme, mas as nascidas livres e as libertas, quando não imitavam a indumentária europeia, pareciam ter preferência pelo branco e por um modelo de roupa já então chamado de baiana – turbante, saia rodada, blusa que podia ou não ser rendada e de mangas bufantes – um traje que lembrava a maneira de vestir das *signares*, *nhanhas*, *nharas*, *senoras* e *donas*, como eram conhecidas, na costa atlântica da África, as mulheres e viúvas negras de mercadores europeus e suas filhas, que, com esses trajes, procuravam se distinguir e marcar distância das outras africanas” (SILVA, 2012, p.50).

¹¹² Nesse trabalho investigativo, também se consideram as ocorrências pronominais de “senhor(a)”. No entanto, essa questão específica será mais detalhadamente debatida na seção seguinte (04).

(16) “Eu chego ali. Eu pergunto pra ele: boa tarde, *senhor*. Eu cumprimento a ele e pergunto se ele conhece, se conhece uma senhora chamada Laurinda. Que eu preciso falar com uma senhora chamada Laurinda. Não sei se ele pode me dar uma informação sobre ela. Ele vai me explicar.

(Sim. Boa tarde, senhor, então...)

Ya.

(Foi isso.)

Tô a procura de uma senhora chamada Laurinda. Não sei se o senhor pode auxiliar.

(E pronto.)

Ya.

(A senhora não tem dúvida, né, de chamar ele de senhor?)

Não. Chamar de senhor a ele?

(É.)

Não.

(Não, né? Seria somente senhor?)

Senhor, sim.

(E qual que, o motivo primeiro de senhor, qual que é?)

Senhor. Olha tô a ver aqui que ele é uma pessoa adulta, barbinha branca. É senhor. Ya.

(Tem a ver com a idade também um pouquinho, né?)

Eu acho que, pronto, quando eu chamo um senhor a alguém tem muito a ver com a idade. Aquilo que eu disse, o grau de responsabilidade. A gente, olhamos esta pessoa aqui e vemos, pronto, é um senhor responsável, um senhor adulto. Provavelmente chefe de família. Tem, então, é mesmo um senhor. Ya.” (MO.F4.09)

(17) “Bom dia, *minha senhora*. Diga-me, por favor, onde eu posso tratar, é, da assinatura deste documento.

(Perfeito. Minha senhora?)

Minha senhora.

(...)

(Nessa. E por que nelas duas?)

É, pela, pela idade que têm, pela forma, e pela forma de vestir.

(Certo. Tão mais formais?)

Tão mais formais. Apresentam-se como pessoas mais responsáveis. Então, tem-se tendência de ter o tratamento mais, vamos lá, diferenciado [o entrevistado faz um gesto de colocar aspas na expressão que usou]”. (AN.12)

Contudo, é fundamental reconhecer que, apesar de ser possível encontrar a associação da FTN “senhor(a)” com a questão da faixa etária do perfil nos três países em estudo, esse caso é verdadeiramente recorrente entre os informantes brasileiros, uma vez que, tentando demonstrar reverência e reconhecimento ao interlocutor com mais idade, moçambicanos e angolanos preferem outras estratégias – como os tratamentos familiares que serão debatidos na subseção seguinte em inter-relação com a terminologia classificatória do parentesco. Objetivando demonstrar a relação dessa FTN com a idade para os brasileiros, segue um depoimento de uma informante, de 43 anos, acerca de uma experiência por ela vivenciada:

(18) “Mas, é, pra mim é uma dificuldade muito grande quando, né, eu estou conversando com uma pessoa mais velha, mais velha, algo que eu associe, por exemplo, à minha mãe, ao meu pai, né, um tio e eu falo... isso aconteceu até essa semana, o avô de uma colega minha do MBA

esteve no stand, é, onde eu estava participando daquela feira, né, (?) que você viu, a feira de jatos executivos, e conversando com ele, aí eu falei, o senhor – era um senhor, né – ah, o senhor. Ele falou assim: Por favor, minha jovem, não me chame de senhor, né. Ele falou, eu sei que eu sou velho, mas me soa muito mal. Aí eu falei, ai, desculpe. Eu ia falar com ele e eu... eu falava com você, mas esse você pra mim me destruía por dentro.” (BR.F3.06)

Esse exemplo é bastante ilustrativo de uma noção subjacente às formas de tratamento, que extrapola verdadeiramente o jogo linguístico-discursivo: há determinados valores sociais que permeiam a comunicação e que, por ventura, podem gerar desconfortos. Nesse caso, a forma *senhor* representou ambiguidade pragmática, uma vez que a locutora apresentou a intenção de ser cortês com uma pessoa mais velha, mas o interlocutor recebeu esse tratamento como algo agressivo, por supervalorizar a sua idade. É justamente nesse sentido que Silva (2008) afirma que a representação da *cortesia* ou *descortesia* não está apenas na expressão nominal ou pronominal do tratamento. Assim: “Há pessoas mais velhas que não gostam do tratamento formal *o senhor*, porque, de certa maneira, o tratamento formal as torna mais velhas ou acentua a idade avançada” (SILVA, 2008, p.189). Ao usar “senhor(a)”, portanto, corre-se o risco de ameaçar a face positiva do interlocutor (nos termos de Brown e Levinson, 1987), já que fere o conjunto das imagens positivas que ele requer para si. Nesse caso, o uso de “você” funcionaria como uma ato de valorização dessa imagem positiva do interlocutor.

Acerca dessa questão da idade, em um ponto de vista bastante diferente do brasileiro, alguns informantes moçambicanos asseveraram que preferem evitar a FTN “senhor(a)” pelo fato de que ela cria uma sensação de distanciamento que, de determinada maneira, implica uma consequência negativa para a interlocução. Esse posicionamento é demonstrado pelos exemplos 19 a 21, relacionado aos perfis 09 e 07 (cf. figuras 23 e 24), de informantes com 27, 26 e 29 anos, respectivamente:

Figura 23: perfil 09 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=64603

Figura 24: perfil 07 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://www.allposters.pt/-sp/People-Walking-along-Catembe-Jetty-Maputo-Mozambique-posters_i2700590_.htm

(19) “Neste ambiente eu não diria boa tarde, *meu senhor*.

(Ah, não diria?)

Não. Porque pra eles é como se fosse, é tipo, é, *já estás a criar distância*. Já estás a criar distância. Tipo boa tarde, *meu senhor*. A pessoa vai te olhar assim, tipo, hum. Tipo quer o que essa pessoa? Porque se eu digo boa tarde meu senhor é tipo já estou a dar distância. É tipo *alguém estranho*. Agora se eu chego e digo alô papá, desculpa. Como está? Ele também já recebe bem. Ah, minha filha. Ah, tudo bem. Não sei quê. Ah, não conhece Laurinda? Tô à procura da casa dela, não sei quê. Seria assim.

(Fica com um clima mais...)

Mais, mais, como é que eu posso dizer? Mais acolhedor. Não sei se é isso.” (MO.F8.19)

(20) “(Uma pergunta. Senhora, a palavra senhora, em algum momento caberia pra ela ou não?)

Não, não que eu não pudesse dizer, mas senhora, é, pô, é assim, com ela, essas pessoas assim, essas pessoas pra mim são muito simples, são muito humildes, sabes. E o fato de eu tar a dizer *senhora é quase tar a criar um, um distanciamento que não é necessário*.

(Tá bom.)

Então, seria mãe ou mãezinha. É tipo.

(Que é mais íntimo, mais afetoso.)

É.

(Perfeito. Tá ótimo. Super bom.)

E eu acho que dificilmente eu ia chamar alguém minha senhora.” (MO. F1.04)

(21) “Então, eu chamo vovô, pode me ajudar, faz favor. E a pessoa fala muito melhor contigo quando dizes vovô. *Quando tu dizes assim senhor tás a por muita distância entre ti e a pessoa*.

(Ah, tá.)

Quando dizes vovô tás a dizer que a pessoa é de alguma maneira relacionada contigo. Então, mostra mais respeito.” (MO.F1.03)

Muito embora a justificativa para se evitar o uso de “senhor(a)” aos perfis 07 e 09 tenha se referido à idade aparentada por eles, parece haver evidências de que outros fatores estão embutidos na escolha pragmática desses informantes moçambicanos – tais como a questão do *ethos*, por exemplo. A fim de evidenciar esse ponto de vista, é possível confrontar o exemplo 21 com o 22, produzido pela mesma informante, mas, dessa vez, referente ao perfil 19 (cf. figura 25):

Figura 25: perfil 19 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/31150016@N04/3052963605/>

(22) “Eu ia dizer: boa tarde, *senhora*. Podia me dizer o preço do Omo, quanto é que tá?
(Você chamou de *senhora*. No entanto, a gente percebe que ela tem os cabelos brancos, tudo.
Vovó?)
Mas ela não é negra. Então, ela não ia gostar de vovó.
(Pra ela não cabe?)
Não. Ela havia de dizer: eu não sou vovó. Não, ela não havia de gostar.
(Pra ela só *senhora* pode ser ou teria outro?)
Senhora só. Eu não sei como é que eu haveria de me, de me dirigir a ela.
(Tá.)
(?). *Senhora é a melhor maneira.*
(É? Tá bom.)” (MO.F1.03)

Essa avaliação dirigida ao perfil 19 é compactuada pela maioria dos informantes moçambicanos. Assim sendo, dos 25 informantes, 11 optaram pela ausência de tratamento ao se dirigir a esse perfil, 08 também se referiram ao perfil com o emprego de “*senhora*”, 04 optaram por “*avó/vovó*” e os outros 02 por formas como “*mãe/mamá*”. Dessa forma, para se confirmar a avaliação do *ethos* do perfil como atributo pragmático subjacente às escolhas treatmentais – em que o uso de formas afetivas está associado ao elemento endógeno e, portanto, com vínculos identitários, por um lado, e que, por outro lado, a forma “*senhor/senhora*” e a ausência de tratamento estão relacionadas com elementos exógenos – seguem outros excertos referentes ao mesmo perfil 19. É válido destacar que todos eles foram produzidos por informantes mulheres, com as idades de 40, 21, 22 e 57 anos, respectivamente:

(23) “Chegar: bom dia. Diz: bom dia. Estou a perguntar o preço do Omo, quanto é? Vai te dizer: cento e cinquenta, cem, é cem. Vai te dizer, aqui é cem. Se quer comprar você tira cem. Vai, dar dinheiro. Levar o Omo. Sai fora.
(Então, tá. Mas cê chega a chamar ela de vovó ou não?)
Chama de vovó não tem como.
(Não tem como?)
Não sei se pode ela negar.
(Ah.)
Porque os vovó outras, se dizer vovó não aceita.
(Pode não gostar.)
Não gostar.” (MO.F2.05)

(24) “Bom dia. Gostaria de saber quanto custa o Omo. É. *A senhora poderia me dizer o quanto custa o Omo?*
(Tá. Tem a ver com a idade?)
É. É. Como tem a ver com a idade, mas como ela, tu vê, né? *Ela parece uma pessoa da cidade.* Se fosse da zona urbana assim, até chegava com carinho, chamava assim de: oi vovó.
(Tá.)
Aí diz assim: oi, minha neta.
[risos]
É porque pessoas assim que vivem lá, gostam, como mãe: Bom dia, vovó. Tudo bem? E ela: bom dia, minha neta. O mesmo carinho que tu dás a ela é o mesmo carinho que tu recebes. É.
(Mas cê acha que isso não vai acontecer nessa relação aqui?)

Vovó, augh.

(Não.)

Ela vê que já está na idade, mas, augh, não gosta de ser chamada de vovó.” (MO.F3.07)

(25) “Ah, ela, (?) *parece indiana. Eu não ia chamar mamãe.*

(Ah, não?)

Não.

Mãe chamam as mamães. E a indiana, esta pode ser senhora. Mas também eu acho que não haveria de haver, não existiria um momento que eu pudesse chamar ela de senhora. Mas eu poderia dizer: boa tarde, a senhora poderia me dizer quanto é que custa o Omo?” (MO.F10.23)

(26) “Aqui carinhosamente trato por... se é avó posso usar senhora mesmo.

(Tá.)

Aqui as duas coisas serve. Mas posso dizer avó, quanto custa... *Mas mais é senhora que, que não há muita, muita afinidade.*

(Tá.)

Sim.

(Então, como seria a pergunta?)

Eu ia dizer: a senhora, pode me, pode me dizer quanto custa o pacote d’Omo? Mas ia dizer senhora mesmo.

(Tá.)

Mas se fosse, se ela fosse de uma loja que eu costumo ir sempre já havia de chamar de avó.”

(MO.F10.25)

Inserida na FTN “senhor(a)” há, portanto, uma ideia de falta de identificação social, ou, em outras palavras, falantes moçambicanos e angolanos atribuem ao uso dessa forma o sentido de ausência de vínculo identitário com o interlocutor. Outra situação que favoreceu o uso de “senhor(a)”, igualmente em função da ausência de identificação, são os perfis interligados a um ambiente administrativo mais formal. Nesse sentido, seguem os comentários de um informante angolano de 21 anos e de um moçambicano de 24 anos:

(27) “É, senhora não, não, não utilizo muito senhora, visto que *tem a ver também com, com, com o meio e a identidade da própria pessoa.* Acho que nos sentimos, quando chamamos senhora, é, além de vamos assim dizer... como é que eu posso dizer? É, seria... o termo até nem é excessivo. Eu não diria assim, mas acho que contando com os laços, chamar de mãe, tia, mostra que além do respeito que temos, sabemos que é mesmo, que estamos ligados, que estamos mesmo ligados aqui. *Quando chamamos senhora é mais algo pra, pra alguém distante, que você não se identifica muito.* Já chamando mãe ou chamando tia você mostra que se identifica com aquela realidade. Conhece a situação da senhora que está ali. *Agora chamando senhora é não conhecendo a realidade, a realidade da pessoa que tá por trás.* É chamando mãe, tia é mais uma manifestação deste, desta cumplicidade, vamos assim dizer.” (AN.01)

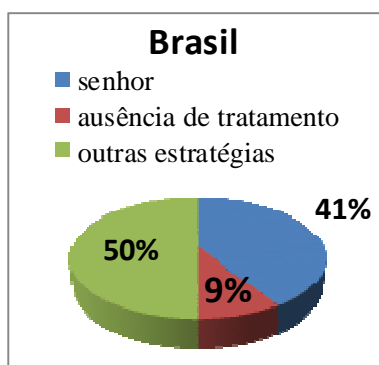
(28) “*Senhora pra, digamos, as mulheres mais ligadas à administração.*

(...)

É, eu diria que *pra pessoas que estão mais ligadas à administração, por eu não ter nenhum grau de intimidade com elas, então, o termo mais correto seria senhor ou senhora.* Mas assim, pra pessoas que, é, encontramos na estrada ou, não sei se é executivo ou não, administrativo, então, às vezes tenho esse tratamento pai ou senhor mesmo. Exato”. (MO.F6.15)

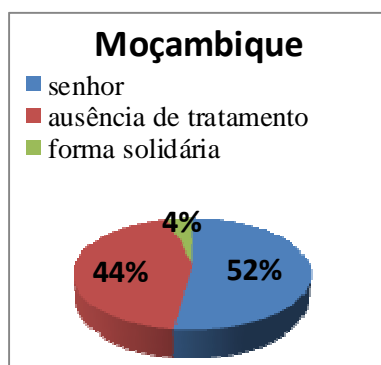
Esse uso da FTN “senhor(a)” associado a ambientes formais, administrativos, burocráticos, implica um valor semântico relacionado a esferas de poder. A partir desse viés, os informantes atribuem esse tratamento aos perfis por eles avaliados como hierarquicamente superiores, cuja interlocução ocorrerá de forma não-recíproca e não-íntima. Para determinados perfis dos três países em avaliação, houve esse tipo de comportamento ora descrito: ao ser apresentado o perfil de número 15 (cf. figura 26), dos 22 informantes brasileiros, 40,9% deles optaram pelo emprego de “senhor”, 9,0% pela ausência de tratamento e 50% por outras estratégias, tais como “doutor” e perguntar o nome; o perfil de número 15 (cf. figura 27) provocou as seguintes reações aos 25 entrevistados moçambicanos: 52% optaram por “senhor”, 44% pela ausência de tratamento e apenas 4% por uma forma mais solidária (esse valor corresponde a apenas um informante de 14 anos); e, por fim, ao ser apresentado o perfil 15 (cf. figura 28) aos 25 informantes angolanos, os comportamentos apresentados foram: 60% dos informantes preferiram o uso de “senhora”, 20% optaram pela ausência de tratamento e 20% escolheram outras formas. Por meio desses números, deduz-se que, quando há formalidade no contexto de interlocução, a escolha privilegiada pelos informantes é a FTN “senhor(a)”. Essa tendência mostrou-se um pouco mais acentuada entre moçambicanos e angolanos, mas é também válida para o contexto brasileiro, como evidenciam os gráficos abaixo:

Gráfico 05: Formas de tratamento associadas ao perfil 15 da amostra brasileira (%)



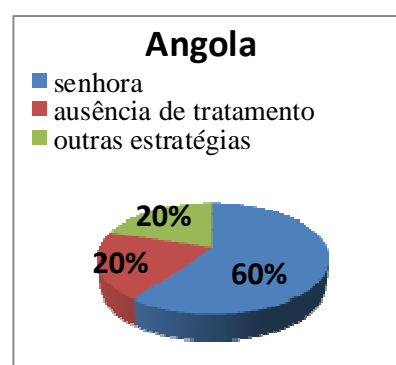
Fonte: própria

Gráfico 06: Formas de tratamento associadas ao perfil 15 da amostra moçambicana (%)



Fonte: própria

Gráfico 07: Formas de tratamento associadas ao perfil 15 da amostra angolana (%)



Fonte: própria

Com um intento ilustrativo desse aspecto peculiar ao tratamento “senhor” associado a um contexto interlocutivo formal e burocrático, seguem os excertos 29 a 31, produzidos por uma informante brasileira de 34 anos, por um moçambicano de 30 anos e por uma angolana de 19 anos, respectivamente:

Figura 26: perfil 15 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>

Figura 27: perfil 15 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2310

Figura 28: perfil 15 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://asm.co.ao/testemunhos.html>

(29) “Ah, daí *eu seria muito mais formal*.”

(É?)

É.

(Como assim, por exemplo?)

Então, eu falaria: dá licença, é, o senhor pode falar comigo agora? Tem um minuto? Porque parece que é uma pessoa ocupada, né, que tá trabalhando, que tá de terno. Parece que é uma pessoa importante na empresa. Cê não sabe se é todo momento que ele pode falar com você. Então, eu fal... eu pediria licença, perguntaria se ele teria um minuto pra falar comigo e depois eu falaria o *senhor*.

(O senhor? Mesmo se ele fosse mais novo?)

Mesmo se fosse... é, se fosse mais novo, num sei. Mas, assim, da idade dele eu já eu falaria senhor, né.” (BR.F2.05)

(30) “Ok. Boa tarde, *meu senhor*, sabe onde está, onde está o senhor Khossa?”

(Você escolheu meu senhor?)

Sim.

(Por alguma razão?)

Hum, claro. Ya, claro. Porque neste, *é no gabinete*.

(Certo.)

Sim. *O ambiente é muito formal*, que nem boa tarde pai, ficaria bem.

(Tá. Não cabe?)

Não. Mas senhor, sim.” (MO.F3.08)

(31) “Então, eu trataria por senhora ou... sim, *senhora*. Como eu não sei o cargo, não sei, *trataria por uma forma formal e respeitosa*. Olá, boa tarde. A senhora pode me dizer, por exemplo, onde fica, hum, a sala do fundador, do senhor fundador? Sim, mas se fosse o caso de eu saber, por exemplo, se ela fosse governadora, secretária ou algo do gênero, ou então uma doutora já, eu poderia tratá-la por doutora: boa tarde, *senhora doutora*. Pode me explicar onde fica a sala do senhor fundador? Tratar com formalidades.

(Percebi. Nesse caso tia não cabe?)

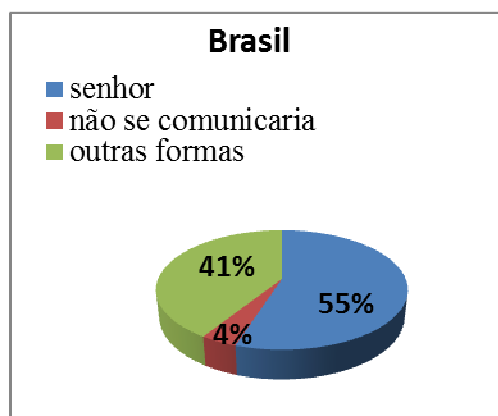
Não.

(E por que não?)

É, eu diria por ser um ambiente mais formal. Tia não cabe mesmo.” (AN.10)

Entre os informantes brasileiros, ainda se destacou outro valor pragmático associado ao tratamento “senhor”: a tentativa proposital de se estabelecer distanciamento. Esse uso particular da forma em análise foi direcionada especificamente ao perfil de número 18 (um policial rodoviário – cf. figura 29). Dos 22 informantes cujas respostas foram consideradas, 12 deles referiram que só se dirigiriam a esse perfil empregando “senhor”, 9 usariam outras formas, e uma informante disse que se recusaria a estabelecer qualquer tipo de comunicação com ele, tal como demonstra o seguinte gráfico:

Gráfico 08: FTNs direcionadas ao policial da amostra brasileira (%)



Fonte: própria

Para ilustrar o sentido de distanciamento associado a essa forma, seguem os depoimentos dos seguintes informantes brasileiros: uma mulher de 43 anos, um homem de 35 anos, um homem de 50 anos e, por fim, uma mulher de 86 anos natural do estado da Bahia:

Figura 29: perfil 18 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/conhecaPRF.faces>

(32) “É! Provavelmente eu não pararia o carro pra pedir informação pra ele! Mas, não pararia. Mas é capaz de falar *senhor*, por querer estabelecer uma distância.

(Hum hum.)

Eu acho que seria isso. Eu acho que eu não falaria você. É...eu acho que *eu não gostaria de ter nenhum tipo de, é, sensação de proximidade dessa pessoa, né*. Ele tá exercendo a função profissional dele. Provavelmente, tá, tá em trabalho, é uma polícia rodoviária, né, tô vendo?

(Hum hum.)

Enfim, seria senhor. Senhor pelo, por motivo de estabelecer uma distância, né. Pararia: Boa tarde, o senhor pode me dizer onde fica a rua tal? Como eu pego a rodovia x, y, z?” (BR.F3.06)

(33) “Ah, existe muito, em relação a policial, *de eles quererem que chamem eles de senhor*. Eu não chamo de senhor pelo fato de uma... é que eu já ouvi alguns casos de você falar você pra um policial e o policial ser um ignorante e bater mesmo na pessoa. Então, no caso *eu falo senhor pra polícia não é por vontade própria*. É uma coisa que eu aprendi lá atrás. Tive amigos que já tomaram tapa na cara por causa disso de chamar de você e... mas é só por esse fato. Não acho nada mais, um policial nada mais do que ninguém. Só que eles têm essa, isso daí. *O senhor só caberia aqui por causa disso*.

(...)

Senhor pelo fato, só por esse fato. *Não por respeito, por nada*. É que eles são, se auto, acham que são mais do que alguma coisa. Por isso, só por esse fato.” (BR.F4.09)

(34) “Então, eu vejo um policial, *eu falo senhor*. Cê entendeu? Eu falo senhor. Aí, ó, por favor, o senhor. Eu falo uma palavra, por favor, entendeu? *Ponho o favor no meio*. Eu falo: o senhor poderia me tal tal tal. Então, eu tô meio perdido aqui. *Porque existe um posicionamento, né, meio... e eles gostam de autoridade*.

(Fazem questão?)

É. Eles fazem questão mesmo. Daí se cê não falar direito, eles nem te informa nada.” (BR.F7.17)

(35) “Ô meu pai. Não, nunca! *Tenho pavor de militar. Armado... ih... arma!*

(Nem perguntaria pra ele nada?)

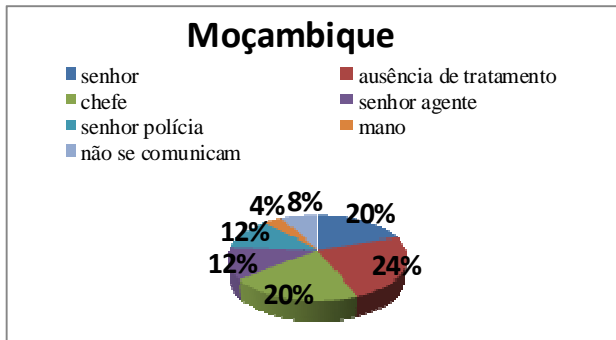
Nem perguntaria. Hum... eu sairia daquela rua correndo.

(Esse pavor seria, é a mesma coisa que medo?)

É que eu corri de Lampião, né, quando eu era criança.” (BR.F2.03)

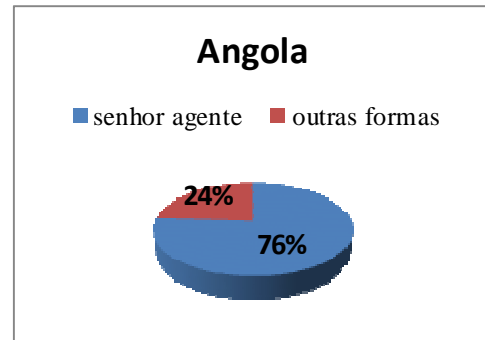
Apenas com um efeito comparativo, é válido destacar que cada país em análise nesse estudo apresentou um comportamento linguístico particular com respeito ao perfil social de policiais (número 17 na amostra moçambicana e 16 na angolana – cf. figuras 30 e 31). Em termos gerais, há certa resistência das pessoas em estabelecerem diálogos com esses perfis por questões peculiares a cada contexto social. Entre os angolanos, há um comportamento mais homogêneo: dos 25 entrevistados, 19 optaram pela FTN “senhor agente”. Já entre moçambicanos, as formas escolhidas apresentaram bastante variação: dos 25 informantes, 06 escolheram a ausência de tratamento, 05 optaram por “chefe”, 05 por “senhor”, 03 por “senhor agente”, 03 por “senhor polícia”, apenas 01 se remeteu ao perfil por “mano” e 02 asseveraram não se comunicarem com policiais. Com um objetivo comparativo, seguem os gráficos 09 e 10:

Gráfico 09: FTNs direcionadas ao policial da amostra moçambicana (%)



Fonte: própria

Gráfico 10: FTNs direcionadas ao policial da amostra angolana (%)



Fonte: própria

Com um intuito ilustrativo, seguem alguns depoimentos. O primeiro deles (de número 36) foi produzido por uma informante angolana de 31 anos, o segundo também por uma angolana de 25 anos, o terceiro (número 38) é de um moçambicano de 43 anos e, o último, por uma moçambicana de 26 anos:

Figura 30: perfil 17 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://circulodesociologia.blogspot.com/2007_05_01_archive.html

Figura 31: perfil 16 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://www.portaldeangola.com/2013/04/policia-detem-mais-de-cem-supostos-criminosos-em-luanda/>

(36) “Ah, bom dia, *senhor agente*. É muito longe da Marginal? É, tá muito longe da Marginal? Pra ele ver que eu não tenho nenhuma noção da onde eu tô. Se tá longe, se tá perto, aonde é e ele vai dizer.” (AN.25)

(37) “Olha, pra ser sincera, ah, *ainda não sei se iria pedir alguma informação*. Ah, porque é daquela, olha, as pessoas não são perfeitas, né.
 (Certo.)

E ninguém vai entender. Mas alguns, entendes? Tu vai parar educadamente. E aí se a pessoa aproveita-se que vai te responder. Por quê? Porque tá aí fardado. E, e às vezes, sei lá, e se responder respondem assim: ah, num sei, não sei quê. Ah, então, é pá, eu como já sei prefiro não.

(Você procura outra pessoa?)

Sim, eu procuro uma outra pessoa. É melhor.” (AN.17)

(38) “Este é o *chefe*.

(Então, pra perguntar da avenida 25 de setembro.)

É. Este aqui é o chefe. Desculpa, a avenida 25 de setembro, por favor?” (MO. F5.14)

(39) “Bem, primeiro fator. *Difícilmente eu iria ter com o polícia para lhe pedir o que quer que seja.*

Eu diria: boa tarde, *chefe*. Tudo bem? Como está a correr a noite, muita confusão? Ah, tá calmo hoje, né? É isso. *Chefe*, estou à procura aqui daquela rua 25 de Setembro. Conheces? Tô a pedir. Sabes me explicar mais ou menos onde é que é? Ah, *kanimambo*¹¹³. Boa noite. Bom trabalho.

(Tá ótimo.)

E diria bom trabalho mesmo pra ele saber, ah, tens que trabalhar.

(E por que não? O que que te motiva a não querer...)

Eu não confio na polícia aqui em Moçambique.

(Ah, tá.)

Acho que ele são uns abusados, uns interesseiros. Se bobear ele no fim da resposta ele dizia: ah, e como é um refrigerante?” (MO.F1.04)

Com o mesmo objetivo de sintetizar as informações relativas à FTN “senhor(a)”, segue o quadro 12:

Quadro 12: Síntese esquemática da FTN “senhor(a)”

Senhor(a)
Brasil, Moçambique e Angola <ul style="list-style-type: none">• Mais formalidade;• Destinado a: * falantes com mais <i>idade</i> do que o locutor; * pessoas que trabalham em meios administrativos e burocráticos.
Brasil <ul style="list-style-type: none">• A questão da idade é preponderante;• Necessidade proposital de gerar distanciamento em interlocuções com policiais.
Moçambique <ul style="list-style-type: none">• Gera sensação de “distanciamento” entre os interlocutores com consequências pragmaticamente negativas à comunicação.
Moçambique e Angola <ul style="list-style-type: none">• Representa a ausência de vínculo identitário com o interlocutor.

Fonte: própria

¹¹³ Kanimambo significa “obrigado” na língua moçambicana xichangana.

4.2 Formas de tratamento específicas às realidades de cada país

Considerando o fato de as formas de tratamento constituírem um sistema linguístico aberto às dinâmicas sociais e que, portanto, está sujeito à inserção constante de novas formas – ao passo que outras caem em desuso –, em função da criatividade dos falantes, de fatores regionais, características de sexo e idade, marcas de identificação de “grupos” (religiosos, afinidades musicais, esportivas etc.), entre outros fatores, ainda assim é possível esboçar algumas generalizações acerca das formas de tratamento mais comuns a cada um dos países. Antes de se comentar esses usos mais particulares de cada cultura em análise, duas ressalvas necessariamente devem ser feitas: i) o presente trabalho investigativo não possui pretensão alguma de contemplar o sistema linguístico dos tratamentos como um todo, haja vista que, conforme já mencionado, esse intento não é realizável em função da dinamicidade desse sistema; ii) as formas de tratamento aqui apresentadas foram, na totalidade, exemplos fornecidos pelos 73 informantes dos três países que aceitaram participar dessa pesquisa. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que, durante o recorte temporal em que esse *corpus* estava sendo formado, inúmeras outras formas de tratamento corriqueiramente eram empregadas pelos falantes das três variedades do português, mas que não foram informadas em função da limitação da entrevista, ou seja, os informantes mencionaram apenas as formas de tratamento que utilizariam para os perfis sociais a eles apresentados por meio das fotografias. Assim, caso outros perfis tivessem sido selecionados para compor a amostra, outras escolhas tratamentais viriam à tona.

No que se refere ao repertório de endereçamento utilizado por informantes brasileiros, é possível destacar a gama de usos solidários empregados aos perfis que se caracteriza por grande criatividade e diversidade de fontes motivadoras. Em termos gerais, os informantes brasileiros do sexo masculino foram os que forneceram a maior quantidade de exemplos de FTNs da amostra brasileira¹¹⁴. Para efeitos de ilustração, seguem alguns exemplos. Os excertos de número 40 e 41 foram produzidos por um informante de 33 anos e dirigidos aos perfis 01 e 05 (cf. figuras 32 e 33); os excertos 42 e 43 são de um informante de 50 anos aos perfis 05 e 12 (cf. figura 34); e o 44 é proveniente de um informante de 64 anos ao referir-se ao perfil 03 (cf. figura 35):

¹¹⁴ A fim de se observar o inventário completo de FTNs da amostra brasileira, cf. a subseção 4.4, página 265.

Figura 32: perfil 01 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://kalenaeduardo.blogspot.com.br/2010/08/grupo-de-jovens-shallon.html>

Figura 33: perfil 05 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://perfumedepequi.blogspot.com.br/2008/09/vendedores-de-frutas.html>

Figura 34: perfil 12 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://iminuto.com.br/sistema/?p=1783>

Figura 35: perfil 03 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://alexandre-pinheiro.blogspot.com.br/2011/04/um-cidadao-de-chapadopolis.html>

(40) “Eu vou chegar bem e abordar os caras e chegar assim: Ô, ô *brother*, beleza, *meu*? Ô *meu*, cê conhece essa rua aqui, *cara*? Eu não tô achando. Já dei várias voltas aqui e não encontro. Dá pro cê me dá uma mão aí, *cara*, por favor? Seria assim que eu abordaria.” (BR. F5.11)

(41) “Ah, esse eu já chegaria já... chegava assim: ô... ô *gente fina*, por favor, quanto é que tá aí a metade dessa melancia?” (BR. F5.11)

(42) “*Meu*, tá um calor, *meu*. Quanto que tá a meia melancia?

(Assim?)

É.

(Aí cêalaria ele, cê chamaria ele de outra coisa? Ele tá de costas, prestando atenção em outra coisa, aí cê vai chamar ele.)

Então, pra chamar ele eu falo sempre: ô *patrício*!

(Patrício?)

É.

(É verdade?)

Ô *patrício*.

(Patrício?)

É. Ô *patrício*, e aí? Porque é uma palavra que une. Entendeu?

(Hum hum.)

Então, eu sempre falo: ô *patrício*! E aí?” (BR.F7.17)

(43) “Então, esse aí também eualaria cidadão: ô *cidadão*, tô perdido aqui, *meu*, me ajuda aí, me dá uma luz! Entendeu? Eu uso muito cidadão.

(É meio curinga assim pra você, né?)

É coringa mesmo. É coringa. É o ônibus, é o cobrador, o motorista.” (BR.F7.17)

(44) “A mesma coisa pra esse companheiro aqui ó. Eu podia chegar pra ele se eu tivesse a pé, eu parei o carro, ele tá parado, digamos que eu parei o carro, abri a porta e fui chegando pra falar: *Companheiro*, sabe como é que eu faço um retorno aqui, *cara*? Tô perdido aqui! Pronto, já perguntei.” (BR.F10.22)

É preciso destacar que esse uso mais diversificado de FTNs é produzido por informantes homens e fundamentalmente direcionado a perfis sociais também do sexo masculino – portanto, trata-se de uma estratégia de solidariedade entre os homens. Contudo, houve a ocorrência de uma FTN que, por sua curiosidade, merece ser comentada: um informante homem, de 64 anos, empregou a forma “broto” para o perfil social de número 13 (uma professora – cf. figura 36). Essa forma foi abundantemente empregada nos anos 1960, em um contexto musical de “Jovem Guarda”, mas que caiu em desuso após o declínio desse movimento artístico. Trata-se de uma reminiscência tratamental. Segue o excerto:

Figura 36: perfil 13 da amostra de imagens brasileira



Disponível em: <http://nickmartins.com.br/atualidades/tag/concurso-professor-sp/>

(45) “Aqui é uma mulher né?”

(Sim. Como pede essa informação?)

Tá nesse ambiente e eu vou perguntar pra essa moça? Aqui já é uma moça, né?

(É.)

Eu chegaria, às vezes eu falo broto.

(É?)

Eu falo. Costumo falar na rua, eu digo como prática, não como uma prática, mas falo muito: *Broto*, por favor, você conhece a Sabrina?

(Tá.)

Seria nesse tom, desse jeito. Pra essa moça: *broto*, por favor, você conhece a Sabrina?

(Puxa!)” (BR.F10.22)

Majoritariamente, as FTNs empregadas por informantes brasileiros vêm de uma matriz lexical portuguesa. É evidente que algumas formas sofreram um esvaziamento semântico inicial e, no decorrer do tempo, passaram por um processo de aquisição de novos significados. Exemplos de fenômenos dessa natureza podem ser evidenciados pelas FTNs “cara” e “meu”. A principiar pela palavra “cara”, é possível verificar que, segundo o *Dicionário Aurélio* (1988), ela possui três acepções originais: i) A parte anterior da cabeça, o rosto; ii) semblante, fisionomia; e iii) a parte oposta à coroa em certas moedas. Por meio desses conceitos, houve uma nova interpretação dessa palavra, caracterizada por esse mesmo Dicionário como uma “gíria”: “Pessoa que não se

conhece; indivíduo, sujeito” (FERREIRA, 1988, p.127). Assim sendo, “cara” passou a ser uma FTN muito produtiva para se dirigir tanto a interlocutores conhecidos, como a desconhecidos e, indistintamente, para homens e mulheres¹¹⁵.

O uso da FTN “meu”, por sua vez, é também frequente entre falantes do estado de São Paulo – local onde a pesquisa foi realizada – e provém, originalmente, do paradigma dos pronomes possessivos. O uso contemporâneo dessa forma – no caso específico que está em debate – não prevê um núcleo de sintagma nominal como, por exemplo, se dá em “meu *querido*”, “meu *amigo*”. Em outras palavras, o que em outros contextos funciona como um determinante possessivo, no sentido aqui exposto, passa a ter a função de um nominal. Todavia, pelo fato de que, possivelmente, essa forma tenha se originado a partir da elipse do núcleo nominal, ela mantém algum resquício semântico do original possessivo, haja vista que, de alguma forma, ao empregá-la o falante pretende esboçar algum tipo de relação que se estabelece entre ele e seu interlocutor. Há ainda outra diferença essencial entre o uso de “meu” como nominal e como “possessivo”: ao contrário do que ocorre com o pronome possessivo, o nominal “meu” dispensa marcas de gênero, podendo ser atribuído indistintamente a interlocutores femininos e masculinos. A fim de se demonstrar o funcionamento dessas duas FTNs, segue o exemplo 46, produzido por um informante brasileiro de 50 anos:

(46) “Então, na rua sempre eu pergunto duas vezes. Mas eu tô vendo um cara aqui. O cara é o cara fuçado, né. Então, vou chegar nele e vou falar: ô *meu*, cê sabe onde é que tá tal rua, *cara*? Se tá por aqui por perto e tal?” (BR.F7.17)

Além de FTNs de matriz portuguesa, há algumas poucas formas provenientes de outras matrizes, tais como a inglesa, em uso no Brasil. No *corpus* formado pela presente pesquisa, a única forma disponibilizada pelos informantes foi “brother”, que significa “irmão” em inglês. Essa forma também ressalta um uso solidário entre informantes do sexo masculino, tal como já referenciado pelo exemplo de número 40:

(40) “Eu vou chegar bem e abordar os caras e chegar assim: Ô, ô *brother*, beleza, meu? Ô meu, cê conhece essa rua aqui, cara? Eu não tô achando. Já dei várias voltas aqui e não encontro. Dá pro cê me dá uma mão aí, cara, por favor? Seria assim que eu abordaria.” (BR. F5.11)

¹¹⁵ Entretanto, no que se refere a desconhecidos, é mais frequente que essa forma ocorra entre interlocutores homens. Em geral, as mulheres empregam “cara” para se dirigirem a homens e mulheres já conhecidos e com os quais haja alguma relação prévia de solidariedade /intimidade.

Com relação apenas às FTNs brasileiras, é possível propor a seguinte síntese:

Quadro 13: Síntese esquemática das FTNs brasileiras

Brasil
<ul style="list-style-type: none">• FTNs são provenientes majoritariamente de matriz lexical portuguesa;• Usos solidários são preponderantes;• Homens utilizam um rol de FTNs maior dos que as mulheres, sobretudo destinado a interlocutores também do sexo masculino;

Fonte: própria

Acerca de empréstimos de matriz inglesa é preciso destacar a FTN “brada”, abundantemente empregada pelos informantes angolanos e moçambicanos. Esse tratamento é também proveniente da palavra inglesa “brother”, mas sofreu um rearranjo em suas características fonético-fonológicas. Assim sendo, além de apresentar-se com diferenças na forma, a palavra “brada” é empregada por falantes dos dois países africanos em referência a interlocutores tanto do sexo masculino quanto do feminino. Dessa forma, houve um distanciamento da referência masculina original de “brother”, mas com a preservação do campo semântico que envolve a noção de “fraternidade” – um uso solidário, portanto, ainda que para desconhecidos. Seguem alguns excertos que ilustram o emprego da FTN “brada”, produzidos por um informante moçambicano de 30 anos ao dirigir-se ao perfil 10 (cf. figura 37), por uma moçambicana de 27 anos ao perfil 20 (cf. figura 38) e por um angolano de 19 anos ao perfil de número 03 (cf. figura 39), respectivamente:

Figura 37: perfil 10 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://xaxor.com/photography/22148-rastafari-photography.html>

Figura 38: perfil 20 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/>

Figura 39: perfil 03 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://noticias.sapo.mz/foto/1267269/>

(47) “É. Olá, como é, *brada*? Geralmente é assim como se fala aqui em Maputo. Desculpa. Eu gostaria... poderias me ajudar a achar a avenida Amilcar Cabral?” (MO. F6.16)

(48) “Oi. Tudo bem? Tudo. Ah, aqui também. Pôssas, o calor é que está a matar, hein? Ah, tá tá tá. Sabes aí onde é que vende uma coca, uma cerveja? É ali mesmo. Ixi, ya. Obrigada, ya, *brada*. Tá nice. Fica bem, hein. Enjoy, aí, o calorzinho! Uma cervejinha. Ah, tá nice, amiga. Tá nice.

[risos]

Sim. É mesmo informal. É como se eu já lhe conhecesse há muito tempo.” (MO.F7.17)

(49) “Boa tarde, *brada*. Eh pá, me indica só onde é que fica, onde é... qual táxi é que eu tenho que apanhar que é pra mim bazar na, no Benfica. Brada ou wi.” (AN. 21)

Mais especificamente acerca do inventário de FTNs moçambicanas e angolanas¹¹⁶, é também possível identificar formas provenientes de uma matriz lexical portuguesa, com ou sem rearranjo semântico, e formas originárias de outras matrizes condizentes com a realidade multicultural de cada um dos países.

Dessa forma, as FTNs “stor(a)”, “gajo”, “miúdo” e “senhor + profissão” são assaz recorrentes entre os informantes moçambicanos e angolanos e remontam diretamente a uma presença colonial portuguesa temporalmente muito recente em Moçambique e Angola¹¹⁷ – a independência dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) ocorreu em 1975.

Muitos informantes mencionaram tratar os seus professores – quando frequentavam séries escolares iniciais – como “stor” ou “stora”. Segundo informa Joviana Benedito (2008), uma professora portuguesa aposentada, em sua coluna intitulada “Contos da ciberavó”, divulgada pelo jornal português *online Expresso*¹¹⁸, essa forma de tratamento é muito recorrente nas escolas portuguesas e é formada pela fusão dos tratamentos “senhor doutor” e “senhora doutora”. Essa explicação é transposta ao contexto educacional moçambicano e angolano, ao se considerar que, originalmente, o sistema escolar desses países contava com professores exclusivamente portugueses. Essa explicação acerca da formação do tratamento “stor(a)” fornecida por

¹¹⁶ Para se ter acesso ao inventário completo de FTNs da amostra moçambicana e angolana, cf. a subseção 4.4, páginas 267 e 268.

¹¹⁷ Apesar de pertencer a uma matriz portuguesa, essas formas não são recorrentes no Brasil pelo fato de que a presença de colonizadores portugueses se concentrou dos séculos XVI a XVIII. Destaca-se que a imigração portuguesa mais recente, final do século XIX e início do XX, ocorreu em regiões específicas do país e também não foi suficiente para diretamente influenciar o sistema de formas de tratamento empregado pela população brasileira.

¹¹⁸ BENEDITO, Joviana. Stor(a) na língua portuguesa. In: *Expresso*, setembro de 2008. Disponível em : <http://expresso.sapo.pt/setora-na-lingua-portuguesa=f403598>. Acesso em 02 de abril de 2013.

Benedito (2008) é coadunada por um informante angolano, de 42 anos, no excerto de número 50:

(50) “Professor e há uma expressão que é, que é, que é diminutivo de senhor doutor. Ficava o “s”. O “inhor” saia. Doutor, o “do” saia. Ficava só “tor”. Que era stor.

[risos]

(Eu ouvi realmente já.)

É? Já ouviu?

(Já ouvi. Então o senhor usava isso stor, stora?)

Do quinto, sexto, sétimo, oitavo era stor.

(Ah, tá bom. E stora também?)

Stora.” (AN.23)

Em função dessa mesma herança cultural portuguesa, nos dois países africanos em observação foram coincidentes as formas de se dirigir ao perfil da professora (número 12 na amostra de Moçambique e 07 na de Angola – cf. figuras 40 e 41). Muitos informantes referiram atribuir FTNs de acordo com o nível de ensino: como já apresentado, para níveis iniciais o uso corrente é “stor(a)”, para profissionais do ensino médio, as formas privilegiadas são “professor(a)” ou “professor(a) + nome” e para o ensino universitário há tratamentos como “senhor(a) professor(a)” e “senhor(a) doutor(a)”. Em termos gerais, é possível caracterizar a relação tratamental entre alunos e professores e entre pais de alunos e professores de Moçambique e Angola como mais formais do que essa mesma relação no Brasil, onde as escolhas são preferencialmente mais distensas e informais. A fim de se comparar esses usos, seguem exemplos dos três países. O excerto 51 é de uma moçambicana de 18 anos, o 52 de um moçambicano de 24 anos, o 53 de um angolano de 25 anos, o 54 de outro angolano, mas de 54 anos, e o 55 e o 56 foram produzidos por duas brasileiras, a primeira de 34 e a segunda de 35 anos:

Figura 40: perfil 12 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://ccs.ufpel.edu.br/wp/2009/07/27/professor-a-de-mocambique-visita-o-ib/>

Figura 41: perfil 07 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://www.opais.net/pt/revista/?det=29327&id=1639&mid=>

(51) “*Stora*, não percebi bem isso, pode me explicar de novo, por favor?” (MO.F1.01)

(52) “Muito simples. Ela estaria a falar nessa altura, dando aulas e eu iria levantar a mão. E ela ia perceber que tenho algo a colocar. Então depois dela explicar, de começar a explicar nessa altura, ela iria parar e conceder-me a palavra. Então, direi, eu diria a ela: com licença, *professora*, *senhora professora*. Não percebi o ponto X. Será que a professora poderia explicar melhor? Então, sempre bem ela iria explicar, né.” (MO.F6.15)

(53) “E levanto a mão. Levanto a mão e se por acaso ela não tá a prestar atenção eu posso dizer: *professora*, por favor, desculpe. Se ela me permitir falar alguma coisa, então: *professora*, desculpe. Eu não entendi mais ou menos aquela passagem que a professora disse, aquela definição ou aquela explicação que a professora deu. É isso.”(AN.11)

(54) “Bom dia ou boa tarde, *senhora professora*. Por favor, diga-me qual é o comportamento do meu filho na escola.” (AN.12)

(55) “Falar: oi, boa tarde, você é professora aqui? Ah, sou. Cê saberia me dizer se tem um aluno... cê viu algum aluno assim, assim, assado? Entendeu?” (BR.F2.05)

(56) “*Professora*, o Bernardinho tá na sala, por favor?” (BR.F4.08)

Tal como ocorre com a referência alocutiva à professora, diversas outras profissões são referidas por moçambicanos e angolanos com a expressão “senhor + profissão”. São exemplos: “senhora enfermeira”, “senhor agente”, “senhor ministro”, “senhor deputado”. Trata-se de um indicativo da deferência atribuída às hierarquias vigentes nessas sociedades. Com um efeito ilustrativo, seguem o exemplo 57, produzido por uma moçambicana de 42 anos, e o exemplo 58 de um angolano de 26 anos:

(57) “Departamento de recursos humanos. Então, chego, bato à porta. Ele me diz: entra. Eu abro. Então digo: com licença. Bom dia. Agora, eu já não sei se ele é ministro, se ele é o quê. Então, se eu souber que ele é um ministro, aí eu digo: Bom dia, *senhor ministro*. Sim. Se é um deputado digo: bom dia, *senhor deputado*. Bom dia, não sei quê. Digo sempre. Então, se ele é ministro, digo: bom dia, *senhor ministro*. Então, digo: faz favor, eu estou a procura dum... departamento de quê?” (MO.F4.10)

(58) “Com licença. Posso? Ah, desculpe, *senhora enfermeira*. Eu fiz agora algumas análises recentemente. Eu queria saber se os resultados já estão prontos.” (AN.03)

Além das formas de tratamento de matriz portuguesa, Moçambique conta com uma série de FTNs de matriz bantu. Uma vez que as entrevistas foram realizadas na cidade de Maputo, cuja língua mais falada é a xichangana, as formas de tratamento mais recorrentes entre os informantes que compuseram essa pesquisa são justamente provenientes dessa língua. É válido destacar que as FTNs do xichangana mais recorrentes no *corpus* moçambicano referem-se à faixa etária dos interlocutores, ou seja, são formas de se referir a crianças e a anciãos, por exemplo. Além disso, por vezes, os

informantes justificavam suas escolhas por essas FTNs pelo fato de desconfiarem que o perfil a eles apresentado fosse de alguém que não falasse fluentemente a língua portuguesa. São exemplos:

(59) “Ah. Ei miúdo, você viu o Siteo? É. Ei miúdo ou ei *mufana*, você viu o Siteo? Só isso. É, é. Porque ele ali talvez miúdo não fosse perceber, não sei. A mim esta foto me dá logo essa ideia de que ele não fala muito bem português.” (MO.F4.12)

(60) “Se fosse velhinho eu ia dizer: *madala*, faz favor... *Madala* é uma maneira muito respeitosa de chamar vovô.

(Ah, tá.)

Eu acho. Eu sempre chamei *madala*. E, mas eu normalmente chamo vovô porque vovô tá a mostrar mais respeito. Quando não é muito velhinho, eu chamo titio. Mas assim, nessa, tio não fica bem quando é uma pessoa mais velhota.” (MO.F1.03)

(61) “(Como foi que cê chamou... que palavra cê usou pra se referir àquele senhor do mato?)

Madoda.

(Madoda?)

Ya. Uma palavra, uma palavra que eu aprendi. É uma forma de respeito.

(Ah é?)

Com mais velho.

(Com mais velho? É changana?)

É changana.” (MO.F7.17)

De acordo com o Dicionário Changana-Português (2012) de Bento Siteo, a palavra “mufana” indica menino, rapaz, moço, com idade até os 18 anos (p.126). Já “madala” é a designação de homem velho (p.101) e “madoda” é o indicativo de um “conselheiro; ancião, homem venerável, digno de respeito” (p.32). Além de madala e madoda, comumente os moçambicanos empregam a FTN “mais velho” para se referir a alguém com mais idade – essa forma também é corrente entre os informantes angolanos. Seguem alguns exemplos:

(62) “Meu jovem, dá lá um cinquentinha da Mcel.

(Pronto. Assim né?)

Assim. De cara.

(...)

Não, não. Aqui não. Aqui é meu jovem. Ou *mais velho*.

(Mais velho. Tá, tá.)

Porque eles, eles quando nos chamam, chamam-nos de *mais velho*. Então, a gente também retorna e também o chama de *mais velho*.

(Ah, assim também?)

Mais velho, tá aqui o troco. *Mais velho*, não quer o, não quer o Mcel hoje? Não quer o Vodacom? Então, a gente também retorna. Também chamam eles de *mais velho*, tá.” (MO.F5.14)

(63) “Boa tarde, *mais velho*. Eu tô à procura da dona Amélia. É aquela juíza que trabalha (?). Poderia me dizer onde é a casa? Se conhece, tal?” (AN. 03)

Culturalmente inseridas no contexto moçambicano, há diversas FTNs de origem muçulmana, sobretudo no que se refere a pessoas interagentes nesse domínio religioso. Nesse sentido, alguns informantes moçambicanos propuseram uma adaptação do perfil 11 ao seu próprio contexto religioso – declaradamente muçulmano. Assim, formas como “shehe”, “sheik” e “mualimo” foram destacadas. As duas primeiras referem-se ao líder religioso ou a alguém que tenha conhecimento religioso muçulmano, ao passo que “mualimo” refere-se ao professor, àquele que ensina esses preceitos religiosos. Além disso, outros informantes, não necessariamente muçulmanos, destacaram a utilização da saudação árabe “salamaleico”, pelo fato de argumentarem no sentido de que esse cumprimento já está inserido no contexto da cidade de Maputo. A fim de ilustrar esses usos culturalmente muçulmanos em contexto moçambicano, seguem os exemplos 64 a 66 produzidos em função do perfil 11 (cf. figura 42) e os exemplos de número 65 e 66 para o perfil 16 (cf. figura 43):

Figura 42: perfil 11 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://blogs.estadao.com.br/adriana-carranca/title-327/>

Figura 43: perfil 16 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://www.dw.de/abrigo-para-mulheres-eg%C3%ADpcias-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A4ncia-dom%C3%A9stica/a-5402007>

(64) “Mas se não conhecesse seria uma abordagem primeira mão, né. Chegava e dizia: bom dia. Ou venho consultar-me com o senhor. Sim, sempre senhor né. Venho consultar-me com o senhor. Seria assim.

(...)

Sim. Chamo pelo nome sim. Avô x. Pode usar o nome muçulmano de *shehe*.

(Ah. Shehe?)

Shehe Bacari ou *Shehe* Mahomed.

(Tá.)

Sim.

(Shehe é o quê? É de...)

Shehe quer dizer também que são os tradicionais, mas é muçulmano.

(Tá.)

Faz as orações e, pronto. Tem as suas curas também.” (MO.F5.13)

(65) “(Você já foi a um?)

Vamos lá. Nunca, nunca fui a um curandeiro. Mas já, vamos lá, já, já, minha mãe já me levou para, vamos lá, nós chamamos aqui *sheik*.

(Sheik? É isso mesmo?)

Ya. Os *sheiks* são as pessoas, vamos lá, na religião católica têm padres.

(Sim.)

Ou seja, os *sheiks* são os padres muçulmanos.

(Percebi. Bom, diante de um sheik, você tem... como você o cumprimentaria? Como se aproximaria pra um primeiro contato?)

Olha, nós pela, pela, pela religião nós sempre cumprimentamos a *salamaleico*, não é.

(...)

E é do tipo nós, não é, não é algo, não é algo complicado, porque tu, da mesma maneira que os católicos vão ter com o padre. Pede pra ele fazer alguma oração, não sei quantos. É exatamente o que tu fazes pra, pra, pra os sheiks. Tu chegas lá e pede pra fazer alguma, alguma oração. E basicamente é isso.

(Tá. Tem diferença de sheik e shehe, shehe?)

Shehe é a mesma coisa. *Sheik* tu tá a traduzir pra o português.” (MO.F8.20)

(66) “É, é em algumas situações acho que dependendo da idade ou da própria situação acho que pode ser mamá. É, mamá. Ou tipo papá.

(E como é que chama essa pessoa?)

Bem, nós chamamos de *mualimo* ou *shehe*.” (MO.F8.19)

(67) “Hum. Seria: *salamaleico*. É, desculpa. Estou à procura de, de, duma mercearia. Conhecem? Sabem de alguma que fica aqui por, aqui perto?

(Perfeito. Seu cumprimento foi *salamaleico* primeiro?)

Porque dá pra ver que são muçulmanas. Pela forma de vestir são muçulmanas. Então, os muçulmanos quando se encontraram geralmente cumprimentam-se assim a *salamaleico*, que é a forma de, de cumprimentar em árabe, né.” (MO.F8.19)

(68) “Chego, digo: *Salamaleico*. Que é o que usa com os muçulmanos. E depois pergunto: será que a senhora sabe onde que fica tal tal tal. Depois a senhora me diz e eu digo: obrigado, tchau.

(Então, *salamaleico* é como se fosse um cumprimento?)

Boa tarde ou... acho que *salamaleico* é, é tipo bom dia, boa tarde, mas é universal. Pode ser bom dia, boa tarde, boa noite. Acho. Só sei que é um cumprimento dos muçulmanos.

(Cê já falou isso pra algum na rua?)

Já.

(E eles respondem?)

Sim. Eles dizem: *salamaleico salam*. Respondem assim.” (MO.F4.11)

Igualmente, com relação apenas às FTNs moçambicanas, segue um quadro sintético:

Quadro 14: Síntese esquemática das FTNs moçambicanas

Moçambique

- FTNs podem ser provenientes de matriz lexical portuguesa, inglesa, de línguas bantu e muçulmana.
- FTNs provenientes de línguas bantu são relativas à faixa etária dos interlocutores;
- FTNs muçulmanas são utilizadas em universos comunicativos desse domínio religioso.

Fonte: própria

Assim como há FTNs de matriz lexical bantu em Moçambique, os informantes angolanos também empregaram formas bantu originárias do quimbundo – língua angolana majoritária na cidade de Luanda. Em termos gerais, as FTNs de matriz quimbundo pertencem a dois domínios principais: i) assim como ocorre no contexto moçambicano, essas formas indicam diferentes faixas etárias; e ii) também podem indicar palavras solidárias entre amigos e desconhecidos. No que se refere ao primeiro domínio, as FTNs mais recorrentes no *corpus* angolano foram: “cota” (proveniente do quimbundo “dikota”, refere-se a alguém com mais idade”) e “kanuko”, “ndengue” e “kasule” (palavras indicativas de pessoas jovens e crianças). E, pertencentes ao segundo domínio, os tratamentos destacados foram “wi”, “camba” e “camone”. Com um intuito de demonstrar esses usos, seguem alguns excertos do *corpus* angolano (o excerto 69 foi produzido por uma informante de 21 anos, direcionado ao perfil 09 (cf. imagem 44); o 70 é de um informante de 42 anos para o perfil 03 (cf. imagem 45); o 71 e o 73 foram produzidos por um informante de 21 anos e dirigidos aos perfis 04 e 14, respectivamente; o 72 por uma informante de 23 anos também para o perfil 04; e, por fim, o 74 por um informante de 19 anos para o perfil de número 03):

Figura 44: perfil 09 da amostra de imagens angolana



Fonte:Disponível em: <http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=55967>

Figura 45: perfil 03 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://noticias.sapo.mz/foto/1267269/>

Figura 46: perfil 04 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://huambodigital.com/projecto-crianca-futuro-tutela-lar-de-orfas-na-caala/>

Figura 47: perfil 14 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://www.dw.de/iberdade-de-imprensa-angola->

(69) “Bom dia, *meu cota*. Bom dia, *meu cota*. Será que... o cota conhece a Dona Amélia? Sabe me dizer qual é a casa dela aqui? Eu sei que ela mora aqui, só não sei a casa. Será que o cota podia me indicar a casa dela?

(Assim?)

Seria mais ou menos assim. Ou seria, ou seria, tipo, dependendo também do que a pessoa sente ao se aproximar, né. Se sentires aquela abertura, aí seria cota, porque é uma, é uma expressão de respeito também.” (AN.16)

(70) “E se eu notar também que ele, ele é ligeiramente menor de mim eu posso chegar *kanuko*.
(*Kanuko*?)
Kanuko. Quer dizer que é menor.
(Ah, é?)
Ndengue.
Então, são essas expressões. *Ndengue*, esse táxi vai pro Benfica?” (AN.23)

(71) “Tipo *meu ndengue*. Não sei se já ouviu também?
(Não.)
Ah, como é que eu posso explicar? É uma expressão que se utiliza pra mostrar que aquela pessoa é menor.
(Ah, tá.)
É menor só. Dizer olha é meu puto ou meu irmão. É *meu ndegue*. Quer dizer que eu sou o mais velho dele e ele é meu irmão mais caçula. Então, eu às vezes, eu, eu, é o que nós utilizamos aqui. Puto, *ndengue*. Têm zonas que, por exemplo, ele, ele poderia chamar: *meu ndengue*, onde é que tá o Luis? Ou: puto, viste o Luis? Ou ainda: miúdo, onde é que tá o Luis? Essas três expressões.
(São as mais...)
São as mais usadas. As mais usadas mesmo.” (AN.01)

(72) “Miúdo, tás bom? Você viu o Luis? Sabes onde é que ele está?
(Além de miúdo, dá outra, outra coisa? Cabe?)
Sim. *Ndengue*. Podia chamar de *ndengue*. Que é o... normalmente nós usamos aqui. É calão.
(Eles gostam?)
Gostam.
(É?)
Ndengue, kasule.
(*Kasule* também?)
Kasule também.
(Que foi o que deu caçula, né?)
Deu caçula, pois.” (AN.14)

(73) “*Meu wi*. Coisas assim do gênero. São, são calões que nós utilizamos. Ou *wi* ou moço do jornal também. Mas ia dependendo... acho que chamaria mesmo *wi, wi*. Ô *meu wi*, quanto é que custa o jornal? Ya. Ou por exemplo pra ver se tem o que eu quero. Ô *meu wi*, quanto é que custa o jornal? Ou: *meu wi*, tem jornal de Angola? Ou mais ou menos assim. Assim mesmo.” (AN.01)

(74) “Sim. Pra mim... como é *wi*? Me indica só onde é que, qual é o táxi que eu tenho que apanhar que é pra mim ir pra Multi, pra, pro Benfica? E daí, da resposta dele: ya, valeu!
(Perfeito. Adorei! Então pode ser brada, pode ser *wi*. Mais alguma coisa?)
Camone.
(Hum? Essa eu não conheço.)
Camone.
(*Camone*.)
Camone é, *camone* pode ser pra um amigo ou, ou a um jovem desconhecido.” (AN.21)

Por sua vez, em referência às FTNs angolanas, é possível estabelecer algumas considerações gerais e sintéticas:

Quadro 15: Síntese esquemática das FTNs angolanas

Angola
<ul style="list-style-type: none">• FTNs podem ser provenientes de matriz lexical portuguesa, inglesa e de línguas bantu.• FTNs provenientes de matriz bantu são relativas a:<ul style="list-style-type: none">* diferentes faixas etárias;* solidariedade entre amigos e desconhecidos.

Fonte: própria

Entre moçambicanos e angolanos há ainda um item em comum, no sistema de formas de tratamento, que amplamente caracteriza esses dois povos: o uso de **formas de tratamento familiares**¹¹⁹ – termo adotado pela presente pesquisa para expressar o fenômeno em análise. Cotidianamente, nas ruas da cidade de Maputo e de Luanda, ouvem-se diálogos em que os interlocutores, ainda que desconhecidos, tratam-se por meio de formas que, ocidentalmente, são empregadas para a referência alocutiva e delocutiva de membros da família consanguínea, tais como “mãe”, “mamãe”, “pai”, “papai”, “avô(ó)”, “mano(a)”, “tio(a)”, “títio(a)”, “madrinha”, “padrinho” etc. Tanto os informantes de Moçambique, quanto os de Angola, forneceram diversos exemplos que ilustram esse tipo de tratamento. Assim, seguem os excertos 75 e 76 de uma moçambicana de 50 anos e de um moçambicano de 14 anos e os excertos 77 e 78 de uma angolana de 19 anos e de um angolano de 49 anos:

(75) “Aqui seria a mesma coisa que a, que a... bom dia, *papá*. Bom dia, *papá*. Aqui é... papá sabe onde está a Laurinda? Papá sabe onde vive a Laurinda? Papá viu a Laurinda?” (MO.F7.18)

(76) “Eu tô, *vovô*, eu tô a perguntar onde vive Laurinda. Ele vai dizer: conheço onde tá viver Laurinda.” (MO.F2.06)

(77) “Este senhor: boa tarde, *tio* ou *pai* também. Boa tarde, *tio*. Eu tô à procura da dona Amélia. Será que o *tio* conhece ela? Pode indicar-me onde ela vive? E muito obrigada... seria primeiro por favor. Sim, pedir favor. E depois de tudo muito obrigada.” (AN.10)

(78) “Boa tarde, *mamá*. *Mamá*, desculpa. Por aqui assim não há uma cantina próxima onde eu posso comprar um quilo de farinha, um quilito de arroz?” (AN.24)

¹¹⁹ Nesse primeiro momento, objetiva-se apenas apresentar os tratamentos familiares empregados por moçambicanos e angolanos, além das justificativas dos informantes para tais usos. Posteriormente, na subseção 4.3, esse assunto será retomado com um objetivo de discutir esses usos à luz da teoria adotada por esse trabalho de pesquisa. Assim sendo, para uma discussão mais aprofundada acerca das formas de tratamento familiares, cf. a seção 4.3, página 214.

Conforme exposto na segunda seção – subseção 2.1.4 –, toda sociedade humana organiza-se em torno de experiências sociais e, para isso, usa itens lexicais de seus idiomas para expressar a natureza desses contatos. À antropologia coube a tarefa de observar e interpretar essas formas de convívio por meio da *Teoria do Parentesco*. Por meio dessa perspectiva, é possível compreender os tipos de relações que primordialmente se estabelecem nas diferentes comunidades do mundo, classificando-as como *descritivas* – quando se usa um termo específico para cada tipo de relação parental estabelecida – e *classificadoras* – em que um mesmo termo é utilizado para muitos parentes que desempenham um estatuto simbólico semelhante. Nesse sentido, o estudo das formas de tratamento apresenta uma imbricação direta com essa teoria, já que esse recurso do sistema linguístico representa a maneira como as comunidades expressam esses arranjos sociais.

A partir dos exemplos de formas de tratamento familiares expressos (cf. excertos de 75 a 78), que correspondem a usos moçambicanos e angolanos, é possível associá-los à **nomenclatura classificatória do parentesco**, uma vez que uma mesma forma pode designar diferentes pessoas. A fim de clarificar essa afirmação, ao se tomar o exemplo da FTN “mãe”, é observável que em contexto africano, ela não designa apenas a progenitora de alguém, mas todas as pessoas que poderiam ocupar simbolicamente esse papel. Nesse caso, vale recordar a assertiva de Radcliffe-Brown (1974, p.38): “Nós damos um mesmo nome a um certo número de coisas quando pensamos que elas são semelhantes em alguma característica importante”. E o autor continua: “num sistema classificatório um indivíduo usa o mesmo termo para o seu pai e para o irmão deste porque pensa que estes são parentes de uma mesma espécie geral” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.38).

Quando os pesquisadores da *teoria do parentesco* empregam a nomenclatura classificatória, normalmente, intenta-se referir a agrupamentos familiares extensos, em que muitas pessoas podem desempenhar a função de “pai” para um indivíduo tomado como ponto de referência. Todavia, os informantes moçambicanos e angolanos que participaram como informantes da presente investigação referiram-se ao fato de que usam as FTNs familiares para pessoas desconhecidas com quem estabelecem um primeiro contato, seja nas ruas, seja em instituições comerciais e administrativas. Nesse sentido, ao utilizar o termo *classificatório*, na presente pesquisa, está em voga a sua acepção mais extensiva, haja vista que “mãe”, por exemplo, pode ser um termo destinado a todas as mulheres de um dado contexto social que possam desempenhar a

simbólica função de “mãe” para um sujeito informante – com a importante ressalva de que essa extensão conta com algumas restrições, sobretudo de ordem identitária, conforme será debatido nas seções subsequentes.

É preciso reconhecer que o uso de FTNs familiares para pessoas desconhecidas não se restringe apenas aos contextos culturais moçambicano e angolano, mas é prática comum em diversas comunidades africanas¹²⁰. Dessa forma, ao analisar as relações de parentesco em uma família suazi – portanto, originária da Suazilândia, país da África Austral que faz fronteiras com Moçambique e África do Sul –, Kuper (1974) emprega o termo *parentesco fictício* para referir-se ao fato de que os termos familiares são utilizados por toda a nação suazi, em função da referência que todos têm da família real, “sendo o rei e a sua mãe os parentes simbólicos de todo o povo” (KUPER, 1974, p.117). A autora ainda afirma que essa extensão parental entre os suazi “opera tanto no plano doméstico como no nacional, mas o último é derivado do primeiro” (KUPER, 1974, p.117). Assim sendo, analogamente, é possível considerar a extensão das FTNs familiares empregadas pelos informantes moçambicanos e angolanos para se referirem aos perfis fotográficos a eles apresentados como pertencentes a um eixo de *parentesco fictício*, nos termos de Kuper (1974), já que não engloba necessariamente vínculos consanguíneos e parentais estritos.

É imperioso reconhecer que entre os brasileiros também há o uso das formas “tio” e “tia” para referir-se a interlocutores desconhecidos e para tratamentos que ocorrem em contexto escolar, a fim de se dirigir a educadores – sobretudo no que se refere ao tratamento de crianças aos seus professores(as). Entretanto, no Brasil, esse fenômeno se limita às formas “tio(a)”, ao passo que em Moçambique e Angola, países em observação nesse trabalho investigativo, os tratamentos familiares perpassam diversos tipos de relação. Acerca de “tio(a)”, duas informantes brasileiras forneceram exemplos de uso. No primeiro excerto, uma brasileira de 34 anos, referiu-se a ela

¹²⁰ Para ilustrar o fato de que FTNs familiares são utilizadas entre pessoas desconhecidas em outras localidades africanas, segue um excerto do romance nigeriano *Americanah* (2014), de Chimamanda Ngozi Adichie – com tradução de Julia Rumeu, publicado pela Companhia das Letras – ambientado em Lagos, Nigéria. Nessa passagem, a protagonista Ifemelu, depois de um longo período morando nos Estados Unidos, volta a Lagos e aluga uma casa que precisa ser reformada. No diálogo a seguir, ela conversa com um dos operários responsáveis pela reforma:

“Que maluquice é essa? Olhe só como isso está áspero! Um dos azulejos está quebrado! Está pior que os azulejos velhos! Como você pode considerar um trabalho acabado?”, ela perguntou ao homem.

Ele deu de ombros; claramente, achava que ela estava dificultando as coisas de forma desnecessária. ‘Estou feliz com o trabalho, tia.’

‘E quer que eu pague?’

Um pequeno sorriso. “Ah, tia, mas eu terminei o trabalho” (ADICHIE, 2014, p.425).

própria como “tia” enquanto simulava um diálogo com o perfil 04 (um bebê – cf. figura 48) e, no segundo excerto, uma brasileira de 57 anos, lembrou que pode haver uma conotação pejorativa ao se abordar um desconhecido por “tio(a)”:

Figura 48: perfil 04 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://brasil.babycenter.com/baby/viagem/lista/>

(79) “Isso... ai, lindinha, vem aqui com a *tia*.” (BR.F2.05)

(80) “É, nossa, porque às vezes você leva cada uma. Que nem, às vezes quando cê vai chamar os meninos: Ei, vem cá moço. Moço, nada! Eu tenho... porque tem menininho adolescente... quantos eu já vi! Como eu já vi menino chamar: Ô *tio*, ô *tia*. E às vezes é menina nova, vinte e oito, trinta anos. Que *tia* nada, vai procurar... a pessoa não gostou! Cê vê, se ela reagiu é porque ela não gostou. Pra mim é indiferente me chamar de *tia*, de você, de...” (BR.F2.04)

Os informantes moçambicanos e angolanos justificaram-se de forma bastante semelhante quanto às motivações que os levam a abordar desconhecidos por meio dos tratamentos familiares. Nesse sentido, uma razão que se destaca é que, ao abordar alguém por meio do emprego de “mãe”, por exemplo, atribuem-se o mesmo respeito e carinho que se atribuiria a sua própria mãe à pessoa interpelada. Seguem as justificativas de um moçambicano de 24 anos e de dois angolanos, um de 54 e outro de 49 anos:

(81) “Eu diria: boa tarde, *mãe*. Quanto custa este molho, este molho de tomate? Então, ela ia, ela ia dizer o preço do tomate. Então, se pudesse comprar eu iria comprar. Exato. Por que chamaria de mãe? É, por uma coisa muito simples. Eu gosto da minha mãe. *Então, para todas as pessoas que têm a idade, poderia não ser velho, mas que eu vejo e, e, e, e percebo que ela é mãe, então, eu tenho esse tratamento também. Mas não seria minha mãe. Mas talvez aquelas pessoas mais velhas que têm a idade da minha mãe, né.* Exato. Costumo chamá-las de mãe.” (MO.F6.15)

(82) “Eu digo: *pai*, diga-me onde é que mora a Amélia.

(Pai cabe?)

Pai a ele cabe, porque aqui, aqui as pessoas com uma certa idade são chamadas de pai *por uma questão de respeito*. Apesar de eu já ter cabelos brancos, *ele tem tudo ainda pra ser meu pai.*” (AN.12)

(83) “É chegar aqui: boa tarde, *mamá*. *Mamá*, desculpa, quanto que é o monte aí do, do, do coiso, do carapau?

(...)

(Por que que o senhor gostou de usar mamá pra ela?)
É, nós, é, por exemplo, primo é português. Nós primo não existe.
(Ah, tá.)
Na nossa etnia, conforme perguntou... primo não. O filho da irmã da mãe é mano, é irmão.
(É teu irmão.)
O irmão do pai não é tio é pai. Então, ali é o que a gente diz que a mãe do outro também é tua mãe.
(Vai tratar com o mesmo respeito.)
Com o mesmo respeito. Porque ela tem um filho da tua idade. Também é mamá.
(Tá.)
Então, é por aí. *Quando a gente deparamos com alguém que é da idade da nossa mãe, a gente vai e trata mamá*, bom dia. Por aí.
(Com todo o respeito. Com todo o carinho mesmo.)
Sim, sim. Com o respeito, sim.” (AN.24).

Esses depoimentos dos informantes que contêm justificativas para o emprego cotidiano de FTNs familiares para pessoas que não pertencem legitimamente à sua família, corrobora com a proposição de Radcliffe-Brown (1974), segundo a qual, para se compreender mais profundamente as relações parentais que se estabelecem em dada comunidade, é preciso considerar elementos de naturezas distintas. Nesse sentido, o autor afirma que há elementos afetivos – ou seja, relações tipicamente sentimentais – permeando determinadas relações. “Assim podemos dizer que na generalidade das sociedades humanas uma forte afeição mútua é a característica normal da relação entre mãe e filho, ou pode existir em determinada sociedade uma atitude emocional normal ou típica do filho em relação ao seu pai” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.23). Essa perspectiva ajuda a explicar a extensão do sentimento nutrido por parentes próximos e, fundamentalmente com vínculos consanguíneos, a outros indivíduos com quem se estabelece interação. Além disso, o autor afirma que esses vínculos simbólicos extensivos têm sempre uma origem comum: a família parental. De acordo com Radcliffe-Brown (1974, p. 95), portanto:

Quase em toda a parte nas sociedades humanas a primeira experiência que toda a pessoa tem da sociedade ocorre na família parental, o grupo doméstico íntimo constituído por pai, mãe e os filhos. Certas atitudes emocionais desenvolvem-se neste grupo com suficiente força para serem pensadas como ‘naturais’ no sentido de serem parte da própria natureza humana. (...) Esta é uma matéria da lógica dos sentimentos, não da lógica da razão, e é o que os escritores pretendem dizer quando afirmam que a repugnância pelo incesto¹²¹ é instintiva, porque há uma certa lógica das emoções que é a mesma em todos os seres humanos por isso que não é adquirida mas provém do seu íntimo (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.95).

¹²¹ Segundo Lévi-Strauss (1982), o único elemento antropológico de caráter seguramente universal é a proibição do incesto, uma vez que ela “seria uma medida de proteção, tendo por finalidade defender a espécie dos resultados nefastos dos casamentos consanguíneos” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.51).

Intensificando essa relação entre a terminologia classificatória e a extensão das FTNs familiares a desconhecidos, é interessante a percepção de uma entrevistada moçambicana de 40 anos acerca do uso de “mãe” e “titia”. Segundo ela, essas formas são usadas justamente para desconhecidos. Ou seja, quando não se conhece alguém, essas FTNs são a melhor escolha para se estabelecer a interlocução, em um indicativo de que, culturalmente, essas formas estão disponíveis e produtivas no repertório dos falantes:

(84) “Titia, tô a perguntar quanto é tomate. A senhora vai dizer tomate, não sei se vai, mas aqui não vem em quilos. Vem em balanço aqui. Está a medir. Está a ver como está? Mediu quatro quatro tomate. Aqui quando mede quatro tomate é dez cada.

(Dez?)

Dez conto.

(Tá bom. Então, você chama ela de titia?)

Hum. *Eu titia, não conheço. Só pode ser. Ou mãe.* Mãe e titia porque, este aqui, uma senhora, é mãe.

(Mãe então cabe também? Cê chamaria ela de mãe?)

Mãe. Mãe, estou a perguntar tomate. Quanto é tomate? A senhora vai responder tomate é dez conto.” (MO.F2.05)

Outra justificativa muito produtiva oferecida pelos informantes – sobretudo por angolanos – para a utilização de tratamentos familiares para desconhecidos se refere a questões de identidade. A fim de expressar o sentimento de pertença cultural, os informantes se auto-afirmaram “angolanos”, “bakongos”, “umbundos”, “africanos”, “bantu” etc. por se reconhecerem como pertencentes ao mesmo contexto do que os perfis a eles apresentados. Essas questões identitárias são assim expressas pelos informantes¹²²:

(85) “Porque essa história de mãe, pai, tio, a gente traz do, do, do *nosso bairro*. Lá do bairro onde *nós* convivemos. Então, crescemos com aquilo”. (MO.F10.25)

(86) “(Tá. E você escolhe mãezinha por quê?)

Porque é *práxis* chamar de mãezinha as tias zungueiras. Ou tia ou mãezinha.

(Tá.)

É *cultural* aqui. *Nós* tratamos sempre as mais velhas por mãezinha ou por tia. Não chegamos a falar senhora.” (AN.03)

(87) “Tanto faz. Ela vai aceitar o tia ou vai aceitar o mana. É *nós* mesmos muitas vezes não conhecemos a pessoa *aqui na sociedade angolana*, principalmente não é, nós chamamos tia. As pessoas encaram bem.” (AN.05)

(88) (Perfeito. Mãezinha pra ela, né?)

¹²² O excerto 85 foi produzido por uma moçambicana de 57 anos. Todos os demais excertos acerca da questão de identidade foram produzidos por informantes angolanos: o de número 86 foi um homem de 26 anos; 87 um homem de 22 anos; 88 um homem de 26 anos; 89 uma mulher de 23 anos; 90 um homem de 42 anos; o 91 um homem de 60 anos; e o 92 uma mulher de 30 anos.

Pois. É como disse. A forma como está vestida, então, ela parece ser uma mãe. Então, todas as vezes que *nós* queremos, *os africanos*, *angolanos* sobretudo têm... acho que *os africanos* é, *nós* fomos educados, né, cada um por seu familiar que uma mais velha, uma mãe, uma mãe do outro também é tua mãe. É assim (?). Uma mãe do outro também é tua mãe. Então, mãezinha. Ela também tem cara de mãe.” (AN.07)

(89) “(Boa. Então, mãe, né? E chama de mãe por quê?)

Mãe, bom, é, é mais pelo respeito. Que dificilmente nós chegamos e dissemos senhora, dona. Acho que é uma forma de tratamento pouco, diria, que não compactua mesmo com a *nossa realidade*, porque *nós* gostamos do familiarismo. O *angolano* gosta disso. Quer dizer que se encontrar uma senhora na rua eu, eu até sou capaz de chamar tia, quanto mais que não é minha tia. Eu chamo ela de tia, mas não é tia. E encontro uma senhora, assim, a vender o peixe, eu posso chamar de mãe, em consideração, como se ela fosse a minha mãe.” (AN.14)

(90) “Porque, quer dizer, aqui é uma tendência, é, principalmente os adultos, né. Isso é uma, isso é, isso é quase uma, quase uma lei. Aquilo que faz o *hábito*, né. Os *bantu*.

(Tá.)

Toda pessoa adulta cê tem que chegar com toda a vênica e perguntar. Chama por mãe, dona, tia. Atualmente a expressão mais comum é tia.” (AN.23)

(91) “(Por quê? Que que motiva?)

O que que motiva, é, bom, na *nossa cultura*, na *minha cultura*, na *cultura umbundo*, mesmo na *cultura bantu* de uma forma geral, portanto, os mais velhos ocupam um lugar de muita respeitabilidade no seio da comunidade. E, então, todo o indivíduo que aparente ter a idade de alguém que podia ser meu pai eu trato como um pai, como paizinho, como pai, papá, paizinho.” (AN.08)

(92) “Normalmente, *nós bakongo* temos nossa, temos a nossa particularidade de chegar até alguém, por exemplo, se for uma mamá como essa... essa mamá, pelo que ela vestiu, pelos panos que ela tá a usar, dá pra ver que ela é bakongo.

(É sério?)

Sim. Essa mamá, os panos que ela tá a usar, ela é bakongo. Então, ao chegar a uma bakongo, né, ao chegar a uma bakongo, eu não chamo tia. Se for senhora, eu tenho que chamar mamá, porque ela é como a minha mãe. Hum. Então, eu chego: mamá, quanto é que é? É mamá mesmo.” (AN.15)

Alguns informantes – tanto moçambicanos quanto angolanos – simularam uma situação de interlocução completa, ou seja, produziram um diálogo em que aparecia a FTN que dirigiriam a um determinado perfil e a resposta hipotética que receberiam dessa pessoa. Alguns desses casos serão aqui reproduzidos a fim de que se observe a forma como se estabelecem as interações nessas duas sociedades – ainda que não se trate de diálogos autênticos, nessa pesquisa leva-se em consideração o conhecimento de mundo desses informantes. Os dois primeiros exemplos (93 e 94) são de duas moçambicanas, a primeira de 43 e a segunda de 27 anos; e os dois últimos exemplos (95 e 96) são angolanos, o primeiro de um homem de 56 anos e o segundo de uma mulher de 23 anos:

(93) “Depois chego lá, atravesso e pergunto: desculpa lá, este chapa pra onde é que vai? Né? A gente saúda, dependendo da hora: bom dia, este chapa vai pra onde? Ah, vai pra Elisa, vai pra Chalé, vai pra Catembe, vai pra Ponta D’Ouro, vai pra Bela Vista. Então, qual é que posso apanhar? Apanha ali aquele. Pronto, é naquele que eu vou.

(Pronto. Então, pra ela seria essa pergunta, né?)

Sim, sim. E ela, ó, ela como tá aqui na ponte, ela diria assim: *minha filha*, atravessa, lá tem chapas pra todo lado, não é? *Minha filha*, este chapa vai pra não sei onde. Eu não me preocupo com isso. E eu também não, não me preocupo em dizer: obrigada, *mãe*.” (MO.F5.13)

(94) “Não estou numa zona, numa zona, urbanização. Então, quer dizer, na cidade. Então, quando eu for tratar com ele, também vou-lhe tratar com muito mais respeito. Com muito mais costume. E vou chegar lá: ah, *pai*, boa tarde, boa noite. Ah, boa tarde, *minha filha*. Sempre a resposta vai ser essa.

(Tá.)

Quando tu vais e tratas ele como pai, ele automaticamente já vai te tratar: ah, boa tarde, *minha filha*. Ai, como está? Tá tudo bem? Ai, então, e aqui a zona? Eh pá, vai reclamar. Normalmente nas zonas rurais tu tens de dar muito mais conversa.

(Ah é?)

Porque eles gostam. Ah, então, como está? Ah, seca. Ih, a chuva. Ah, não tivemos muito milho este ano. Ah, mas não se preocupa, *pai*, vai ficar tudo bem. Ah, sim, sim, vão tá tudo bem. Mas as crianças em casa tá tudo bem? Ah, é, sim, mas eh pá, há fome, *minha filha*. Há fome. É? Hum, hum. Sabe, *pai*? Hum. Eu tô a procura da casa da dona Laurinda. Num tô a encontrar. Ah, dona Laurinda é ali ali ali. Ali? Sim. Aqui perto, aqui. Aqui perto aqui ou aqui perto lá? Aqui perto, aqui, aqui. Ah, ok. Ah, mas vamos, vou te acompanhar.” (MO.F7.17)

(95) “Ô *mano*. Elas às vezes chamam mesmo mano. *Mano*, peixe, queres comprar? Tá com... é até a forma de chamar às vezes, né. Umas chamam *mano*. Um termo que é muito... *papá*.

(Papá?)

Papá. E aí você vai. Quanto é? Ah, é (?). Ah não, é muito caro. Tá a ver? É mesmo assim. É muito caro, não. E você olha pra qualidade e começa a olhar nos outros porque geralmente elas não ficam isoladas.

Aí eu vou lá. (?) Tudo bem, *mamá*? Quanto é esse, quanto é isso? É X. Ê, mas abaixa mais um pouco. É caro. Ih, *papá*, eu também comprei caro.

(Isso.)

Ah, *mamá*, tás a vender caro pra mim. Um começa *papá*, outro *mamá*. *Papá*, *mamá*. E a coisa vai indo assim.” (AN.04)

(96) “Então, eu, eu chegaria... bom, ele eu diria que é avô. Pela idade, já com cabelo branco eu chegaria e assim: Boa tarde, *avô*. Sim, boa tarde, *minha filha*. Ah, eu estou à procura da Amélia. Por acaso, o *pai* conhece a casa dela? Sei que ela vive aqui nos arredores. Amélia? Ah, sim, Amélia fica lá. A casa é aquela mesmo.” (AN.14)

Essas simulações de diálogos trazem à tona o fato de que, para se estabelecer o sistema de parentesco de uma dada comunidade, classificam-se todos os parentes de um indivíduo tomado com referencial e, a partir disso, “é possível formular certos princípios gerais quanto ao seu comportamento para com as pessoas pertencentes a diferentes gerações” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p.42). Nesse sentido, quando os informantes afirmam saberem a forma como seriam correspondidos por seus interlocutores, isso se dá em função de terem introjetado esses princípios gerais, a que

se refere Radcliffe-Brown, e que regem as situações interlocutivas. Além disso, Marie (1978) pontua que, para se estabelecer o sistema de denominações de uma dada cultura, é necessário considerar o fato de que as formas utilizadas para se dirigir ou se referir a alguém implicam uma “correlação ou uma reciprocidade; assim, pai implica filho e vice-versa” (MARIE, 1978, p.54).

Uma vez expostas, ainda que incipientemente, as formas de tratamento nominais familiares empregadas por moçambicanos e angolanos, é possível estabelecer uma síntese esquemática dos usos nominais comuns a esses dois países:

Quadro 16: Síntese esquemática das FTNs típicas de Moçambique e Angola

Moçambique e Angola

- A influência da matriz lexical portuguesa no repertório de FTNs é temporalmente mais recente, ao se comparar com a influência no português brasileiro, em função do período colonial ter sido mais tardio nos países africanos.
- Usos formais ao se dirigir ao perfil da professora, incluindo “senhor(a) doutora” para séries mais avançadas e “stor”/ “stora” para séries iniciais.
- Muitas FTNs são construídas a partir da locução “senhor + profissão”, tais como “senhora enfermeira” e “senhor agente”.
- Uso de FTNs familiares, que expressam relações simbólicas e fictícias de parentesco, em função de:
 - * Indicativo de carinho e respeito;
 - * Expressão de identidade étnica e cultural.

Fonte: própria

Com o que foi exposto nesta seção 4.2, apresentou-se um panorama geral das principais FTNs empregadas no Brasil, em Moçambique e em Angola, em função do que os entrevistados participantes dessa pesquisa informaram acerca dos usos correspondentes aos perfis sociais a eles apresentados. Dessa forma, foi possível associar FTNs usadas pelas três nações com pequenas idiosincrasias semânticas e pragmáticas e detectar usos que particularizam cada um dos povos, sobretudo ao se considerar as FTNs de origem xichangana e muçulmana em contexto moçambicano e as FTNs de matriz quimbundo em contexto angolano. Ainda no que se refere ao sistema de formas de tratamento, um fenômeno muito produtivo associa moçambicanos e angolanos: o uso de tratamentos familiares. A partir de agora, as próximas subseções

apresentam o intuito de discutir essas FTNs por meio de um viés crítico, retomando a teoria apresentada na seção 02.

4.3 O poder e a solidariedade: formas de tratamento evidenciando relações sociais

O sistema de formas de tratamento representa um fenômeno linguístico privilegiado para evidenciar relações sociais. Nesse sentido, por meio das formas de tratamento nominais (FTNs) é possível observar questões de ordem cultural referente às realidades sociais do Brasil, de Moçambique e Angola – estabelecendo generalizações concernentes a cada nação, portanto. Além disso, é ainda possível observar comportamentos de grupo mais particulares, que extrapolam questões nacionais, como por exemplo: as escolhas linguísticas relacionadas mais diretamente a homens e mulheres, a grupos de idade, a profissão etc.

Em suma, essas questões podem ser analisadas à luz da proposição de Brown e Gilman (1960/1972), segundo a qual duas forças semânticas principais regem as escolhas das formas de tratamento pelos falantes: o poder e a solidariedade. Esses autores advogam a favor de que, ao se comparar com as sociedades do passado, a tendência contemporânea é no sentido de que as relações caminhem em direção a forças mais solidárias.

4.3.1 A solidariedade

Por meio da presente pesquisa, em que perfis sociais foram apresentados aos informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos por meio de fotografias, ficou evidenciado que diversas relações solidárias caracterizam os três povos. Acerca da semântica da solidariedade, os informantes brasileiros se mostraram mais sensíveis a duas questões principais: a aproximação de idade e a comunhão de experiências profissionais. Assim sendo, sobretudo para os informantes brasileiros mais velhos, houve um consenso de que a idade os aproximava e que, portanto, usos treatmentais mais solidários eram os mais adequados, conforme demonstram os seguintes exemplos

de um informante de 64 e de uma informante de 86 anos, respectivamente, direcionados ao perfil de número 09 (cf. imagem 49):

Figura 49: perfil 09 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: - <http://dirceurabelo.wordpress.com/2012/03/18/poema-do-idoso/>

(97) “Ah, tá. Eu considero esse homem da minha idade. Tá, olhei pra cara dele, achei que era da minha idade. Pra mim é da minha idade. Eu ia chegar nele: *Amigão*, tô procurando o quê? Que que eu tô procurando?

(Uma pessoa.)

Amigão, você conhece o Pedro? Da minha idade, cheguei nele: *Amigão*, cê conhece o Pedro? Ou então se eu tivesse uma referência qualquer, eu daria a referência pra ele né.” (BR.F10.22)

(98) “*Ô meu velho...* Cê já comeu hoje? Tá bem, tá alegre, tá rindo! E a saúde? E a família? Como é que vão todos os seus? Dá um abraço lá na comadre Maria, tá!

(Ah... que bom! Muito bom!... Então, agora já ficou um pouco mais familiar!)

Não, a velhice e a infância dão intimidade!” (BR. F2.03)

Os brasileiros também se mostraram mais suscetíveis à solidariedade aos perfis sociais com que se sentiam identificados por meio da profissão exercida. Na maioria dos casos, a escolha da FTN evidencia a solidariedade que permearia a interlocução entre o informante e o perfil. Todavia, alguns informantes demonstraram um comportamento linguístico mais homogêneo em que a ausência de FTN ocorreu para praticamente todos os perfis. Nesses casos, ainda assim é possível observar práticas solidárias por meio do uso de pronomes e de outras escolhas lexicais mais descontraídas. O exemplo de número 99 evidencia a solidariedade marcada por meio de FTNs. Nesse caso, o informante de 33 anos se reconhece na profissão exercida pelo perfil 02 (cf. figura 50) e marca esse reconhecimento por meio de expressões como “irmão”, “amigão” e “bicho”. Já o exemplo 100, produzido por uma informante de 43 anos ao ser lhe apresentado o perfil 15 (cf. figura 51), demonstra outros recursos solidários:

Figura 50: perfil 02 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://muzamusica.blogspot.com.br/2011/11/mo-co-segure-esse-osso.html>

Figura 51: perfil 15 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>

(99) “É, esse... eu acho que até seria mais do que... seria mais informal ainda do que... do que... do que o ... do que aqueles anteriores. Na verdade, esse aqui parece ser... ele traz... ele carrega um bag, assim, então... ele parece ser músico pelo visual, né.

(É.)

Ah... eu já chego [risos]... esse daí eu já chego chegando: Ô *irmão*, tranquilo? *Amigão*, cê pode me ajudar aqui nessa... tô precisando ir nesse lugar aqui. Tem.. Vou tocar, tal. Acho que parece que você também tá indo pra lá, né... ou alguma coisa assim. Não? Não tá indo? Pô, então, *bicho* – bicho é muito gíria de músico, né. Eu chegaria pra ele: *Bicho*, me dá uma mão nisso aqui, *cara*. Eu preciso fazer um trampo lá e não posso perder.” (BR.F5.11)

(100) “Seria: *oi*, boa tarde. *Oi*, bom dia. Também: *você* pode... *você* sabe me dizer onde fica isso? É... *Você* sabe sobre o assunto tal?

(Tá.)

Eu acho que seria isso.

(Aqui você escolheu você...)

Sim. Eu acho que me parece uma pessoa...é, é... essa pessoa é a cara dos meus colegas de trabalho. Eu acho que bem parecido. É esse o ambiente que eu vivo, eu trato as pessoas...

(Por você.)

Por você.” (BR.F3.06)

É preciso destacar, entretanto, que, conforme argumentam Brown e Gilman (1960/1972), a solidariedade que rege os comportamentos linguísticos – mais especificamente os tratamentais – não necessariamente precisa ser demonstrada por meio de formas íntimas. Nesse sentido, formas de tratamento não-íntimas, mas recíprocas, também podem evidenciar relações solidárias, tal como exposto por duas entrevistadas brasileiras argumentando acerca dos tratamentos que se estabelecem entre membros de suas classes profissionais:

(101) “De escola. Tá. É, bom dia, *professora*, eu tô procurando o aluno Marcos. É, a *senhora* saberia, por gentileza? Ele tá na sala?

(Chamaria ela de senhora?)

Chamaria, numa situação mais formal.

(Ah, é?)

É.

(Mesmo ela sendo jovem?)

É, porque ela é professora, então eu também tenho essa... Ah, é uma coisa da nossa classe, eu acho. A gente se chama de professor e professora. É, a não ser que você conheça a pessoa e aí ok, cê chama pelo nome direto. Mas se você não tem essa essa intimidade, então a gente acaba, todo mundo se chama assim nesse meio de professor, professora. É uma coisa mais comum assim de senhor, senhora. É isso.” (BR.F9.21)

(102) “(Vai ser senhor?)

Senhor.

(Se eu te disser que ele é um advogado como você. E aí cê vai...)

Se ele for um advogado como eu, provavelmente eu vou chamar ele de doutor.

(Doutor?)

Provavelmente.

(É assim que as pessoas te chamam?)

Exatamente. No meu meio, né, no meu meio de trabalho. Doutora, doutor. Se a gente tem um pouco mais de intimidade é colega, porque colega de trabalho: ô *colega*, por favor, cê me passa uma informação? O fórum tá aberto, tá fechado?” (BR.F8.18)

Ainda observando o fenômeno da solidariedade no comportamento linguístico dos entrevistados, é preciso considerar questões referentes ao gênero (masculino e feminino) como um fator preponderante nas escolhas linguísticas. Conforme já exposto na subseção anterior, os homens brasileiros foram os que forneceram o maior repertório de FTNs para a amostra brasileira. Em geral, essas FTNs eram produzidas por homens e direcionadas também a perfis do sexo masculino. Já entre mulheres brasileiras, ou seja, informantes do sexo feminino e perfis também femininos, não houve grandes demonstrações de solidariedade. Possivelmente, o que tenha motivado tal fato é que as imagens dos perfis femininos apresentados às participantes não tenham favorecido o surgimento de estratégias de endereçamento mais diversificadas. Além de “moça” e “senhora” – formas mais comuns aos diferentes perfis femininos –, das 13 participantes brasileiras, 04 usaram “meninas” para o vigésimo perfil (cf. exemplo de número 103 e figura 52). Uma informante de 57 anos (BR.F2.04) atribuiu “amiga” ao perfil 13 (cf. figura 53) e afirmou que se estivesse em sua terra natal, empregaria formas como “fia”, “nega” e “neguinha”. São exemplos:

Figura 52: perfil 20 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://oqueasmulheresdevemsaber.blogspot.com.br/2012/01/faca-voce-mesma.html>

Figura 53: perfil 13 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://nickmartins.com.br/atualidades/tag/concurso-professor-sp/>

(103) “Oi, *meninas*, onde que é o toaleta, por favor?” (BR.F9.21)

(104) “Eu acho que daria, vamos supor assim, pelo semblante dela, na escola, eu teria dado: A senhora pode me dizer qual, onde é a sala do aluno João? Eu chamaria ela de senhora, nessa situação aqui. Mas se eu encontrasse essa pessoa na rua eu ia: *Amiga*, cê pode me dizer? Cê entendeu, entrando numa escola: *Amiga*, cê pode me dizer onde é a sala do quarto A, quarto B?” (BR.F2.04)

(105) “Vamos supor, como na Bahia, a gente, como se ia usar? Ô *neguinha*, cê sabe onde neguinho foi? Assim, onde fulano foi? Quando cê vê que é nova. Mas quando cê vê mais velho, minha senhora.

(Tá, mas neguinho cabe?)

Lá, cabe. Tranquilamente. Ô *nega*, cê sabe? Ô *nega*, por favor, cê pode me dar uma... onde é que fica? Cabe! E às vezes é até carinhoso.” (BR.F2.04)

(106) “*Fia*, vem cá, cê sabe como é que eu faço pra tomá o ônibus pra...

(Mas num ponto de ônibus, um desconhecido, podia ser fia?)

Pode. Qualquer um! Qualquer um. *Fia*, cê sabe me, cê num tem um realzinho pra me dá pra eu comprar um pão? É normal, também!” (BR.F2.04)

Entre as informantes mulheres, as estratégias de tratamento mais frequentes para se dirigirem aos perfis masculinos foram a ausência de FTN e o uso de “senhor” e “moço”, como demonstram os seguintes excertos produzidos por informantes mulheres de 29, 61 e 41 anos, respectivamente, e dirigidos aos perfis 12, 14 e 03:

Figura 54: perfil 12 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://iminuto.com.br/sistema/?p=1783>

Figura 55: perfil 14 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://jarbasrocha.com.br/senar-promove-curso-de-pedreiro-rural/>

Figura 56: perfil 03 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://alexandre-pinheiro.blogspot.com.br/2011/04/um-cidadao-de-chapadopolis.html>

(107) “Oi, tudo bem? Eu tô procurando aqui uma lanchonete que fica aqui perto, me disseram que fica aqui perto. Você sabe me indicar onde é?” (BR.F8.19)

(108) “É também da mesma forma: *senhor*, por gentileza, o senhor poderia me informar tal rua?” (BR.F6.14)

(109) “*Moço*, me ajuda, socorro!
[risos]

Pior é que é assim mesmo: *Moço*, me ajuda que eu não sei onde eu tô. Tô perdida. É assim que eu faço.” (BR.F5.10)

Esse comportamento das informantes brasileiras coaduna com o resultado divulgado por Mundim (1981), acerca do uso de vocativos na cidade do Rio Janeiro. Dessa forma, por mais que entre a presente pesquisa e o trabalho da autora mencionada haja uma grande diferença temporal e regional (entrevistados paulistanos e cariocas), os resultados alcançados são muito semelhantes, conforme exposto a seguir:

Examinando os dados, percebemos que as ocorrências dos vocativos usados pelos informantes do sexo masculino apresentavam uma variedade bem maior que os usados por pessoas do sexo feminino. Por outro lado, na linguagem das mulheres eram bem mais frequentes os vocativos que transmitiam maior grau de formalidade, respeito e distanciamento. Muitas vezes, entretanto, tanto os homens quanto as mulheres optavam pela ausência do vocativo (MUNDIM, 1981, p.48).

(...) ficamos certos de que a variedade de vocativos na linguagem feminina é baixa, e, quando variam, as mulheres preferem termos que inspiram maior distanciamento, ou seja, preferem não usar expressões que inspiram muita informalidade ou intimidade. Quando acontece um número maior de diferentes vocativos, esta variedade está mais ao nível de vocativos profissionais (MUNDIM, 1981, p.50).

Comparando o comportamento das informantes brasileiras, com as moçambicanas e angolanas acerca do emprego das formas de tratamento nominais, algumas diferenças podem ser evidenciadas. Para determinados perfis masculinos, algumas informantes dos dois países africanos direcionaram FTNs mais solidárias. Todas as informantes que apresentaram esse comportamento com os perfis masculinos são jovens (29, 26, 27 e 19 anos, respectivamente). Seguem as imagens com os perfis e os exemplos:

Figura 57: perfil 10 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materiais/>

Figura 58: perfil 01 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.com/2012/05/mocambique-motorista-de-chapa-profissao>

Figura 59: perfil 03 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://xaxor.com/photography/22148-rastafari-photography.html>

Figura 60: perfil 14 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://www.dw.de/iberdade-de-imprensa-angola-supreende-outros-palop>

(110) “Aí eu ia dizer, né: oi, *rasta*¹²³, me ajuda aí? Como é que eu entro, como é que eu chego na Amílcar Cabral? Ou então eu ia dizer: *brada*, ajuda aí! Brada ou rasta. (Amigo?)

Talvez. Ei, *meu amigo*, pode me mostrar como é que eu chego lá? Ou, então rasta. Na África do Sul um senhor como este, como eu já tive muitos amigos rastas, eu havia de dizer assim: oi, *brada*, please, me ajuda aí.” (MO.F1.03)

(111) “Dá pra ver que ele tem mais ou menos a mesma idade que eu. Não é muito mais velho e também não é muito mais novo. Então, eu ia dizer: *mano*, faz favor, sabes onde é que é a Mao Tse Tung?” (MO.F1.04)

(112) “Pra ele? Ah, alô *amigo, irmão*. Normalmente. Oi, *mano, mano*, chega aqui. Ó, boa noite, boa tarde, tudo bem? Desculpa. Eu tô um bocadinho perdida. Onde é que fica a Mao Tsé Tung? A Mao Tsé Tung fica ali. Ah, obrigada, obrigada. Tchau, tchau. Fica bem. Fica bem. Tá bom. Já tá. (MO.F7.17)

¹²³ Referência ao perfil de número 10 da amostra de imagens moçambicanas. Rasta, portanto, se refere a “rastafári.”

(113) “Ah, amiguinho. *Amiguinho, amiguinho* vem cá. Amiguinho, ah, fala lá aí. É essa chapa que vai a Xipamanine? Ah, sim. Ah, tá bom, *amiguinho*. Obrigada, tá bom, *amiguinho*. Tá nice. Tenhas um bom dia, tá bom. E muitos, muitos trabalhos pra ti. Ah, ok. Dependendo do que ele estiver a fazer. (MO.F7.17)

(114) “Ele eu trataria por moço ou como é que dizem? *Meu wi, wi*. (Wi.)

Hum hum. O jornal, quanto é que tá o jornal? Quais são, qual é, qual é a principal, qual a notícia destaque dessa semana? E eles dizem normalmente porque, é, os nossos, os ardinás... hum hum... como, os ardinás gostam de ser tratados de uma forma simpática. Gostam de se sentir à vontade com as pessoas que tão a comprar os jornais. E eu também procuro tentar ser um pouco, ir de acordo com o que ele fala, com o que ele pensa. E chamar de forma informal. Wi. (AN.10)

Em suma, é difícil estabelecer determinadas generalizações acerca da relação entre usos solidários e gênero. Tudo indica que se trata de uma questão particular à educação, meio social e vivências peculiares a cada informante. Assim, ao se comparar o exemplo 113 com o 115, observa-se direcionamentos completamente opostos acerca do mesmo perfil apresentado (o de número 03 – cf. figura 61). Destaca-se a validade em se comparar esses dois exemplos pelo fato de que foram produzidos por informantes com idades semelhantes (27 e 26 anos), ambas com curso superior completo (uma psicóloga e outra cientista política) e pertencentes a níveis socioeconômicos também compatíveis. Assim, segue o exemplo 115:

Figura 61: perfil 03 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.com/2012/05/mocambique-motorista-de-chapa-profissao.html>

(115) “Pra eles, mais uma vez, apesar de estarem não muito longe da minha faixa etária, eu não os chamaria de manos. Porque eles não me parecem assim de muita confiança. Estão assim num chapa e os chapas são assim maningue confusos¹²⁴. E eu também não quero estar a mostrar como é que é mano, não sei quê. Não quero tá a mostrar muitos assuntos. Então eu ia chegar e dizer: por favor, esse chapa vai pro, vai pro Xipamanine? Perguntava assim. Tentava também ser direta, mas não dava também muita confiança.” (MO.F1.04)

¹²⁴ “Manningue confusos”: *maningue* é uma expressão moçambicana que significa “muito.” “Muito confusos”, portanto.

Ainda acerca de questões relacionadas ao comportamento linguístico e o sexo do informante, mais especificamente sobre a atribuição de FTNs aos perfis, mais dois aspectos se colocam apenas com referência ao *corpus* moçambicano. No que se refere ao tratamento atribuído por informantes mulheres a perfis masculinos, duas informantes, uma de 52 e outra de 54 anos, apresentaram um comportamento bastante semelhante ao de mulheres brasileiras. De acordo com uma delas, é possível estabelecer relações solidárias com mulheres desconhecidas – até mesmo atribuir a FTN “amiga”. No entanto, na situação hipotética de se relacionar com um homem na rua, imediatamente mudaria a FTN para “senhor”. A outra informante, ao final da entrevista, faz uma reflexão geral acerca da sua mudança de posicionamento em relação aos perfis masculinos e femininos. A fim de exemplificar o exposto, seguem dois trechos de entrevista: em 116, uma informante simula um diálogo com o perfil de número 05 (cf. figura 61) e, em 117, foi transcrito o momento final em que a entrevistada reflete sobre si mesma:

Figura 62: perfil 05 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: http://olhosdeleoa.blogspot.com/2009_07_01_archive.html

(116) “Então, pronto, ih. Ya, mas ela tá ali a vender e eu chego e, boa tarde. Muitas das vezes, aquelas senhoras ali da rua, eu trato por amigas.

(Oh!)

Eu chego lá: *amiga*, quanto é que é esse seu tomate aí? Ela vai me dizer quanto é que é. Eu chego ali: boa tarde, *amiga*. Hãn?

(Aí ela vai dizer dez conto.)

Sim. Ela vai dizer, eu: xii, *amiga*, tá muito caro esse seu tomate. Não dá pra tirares um bocadinho? Aí eu ainda fico ali a dialogar com elas um pouco. Como são senhoras já. Mesmo essas senhoras que vendem alface, não sei quê. Tem uma amiga aqui que, depois acabamos sendo amigas. Quando eu vou pra lá, mesmo que eu não tenha dinheiro, ela dá. Nem, nem sabe onde é que eu vivo. Pronto, vou pra ali: *amiga*, não sei quê seu tomatinho, ele tá, pois olha lá, este aqui tá um pouco estragado. Troca lá. Amiga, então pronto, ela acabou por simpatizar. Tem uma outra ali que vende a maçaroca e eu gosto muito de maçaroca.

(Ahan.)

Eu chego lá, se não tenho dinheiro, levo. Depois vou lá pagar-lhe.

(Pronto.)

Ela não sabe onde é que eu vivo. Pronto, porque estabeleceu-se aquela relação de amizade ali ocasional. Pronto. Ya.

(Ah, que legal! Amiga, então!)

Amiga!

(Adorei. Poxa, mas e se passar um, e se for um, um, um vendedor, um homem de fruta, vai ser amigo?)

Ih, aí... eu geralmente faço isso quando são senhoras. Ya. Quando são senhores eu chego lá: boa tarde. Quanto é que custa isso? Ele vai me dizer quanto é que custa. Se esta caro: ih, *senhor*, tá muito caro. Vê lá se abaixa um pouco o preço.” (MO.F4.09)

(117) “Já... eu descobri uma coisa sobre mim hoje, ok. É que eu não sinto-me, ah, amedrontada pelas interpretações, má interpretação das mulheres. Mas sinto-me amedrontada pelas más interpretações dos homens. Descobri isso agora, ok, Sabrina. Uma mulher, uma rapariga, eu sei que ela vai entender-me, não vai interpretar mal. E muitos dos rapazes que nós aqui, os rapazes que tavam a vender o crédito pra pra o celular, eu sei que aquilo que me faz dizer senhor é que eles não pensem que eu tô a destrata-los, ok.

(Sim. Perfeito.)

É por aí. É por aí. Mas é mais uma coisa que eu tô a descobrir sobre mim, porque eu sei que é um problema de gênero.

(É?)

Isso eu já sabia, mas agora eu não sabia que no contacto eu também fazia esta distinção. Nice!” (MO.F1.02)

O outro aspecto que se coloca é a relação que se estabelece entre o informante homem e o perfil feminino. De forma geral, os homens moçambicanos também reagem de forma semelhante aos homens brasileiros. Por exemplo, tomando como base o perfil de número 20 (cf. figura 63), dos nove informantes moçambicanos homens, quatro optaram pela FTN “moça”, três sentiram-se mais à vontade com a ausência de formas de endereçamento e os dois informantes mais jovens (13 e 14 anos) optaram por “tia” e “senhora”. Entretanto, um informante de 34 anos fez uma reflexão importante acerca do contexto sociocultural da cidade de Maputo. De acordo com ele, além da questão de gênero, ao se relacionar com mulheres desconhecidas na rua, é preciso estar atento aos preceitos culturais e religiosos por elas adotados. Nesse sentido, ele debate acerca da sua dificuldade em se relacionar com pessoas muçulmanas, uma vez que ele não professa esse credo. Essa discussão pode ser acompanhada no excerto de número 118 com referência ao perfil 16 (cf. figura 64):

Figura 63: perfil 20 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/>

Figura 64: perfil 16 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://www.dw.de/abrigo-para-mulheres-eg%C3%ADpcias-v%C3%AD>

(118) “Cara, sinceramente? Eu ia escolher outra pessoa pra perguntar.
(É?)
É, porque essas pessoas não se misturam. Se bem que pode chegar e perguntar: ah, faz favor, *senhora*. Onde, onde é que tem uma mercearia assim? Podia, mas sendo o lugar onde se pudesse optar, eu faria. Não é por nada. É porque eles não se misturam.
(Entendi.)
É, então. Também não ia mexer.
(E eu acho essa uma resposta sim, né. Vai falar com essa pessoa ou não vai? É isso mesmo.)
É. Poderia falar se fosse, mas se tivesse outra pessoa, eu ia falar com a outra.
(Tá.)
Mas por eles mesmo. Não são pessoas abertas a se misturar. Se bem que tu lidas sempre com isto quando vai a lojas deles.
(Isso, isso.)
Né, mas pra passar na rua e eu querer uma informação, se tiver alternativa...
(Tá.)
Eu iria perguntar a outra pessoa. Não é por nada. É porque eles. Prontos, também, poderia perguntar. Se fosse homem, talvez. Mas sendo mulher. Essa coisa de muçulmano com mulher.
(Mais complicado.)
É, é, é um pouco.
(Tá.)
Eu já sabendo disso, pô. Então, também manter a distância necessária e segura.
(A distância.)
[risos]
(Entendi.)” (MO.F4.12)

De forma geral, o comportamento dos informantes angolanos foi coincidente com o de brasileiros e moçambicanos no que se refere às escolhas de formas de tratamento nominais e a questão do gênero. No entanto, alguns depoimentos e posicionamentos merecem menção em função de suas particularidades. Tal como os brasileiros, os informantes angolanos apresentaram FTNs solidárias bastante criativas para se referirem aos perfis masculinos cujo relacionamento não lhes pareceu hierárquico. Nesse sentido, um informante homem de 21 e uma mulher de 30 anos, quando arguidos acerca do uso de FTNs para interlocutores desconhecidos do sexo oposto, explicaram que há uma barreira que limita a solidariedade em determinados relacionamentos. Assim, a fala desses informantes advoga no sentido da existência de um comportamento verbal tipicamente masculino e outro tipicamente feminino quanto às estratégias de endereçamento:

Figura 65: perfil 20 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://aeppea.wordpress.com/page/29/>

(119) “É, a abordagem que eu ia fazer é cumprimentar e ir diretamente ao assunto, né. Mas se tivesse que lhe tratar por alguma outra forma preferia lhe tratar por moça, né. Moça também.

(Ah é?)

Moça. Eu chegava, cumprimentava. Boa tarde, onde é que eu posso comprar sumo ou água? Né! E ela ia me dizer e eu ia dizer talvez moça mesmo. Talvez, talvez porque dificilmente eu utilizo muito esses títulos aí pra me dirigir pras pessoas principalmente da minha faixa... não utilizo. O moça eu não tenho... O que eu utilizo mais mesmo no local, principalmente nessas cantinas, como mostraste aí o bolo, eu utilizo muito o moça. Agora pra pessoa que eu tô a abordar assim na rua é dificilmente mesmo eu utilizo.

(Mas se pra um homem da tua idade você chama de brada, de wi, tem alguma coisa pra ela?)

Não. O moça mesmo predomina. Moça predomina. Agora se for pra dizer umas outras, dizer gírias que às vezes utiliza pra se referir a algumas mulheres, mas não tem essa específica pra abordagem. Pra abordagem, chamar como homem meu wi, meu brada. Não tem. Ou, olha, até chamam quando é amiga. Só quando é amiga. Dizer que é minha wi.

(Minha wi.)

Não assim na rua, não. Na rua é mais pra abordar assim homens.

(Homens.)

Chamar minha wi numa moça...

(Não vai pegar bem.)

Não tem como. Não tem como.” (AN.01)

(120) “Seria: boa tarde, moça. Boa tarde, jovem. Será que tem aqui uma cantina próxima pra poder comprar uma água? Sim. Moça ou jovem acho que pela idade dela.

(Tá.)

Pode ser chamada de jovem.

(É? É o que você mais usa, né?)

Sim.

(Ou jovem ou moça? Você tem o hábito de brada, wi, essas coisas?)

Brada? Não. Acho que isso é mais os rapazes. Eu também tenho a minha linguagem, algumas linguagem que eu uso, né, tipo camba. Mas aquela linguagem eu acho que os rapazes mais é que usam. Eu tenho algumas que eu, que eu normalmente uso, mas não muito.” (AN.15)

Avaliando o comportamento dos informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos no que se refere às escolhas de formas de tratamento nominais, aparentemente é possível estabelecer a premissa de que há mais solidariedade entre pessoas desconhecidas do mesmo sexo. No entanto, um informante angolano, de 25 anos, apresenta uma opinião contrária, asseverando que se sente mais à vontade em

atribuir tratamentos familiares a mulheres do que a homens, uma vez que “os homens são mais trancados”¹²⁵:

Figura 66: perfil 06 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://cangue.blogspot.com/2009/02/os-chineses-em-angola.html>

(121) “Ok. Boa tarde, *senhor*, boa tarde. Desculpa pelo incômodo. Eu gostaria de saber mais ou menos donde é que fica a paragem de táxi.

(Perfeito. Muito bom. Senhor?)

Ok, senhor.

(Aqui então...)

É mais fácil chamar tia, tia uma mulher, mãe, do que chamar um senhor de, de pai...

(Sério?)

É. Eu acho que é mais... é por aí mesmo. Tanto que eu acho que o senhora, né... acima dos trinta anos é que chamamos senhor, posso chamar de senhor, tratar de senhor. Tratar de pai eu acho que não acentua muito bem.

(Entendi.)

Há muitos que não gostam mesmo. *Acho que os homens são mais trancados.*” (AN.11)

Conforme já debatido, a FTN “senhor(a)” pode ser um indicativo de formalidade, marcação hierárquica de distanciamento social, respeito – sobretudo em referência à hierarquia etária dos interlocutores. Entretanto, a esse respeito, é válido mencionar o comportamento linguístico de um informante angolano de 60 anos, professor universitário da área de humanidades. Dos onze perfis sociais femininos apresentados aos informantes angolanos, esse informante ora em observação empregou três FTNs que se referiam à profissão /ocupação do perfil (“professora”, “irmã” e “senhora enfermeira”), uma ausência de tratamento e sete vezes a FTN “**minha senhora**”. Uma vez que essa tenha sido a sua escolha privilegiada, independente da idade e do *status* representado pelo perfil, algumas ponderações podem ser feitas. É bem

¹²⁵ Tudo indica que a razão pela qual o informante angolano de número 11 emitiu essa opinião contrária à tendência de comportamento entre gêneros aqui apontada é que os tratamentos familiares sejam mais afetuosos. Dessa forma, ele pode ter sentido dificuldade em expressar afetividade a alguém do mesmo sexo. Outra razão que hipoteticamente possa justificar essa opinião é o fato de que ele atribuiu a FTN “senhor” ao perfil de número 06 (cf. figura 65), explicitamente um estrangeiro com relação ao contexto angolano. Assim, por não ter se identificado com o perfil a ele apresentado por meio da fotografia, o informante pode ter se sentido mais à vontade com “senhor” por ser uma forma que expressa mais formalidade e “distanciamento” social.

verdade que a forma “senhora” representa o indicativo de distanciamento que esse informante coloca ao se referir aos perfis do sexo oposto – comportamento que se afiniza com a maioria dos informantes homens dos três países em estudo. No entanto, o pronome possessivo “minha”, associado ao tratamento, provoca um efeito de sentido mais solidário e afetuoso por sua característica de associar as pessoas do discurso. Assim sendo, no caso específico desse informante, é possível compreender que, para relações entre gêneros, houve uma estratégia, ao mesmo tempo, respeitosa e cortês (solidária). Com um intento ilustrativo, seguem dois excertos produzidos por esse informante. O primeiro foi direcionado ao perfil 15 e o segundo ao perfil 20 (cf. figuras 67 e 68):

Figura 67: perfil 15 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asm.co.ao/testemunhos.html>

Figura 68: perfil 20 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://aeppea.wordpress.com/page/29/>

(122) “Muito bom dia, *minha senhora*. Eu estou aqui e pretendia tratar do cadastramento do meu terreno que tenho lá no Benfica e não sei exatamente em que departamento se trata este assunto. Eu gostaria, por favor, que me ajudasse a localizar o espaço. Seria assim.” (AN.08)

(123) “Boa tarde, *minha senhora*. Francamente eu estou a morrer de sede. Conhece por ventura um lugar aqui onde eu possa arranjar uma água ou um sumo? Seria assim.” (AN.08)

Assim como foi exposto no caso do informante moçambicano, em que a escolha da forma de tratamento não se deu apenas com referência ao sexo do perfil, mas também em função de um *ethos* cultural (do domínio religioso muçulmano naquele caso específico – cf. novamente o exemplo 118), uma informante angolana, de 25 anos também forneceu pistas no sentido de correlacionar a questão do gênero com outros aspectos a fim de se interpretar as escolhas tratamentais. Para o perfil de número 01 (cf. figura 69), essa informante asseverou que, por não conhecer a pessoa a ser interpelada, ela deveria ser “muito séria”. Por essa razão, a esse perfil ela preferiu a ausência de FTN, como demonstra o excerto 124:

Figura 69: perfil 01 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://badoo.com/pt-ao/harmm/>

Figura 70: perfil 03 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://noticias.sapo.mz/foto/1267269/>

(124) “Ah, aí eu chego e tenho que cumprimentar primeiro. Ya. Mas muito séria, porque eu não conheço ele, entendes?

(Então.)

Depois a maneira que tá assim meio, é, sei lá, formal. Aí eu chego e pergunto: desculpa, será que podia me informar onde é que posso encontrar isso, aquilo? Ya. E iria ouvir.” (AN.17)

Contudo, ao perfil de número 03 (cf. figura 70), um homem também desconhecido a essa mesma informante, ela simulou uma interlocução já mais informal e solidária – ainda que também não tenha escolhido nenhuma FTN:

(125) “Eu chegaria e dizia: olá, tudo bem? É, tu vais pra onde... é, eu preciso saber... eu tenho que subir no táxi ou saber qual é o táxi que eu tenho que pegar pra chegar até o Benfica?

(É. Na verdade, se esse vai pro Benfica.)

Ah, ok. Eu chego e digo: olá, tudo bem? Fixe¹²⁶? Esse táxi vai pra onde?” (AN.17)

Assim, a partir da comparação dos excertos 124 e 125 produzidos pela mesma informante angolana, é possível perceber que as escolhas linguísticas transcendem a questão do comum distanciamento que ocorre entre gêneros. Para compreender esse caso, é válido recuperar o conceito de *ethos* proposto por Brown e Levinson (1987) já exposto na seção 02 (página 108): “a qualidade afetiva da interação que é característica dos membros de uma sociedade”¹²⁷ (BROWN; LEVINSON, 1987, p.243, tradução nossa). Dessa forma, ao analisar os perfis, instantaneamente a informante em questão recuperou sua bagagem de conhecimento e avaliou aspectos socioculturais das imagens apresentadas. Isso pode ser comprovado com a seguinte afirmação realizada no excerto 124: “Depois a maneira que tá assim meio, é, sei lá, formal”. Portanto, em termos mais amplos, quando os informantes sentiram-se identificados socialmente com o perfil apresentado por meio das fotografias, houve maior probabilidade de realização de uma

¹²⁶ *Fixe* é uma expressão popular angolana que corresponde ao “legal”, ao “tudo bem.”

¹²⁷ “The affective quality of interaction characteristic of members of a society.”

FTN mais solidária. Essa análise é constatada pelo seguinte comentário de uma informante de 19 anos:

(126) “Já é, seria mais do *jeito terra-terra*. Oi , moço, tudo bem? Fixe? É, o táxi vai pra onde? E, e depois, se o táxi fosse pro Benfica eu pediria pra me deixar lá e se não fosse eu diria “Tá bala”, tchau.

(Tá bala?)

É assim que a gente...

(Legal. Gostei.)

Tá bala, tchau.” (AN.10)

Além da expressão “terra-terra”, outro informante (48 anos) referiu-se à solidariedade que há em determinadas relações a partir do conceito de pertença cultural com a expressão “somos família”:

(127) “Então chega e vai negociar: mãe, bom dia, bom dia. Mãe, quanto é que estás a vender o peixe? Tô a vender o (?) a mil e quinhentos. E a propósito, aqui o frango? O frango tô a vender talvez a quinhentos e setenta e cinco quilogramas. Uma coisa (?). Não tem desconto? Ah, tira aqui uns cem, tira aqui um oitocentos. Ah, volta agora a falar por dialeto. Ela vai te ver e vai ver o que está a dizer: pronto, então fica já esse aqui, esse ficou de trezentos e esse fica já por coisa. Ah, (?) aquele ali é só falar entre eles. *Os outros* é que têm muito dinheiro. Paga só. Tão a falar porque *nós somos entre nós*. Então, muito obrigado pelo gesto e razão por isso que é pra (?) o preço.

[risos]

(Só pela língua já...)

As coisas descem o preço. *Somos família*.

(É todo mundo, no mesmo, do mesmo berço mesmo.)

Do mesmo berço, exato, exato.” (AN.19)

Em suma, é possível estabelecer algumas generalizações acerca do uso de FTNs solidárias para os três países em discussão na presente pesquisa. Esse propósito é alcançado por meio do quadro 17:

Quadro 17: Síntese esquemática das FTNs solidárias

Solidariedade
Principais motivadores às FTNs solidárias: <ul style="list-style-type: none">• Aproximação de idade;• Comunhão de experiências profissionais;• Identificação sociocultural e sentimento de pertencimento.
Diferença entre gênero: <ul style="list-style-type: none">• Há mais solidariedade entre pessoas desconhecidas do mesmo sexo;• Homens usam um repertório mais diversificado de FTNs solidárias;• O repertório feminino limita-se a formas menos criativas e mais comuns;
Moçambique e Angola <ul style="list-style-type: none">• Diferenças religiosas e culturais implicam FTNs não-solidárias.
Pronome possessivo “meu/minha” <ul style="list-style-type: none">• Provoca um efeito de sentido mais solidário a FTNs formais, como, por exemplo, “<i>minha senhora</i>”.

Fonte: própria

Esses exemplos aqui apontados demonstram que nas três sociedades, brasileira, moçambicana e angolana, há evidências de que a semântica da solidariedade permeia diversas relações sociais. Entretanto, essa não é a única força atuante nas escolhas linguísticas dos usuários da língua. Há outra força muito presente – que se manifesta ora explicitamente, ora de uma forma camuflada – que rege as relações sociais e determina as escolhas linguísticas: o poder.

4.3.2 O poder

Assim como apresentado na seção 02 (a partir da página 83), nesse trabalho investigativo assumem-se quatro concepções fundamentais acerca do poder: i) a semântica do poder e da solidariedade de Brown e Gilman (1960/1972); ii) a perspectiva de Michel Foucault (1979), em que micropoderes perpassam todas as relações sociais; iii) a concepção de poder enquanto mecanismo discursivo, baseado em Fairclough (1989/2001a; 1992/2001b); iv) e o posicionamento de Manjate (2010) que argumenta no sentido de que o poder é parte inerente da organização social e das

dinâmicas de grupo. É preciso salientar que essas visões apresentam-se como complementares, no sentido de que, ao observarem o fenômeno social do poder por diferentes prismas, chegam a conclusões semelhantes.

Ao se inter-relacionar o sistema de formas de tratamento com a perspectiva analítica do poder, é possível depreender que, em meio a uma gama de possibilidades, os usuários da língua avaliam pragmaticamente as condições da interação, para, então, efetuarem as suas escolhas. Essas condições de interação levam em conta o contexto ambiental em que a interação acontece, a situação hierárquica – ascendente ou descendente – ou horizontal que estabelece com seu interlocutor, o *ethos* da pessoa com quem se interage, fatores educacionais e culturais, entre outros.

Por meio das entrevistas realizadas com os informantes dos três países, utilizando o método das fotografias que representam perfis sociais, é preciso coadunar com a proposta foucaultiana de análise social. Os depoimentos e simulações de diálogos resultantes das entrevistas levam à conclusão de que o poder efetivamente rege as dinâmicas sociais a partir de diferentes elementos, abrangência, estratégias, graus de sutileza e explicitação etc. Nesse sentido, os exemplos que aqui serão apresentados consideram uma possível influência dessa força social – o poder – não apenas na relação entre o informante e o perfil a ele apresentado a partir de um viés hierárquico decrescente (ou seja, o perfil representar alguém hierarquicamente superior ao informante), mas também no sentido que a relação estabelecida seja de um informante que se autoavalia superior ao perfil em foco.

Compreendendo que as manifestações do poder se dão de formas mais ou menos sutis e mais ou menos explícitas, o primeiro aspecto aqui analisado se refere ao poder manifesto por meio da língua/discurso, em que os informantes revelaram ter consciência acerca de que suas escolhas linguísticas precisam corresponder ao grau de formalidade exigido pelo contexto comunicativo – uma ocasião de poder explícito, portanto. Essa proposição, direta ou indireta, de que a língua é um instrumento de poder ocorreu com informantes dos três países, que possuíam idades e estatutos sociais diferentes. Os depoimentos a seguir são, respectivamente, de um moçambicano de 34 anos, que desempenha a função profissional de arquiteto (direcionado ao perfil 15 – cf. figura 71); de uma angolana de 23 anos, bibliotecária (direcionado ao perfil 15 – cf. figura 72); e de um brasileiro de 50 anos, que desempenha conjuntamente as funções de ferroviário, professor e militante político (direcionado ao perfil 11 – cf. figura 73):

Figura 71: perfil 15 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2310

Figura 72: perfil 15 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://asm.co.ao/testemunhos.html>

Figura 73: perfil 11 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://uniol.com.br/blog.php?id=21&arquivo=2010-12>

(128) “Ah, chegaria aqui também e é aquilo que eu falei. A *formalidade* aqui é evidente, né. (Então.)

Você pra ser considerado. Ele olhar pra ti e realmente te dizer onde tá o Khossa, você tem que dizer: Boa tarde. É, eu gostaria de saber se o senhor Khossa se encontra. Você também tem que *resgatar o português pra impressionar*, pra poder ser atendido, sabe. Isso eu uso muito, sabe.” (MO.F4.12)

(129) “Mas essa antes mesmo pra perguntar, a pessoa já tende a... porque ela parece ministra. (Ah!)

Aí a pessoa já... *tem que preparar bem as palavras*.

[risos]

Não, porque no começo já a pessoa já *fala com medo de errar*. Não sei. Se calhar é porque muitas vezes julgamos a pessoa pela aparência, né.

(Não é?)

Então... ela é senhora. Mas é com muito receio.

(Tá. Talvez você não falasse com ela?)

Talvez. É que parece ser ministra ou o quê. Quer dizer, vais assim num ministério, né, e vais ter com pessoa... quer dizer, até a pessoa se falar, fala, que a pessoa é humana como nós, né.

(Então!)

Ok. Mas se calhar a pessoa *é um bocadinho mais intimidadora na linguagem*. Se calhar ela é mesmo a ministra com quem queres mesmo falar.

(Ah, tá.)

Ok. Então, *é mesmo senhora, mas com todo o respeito e um pouco mesmo humilde*.

(Entendi. Mas cê faria mesmo uma frase só pra eu ver como ficaria?)

[risos]

(Só pra eu ter uma ideia?)

Só pra ter ideia. Bom dia, senhora. Pode... mas assim com *um tom assim meio meigo*.

(Tá.)

Porque ela parece ser ministra. Se calhar é a pessoa mesmo com quem... às vezes até mesmo pra falar com ela tem que marcar audiência. Então...

(Hum.)

Desculpe, bom dia, desculpe. Antes até de falar às vezes a pessoa até pede desculpa.

(Certo.)

[risos]

É por aí. Bom dia. Desculpe, senhora. Pode mostrar onde é que devo me dirigir pra levar estes documentos?” (AN.13)

(130) “É doutor porque eles gosta dessa *palavra*. Eles gosta de serem chamados de doutor, é uma coisa louca. Então, se às vezes você não fala doutor, cê tem até um tratamento diferenciado, entendeu?

(Você pode bolar uma frase pra eu ver mais ou menos como cê falaria com ele?)

Ô doutor, eu tô meio ruim aqui. Eu não sei da onde saiu essa dor. Mas eu tô, entendeu, tô precisando de um remédio. É mais ou menos isso, mas eu uso doutor mesmo.

(E cê fala pra ele doutor o senhor, ou doutor você?)

Eu acho que eu não uso nem senhor e nem você. Eu falo doutor e se eu tiver de falar com ele de novo, aí eu falaria doutor de novo. Se ele falasse: pode me chamar de você, aí eu chamo de você, entendeu? Porque é um *condicionamento da sociedade*, mas o médico ele tem uma *postura de autoridade*, entendeu? E eu sinto isso. Quando cê vai, quando cê não... porque eu fiquei um tempo no INSS e eu tinha muita dificuldade de se *relacionar* com os médicos.

(É?)

Porque eles querem que você reverencia mesmo, entendeu? Então, é...” (BR.F7.17)

A partir do reconhecimento de que o perfil pudesse representar uma posição social hierarquicamente superior a sua, alguns informantes verbalizaram a sensação de constrangimento e dificuldade em estabelecer a comunicação. Tal como a informante angolana do exemplo 129, que fez uso de palavras como “humilde”, “tom mais meigo”, os exemplos a seguir (de duas moçambicanas, uma de 22 e outra de 57 anos, e de um angolano de 19 anos) revelam sensações parecidas:

(131) “Vou cumprimentar sempre boa tarde, como está? Não. Minha estratégia é não alongar muito. Ele está a trabalhar e eu estou a atrapalhar. Boa tarde. Eu gostaria de falar com o senhor Khossa. É, o que que eu devo fazer pra eu me encontrar com ele? Ou: gostaria de me encontrar com o senhor Khossa. *Eu não sei por que que hoje... é uma coisa tão que acontece todos os dias, mas quando... só de imaginar a situação, já estou a... as palavras não estão a vir. Mas, sim, vai ficar meio tenso.* Boa tarde. É, o senhor Khossa está? Ok, está sim, está. Eu gostaria de falar com ele. Seria possível falar com ele?” (MO.F10.23)

(132) “Aqui chego e digo: Boa tarde, por favor, eu vim ter com o senhor Khossa se é possível ele me atender. Posso perguntar assim mesmo.

(...)

Ele que dá ordem. Ele não recebe. Pra ele tem que chegar lá humildemente. Chegar mais... pronto. Ele aí vai, ele vai chamar porque com a autoridade dele ele vai, ele pode ir. Não porque eu estou a mandar.” (MO.F10.25)

(133) “Com muito *receio*, é, muito, não seria medo, é mesmo receio eu deveria chegar: desculpa, muito bom dia. Senhora, eu tô a procura do departamento X. Não sei se poderia me indicar. Olha, vais por aí, vais por aí. Muito obrigado, com licença. Ou, muito obrigado. Boa continuação. E me afastava. Mas raramente eu, dentro de uma instituição pergunto a uma pessoa... do jeito que ela está vestida, raramente eu pergunto a ela, chego até ela. É raro. Difícil. Só se for a última, a única, a última...” (AN.21)

Acerca da postura de autoridade do interlocutor como uma prática sociocultural de apreço a hierarquias, um informante moçambicano de 43 anos deu um depoimento a partir de sua prática profissional cotidiana. Ele é funcionário em uma loja de mobílias para uma classe social elevada e seus clientes, de determinadas maneiras, impõem o reconhecimento do *status* por eles assumido. Assim, com uma intenção de se observar o poder socialmente manifesto e aceito, segue o relato desse informante:

(134) “Pronto. Esse aqui é, políticos já sabem, gostam de ser tratados como doutores.
(É?)
Sim. Tem uns que gostam de ser tratados como doutores. Não só político. Eu vou lhe dizer, vou lhe dar... pronto, poderia, posso responder aqui a pergunta depois...
(Tá.)
Eu vou lhe dar um aparte. Aqui, pronto, seria... eu o trataria por senhor.
(Certo.)
Porque eu penso que... é o senhor, primeiro. Bom dia, senhor. Disse que era pra procurar uma informação, né?
(É. Um departamento lá do ministério.)
Procuro o departamento dos recursos humanos ou do, do, do departatório da documentação dos estrangeiros. Agora que está muito na moda, há muito estrangeiro. Seria por senhor, sempre.
(Senhor, sim.)
Mas vou lhe dizer o porquê disso do, do doutor. Eu tenho muitos clientes. Então, pá. Aquela loja, não sei se conhece a loja, é uma loja que não é pra classe baixa.
(Tá.)
Pra ser sincero. E a média, a classe média também não é, não é também.
(Tá.)
Não é pra um jovem que acaba de casar hoje.
(Não.)
Que trabalha, que tem um trabalho normal, que vai chegar ali, que vai comprar. A não ser que alguém pague ou que faça um empréstimo bancário, porque, porque é mais mobília clássica, digamos.
(Tá. Bem tradicional.)
Bem tradicional. Quem compra é mais uma pessoa já... não, são senhores, digamos.
(Certo.)
E eu vejo que muitas vezes eu chego aí, bom dia, não sei quantos, em que eu lhe estendo a mão e ele diz: doutor João. Ele não é doutor. Ele ali não...
(Ele se apresenta?)
Ele se apresenta como doutor.
(Opa.)
Ou então, vai reparar que nos cheques, não sei se já tem uma conta aqui, há de ver que os nossos formulários bancários, vem ali um coisa em que pergunta como quer ser tratado. E vem senhor, vem, vem o espacinho pra gente por o X, vem doutor, ou vem não sei quê. Ou engenheiro. Até tem engenheiro se não estou em erro. Há alguns cheques que vem escrito engenheiro fulano de tal.
(Não sabia disso.)
Há de ver por trás dos cheques. Se tiver um cheque, vai reparar que atrás dos cheques há ali Engenheiro Fulano de tal ou senhor, ou doutor Fulano de tal. Não. Eu por mim eu acho que está errado. Ele é senhor.
(Tá.)
Doutor lá na empresa dele. Lá no escritório dele. Ele é lá doutor. Aqui somos todos senhores e amigos. Mas é a verdade. Nós aqui temos muito disso.
(Mas, pronto...)
É status, digamos.
(O status?)
O status.
(Mas se ele chegou se apresentando como doutor, como que o senhor vai tratar ele?)
Eu troco. Eu chamo de senhor.
(Senhor?)
Senhor, senhor. Só se eu já o conhecer e sei que ele é o doutor mesmo.
(Como assim?)
Como, por exemplo, hã, aparece-me, é, bem, podem ser advogados.
(Ah, tá.)
Clientes advogados. Que eu sei que ele, eu sei que ele é advogado.

(Entendi. Aí...)

Aí eu chamo. Aí eu chamo.

(Doutor fulano?)

Doutor fulano. Eu chamo. Mas se é uma pessoa que eu não o conheço. Primeiro eu não conheço, e eu vou tratar de doutor por quê? Eu chamo de senhor.

(Senhor. E resolve, porque não está sendo indelicado. Ao contrário. Está sendo formal. Tá.)

Eu trato assim. Tenho muitos advogados mesmo. Médicos de carreira. Conheço. Pronto. Às vezes, até socorro-me a ele no hospital ou seja o que for. E trato de doutor.

(Doutor. Aí tudo bem.)

Se conheço já. Conheço, tenho... mas, pronto, alguma intimidade, digamos. Mas ele não

(Não?)

Eu chamo de senhor.” (MO.F5.15)

A percepção dessas estruturas de poder é justificada de modos muito diversos pelos informantes. Há alguns que aceitam a dinâmica social e atribuem seus usos mais formais ao ambiente profissional (excerto 139), por exemplo. Há outros que, em uma atitude empática, colocam-se no lugar do interlocutor para saber como ele gostaria de ser tratado (excerto 136, 140 e 141). E há, finalmente, informantes que, por não se sentirem confortáveis em assumir a diferença hierárquica, buscam justificativas em outros domínios, tal como a idade do perfil (excerto 135) ou o fato de serem desconhecidos¹²⁸ (excertos 137 e 138), por exemplo. Para ilustrar esses diferentes posicionamentos dos informantes dos três países, seguem os excertos 135 e 136 de duas brasileiras, 35 e 61 anos, direcionados ao perfil de número 15 (cf. figura 74); os excertos 137 a 139 são moçambicanos: de um informante de 43 anos ao perfil 06 (cf. figura 75), de um informante de 24 anos ao perfil 02 (cf. figura 76) e de uma informante de 18 anos ao perfil 15 (cf. figura 77); e os excertos 140 e 141 são de informantes angolanos direcionados ao perfil de número 18 (cf. figura 78), uma informante de 18 e outro de 21 anos:

¹²⁸ Uma vez que todas as imagens mostradas aos informantes são de pessoas desconhecidas, teoricamente, todos os perfis deveriam ser interpelados da mesma forma, considerando essa justificativa. Entretanto, não é isso o que acontece. Portanto, assume-se que outros fatores estão envolvidos nas escolhas dos informantes.

Figura 74: perfil 15 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>

Figura 75: perfil 06 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://pequenaviagem.blogspot.com/2006/12/jantar-de-boas-vindas-e-noite-em.html>

Figura 76: perfil 02 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://fdmmoz.org/eng_partners.php

Figura 77: perfil 15 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2310

Figura 78: perfil 18 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2013/0/1/Administracao-prioriza-agua-

(135) “Tá, eu já ia usar o senhor aqui.

(Ia usar?)

Ia usar. Ia usar. Bom dia, o senhor sabe se o documento tá pronto já?

(Tá. E por quê, assim? Por que que cê escolheu senhor logo de cara?)

Então, *porque ele já não é um mocinho, mas ele já também não é um senhor senhor.*

(De idade.)

É, exato. *Ele já não é moço também.* Então já já cabe um senhor pra ele aqui.” (BR.F4.08)

(136) “Também por gentileza. Um advogado, vamos supor.

(Tá.)

O senhor poderia me... é o senhor, com certeza. Poderia ver um documento pra mim. Tudo é uma questão de conversar.

(Tá. Mas ele não parece ser mais velho, parece ainda jovem...)

É mas eu acho assim, aquilo que eu falei do médico, né. *A questão do cargo, da função.* Se é um doutor, eu acho que é uma *questão de delicadeza*, né, e eu acho que *essas pessoas gostam de ser tratadas assim também.* Eu acho.

(Perfeito.)

Eu acho que *eles não gostam de ser muito próximo seu.* Pelo menos eu vejo assim. Eu chamaria de senhor.” (BR.F6.14)

(137) “Aqui já é formal. Aqui não tem, não tem como. Bom dia, senhor. Uma informação só. Eu gostaria que me dissesse, aqui perto, onde é que eu posso encontrar umas bombas de combustível? Porque meu combustível está, o meu carro está na reserva. E...

(Assim?)

Assim.

(Tá. Tem que ser formal?)

Tem que ser formal. Olhando pro senhor aqui. Não lhe iria tratar informalmente, não. *Não o conheço.*” (MO.F5.14)

(138) “Seria muito simples também. Como assim: bom dia, estou procurando uma farmácia aqui perto. Não sei se a senhora conhece uma mais próximo aqui que podia me indicar (?). Então, ia me dar a resposta a pessoa. (?) Ia indicar.

(Sim. Eu percebi que você chamou ela de senhora, foi isso mesmo?)

[o entrevistado balança a cabeça afirmativamente]

(E por que você escolheu senhora?)

Por que? Porque *não tinha nenhum grau de intimidade com ela*. Então, com formalidade também, senhora seria mais conveniente.” (MO.F6.15)

(139) “Boa tarde. Eu tô a procura do senhor chamado Khossa. Ele tá por aqui? O senhor sabe me dizer onde é que eu, onde é que eu posso encontrá-lo? Obrigada.

(E senhor?)

Senhor.

(E aí, tem alguma razão assim, dessa tua escolha?)

Não sei. Talvez por *ele estar mais bem vestido*. Talvez por *ele tar num escritório*. Parece que é preciso uma maior educação, uma coisa mais forte. Eu acho que é isso.” (MO.F1.01)

(140) “Boa tarde. É o senhor que trata o atestado de residência? Trataria por senhor.

(Certo.)

Por estar também num local de trabalho e por mostrar uma certa rigidez na postura. E por ter uma certa rigidez parece ser uma pessoa que gosta de ser tratada com formalidade.

(Tá.)

No local de trabalho.

(Entendi.)” (AN.10)

(141) “Eu ia chegar: boa tarde. Boa tarde, eu gostaria de tratar o atestado de residência. Ele ia me dizer, por exemplo, não, não é aqui. É na sala, numa outra sala. Eu: e o senhor pode me explicar? O senhor pode me dizer onde é que fica a sala? Ou o que é que eu tenho que fazer? Mas eu ia utilizar o senhor mesmo.

(Por, por, sei lá, a profissão? Alguma coisa assim?)

É mais, quando eu utilizo mais o termo senhor ou alguma coisa assim do gênero é mais porque eu não, como é que eu posso dizer? Além de impedir que a pessoa seja chamada de uma outra coisa que não seja, e o termo senhor, vamos assim dizer pra muita gente, *têm pessoas que não gosta, vamos assim dizer, de sair do patamar que já atingiram*. E chamando de senhor não vão sentir rebaixados ou o quê, ou coisas assim do gênero. Então, e *por não me identificar muito e não tentar tirar o status da pessoa*, então, eu chamaria de senhor ou coisas do gênero.” (AN.01)

Por vezes, a questão da hierarquia e do estatuto social representado por determinadas profissões é algo culturalmente introjetado, de modo que os usuários da língua reproduzem padrões sem sobre eles refletir. A esse respeito, é válido comparar os excertos de número 142 e 143 acerca da diferença de uso dos tratamentos “nome próprio” e “moço”, ambos realizados por uma informante brasileira de 41 anos. O

primeiro deles foi direcionado ao perfil de número 14 e o segundo ao perfil 15 da amostra brasileira (cf. figuras 79 e 80). As duas imagens revelam profissionais em pleno desempenho de suas funções. Entretanto, cada um foi interpelado de uma forma diferente na simulação de diálogo proposta – fato que evidencia que a escolha por um tratamento transcende a questão meramente profissional. Seguem os excertos:

Figura 79: perfil 14 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://jarbasrocha.com.br/senar-promove-curso-de-pedreiro-rural/>

Figura 80: perfil 15 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>

(142) “Mesma coisa: *moço*, me ajuda? Qual rua é essa? Ou: onde fica essa rua, *moço*?” (BR.F5.10)

(143) “Não sei. Também chamaria de, de... poderia até perguntar o *nome dele*: qual seu nome? O documento já tá pronto, *fulano*?”

(Tá. Pelo nome?)

Pelo nome dele.

(Tá joia.)

Num chamaria ele de *moço*.

(Não chamaria?)

Não. Porque *moço* pra mim é... tô na rua, tô perdida, informal. Mas *ele é uma pessoa que trabalha num lugar*. Então, perguntaria o nome dele, falaria o nome dele: tal documento já tá pronto, *fulano*?” (BR.F5.10)

Entretanto, demonstrando percepções completamente opostas, a esse mesmo perfil de número 14 da amostra brasileira, outros comportamentos linguísticos foram identificados no sentido de reconhecer que ele está desempenhando uma função profissional e por recearem atrapalhá-lo. Acerca disso, serão expostos a seguir exemplos em que os informantes empregaram estratégias de polidez positiva (por haver simpatia, solidariedade, mitigação e reparação; excertos 144 a 146) e de polidez negativa (por haver explicitamente o desejo de se preservar a privacidade do interlocutor em não querer incomodá-lo; excertos 147 a 149) na elaboração do pedido feito ao perfil. São exemplos:

(144) “Ah, já pra ele eu já chego... Tô passando aqui, né. Tô meio perdido tal. Eu já chego ele tá trabalhando, eu falo assim ó: *ô amigo, dá uma mão aqui pra mim, meu*. Estou, eu preciso achar esse endereço aqui. Onde que é? Alguma coisa desse tipo.” (BR.F5.11)

(145) “Eu falo: ô, desculpa aí, *mano*, ó, tô meio perdido aí, *cê poderia me dar uma luz* onde que fica essa rua aqui? Seria assim.” (BR.F7.17)¹²⁹

(146) “É um pedreiro, tá aqui rebocando a parede, eu tô passando na rua, querendo achar uma padaria: *Amigão*, sabe onde tem uma padaria aqui próximo? Mesma coisa que eu já perguntei pros outros todos.” (BR.F10.22)

(147) “Ah, eu vou, é a mesma coisa. Eu vou falar sempre isso: *ô moço (?)*, ó, *desculpa aí atrapalhar o teu trabalho um pouquinho*, mas pode me dar uma informação? É assim.” (BR.F5.12)

(148) “Então, eu falaria: por favor, *desculpa te incomodar*, mas o senhor sabe onde fica a rua tal?” (BR.F6.13)

(149) “É, *desculpe-me atrapalhar o seu serviço*, mas o senhor poderia me dizer onde fica a farmácia ou a padaria X?” (BR.F9.20)

No que se refere às estratégias pragmáticas empregadas pelos informantes dos três países, há fortes indícios de que o poder pode ser expresso por elocuições em que os recursos de cortesia e polidez estão ausentes. Assim, nas ocasiões em que o informante avaliou o seu posicionamento social como sendo superior ao do perfil, houve atos ameaçadores da face do perfil, ou seja, ausência de recursos de mitigação e reparação. No geral, essa situação foi mais comum em relações comerciais, em que o perfil representava um prestador de serviço. O primeiro exemplo (150) é de uma moçambicana de 27 anos em referência ao perfil 14 e o segundo de um angolano de 54 anos ao perfil 10 (cf. figuras 81 e 82):

¹²⁹ Neste excerto reconhece-se tanto a estratégia de polidez positiva – conforme evidenciado pelo destaque em itálico – quanto a polidez negativa, pelo fato de o entrevistado iniciar o enunciado com “ô, desculpa aí, mano.”

Figura 81: Perfil 14 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://www.flickr.com/photos/13385504@N05/3846792042/>

Figura 82: Perfil 10 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asminhasimbambas.blogspot.com/>

(150) “*Psi, psi.* Eu? É. *Anda cá.* Crédito. Ou *psi, crédito, crédito.* A pessoa olha e vem a correr. [risos]

(E como *cê* pede que *cê* quer o de cinquenta?)
Tens aí um de cinquenta?” (MO.F8.19)

(151) “Oi. Quanto é que custa? Quanto é que custa o que você tem aí no cesto?

(Mais direto?)

Direto. Oi. Quanto é que custa o que você tem aí no cesto?

(Certo.)

Eu quero isto.” (AN.12)

É válido destacar que o recurso empregado pela informante do excerto 150 a fim de “chamar” o interlocutor que se encontra distante ou distraído é bastante comum. Dentre as possibilidades existentes em língua portuguesa, as mais empregadas são “psi”, “psiu”, “ei”, “ou” e “opa”. Nesses casos, o falante evita o emprego de uma FTN na função de vocativo utilizando um recurso relacionalmente mais neutro, já que essas expressões não predicam nada sobre seu interlocutor. Entretanto, essa estratégia, majoritariamente, **não** é direcionada a um interlocutor hierarquicamente superior. Nesse sentido, ainda que expresso de uma forma mais branda, trata-se da expressão de uma das sutilezas do poder no discurso. Para ilustrar esse uso, segue o exemplo de dois informantes brasileiros (40 e 33 anos, respectivamente) e de uma informante moçambicana (50 anos):

(152) “*Opa, tudo bem? Quanto é a melancia? Só isso.*” (BR.F3.07)

(153) “Não conheço. Ah, eu abordaria também da mesma maneira: *Ei, cê conhece tal pessoa, cê, quem que é tal pessoa não sei que bã bã bã.*” (BR. F6.15)

(154) “Não. Aqui é só *psiu psiu*. É aqui é com sinais mesmo. Se ele tá longe é *psiu psiu*. Né. E quando aproximás: bom dia. Tens crédito? Tens crédito de vinte, de cinquenta, de cem, de quinhentos?” (MO.F7.18)

Ainda considerando que pode haver interferência da semântica do poder nas estratégias pragmáticas empregadas nas interlocuções, houve um número significativo de informantes moçambicanos e angolanos que se referiram ao fato de que suas escolhas de FTNs dependiam do contexto comunicacional. Assim, por um lado, nas situações em que pretendiam **pedir informações**, os informantes assumiam a necessidade de empreender estratégias de polidez, a fim de não ferirem a face de seus interlocutores e obterem a informação desejada. Por outro lado, em **situações comerciais**, em que o foco estava em adquirir algum produto, os informantes colocavam-se implicitamente como detentores do poder financeiro e não sentiam a necessidade de lançarem discursivamente os recursos de polidez. Para exemplificar essas justificativas apresentadas pelos informantes, seguem os excertos 155 a 158, produzidos por moçambicanas (mulheres de 42, 43 e 34 anos) e os excertos 159 a 162, produzidos por angolanos (um homem de 26, uma mulher de 23, outra de 25 e um homem de 42 anos, respectivamente):

(155) “Eu chego ali: faz favor, bom dia. É, queria saber o preço do tomate. Sim. (Ah, então sim...)”

Pra mim está barato. Então, nesse sentido da senhora que está a vender, desta senhora que está a vender, aí, às vezes, não precisa usar senhora também toda hora porque, tipo, ali *é um favor que eu estou a pedir pra aqueles*, pra mostrarem a rua não sei quê [a entrevistada aponta para as imagens anteriores]. Então, *aí tem que ir com muito respeito*. Dizer faz favor, senhor ou não sei quê, não sei quê, *pra poder me explicar com respeito*. Então, ela como é uma vendedeira, também precisa de respeito, mas, *ela já que estar a vender*, então, eu posso dizer: faz favor, bom dia. Queria saber o preço do tomate. Sim. Então, aí não preciso aplicar mais senhora, senhora.” (MO.F4.10)

(156) “Vou ser natural, não vou mentir. Então, chego, chego... *raras vezes eu vou usar bom dia pra esses que vendem crédito*, porque eles também são ambulantes e andam ali ali a trabalhar ali ali. Eu só pergunto: tens crédito de 50? Então, ele vai dizer sim, traz pra mim eu compro.” (MO.F4.10)

(157) “Também da mesma forma: ah, bom dia, meu senhor. Desculpe lá, pode me indicar a avenida Amilcar Cabral? Ah, não sei se ele me diria mana ou, aqui há tantos termos que eles usam, não? Ou minha senhora, eu não sei como ele, ele retornaria pra mim. Ah, a Amilcar Cabral vai pra não sei quê e logo a seguir apanha a Amilcar Cabral.

(..) *A gente tem que respeitá-lo. Porque também precisamos de uma informação e tem que haver aquele respeito*. Com distância, mas...” (MO.F5.13)

(158) “Ah. Quanto é que é o quilo do tomate?”

(...) *Às vezes vou logo assim direto. Quanto é que é o quilo do tomate? Porque ela está ali pra vender tomate, então...*” (MO.F9.22)

(159) “Boa tarde. Desculpa, vai pra onde?
(Simples. Direto. Assim!)
Ele tá ali a prestar um serviço.” (AN.03)

(160) “Moça, eu quero esse doce.
(Direto!)
É verdade, mas nós não temos mesmo o... tamos no supermercado... eu normalmente, eu sei que realmente pras meninas do caixa ainda agradeço quem tá. *Mas normalmente nessas que vendem, nós não temos o hábito do por favor e não sei quê.* Às vezes, aqui essas, as moças são mesmo mais direto.” (AN.13)

(161) “Sim. Bom dia. Bom dia, minha senhora. Sabe se existe alguma padaria aqui próximo? Acho que era assim. Bom dia, desculpe incomodar. Eu queria saber se, se, se sabe me dizer se há alguma pastelaria aqui próximo. Eu queria tomar o pequeno almoço e tô um bocadinho esquecida, não me lembro. *Mas com muita simpatia sempre, né, porque a gente se quer ajuda do outro eu faço sempre com muita simpatia e humildade.*” (AN.18)

(162) “Bom dia ou mesmo só olá no caso dela. É só um pouco mais... olá, tudo bem? Quanto é cada? Quanto é os doces porque eles vêm separado, né.
(Já é bem descontraído?)
Sim, a ela não tem, não tem, vamos assim dizer, não tem aquela, não tem a exigência de muito quê, quê, quê.” (AN.23)

Esse tipo de justificativa não foi comumente apresentado pelos informantes brasileiros. Contudo, a esse respeito, dois informantes fizeram comentários interessantes. No primeiro deles (excerto 163), o informante (de 35 anos) explica que a FTN por ele utilizada é um recurso para se pedir informação de uma forma mais adequada. Já o segundo excerto, destoa das justificativas dadas anteriormente, uma vez que a informante (61 anos) argumenta no sentido de que ela usa o “por favor”, uma estratégia de polidez positiva, em situações comerciais “por uma questão de delicadeza”. Seguem os excertos:

(163) “O senhor viu tal pessoa por aqui? Eu poderia falar assim.
(E por que que agora cê achou que senhor caberia? Lá antes não.)
Não sei. Eu tô olhando pra, prum rosto diferente. Isso daqui é muito legal por isso. Cê tá com um monte de pessoas diferentes e, não sei, na hora assim eu olhei pra ele e eu ia falar isso.
(Cê acha assim que o senhor despertou...)
É, mas depois do amigo.
(Primeiro cê falou amigão.)
Amigão, o senhor sabe onde tá tal pessoa? Eu poderia falar assim.
(Amigão, cê deu uma quebrada assim. Não chegou super formal, né.)
Porque tem muita gente mal educada pra pedir informação.
(É, né?)
Que já chega falando: onde é a rua tal? Onde é num sei quê? Então...
(Cê acha que precisa de alguma coisa antes pra dizer assim...?)
Eu tenho isso comigo.
(Pra se aproximar, isso?)
Tem pessoas que chegam já por favor, onde é tal lugar. Eu procuro falar ou amigo ou amiga, não sei, pra dar, é um jeito meu isso.
(Entendi.)

Isso é meu, não sei. Não sei porquê. Mas aqui eu acho que eu falaria.” (BR.F4.09)

(164) “Eu acho que da mesma forma que eu ia perguntar a rua: Por favor, qual é o preço da melancia?

(Assim, né?)

Se não tivesse preço em nenhum lugar, eu ia perguntar: *Por favor*, dá pra você me falar o preço da melancia?

(Certo. Começa com um por favor, né?)

Sempre por favor eu acho. Eu acho que é uma questão de delicadeza.” (BR.F6.14)

Ainda no que concerne às relações comerciais, os informantes angolanos forneceram mais um indicativo de estratégia discursiva amparada na semântica do poder. De acordo com eles, quando interessados em adquirir um produto dos vendedores ambulantes que comercializam pelas ruas da cidade de Luanda – prática conhecida como *zunga*, que originou o termo *zungueira* atribuído às vendedoras ambulantes –, eles interpelam os comerciantes utilizando o próprio nome do produto a ser vendido. Além do nome do produto, a formação dessa FTN pode, ou não, contar com os tratamentos “moço(a)”, “tio(a)”, “dona”, “amigo(a)”. Trata-se, portanto, de uma **estratégia metonímica**, segundo a qual a pessoa é reconhecida pelo mercadoria que vende. Para clarificar esse tipo de prática, seguem exemplos produzidos por uma informante angolana de 23 anos, um homem de 42, um homem de 21, uma mulher de 25 e outra mulher de 31 anos, direcionado aos perfis 10 e 14 (cf. figura 83 e 84):

Figura 83: perfil 10 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://www.dw.de/liberdade-de-imprensa-angola-supreende-outros-palop-desapontam/a-16560824>

Figura 84: perfil 14 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asminhasimbambas.blogspot.com/>

(165) “Há vezes que nós *chamamos já pela mercadoria*.

(É sério?)

Ahn. Sim, às vezes você tá num táxi ou o quê e a pessoa grita: *tabuleiro*. Assim, ela tá com o tabuleiro, né. Dá pra ver tabuleiro bem aqui. *Tabuleiro*. E ela logo vira porque ela já atende, já. Todo mundo: *senhora do tabuleiro, dona do tabuleiro*. Aí ela vem.

Hum hum. Pra ver, se você diz: *dona do tabuleiro*. Chama dona, há vezes também que chama só pelo *nome da mercadoria que ela tá a levar*. Ou, tipo, essas que vendem água. Não sei se nunca ouviu?

(Já.)

As pessoas chamam *água*, né?

(É, é, é.)

Ou, então, *gasosa*. E as pessoas encostam.

(E aí não tem muito mais conversa, né?)

Não.

(É sempre rápido?)

Assim tipo *saldo*, a pessoa já sabe o preço. Quero um ou dois cartões e já dá, mais nada. Isso ainda se a pessoa pergunta o preço e se quiser pedir desconto pode pedir. Se não paga e pronto.”

(AN.13)

(166) “Os, os ardinias normalmente, há, há quem acha que se calhar não sabe o nome. Esses também nós chamamos se só, se tá próximo deles: *Jornal de Angola*, aí, quanto é que tá? Se não: *moço do jornal* e ele encosta.” (AN.13)

(167) “A ela, a essas pessoas, qualquer dessas pessoas, é, o mais fácil é *chamar pelo produto que ela tá a vender*.

(Certo.)

O mais fácil é chamar o produto. Por exemplo, esse aqui são tabuleiros. Se gritar: *tabuleiros!* Ela rapidamente olha pra si e vem. Agora se chamar, por exemplo, a pessoa que tá naquela condição como a outra se chamar tia, mas se chamar tia tem que acrescentar: *tia dos tabuleiros!* Ou grita simplesmente: *tabuleiro!*

(E pra perguntar o preço?)

Quanto é cada?” (AN.23)

(168) “Ou principalmente utilizar este, dependendo da coisa que ela está a vender. *Tia do livro, tia da banana*, tia... falando de zungueira que vão, passa.

(É.)

Tia do livro, tia da banana, quanto é que custa, né? Chamava ela primeiro e quando ela chegasse ia perguntar quanto é que custa o livro. Mas é mesmo *tia do livro, tia da banana*. Ou tia. E perguntar o que ela tá a vender.” (AN.01)

(169) “Eu ia chegar: *moço do jornal*.

[risos]

É *moço do jornal*. Tens aquele jornal... daí eu dizer desporto ou então qualquer de Angola assim e ele ia me dizer. Chamo assim rápido.

(...) Ia dizer rápido. Com eles tem que ser rápido. *Não precisa tipo usar aquela linguagem, sabe?* Ya. Tem que ser assim rápido.” (AN.17)

(170) “Normalmente eu olho pro produto. *Aí eu chamo o produto*.

(Ah, é?)

Se tiver banana, eu falo: *Banana! Amiga da banana. Tia do peixe. Sempre vai ser pelo produto* porque ela, tem muita gente na rua. Como é que eu vou chamar? Ela sabe o que ela tá a vender. Então, eu vou chamar pelo, pelo que ela tá a vender.

(Perfeito. E pra perguntar o preço?)
Ah, *amiga da banana*, quanto é que é a banana?” (AN.25)

Além da questão metonímica, há ainda outro fator a ser considerado no que se refere ao comércio informal da cidade de Luanda. A comparação entre as FTNs associadas a dois perfis sociais apresentados aos informantes angolanos permite uma análise acerca do *status* social atribuído a duas profissionais amplamente conhecidas pelos luandenses: a quitandeira (perfil 05 – cf. figura 85) e a zungueira (perfil 10 – cf. figura 86). Ao se considerar inicialmente a quitandeira (vendedora de peixe seco, na imagem em questão), dos 25 informantes que participaram da montagem do *corpus* angolano, 17 referiram tratar o perfil por FTNs como “mãe”, “mãezinha”, “mamãe”, “mamá”, 03 escolheram a forma “tia”, 03 privilegiaram “senhora”, 01 optou por “mana” e outro por “dona”. Com um intuito de ilustrar a FTN mais comum a esse perfil, seguem os exemplos 171 e 172, produzidos por dois informantes, um de 49 e outro de 19 anos, respectivamente:

Figura 85: perfil 05 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://apresentandoomundo.blogspot.com/2008/08/angola.html>

Figura 86: perfil 10 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asminhasimbambas.blogspot.com/>

(171) “É chegar aqui: boa tarde, *mamá*. *Mamá*, desculpa, quanto que é o monte aí do, do, do coiso, do carapau?” (AN.24)

(172) “Boa tarde, *mãe*. *Mãe*, quero só saber quanto é que custa o, o preço do peixe. Aí depois da resposta dela: obrigado, *mãezinha*.” (AN.21)

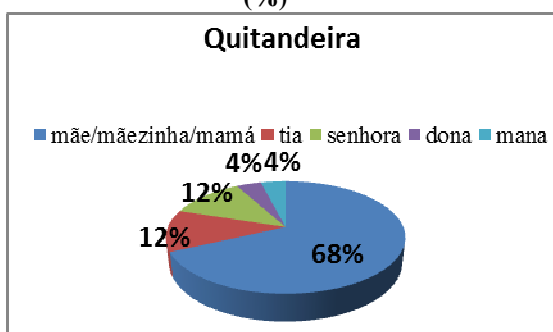
No que se refere ao outro perfil em análise, a zungueira (vendedora de tabuleiros/bandejas na imagem em questão), as FTNs escolhidas pelos informantes apresentaram uma diferença substancial em comparação com o perfil anterior: dos 25

informantes, 09 escolheram a forma “dona”, 03 favoreceram o uso de “senhora”, “tia” foi a opção de outros 03 informantes, 03 optaram por “moça”, 03 sentiram-se mais confortáveis com a ausência de FTN, 01 escolheu “amiga”, 01 “mana” e, apenas 02, utilizaram as formas “mãe” e “mamã”. Seguem exemplos do uso privilegiado produzidos por duas informantes, uma de 46 e outra de 28 anos. Além disso, seguem também gráficos com um intuito comparativo:

(173) “*Dona*, faz favor. *Dona* que tá com cesto na cabeça, faz favor. Quanto é que é a bandeja que tá no, que tá no, que tá aí no cesto? Não sei se isto é um tabuleiro ou o quê. Quanto é que é?” (AN.22)

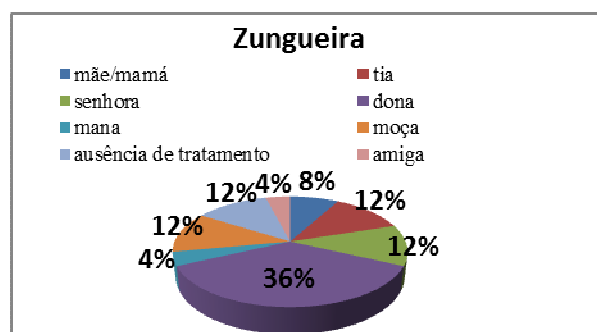
(174) “Chama *dona*. *Dona*, faz favor. Quanto que é o tabuleiro? Quanto é que tá a vender o tabuleiro, *dona*? É *dona* do negócio, né.” (AN.09)

Gráfico 11: FTNs dedicadas à quitandeira (%)



Fonte: própria

Gráfico 12: FTNs dedicadas à zungueira (%)



Fonte: própria

António Fernandes Costa¹³⁰, em comunicação pessoal, interpreta essa diferenciação de tratamentos associados à quitandeira e à zungueira – sendo que ao primeiro perfil foram favorecidos os tratamentos familiares – em função do *status* atribuído a cada uma das profissões. A zungueira, por um lado, é uma profissional relativamente nova na cena urbana de Luanda, uma vez que representa a dificuldade econômica pós Guerra Civil. Nesse sentido, quem se dedica à zunga, buscou essa atividade como tentativa de sobrevivência em um país com severas contradições socioeconômicas. Por outro lado, a atividade exercida pela quitandeira remete à tradição cultural angolana, uma vez que é uma profissão desempenhada por sucessivas gerações. Assim sendo, os informantes sentem-se identificados com a quitandeira, por associarem-na com a sua própria ancestralidade. Para expressarem essa pertença, usam

¹³⁰ Professor Doutor António Fernandes Costa: diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Angola e professor, na mesma instituição, das cátedras de Fonética e Fonologia do Português e Sintaxe e Semântica do Português.

FTNs familiares, em especial, “mãe”. Entretanto, a reação dos informantes acerca da zungueira – ainda que inconscientemente – é a de não expressar identificação, haja vista que ela é associada a um estatuto sem qualificação, ou seja, ao trabalho informal e ambulante. Em função disso, os informantes evitam chamá-la de “mãe” a fim de não quererem associá-la a sua própria mãe (evitam um tratamento carinhoso, portanto). Assim, as FTNs a ela dirigidas pertencem a um universo semântico mais genérico, exemplificado por “dona”. Essa diferenciação pode ser constatada por meio do seguinte depoimento de um informante angolano de 26 anos:

(175) “Exatamente da forma como eu tratei a vendedora de peixe, mas elas têm uma diferença significativa. Eu já não chegaria mãezinha. Eu ia usar dona, por exemplo.

(Ah é?)

Boa tarde, dona. Desculpe, poderia dizer quanto é que custa o tabuleiro? Ou se eu tivesse interessado em conseguir um desconto e um precinho mais camarada. Boa tarde, amiga. Eu também poderia chamar amiga, porque as zungueiras gostam de chamar amiga, amigo, pai, mãe. Elas usam muito isso. Eu ia chegar: amiga, tudo bom? Quanto é que custam estes tabuleiros? Ah, é? Tá muito caro isso. Eu acho que já comprei há algum tempo atrás mais barato. E sempre ia tentar (?) pra conseguir o melhor pra mim. Conseguir que ela vendesse o produto dela, mas que ela não me explorasse também.” (AN.03)

Esse excerto de número 175 suscita outra discussão: o informante referiu que, caso estivesse interessado em um desconto, utilizaria uma FTN mais solidária. Casos como esse foram recorrentes, sobretudo em função da utilização de formas de tratamento familiares, como demonstrado pelos seguintes exemplos produzidos por informantes moçambicanas de 50, 27 e 22 anos, respectivamente, e por informantes angolanos de 27 e 54 anos:

(176) “Ya. Isto aqui varia mesmo. Ela, tás a ver, tá com um sorriso todo simpático. Já chegas, primeiro bom dia, né.

(Hum-hum.)

Bom dia, mamá. Ou bom dia, titia. Como a gente... bom dia, mamá ou bom dia, titia. Quanto é que, quanto é que custa o tomate? E ela vai te dizer. Ai vais tentar negociar. Tô a pedir. Baixa lá um bocadinho o preço. Vai lá. Eu vou te comprar, vou comprar mais um molho. Baixa lá o preço.

(...) Então, eu chamo é mamá.

(Ah, mamá.)

Porque tu queres ganhar confiança, porque tu queres o produto dela também, não é.

(Isso, isso, isso.)

Ou chamas mamá ou chamas titia. E elas ficam satisfeitas.

(Ah, então, a diferença entre tia e mãe? Não é muito de idade, né?)

Não é muito, não é muito idade. É um trato carinhoso. É um trato carinhoso pra uma pessoa que tu não conheces de sítio algum.

(É.)

Não conheces de sítio algum. *Mas entretanto tu queres, tens interesse neste caso. Tens interesse.*

(Sim.)

Então, prontos, vais, vais tratar a pessoa da forma mais carinhosa que tu achas que tu tens que tratar alguém.” (MO.F7.18)

(177) “Olá. Desculpa. Por acaso sabe dizer onde, se se o último ferryboat já passou? Ya (Certo. Pra ela não coube mamá?)

Não. Não.

(É? E por que foi isso?)

Porque neste caso eu estou a, estou, estou com pressa. Ou estou preocupada. E estou à procura de uma informação. Naquele caso eu estou a fazer umas compras e quero babar a pessoas que está a vender.

(Ah!)

Então, é aquela coisa do olá mamá. Tudo bem? Quanto é tomate? Não sei quê. Ah, está caro. Ah, abaixa lá preço. Dá lá desconto.

(Ah, tá.)

Então, começa sempre com aquele carinho, né. Te chamas de alguma coisa. Neste caso é tipo, é, tipo estou busy, né.

(Tá.)

É tipo: Olá, desculpa. Sabe dizer se o ferryboat já passou? É tipo... ya.

(Entendi.)

Seria uma coisa assim bem rápida.” (MO.F8.19)

(178) “Mas quando é mercado, geralmente, quando a pessoa vai, se apercebem que a pessoa é da cidade não sei quê, a tendência é os preços, os preços aumentarem. Então, eu tenho que tratar ela da mesma forma, de tu pra tu. Então, eu sempre falo umas palavras em changana, aquilo que eu sei, arranho, *ficamos amigas até eu conseguir um desconto.*

(Pronto. Adorei.)

Então, eu pergunto: ei, mãe [a entrevistada fala em changana’].

(...) Sim. Então, ela vai me responder. Ya. Preços, não sei quê. Isso não é muito difícil. Ela me diz quanto é. Ya.

(Pronto. Mas a sua primeira atitude foi chamar de mãe.)

Sim.

(Tá certo, né?)

Sim.

(Você acha que mãe cabe bem pra ela?)

Me parece ser uma senhora.

(Hum hum.)

Sim, mãe.

(É o teu uso, né?)

Sim, eu uso, sim. Pra tentar, pra ficarmos na mesma, ela se sentir em casa, assim. Sentir-se à vontade. Também estamos a passar um pouco... então, a tendência é sempre chamar mãe pras senhoras no mercado.” (MO.F10.23)

(179) “Esta é fácil. Mãezinha, quanto é que é o monte de peixe?

(Ah é?)

Ya.

(Mãezinha?)

Sim, mãezinha.

(E por quê? Por que mãezinha?)

Ah, primeiro mais pela idade. Se não me engano, ela aparenta ser uma pessoa mais velha e tem... isso é hábito.

(É hábito?)

É hábito. É hábito geralmente nas praças onde, onde estão as senhoras, porque geralmente já é, já é senhora e tal. *É aquele termo mais carinhoso pra ver se a tia abaixa o preço do peixe e tal.* Aquilo foi sendo usado e a pessoa acabava por ficar com, com, com o coiso, com mãezinha,

com mãe. Quanto é que é o coiso? Mas depois tem aquela coisa. Tu tás na praça e elas vem filho, filho (?) e aquela coisa. Então, o termo ficou. Mãe e filho. Mãezinha. Ya.” (AN.06)

(180) “Deixa-me concentrar. É, quero dar o mais realista possível. Então, *eu vou tratar essa pessoa com afeto. Até pra que ela, pra que ela me faça um bocadinho mais barato.* Ah, mamãe, quanto é que custa o peixe? Faça lá um desconto.

(Tá bom. Mamãe?)

Mamãe. Ou mãe. Mamãe, quanto é que custa o peixe?

(Perfeito.)

Faça-me um desconto. Assim tô a tratá-la com afeto, com afeto, pra ela me vender o peixe.

Porque posso tratá-la com, distante, mas aqui eu não trato... quando eu vou comprar, eu não trato as pessoas distante. Quanto, quanto é que custa o peixe? Uma forma, uma forma...

(Seca?)

Seca. Quanto é que custa o peixe? Bom dia, quanto é que custa o peixe? Quanto é que está?

(Tá.)

Esta também é outra. Eu tenho pra ela duas abordagens. *Uma muito próxima, quando interessa-me o desconto.* E outra muito seca: quanto é que custa o peixe?” (AN.12)

Esses excertos remetem à observação de que as formas de tratamento familiares são pragmaticamente ambíguas. Se, por um lado, elas representam indicativos de respeito, solidariedade, carinho, identificação étnica e cultural, sensação de pertença, etc. – conforme demonstrado na subseção anterior, 4.2 – , por outro lado, o seu emprego cede espaço para que, ao se estabelecer relações íntimas e “pseudo-familiares”, interesses de outras naturezas venham à tona no curso da interlocução.

A ambiguidade de motivações nas FTNs familiares pode ser debatida por meio de diferentes perspectivas. Assim sendo, pelo viés pragmático, é possível corroborar com o argumento de Silva (2008), segundo o qual, ao se estabelecer uma situação de interação, interesses de diversas naturezas surgem no contexto interlocutivo “e, até de forma intuitiva, locutor e interlocutor negociam a fim de conseguirem um determinado equilíbrio” (SILVA, 2008, p.158). Dessa forma, entre o interlocutor e a pessoa interpelada, por meio das FTNs familiares, ocorre naturalmente uma negociação dos interesses de ambos, a fim de que todos saiam satisfeitos em suas necessidades.

Por sua vez, Radcliffe-Brown (1974) advoga no sentido de que é muito comum que as sociedades humanas organizem-se de forma a que os filhos reverenciem e obedeçam aos pais em função de uma relação de subordinação pressuposta. Isso se dá, a priori, devido à dependência que os filhos têm dos pais para sobreviverem. Assim sendo, “toda a relação de subordinação, quando é efectiva, implica que a pessoa que se encontra subordinada tenha uma atitude de respeito para com a outra” (RADCLIFFE-

BROWN, 1974, p.43). No caso das FTNs familiares que aqui se apresentam – por partirem de uma relação supostamente familiar, já que os vínculos parentais não são efetivos –, implicam inicialmente o desejo de respeito e subordinação para, a seguir, trazer à tona outros tipos de interesses que também subjazem à relação de pais e filhos, como, por exemplo, a liberdade, o apelo à sensibilidade maternal etc.

Assim, é válido estabelecer uma comparação entre os perfis para os quais os informantes asseveraram ser mais adequada a atribuição de FTNs familiares, como “mãe”, e FTNs menos íntimas, como “senhor(a)” ou a ausência de FTN. Ao se comparar o perfil 02 e o perfil 07 (cf. figuras 87 e 88) do *corpus* moçambicano, observa-se a seguinte distribuição tratamental: ao perfil 02, dos 25 informantes, 16 optaram pela ausência de FTN, 08 selecionaram a forma “senhora” e apenas 01 utilizou “tia”. Já, ao perfil 07, foram atribuídas 09 vezes formas como “mãe”, “mãezinha” e “mamá”, 07 vezes “senhora”, 06 ausências de FTN, e 03 vezes a forma “tia”. A comparação entre os resultados apresentados para os dois perfis pode ser conferida por meio dos gráficos 13 e 14:

Figura 87: perfil 02 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://fdmmoz.org/eng_partners.php

Figura 88: perfil 07 da amostra de imagens moçambicana



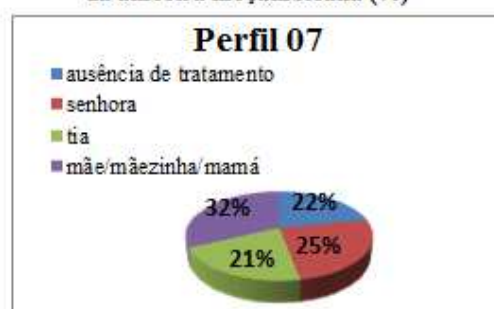
Fonte: Disponível em:
<http://www.allposters.pt/-sp/People-Walking-along-Catembe-Jetty>

Gráfico 13: FTNs direcionadas ao perfil 02 da amostra moçambicana (%)



Fonte: própria

Gráfico 14: FTNs direcionadas ao perfil 07 da amostra moçambicana (%)



Fonte: própria

Igualmente, ao se comparar o perfil 12 e o 15 do *corpus* angolano (cf. figuras 89 e 90), observa-se a mesma tendência no comportamento linguístico dos informantes. Ao perfil 12, dos 23 informantes que responderam a essa questão, 12 optaram por FTNs como “mãe”, “mãezinha” e “mamã”, 06 por “tia”, 03 por “senhora”, 01 pela ausência de FTN e 01 pela forma “dona”. Por sua vez, ao perfil 15, dos 24 informantes que participaram dessa questão, 14 optaram pela forma “senhora”, 05 pela ausência de FTN, 04 por “dona” e 01 por “tia”. Com um efeito também comparativo, seguem os gráficos 15 e 16:

Figura 89: perfil 12 da amostra de imagens angolana



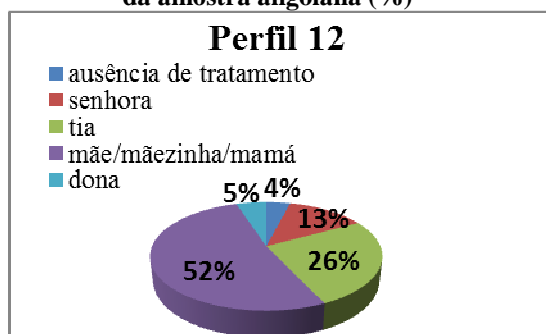
Fonte: Disponível em:
<http://www.flickr.com/photos/nsilvestre/4372019963/in/photostream/>

Figura 90: perfil 15 da amostra de imagens angolana



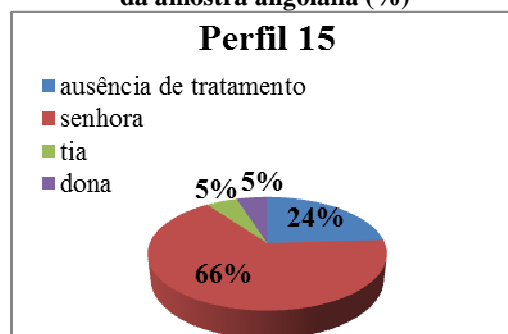
Fonte: Disponível em:
<http://asm.co.ao/testemunhos.html>

Gráfico 15: FTNs direcionadas ao perfil 12 da amostra angolana (%)



Fonte: própria

Gráfico 16: FTNs direcionadas ao perfil 15 da amostra angolana (%)



Fonte: própria

Em geral, os informantes foram inquiridos pelos motivos que os levavam a diferenciar o tratamento utilizado em função do perfil. Acerca disso, as justificativas são variadas, mas seguem uma mesma linha de raciocínio, conforme demonstrado pelos seguintes exemplos produzidos por informantes moçambicanos (de 181 a 183. São eles: uma mulher de 50, um homem de 43 e uma mulher de 21 anos) e angolanos (184 a 188.

São eles: uma mulher de 23, um homem de 22, duas mulheres de 25 e um homem de 21 anos, respectivamente):

(181) “Acho que faria da mesma forma, né. Bom dia, mamá. Mamá sabe a que horas é que passa o próximo ferryboat? Mamá sabe a que horas é que passa o próximo ferryboat? A que horas vai chegar o próximo ferryboat? Porque tu tás a, tu tás a olhar e tu tás a ver que *é uma camponesa. Então, tens que chegar o mais próximo possível dela. Tens que falar o mais, mais, mais próximo possível dela.*

(Essa seria a minha pergunta. Foi nisso que eu pensei. A senhora começou a me dar a resposta, mas eu vou insistir só mais um pouquinho. Num cabe mamá pra essa pessoa [perfil 2]?)

Não dá.

(Houve diferença, então, né, desses dois perfis?)

Sim. Sim. *A diferença que existe nestas, entre as duas é que tu tás a falar, tu tás a falar com uma camponesa. Tu vais falar com uma camponesa. E não tens como chegar a uma camponesa e dizer olá.*

(Não?)

Não.

(Tá.)

Não. Apesar do olá ser um tratamento um, um cumprimento íntimo, quer dizer, quando eu digo íntimo de pessoas que se conhecem, também podes usar olá pra, tu vês um rosto mais simpático, mais, mais amigável, não diria simpático, mas mais amigável e tu podes e precisa de alguma coisa daquela pessoa. E já podes ir dizendo olá. Porque tu queres que aquela pessoa se abra pra ti. *Pra um camponês tu não tens como fazer isso.*

(Entendi.)

Pra um camponês, queres que essa pessoa se abra: bom dia, mamá. Bom dia, titia. Bom dia, vovó. O, aquilo que tu adicionas ao cumprimento. O adjetivo que tu adicionas ao cumprimento faz a diferença.” (MO.F7.18)

(182) “Eu sei que a Laurinda mora por aqui e eu conheço a Laurinda. Podia me indicar? Mas era o desculpa papá.

(...) Mas, mas, mas *digamos esta pessoa que, digamos do campo, sim, do campo, eu vou lhe dizer assim... porque as pessoas cá na cidade, se calhar, ele não gostaria muito que eu lhe chamasse de papá. Aquele trabalhador, o funcionário público ou...*

(Ah, não?)

Aí já é o senhor. Já é o formal. Agora, esta gente assim, mais humilde.

(Tá.)

Posso tratar assim, mais humilde, eles gostam desse tipo de, de intimidade, digamos. Porque a gente senta com eles, e se eu lhe servir aquele copo dele que ele está a beber. Que a gente olha pr’ aquilo e é capaz de... ê pá, aquilo... mas temos que tirar a intimidade. Eu bebo, eu como, sem problemas nenhuns.

(Entendi.)

Sem problemas nenhuns. Porque eu estou no meio deles. E eles é que me vão valer se me acontecer alguma coisa. Se me avaria o carro. Se não sei quê. Se tô lá no mato, tem que, tem que, tem que viver como eles.” (MO.F5.14)

(183) “Ai, boa tarde. Tudo bem? O senhor Khossa está por aqui? É.

(Só isso?)

Só. Só isso. Se estou a encontrar a ele poderia dizer: o senhor não viu o seu Khossa por aqui? É.

(E por que você escolheria senhor pra ele?)

Porque... por que pai primeiro? [risos]

O porquê pai. *Acho que os senhores engravatados, nem pai, nem tio.*

(Não dá?)

Não. Não dá, mas sim senhor. Como tá gravatado tudo mais, vai sentir-se mais respeitado. (MO.F3.07)

(184) “Olha, isso depende muito da tal pessoa com quem nos encontramos. E *já parece ser alguém muito mais idônea*, digamos. Eu chegaria com respeito. Senhora, boa tarde. Por favor, poderia explicar-me onde é que fica a padaria pra se comer alguma coisa? Ah, menina, a padaria fica por ali.” (AN.14)

(185) “Esta aqui, esta senhora assim seria tia ou mana. Boa tarde, mana. Quanto é o monte de peixe? E ela logo filho ou papá, tio, e assim sucessivamente. Ou: tia, boa tarde. Quanto é o monte de peixe? E aí (?) tia ou mana.

(Tanto faz?)

Tanto faz. Ela vai aceitar o tia ou vai aceitar o mana. É nós mesmos muitas vezes não conhecemos a pessoa aqui na sociedade angolana, principalmente não é, nós chamamos tia. As pessoas encaram bem.

(Tá.)

Se fores já muito formal, muita formalidade, minha senhora boa tarde, já não é assim tão vulgar para com elas. Não que ela não tenha estudos suficientes, mas para a situação que ela normalmente chamamos tia ou mana. E também pela idade dela.” (AN.05)

(186) “Aí eu chego: dona, boa tarde. À vezes a senhora eu até posso chamar de mãe, né, porque acho que é um pouquinho mais, sim, aí passa mais aquela... É: mãe, quanto é que tá o peixe? E aí ela diz.

(Perfeito. Por que você prefere mãe ou tia? Qual que é a ideia?)

Porque as senhoras ligam pra isso, porque também acham isso. Mas as senhoras é mais aquele respeito, aquela consideração *porque elas também são humildes*, entendes? E, e é mesmo porque, porque ela tá aí, tás a ver? Mãe é pra mim é aquela coisa da pessoa que ela se esforça, né, e a batalha pra conseguir alguma coisa pra sustentar os filhos. Então, *se ela tá ali humilde a vender, é, aí eu dou todo, todo o meu respeito e consideração*. É mãe. Ya. Porque se ela tá ali não é fácil.” (AN.17)

(187) “Ah, ok, ok, ok. Era logo: bom dia, minha senhora. É, é, eu gostava de saber onde me dirigir para resolver tal assunto. Será que não podia dar essa informação? Estou um bocadinho perdida.

(Por que minha senhora e não mãe?)

E não mãe por quê? Porque nós olhamos pra pessoa e sabemos que é uma pessoa dum, dum, *dum nível social, pelas características da pessoa, diferente, né, menos tradicional. Se calhar é uma pessoa mais envolvida com o meio social.*

(Hum hum.)

Né, então o tratamento muda imediatamente. Isso é, isso é, é, é inconsciente. Eu faço isso inconscientemente de mudar o tratamento, né. *Porque, porque pra ela, né, isso é o normal. O que ela considera normal. Ela foi educada pra isso. Aprendeu isso. Se calhar praquela senhora não. Ela não foi educada praquilo. Não aprendeu aquilo.* Então, eu tenho, se quero me dirigir àquela pessoa eu tenho que falar a linguagem dela, né. Acho que... posso não falar a linguagem dela, mas acho que serei mais bem vinda, né, se usar a linguagem dela, né.” (AN.18)

(188) “Difícilmente pra essa, pra pessoas que nós encontramos, eu, eu particularmente assim, muito, aparentando ser além de mais velho e *tem um rigor*, vamos assim dizer, na vestimenta, além de eu utilizar... eu dificilmente utilizo tios. Prefiro cumprimentar, né, e ficou o meu desculpe aí sempre. É, boa tarde, desculpe. Poderia me informar onde é que eu consigo encontrar o sítio X? Mas dificilmente para esse tipo de pessoas eu utilizo títulos como senhora, coisas assim do gênero. Mas se tiver que dirigir com um desses eu utilizaria o senhora.

(Tá bom.)

Mas é: boa tarde, desculpe... boa tarde, poderia me dizer onde é que eu posso encontrar o local X? Poderia me dizer onde é que eu posso encontrar o local Y? Só mesmo. Dificilmente teria, estaria a utilizar os títulos. Era mais direto.

(Você acha que se você chamasse de tia ou de mãe...)

Acho que aqui não, não, não funciona muito e tem pessoas que *devido ao nível de escolaridade já restringem certas coisas*. Por exemplo, nós chegamos em algumas pessoas e chamamos: olha, tia, podia dizer... e vão dizer: olha, não sou tia. Não sou tua tia, coisas assim do gênero. E a abordagem é muito mais diferente. Quando falamos com *peessoas*, vamos assim dizer, *de caris mais humilde, nós nos identificamos mais, temos aquela abertura*. Já com esse tipo de pessoa nós vemos que se utilizarmos essa abordagem ainda ficam, ficam a nos dar uns sermões. Dizendo olha, nem toda a gente é tua tia ou coisas assim do gênero. Tia é só aquela pessoa que tem um laço, que é teu parente. Coisas assim do gênero. Então, a abordagem seria mais cumprimentando a pessoa e perguntando o que eu quero. (AN.01)

Como esses exemplos demonstram, os perfis identificados com formas de tratamento familiares (como “mãe”, “mamã”, “pai”, “avô” etc.) estão relacionados ao domínio da tradição cultural moçambicana e angolana. Eles são associados aos camponeses – provenientes do campo – e recebem adjetivações no sentido de humildade. Essa percepção dos informantes é relacionada com expressões do tipo: “*aí eu dou todo, todo o meu respeito e consideração*” e “*peessoas, vamos assim dizer, de caris mais humilde, nós nos identificamos mais, temos aquela abertura*”. Por outro lado, a FTN “senhor(a)” e a ausência de tratamentos nominais são associadas às pessoas que aparentam ter mais educação formal, pertencer a um nível social mais elevado, a vestir-se com “terno e gravata”. Em função disso, algumas assertivas feitas pelos informantes merecem destaque: “*Aquele trabalhador, o funcionário público ou (...). Aí já é o senhor. Já é o formal.*” e “*E já parece ser alguém muito mais idônea*”. Ainda que feitas inconscientemente, essas afirmações podem ser interpretadas como as pessoas do domínio do ‘trabalho’ são caracterizadas como “senhor(a)” e são mais “idôneas”¹³¹ – conclui-se, por oposição, que as pessoas identificadas por FTNs familiares não são “idôneas” e, tampouco, associadas ao “trabalho”. Obviamente, os informantes não tinham a intenção de emitirem opiniões tais como essa. No entanto, indiretamente reproduziram padrões pertencentes ao imaginário social que valoriza aspectos relacionados à economia global, à burocracia, ao capitalismo e ao Ocidente e que subestima a tradição, a cultura, a educação informal, o local/regional.

Entretanto, duas informantes angolanas deram importantes depoimentos no sentido de que justamente a educação formal fez com que elas refletissem acerca do emprego dos tratamentos familiares e, portanto, alterassem o comportamento

¹³¹ Definição de *idôneo* pelo *Dicionário Aurélio* (1988): “próprio para alguma coisa; conveniente, adequado. Que tem condições para desempenhar certos cargos ou realizar certas obras” (p.349).

linguístico¹³². Essas informantes têm 28 e 30 anos, respectivamente, e ambas dirigem-se ao perfil de número 05 da amostra angolana (cf. figura 91):

Figura 91: perfil 05 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://apresentandoomundo.blogspot.com/2008/08/angola.html>

(189) “É. Boa tarde, senhora. Quanto é que é o peixe? É assim porque, é, aqui nós temos a tendência de, é, principalmente senhoras que vendem, chamar de tia.

(Isso.)

Mas é assim. *Por causa da formação que nós tivemos aqui no curso de biblioteconomia, eu já chamei algumas vezes tia, mas, é, com prática eu já não, é difícil eu chamar alguém de tia, tio.*

(Ah, é?)

Motorista que do táxi. Senhor motorista, se faz favor, eu vou ficar aqui. O senhor do lado, senhor. E ela, boa tarde, senhora. É, quanto é que é o peixe? *Eu não digo tia por causa da formação. Então, essa coisa de tia é, algumas pessoas dizem que é respeito, mas na formação é, nos ensinaram que às vezes as pessoas só chamam tia àquelas pessoas que parecem, que são, por exemplo, as pessoas só vão chamar tia a senhora da limpeza. Hum. E não pode ser assim. E depois tia vai por aí. Tia vai comprar (?), tia... não. O respeito é senhora e senhor, ou dona, então, dona, sim. E por causa da formação que fizemos já não chamo tia às pessoas que não são minhas tias de verdade, né. Então, é senhora. Boa tarde, senhora. Quanto é que é o peixe?”* (AN.09)

(190) “Pode ser: dona, quanto é que custa o peixe? Ou senhora. Às vezes chamo tia.

[risos]

Às vezes, tia, *mas já tivemos aqui uma aula que não se pode chamá-la assim, tia. Tem que ser mesmo dona ou senhora.*

(Mas desses três, qual seria a primeira que te viria na boca?)

É dona.

(Dona?)

Sim.

(Quer dizer que cê parou de usar tia mesmo?)

Sim, parei de usar.

(Ah, tá bom.)

Eu tava muito mal acostumada. Quando encontrasse uma senhora na rua: tia, faz favor. Tia, tia. Mas agora já não.

(Tá. Então, prefere dona, né, pra ela?)

Dona ou senhora.” (AN.15)

¹³² Acerca dessa reflexão, um agradecimento especial à Prof^a Dra. Jeanine da Silveira (Universidade Católica de Angola – UCAN).

Em alguns dos exemplos de 181 a 188, houve informantes que mencionaram identificar-se mais com perfis culturalmente mais tradicionais, com quem se sentiam mais à vontade e poderiam expressar intimidade e respeito. Acerca disso, dois informantes moçambicanos se expressaram no sentido de que, ao considerarem interlocutores como sendo “exógenos” à sua realidade, preferiam marcar o distanciamento com o uso de “senhor(a)” ou com a ausência de FTN. O primeiro depoimento é de uma moçambicana de 27 anos a referir-se ao perfil 06 e o segundo, excerto 192, de um moçambicano de 43 anos ao perfil 16 (cf. figuras 92 e 93):

Figura 92: perfil 06 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:

<http://pequenaviagem.blogspot.com/2006/12/jantar-de-boas-vindas-e-noite-em.html>

Figura 93: perfil 16 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:

<http://www.dw.de/abrigo-para-mulheres-eg%C3%ADpcias-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%AAncia-dom%C3%A9stica/a-5402007>

(191) Ok. Boa tarde. Boa noite, dependendo da hora. Ah, desculpa. Eu gostaria de saber... cê sabe, por acaso, as próximas, as bombas de gasolina mais próximas? É lá. É ali, ali. Ah, tá bem. Ok. Obrigada. Tenha um bom dia. Ah, tá. Tudo bem.

(Tá ótimo. Daí, então, você escolheu não chamar ele por nada?)

Não. Porque eu olho pra ele, a primeira coisa que a gente pensa ou ele é estrangeiro normalmente. Tô a olhar pra ele, tô a olhar a cor primeiro. É a primeira coisa, né. Tu olhas pra cor. E diz, olha, quantos brancos moçambicanos existem? E os brancos moçambicanos que existem a maioria deles são de uma outra classe. Então, eles não percebem aquela coisa de pai, mãe.

(Tá.)

Tás a perceber? É uma coisa muito mais tradicionalista. Muito mais moçambicano de gerações moçambicanas.

(Hum.)

Então, se ele é moçambicano talvez o pai dele ou o avô dele foi tuga¹³³.

(Tá.)

Então, tás a perceber? A, a abordagem é outra. E eu, se chamar ele de pai, pode até sentir-se ofendido.

Sim.

(Não compreende o valor, né?)

Exatamente.

(Entendi.)

¹³³ Tuga: referência aos portugueses. É uma expressão proveniente da palavra “portuga.”

É estilo chegares pra uma branca toda finoca, não sei quê: alô mamá. Ela: mamá? Tanto é que há famílias que tu vais e tens um namorado e cresceram em outro tipo de ambiente e tudo o mais e tu vais e diz: oi mãe. Ela não: mãe, não. Chama-me pelo meu nome. Tás a perceber? É mais por isso.

(Não aceita?)

Não é que não aceitam. Não, não percebem o valor.

(Tá.)

Não percebem. Não percebem a tradição. Não percebem. Ya. Não percebem o valor. Os costumes.

(Sim, sim, sim.)

Tu podes até saber, mas não perceber e não... pode até conhecer. Tu sabes, olha, chama mãe ou mamá, mas se amanhã tiveres um filho e ela vir a te chamar de mãe, porque teu costume não é esse, não vai ser assim tão bem vindo como seria pra mim se, talvez pra mim também não. Mas se amanhã eu tiver uma moça, uma mocinha vim ter comigo e disser mãe, eu não vou olhar assim. Eu sei que é uma forma de respeito, porque faz parte do meu costume.

(Sim, sim.)

É uma coisa que eu estou habituada a ter tradições assim. Só por isso.” (MO.F7.17)

(192) “É, bom dia minhas senhoras. Ou boa tarde, minhas senhoras. Aqui era por senhora. Ah, não lhes iria chamar, até poderia chamar de mamá, mas, pronto, não. Era mais formal. Chamaria elas de senhoras. Procurando seria da esquina ou da rua X. Era, era formal com elas também.

(Mas por que que o senhor achou aí que não cabe mamá pra elas?)

Ah, como é que eu iria te explicar aqui? *Eu acho que mamá eu ia optar mais por aquelas pessoas como, como, como, como, como disse a bocado. Aquela vendedeira. Aquela pessoa mais humilde.*

Porque acho, acho que é uma maneira de, uma maneira carinhosa de eu a chamar de mamá, aquela vendedeira. Porque é ela que anda ali com as uvas na cabeça e não sei quê. Andam aí... às vezes até são mais novas do que eu, mas chamo de mamá.

(É, mamá.)

Por ser aquelas senhoras que tão ali a sacrificar, porque para chegar ao fim do dia e ter um...

(Um dinheirinho.)

Uns vinte meticais, dez meticais que é pra por o pão na mesa dos seus filhos. É por isso. É por isso. A gente vê o sacrifício que elas fazem. Já nós sacrificamo-nos pra gente tentar pôr qualquer coisinha na nossa mesa. Ela, então é pior. Andam todo dia de sol a sol.

(Traz não sei de onde.)

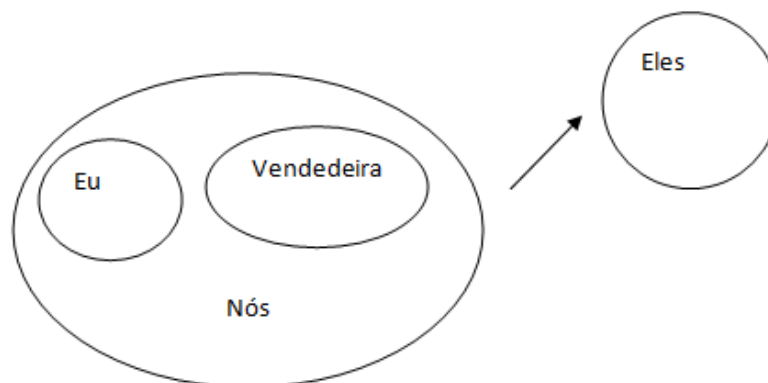
D’onde. Não sabe a que horas é que ela saiu de casa. Como é que os miúdos tão em casa. Muitas vezes ficam sozinhos.” (MO.F5.14)

Essas motivações de uso das FTNs, identificadas pelos informantes, coadunam com a apreciação de Teresa Manjate¹³⁴, em comunicação pessoal. Segundo a professora, entre os membros de uma comunidade ocorre o fenômeno da projeção, ou seja, o informante identifica-se com as pessoas com característica mais tradicional e, com elas, forma um “nós”. Enquanto, em um nível mais acima, projetam-se outros participantes da ecologia social alicerçados pelo poder econômico. Em termos gerais, esses outros participantes são os “estrangeiros” que detêm o poder econômico. Portanto, nesse

¹³⁴ Professora Doutora Teresa Manjate: Especialista na área de Literatura Oral e Tradicional Africana, na especialidade de Provérbios (Paremiologia). É docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais e investigadora no Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Atua nas cátedras de Literatura Oral, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Língua Portuguesa e Retórica.

cenário há um “eles”: angolanos e moçambicanos de ascendência europeia, indiana, árabe etc. Para elucidar esse raciocínio, Manjate propõe o seguinte esquema:

Figura 94: Esquema de projeção



Fonte: Prof^ª Dra. Teresa Manjate

Ainda acerca desse fenômeno – de acordo com o qual, o comportamento linguístico afiniza-se com a organização comunitária – é interessante observar a seguinte assertiva de Manjate (2010, p.198-199):

Os sentimentos de pertença de uma comunidade constroem os vínculos de solidariedade, de união e de identidade. O poder social tende a converter-se em outras forças estabilizadas e de coesão social se ajustadas ao meio e às condições reais – históricas, sociais e ecológicas – de materialização (MANJATE, 2010, p.198-199).

Contudo, apesar da existência desse sentimento de identificação social expresso por meio das escolhas das FTNs, ele não ocorreu em todas as situações interlocutivas entre os informantes que participaram dessa pesquisa e os perfis apresentados por meio de imagens fotográficas. Aos perfis caracterizados como “exógenos”, “burocráticos”, “formais” pela maioria dos informantes, houve também alguns usos de FTNs familiares. Para ilustrar esses casos, seguem alguns exemplos produzidos por uma moçambicana de 21 anos ao perfil 02, um moçambicano de 24 anos ao perfil 06, e por dois angolanos, 19 e 27 anos, aos perfis 06 e 15, respectivamente (cf. figuras 95 a 98):

Figura 95: perfil 02 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://fdmmoz.org/eng_partners.php

Figura 96: perfil 06 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://pequenviagem.blogspot.com/2006/12/jantar>

Figura 97: perfil 06 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://cangue.blogspot.com/2009/02/os-chineses>

Figura 98: perfil 15 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asm.co.ao/tesemunhos.html>

(193) “Dizia: Boa tarde, *tia*. Eu gosto de chamar *a pessoa mais velha de tia ou mãe*.

(Tá.)

Boa tarde, *mãe*. Tudo bem com a senhora? Gostaria de saber onde fica, se tem uma farmácia aqui por perto onde possas me indicar.

(...)

(Tá. Assim, você acha que pra você teve alguma diferença chamar primeiro de tia e depois de mãe? Ou tanto faz, tia ou mãe pra ela?)

Tia ou mãe, tanto faz. Assim tou a dar mais respeito.

(Tá.)

É num símbolo de respeito. Mãe, tia é um símbolo de respeito.

(Tá. Entendi.)

Mas mãe é mais, eu acho que é mais um muito respeito.

(Tá. Então, talvez seria mãe pra ela mesmo?)

Mãe.” (MO.F3.07)

(194) “Ah, tá. Boa tarde, *pai*. Estou procurando umas bombas pra comprar lá óleo, óleo lubrificante de carro, né. Eu preciso de lubrificante. Então, eu preciso de umas bombas mais próximas. Será que o pai podia me indicar umas bombas mais perto? Então, aí espero a resposta, a resposta dele, né. Então, ele ia indicar vai sempre em frente ou a próxima rua. Aí eu ia lhe agradecer. Obrigado por essas informações.

(Seria pai, né?)

Exato. Pai por quê? Difícil. Aí seria (?) que costuma usar, né.” (MO.F6.15)

(195) “Boa tarde, *paizinho*. É, desculpa-me (?). Podia me indicar onde é que eu posso apanhar táxi que é pra mim ir pra Samba? Aí depois ele há de me dizer. Muito obrigado, *paizinho*. Boa continuação.” (AN.21)

(196) “É, vou tratar por tia.

(Sério?)

Boa tarde, *tia*. Eu tô perdido. Pode dizer onde é que fica o (?). Sim. É, a expressão dela facial, tipo, deve ser um bocadinho mais (?) e tal. Acho que é... vou tratar por tia.

(Já cabe, né?)

Sim.” (AN.06)

Tradicionalmente, as formas de tratamento familiares são justificadas por meio de uma herança das línguas e cultura bantu. Segundo essa vertente, uma vez que o universo familiar bantu não se restringe ao núcleo familiar primário – pai, mãe e filhos – mas transcende a outras relações, essa realidade é transposta para a língua portuguesa, surgindo, portanto, essa forma de endereçamento, atualmente muito comum nos contextos da cidade de Maputo e de Luanda. Com o intuito de evidenciar essa herança cultural, aqui serão reproduzidos dois excertos da clássica obra *Usos e costumes dos bantu*, de Henri Junod (1974/1996), em que o autor explica como ocorrem as relações entre os membros da comunidade tsonga¹³⁵:

O termo *mamana*¹³⁶ é frequentemente empregado pelo interlocutor, sem qualquer alusão a laço de parentesco, quando se dirige a mulheres mais velhas que ele. Esta significação extensiva é também frequente em *tatana*, e por vezes chama-se *n'wana*. Se é muito grande a diferença de idades tratamo-nos reciprocamente por *kokwana* e *ntukulu*. Falando a terceira pessoa, uma criança dirá sempre *tatana* antes do nome de qualquer homem de meia idade, embora pertença a um clã completamente diferente. As mulheres dos arredores de Lourenço Marques chamam frequentemente *nkata*, marido, ao branco. Isto revela que os termos de parentesco são muitas vezes empregados para exprimir não só relações morais, mas também de família ou de sangue, e não devem tirar-se conclusões prematuras da maneira como se empregam tais termos, nem ver forçosamente neles vestígio de um anterior estado social em que todo o homem e mulher de idade madura eram considerados o verdadeiro pai ou verdadeira mãe. Os Tsonga podem dar a estes termos sentido vasto. Nem por isso o seu sentido técnico difere menos fundamentalmente do sentido derivado (JUNOD, 1974/1996, p.215).

Dirigindo-se a uma pessoa mais velha, não é conveniente chamá-la pelo nome. Dizem-lhe *tatana*, pai, ou *mamana*, mãe, segundo os casos. Ou, então, dirigem-se-lhe empregando o nome do pai dela precedido de *N'wa*, se for homem, e *Mi*, se for mulher. (...) Mesmo falando dum adulto na terceira pessoa não empregam o seu nome, mas sim expressões respeitosas deste género (JUNOD, 1974/1996, p.320).

Apesar dessa explicação amplamente aceita pelos círculos linguísticos, que associa os usos cotidianos de tratamentos familiares à herança bantu comum a Moçambique e Angola, há outros vieses que também ajudam a compreender de forma mais abrangente esse fenômeno. Com vistas a identificar os motivadores históricos de

¹³⁵ “A tribo tsonga compõe-se dum grupo de populações bantu estabelecidas na costa oriental da África do Sul, desde as proximidades da baía de Santa Lúcia, na costa do Natal, até ao rio Save, a norte. Encontram-se pois Tsonga em quatro dos actuais estados da África do Sul: no Natal (Amatongalândia), no Transval (...), na Rodésia, e principalmente na Colónia de Moçambique (distritos de Lourenço Marques e Inhambane e província de Manica e Sofala)” (Junod, 1996 [1974], p.33).

¹³⁶ Grifos do autor.

tais usos, aos informantes que vivenciaram os períodos de guerra colonial e de guerra civil, foi requerido que expressassem as suas memórias acerca das formas de tratamento. Em função disso, dois depoimentos serão aqui reproduzidos por fornecerem importantes pistas sobre tal fenômeno. O primeiro depoimento (excerto 197) é de uma moçambicana de 50 anos, que nasceu e cresceu na região norte de Moçambique, em várias cidades diferentes. Atualmente é gestora de recursos humanos na Organização para alimentação e agricultura (FAO) das Nações Unidas. O segundo depoimento (198) foi fornecido por um angolano de 60 anos, natural da província do Huambo, etnicamente identificado como umbundo. Profissionalmente já exerceu cargos parlamentares em Angola e, atualmente, é docente de uma universidade nas áreas de língua portuguesa e francesa:

(197) “(Tá ótimo. Bom, a gente, então, termina assim. No entanto, eu fiquei com uma pergunta. A senhora que já viveu lá no Norte, né, no Norte do país, eu fiquei curiosa pra saber se lá também usa de papai, é, esse tratamento de papai, de papá, pai, mãe.)

Não.

(Não usa?)

É, eles são menos formais.

(Hum.)

Eles são menos formais. Não. Aquilo que eu me lembro, né. Não, não usam. Eles são muito, são mais... Sabe, no, no, no Norte é muito do tipo, é, como é que se diz? É, cultura islâmica. E o islamismo, o coisa, a cultura islâmica não são, não usam muito estes adjetivos. Se te chamam de papá ou tio é porque tu tens realmente este grau de parentesco.

(Percebi.)

De outra forma... e mesmo aqui no Sul nós ficamos, nós usamos, nós começamos muito a usar o tio, titio, toda a gente é titio e não sei quê, por causa, com, com a Independência, depois da Independência.

(Foi?)

Sim. Depois da Independência. Todos eram titios. Todos eram titios. E algumas coisas foi se perdendo, mas ficou este titio. O tratamento, o tratamento com pessoas adultas, com pessoas que não conheces acabou ficando.

(Nossa, que curioso. Antes da Independência não?)

Antes da Independência era o colonialismo, não é? Então, vivias, vivias numa sociedade, é, fechada. Não é, não é, não é fechada que eu quero dizer, mas que era oprimida. Então, tu lá e eu cá. E tu vives entre família porque tu não sabes quem é que te vai denunciar. Quem te... Então, não tinhas, era muito medo.

(Tá.)

Então, vem a Independência. Aquele boom, tás a ver? Toda a gente se conhece, acha que se conhece. É o vizinho. Pessoa que já não via há muito tempo. As pessoas vêm pra cidade. Começaram a vir pra cidade. E não sabia como se comportar. E, então, começou a ser assim uma situação de como é que eu faço? A educação que eu tive não me permitia a, não me permitia a lidar com pessoas que eu não conheço, né.

(Tá.)

Como é que eu vou lidar com esta pessoa? Eu não sei o nome, mas é uma pessoa que eu tenho que respeitar. Então, começaram os titios e as titias.” (MO.F7.18)

(198) “É, eu acho que é por causa deste entrosamento de culturas a nível da cidade de Luanda. Luanda é um cidade cosmopolita. É uma cidade muito ampla, pra onde confluem angolanos provenientes de todas as províncias, com culturas muito diferenciadas. E as culturas nas províncias, todas elas, de facto, têm essa forma de tratar as pessoas é, que não são conhecidas. As pessoas que, assim, à primeira vista merecem todo o nosso respeito. E então, o tratamento que, a princípio essas pessoas merecem é aquele que se ouve pela rua. Mãezinha. Às vezes, por exemplo, já não é mãezinha. Às vezes aparece madrinha. Madrinha é uma palavra que também aparece no tratamento das pessoas. Madrinha. Madrinha. Sobretudo, os moços que vendem. Madrinha, por favor, compra só um. Madrinha, madrinha. Portanto, é uma forma de tratamento que infunde, denota uma respeitabilidade. As pessoas pretendem tratar as pessoas com respeito. E, então, como não conhecem outra forma de tratar, por um nome próprio ou o quê, então, é mãe, mãezinha, paizinho, padrinho, madrinha. Sim, sim. Quer dizer, é esta forma que eu vejo. Porque há na cidade, praticamente as que andam, as pessoas que andam na rua, assim a pé, na zunga... conhece essa palavra zunga?

(Não.)

Ah, zunga, a zunga é esta atividade de venda angolana.

(Portanto, a zungueira.)

As zungueiras, exatamente.

(Entendi.)

Portanto, essas pessoas que andam nas ruas já são pessoas modestas, que vêm das províncias, assim, fora de Luanda. Então, trazem esta forma, esta forma que é uma cultura generalizada em Angola, em que as pessoas que merecem respeito são tratadas ou por tio, ou por mãezinha, ou por paizinho, ou por madrinha. Agora também por padrinho.

(Mas antes de 92, e eu digo até em 75, então ainda no período de, do colonialismo, o senhor já ouvia isso?)

É, é, no nosso tempo, é eu cresci no tempo colonial mesmo ainda. É, naquele tempo, todo indivíduo que tivesse a idade dum pai nosso, do nosso pai ou da nossa mãe, a gente tratava por tio ou tia. Seja qual fosse a sua origem, seja quem, fosse quem fosse. Mesmo que a gente não conhecesse donde viesse, seja quem fosse. Portanto, era tio. Tio, por favor, podia me dar só um pouco d'água. Tio, tio, tia. A gente não conhecesse por nome, nunca viu antes, mas trata por tio. Quer dizer é uma forma de respeito. E se a gente vê na rua, cruzar com alguém mais velho, que tem a idade da nossa vó, a mãe da nossa mãe ou a mãe do nosso pai, também a gente tratava avó.

(Perfeito.)

É assim que nós crescemos. No tempo colonial era assim. E não só na minha etnia, mas nas etnias de quase toda, toda, nas etnias espalhadas por Angola. É mesmo essa forma de tratar as pessoas.

(E desconhecidos?)

Pessoas conhecidas normalmente também eram tratadas como senhor, senhora. Como senhor professor, como senhor enfermeiro, senhor padre. Agora, pessoas não conhecidas e com uma idade aproxima, aproximada de nossos pais e dos nossos avós eram tratados também por tios ou avós.

(É. A minha desconfiança é que mãe e pai, dessa forma generalizada pra desconhecidos, é um fenómeno mais recente. Essa é a minha pergunta.)

Ok.

(O senhor acha que pode ser ou não?)

Este fenómeno é recente.

(É recente?)

É recente.

(Então, recente pós 75 ou recente pós 92?)

Não. Recente depois de 92. É depois de 92. Porque antes de 92 paizinho, mãezinha nada, não se ouvia tanto. Era camarada. Camarada, camarada, camarada. Camarada aqui, camarada acolá. Agora, de 92 pra cá, 93, 94 pra cá, então começou a entrar essa designação das pessoas por paizinho, mãezinha, madrinha, padrinho e por aí.” (AN.08)

Esses depoimentos, entre outras evidências, levam a associar o fenômeno generalizado nas ruas de Maputo e Luanda, de se abordar os interlocutores como “pai”, “mãe”, “mamã”, “papá”, “madrinha”, “avó” etc., ao período pós-colonial. Uma vez que a guerra contra os portugueses terminou oficialmente em 1975, mas imediatamente após a independência são iniciadas as guerras civis nos dois países, é possível afirmar que a paz é uma situação muito recente para moçambicanos e angolanos. Ainda não se passou tempo suficiente para que as gerações que viveram os horrores da guerra se renovem e se reinventem. Nesse sentido, Manjate – também em comunicação pessoal – afirmou que Moçambique está vivendo um período de crise nas relações, em função da instabilidade comum aos períodos pós-coloniais – essa afirmação também é válida para a realidade angolana. Como houve muita repressão em tempos de guerra, com severas fraturas nos relacionamentos sociais, com o advento da paz houve um “boom” de solidariedade, ou seja, banalizou-se as formas de tratamento familiares em função de um sentimento de pertencimento, coesão, comunidade.

Esse “caos” é justificado historicamente: do colonialismo à independência e do socialismo ao capitalismo foram processos agressivos com consequentes mudanças de ordem econômica, filosófica, política e ética muito contundentes, que produziram sérias interferências na vida social. Entretanto, Manjate acredita que é justamente a partir do “caos” que se encontra a ordem. Assim sendo, daqui a alguns anos, haverá uma fase de estabilização epistemológica nos tratamentos e relacionamentos sociais.

A partir do exposto, assume-se que, com a nova ordem social, potencializou-se formas de tratamento que já existiam no imaginário coletivo e que são provenientes da herança bantu – como “titio, titia” demonstrados pelos informantes nos excertos 193 e 194. A partir dessas formas, houve mais recentemente um espraiamento das relações familiares, que gerou inconsistência nas atribuições desses tratamentos.

Intentando sintetizar o que foi exposto acerca das FTNs relativas ao domínio semântico do poder, segue o quadro 18:

Quadro 18: Síntese esquemática das FTNs representativas do poder

<p style="text-align: center;">PODER</p> <p>BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA</p> <p>A consciência acerca do poder expresso pela língua/discurso pode gerar diferentes reações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aceitar a dinâmica social;• Colocar-se no lugar do interlocutor para saber como ele gostaria de ser tratado;• Desconforto em assumir a diferença hierárquica. <p>Diferenças hierárquicas e estratégias pragmáticas</p> <ul style="list-style-type: none">• Informante hierarquicamente inferior ou com mesmo status do perfil apresentado:<ul style="list-style-type: none">* <i>Polidez positiva</i>: as FTNs demonstram simpatia e estão acompanhadas de expressões de mitigação e reparação;* <i>Polidez negativa</i>: as FTNs estão associadas a expressões que evidenciam o desejo de se preservar a privacidade do interlocutor.• Informante hierarquicamente superior ao perfil:<ul style="list-style-type: none">* Ausência de recursos de polidez;* Ausência de FTN; <p>Objetivos comunicacionais e estratégias pragmáticas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Pedido de informação: associado majoritariamente a estratégias de polidez a fim de preservar a face do interlocutor;• Relações comerciais: menos suscetíveis a serem associadas a estratégias de polidez. <p>ANGOLA</p> <ul style="list-style-type: none">• Estratégias metonímicas: comerciante é denominado pelo produto.• Estatuto diferenciado para profissionais ambulantes:<ul style="list-style-type: none">* <i>Quitandeira</i>: FTNs representativas de identificação cultural, carinho e respeito;* <i>Zungueira</i>: FTNs representam distanciamento e falta de identificação. <p>MOÇAMBIQUE E ANGOLA</p> <ul style="list-style-type: none">• FTNs familiares são pragmaticamente ambíguas.

Fonte: própria

4.4 Inventário: formas de tratamento nominais

Por meio das entrevistas realizadas com 23 informantes brasileiros, 25 moçambicanos e 25 angolanos, utilizando-se o método das fotografias, foi possível organizar inventários com as formas de tratamento nominais produzidas durante a entrevista. Nesse sentido, os inventários aqui propostos não apresentam a intenção de mapear as FTNs usadas em cada um dos países de forma exaustiva – sobretudo pelo fato de que o fenômeno em questão é um sistema aberto a inserções e à criatividade dos falantes, além de ser diretamente influenciado pelas dinâmicas sociais. É válido ainda destacar que esse inventário seguiu a proposta de categorização das FTNs de Kebrat-Orecchioni (2011) para a língua francesa. Desse modo, seguem as FTNs encontradas no *corpus* da presente pesquisa, com um objetivo de apresentar um panorama dos tratamentos em uso nos anos de 2012 e 2013 nos países em estudo:

Quadro 19: Inventário de formas de tratamento do *corpus* brasileiro

Formas senhor/senhora/senhorita	Títulos	Nomes de profissão e de função	Formas relacionais	Rótulos	Formas afetivas
(Meu) senhor (minha) senhora	Excelência	Professor (a)	(meu(s)) filho (s) (minha(s)) filha(s)	Moço (a)	Queridinho (a)
Sor Sora Seu Senhorita (usado como brincadeira para pessoas mais velhas)		Garçom	(meu) filhinho (minha) filhinha	Menino (a)	(meu) amor
		Doutor (+ nome próprio)	Mãe, mamãe, Mã [Abreviação de mãe]	Moleque	Anjinho
		Dona (professora)	Mãe [sentido religioso]	(meu) velho	Gatinha
		Madre	Pai, papai	Rapaz	Princesa
		Padre	Pai [sentido religioso]	Garoto(a)	Lindinha (coisinha lindinha)
		Pastor	Vovó (ô)	Nega	Lindinho (para conhecidos)
		(Seu) guarda	Vozão [aumentativo de vô]	Neguinha	Nenê
		Policial	(meu) bisneto	Fia (minha/meu) jovem	Broto
		Vereador	Tio, tia [para desconhecidos]	Pessoal	
		Deputado	Irmão [sem ser parente]		
		Governador	Irmã [religiosa] Irmão [sentido religioso] Mano Brother Amigo (a), amiguinho, amigão Colega	Meu Cara Bicho Gente fina Gente (para várias pessoas) Fulano (de tal) Cidadão Truta Menininho (a) Mocinho (a) Campeão Pessoal Dona + nome Caboclo (meu) bebê (maravilhoso) Camarada	

Fonte: própria

Quadro 20: Inventário de formas de tratamento do *corpus* moçambicano

Formas senhor/senhora/senhorita	Títulos	Nomes de profissão e de função	Formas relacionais	Rótulos	Formas afetivas
(Meu) senhor (Minha) senhora		Stor(a) [fusão de senhor doutor, usado para professores]	(meu) filho (minha) filha	Bebê [para crianças de colo]	Pequeninho, pequenino
Seu + nome		(senhor) professor (senhora) professora Professor(a) + nome	Mãe, mamãe, mamá (minha) Mãe, mamãe, mãezinha, mamá [sem ser parente] Pai, papai, papá	Bebê [para crianças mais velhas] Nenê, nenezinho	Fofinho
		Doutor (+nome) [para professores] Diretora (+nome)		Menino (a)	
		(senhor) enfermeiro (senhora) enfermeira Enfermeiro (a) + nome	(meu) Pai, papai, paizinho, papá [sem ser parente] Avô, avô, vovô, vovó	Mufana Miúdo	
		(senhor) ministro (senhor) presidente	Avô, avô, vovô, vovó [sem ser parente] Mais velho	Rapaz	
		(senhor) deputado	Tio (titio) Tia (titia) [sem ser parente]	Moço (a), mocinho (a) Dona (+ nome)	
		(Seu) policial Oficial (senhor) polícia Chefe [para policiais]	(meu) irmão (minha) irmã [sem ser parente] Irmã [religiosa] Brada Puto (meu) amigo (minha) amiga, amiguinho(a)	Sócio	
		Cobrador	Mano (a), maninho (a)	Cara Gajo Chefe (meu) jovem	
		Pastor Shehe Sheik Mualimo Arquiteto (a) Madoda Cinzentinho		Pessoal	
				People Malta Rasta Madala	

Fonte: própria

Quadro 21: Inventário de formas de tratamento do *corpus* angolano

Formas senhor/senhora/senhorita	Títulos	Nomes de profissão e de função	Formas relacionais	Rótulos	Formas afetivas
(Meu) senhor (Minha) senhora	Excelência	Stor (a) [fusão de senhor doutor, usado para professores]	Mano	Miúdo	Pequenino
Sô+nome	(Senhor) caríssimo	(senhor) professor (senhora) professora	(meu) ndengue	Moço (a)	Princesa
	Ilustre	Professor (a) + nome	Puto	Dona + nome	(Meu) lindo (minha) linda
	Soba	(Senhor) Doutor (Senhora) Doutora [para professores] Doutor (a) + nome [para professores] (Senhor) enfermeiro (Senhora) enfermeira Dona enfermeira	(meu) wi	Dona	(Meu) amor
		(Senhor) agente (Senhor) trânsito	Irmã [religiosa]	(Meu) jovem (minha) jovem	(Minha) querida
		(senhor) cobrador Zungueira Moça+produto Tia +produto	Colega	Bebê [para crianças maiores] Bebê [para crianças pequenas] Camarada	(Meu) anjo
		Ardina	Tio, titio Tia, titia	Menino (a)	
		Moço do jornal (Senhor) vendedor Conservador (Senhor) fundador Engenheiro(a)	Pai, papai, paizinho, papá Mais velho	Rapaz	
			Amigo (a)	Camba	
			Cota Vovô (ó) Mãe, mãezinha, mamãe, mamá (Meu) filho (Minha) filha		
			Mano(a) Brada		
			Kasule Madrinha Padrinho (Meu) parente Camone Kanuko		

Fonte: própria

5. Formas de tratamento pronominais

“Um dos atrativos – e um dos desafios – da pesquisa dialetal é ter a visão do deus Jano sobre os problemas da linguagem humana, simultaneamente olhando, de um lado, para a organização das formas linguísticas, e, de outro, para a sua significância social.”

Gregory Guy e Ana Zilles (*Sociolinguística quantitativa*, 2007, p.19)

Conforme já discutido, em comum, Brasil, Moçambique e Angola desfrutam da língua portuguesa como herança do colonialismo português. Entretanto, esse sistema linguístico é atualizado de modos particulares em função de cada um dos contextos nacionais e de suas idiossincrasias. Particularmente, essa situação é válida ao se observar os usos pronominais da língua portuguesa em suas variedades brasileira, angolana e moçambicana. Em termos gerais, ao se considerar apenas situações de interlocução, o sistema dispõe de pronomes pessoais que contemplam recursos pragmáticos de cortesia, intimidade, polidez, distanciamento hierárquico etc. por meio de formas como “tu”, “você”, “o senhor/a senhora”, “vocês”, “os senhores/as senhoras”. Além dessas formas pronominais, ainda está disponível sistemicamente ao falante a ausência do pronome (ou forma zero), em que a marca pessoal é demonstrada pela desinência verbal.

Dentre essas múltiplas possibilidades de escolha, os participantes da composição da amostra dos três países reagiram de modos divergentes em função de fatores como o perfil social a eles apresentado por meio das fotografias, o fato de eles serem homens ou mulheres – e igualmente o gênero do perfil com quem estavam simulando o diálogo –, a sua idade, sua escolaridade, a sensibilidade que apresentavam às estratégias de cortesia e polidez, entre outros. Em geral, há a possibilidade de se estabelecerem algumas tendências no comportamento linguístico dos informantes de um mesmo país, corroborando com a assertiva de que o português brasileiro, o moçambicano e o angolano são variedades linguísticas autônomas.

A fim de se melhor compreender o comportamento pronominal dos sujeitos dessa pesquisa, fez-se necessário submeter os dados a uma análise quantitativa por meio do Programa estatístico GOLDVARB-X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005), conforme já descrito na seção 3.5. É imperioso reconhecer, contudo, que a fase quantitativa é precedida de uma análise qualitativa, no sentido de que o programa é submetido às variáveis e às codificações a ele informadas. Assim sendo, esse aparato

metodológico é imprescindível enquanto instrumento de organização de dados e, conseqüentemente, proporciona que se interpretem os resultados com uma maior clareza e precisão. Nesse sentido, está em pauta a complementaridade das análises quantitativa e qualitativa, que, particularmente, contará com o aparato sócio-pragmático adotado como matriz teórica por este trabalho de investigação.

5.1 Tendências nacionais: a referência pronominal ao interlocutor

Considerando a variável dependente “preenchimento do sujeito”, que se dá por meio das variantes *presença e ausência de pronome*, o Brasil, por um lado, e Moçambique e Angola, por outro, apresentam comportamentos opostos.

A amostra de dados brasileira é composta basicamente por três estratégias: usos dos pronomes *você* e *o senhor/a senhora* e a ausência de pronome cuja marca pessoal é fornecida pela desinência verbal de terceira pessoa. No entanto, é imperioso reconhecer que a forma *tu* é uma variante amplamente encontrada em algumas cidades brasileiras¹³⁷. A fim de se demonstrar as possibilidades pronominais encontradas na amostra brasileira, seguem alguns excertos e, em sequência, com o mesmo propósito, a tabela 21:

(199) “Ô moço, *cê* sabe me dizer onde que é a padaria tal, por favor?” (BR.F9.21)

(200) “Oi, boa tarde, com licença. É, eu tô tentando chegar no Rio de Janeiro, mas eu acho que perdi a entrada pra Dutra. *O senhor* poderia me indicar a direção?” (BR.F8.19)

(201) “Com licença, *saberia* me dizer onde que fica o lugar tal?” (BR.F6.15)

Tabela 21: Realização pronominal brasileira

Ausência de pronome + desinência verbal de 3ª pessoa		Você		O senhor / a senhora		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%
25	9,4	129	48,7	111	41,9	265	100

Fonte: própria

¹³⁷ O Rio de Janeiro é um exemplo de cidade em que a forma *tu* é predominante, conforme informa Paredes Silva (2011), já mencionada na seção 03, p. 141.

De acordo com esses índices (48,7% de *você* e 41,9% de *o senhor/a senhora*), há uma equivalência entre os usos do pronome *você*, considerado mais informal, solidário e menos hierárquico, e de *o senhor/a senhora* – que, opostamente, representa interações pautadas pela formalidade, poder, hierarquia e distanciamento. Essa equivalência de valores se justifica pelo fato de que aos informantes foram apresentados perfis com diferentes representações sociais e, portanto, os informantes mostraram-se sensíveis a esse fator. Por sua vez, o índice para a ausência de pronome mostrou-se bem inferior (9,4%), reiterando a característica do português brasileiro de ser uma variedade pautada pelo preenchimento pronominal da posição de sujeito em decorrência de um enfraquecimento da morfologia flexional.

Acerca dessa mudança no paradigma flexional, Duarte (1995) pontua as principais alterações ocorridas, em uma comparação entre o português europeu e o brasileiro, por meio do quadro 22:

Quadro 22: Paradigmas pronominais e flexionais em PB

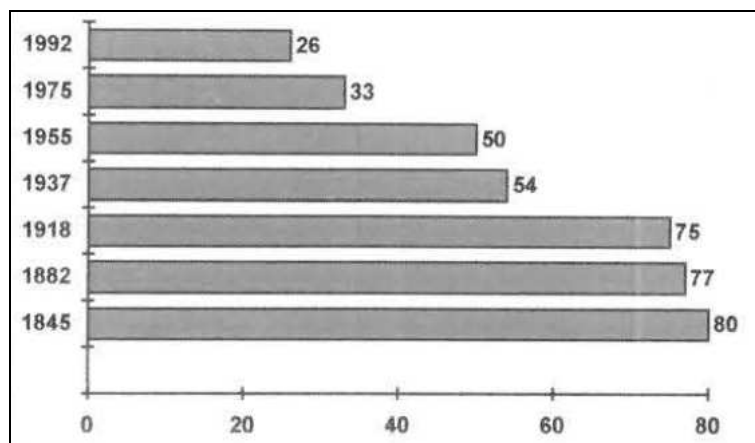
Pessoa/número	Pronome	Paradigma 01	Paradigma 02	Paradigma 03
1ª sing.	Eu	am o	am o	am o
2ª sing.	Tu	am a s	-	-
3ª sing.	Você	am a	am a	am a
	Ele/Ela	am a	am a	am a
1ª plur.	Nós	am a mos	am a mos	-
2ª plur.	A gente	-	am a	am a
	Vós	am a is	-	-
3ª plur.	Vocês	am a m	am a m	am a m
	Eles/Elas	am a m	am a m	am a m

Fonte: Duarte, 1995, p.32.

Segundo a autora, o português europeu é caracteristicamente uma língua com seis formas flexionais distintas (conforme indica o paradigma 01). A partir dessa matriz, o português brasileiro contou com o acréscimo de duas formas pronominais de segunda pessoa e teve o seu paradigma flexional reduzido a quatro formas distintas (paradigma 02). Esse modelo flexional representado pelo segundo paradigma é atualmente pouco utilizado, haja vista que cada vez mais os falantes brasileiros optam por uma opção com não mais que três flexões distintas. A essa explicação, Duarte acrescenta: “Ficamos, pois, com um quadro flexional extremamente empobrecido em relação ao que tínhamos, o que compromete a função de identificar um sujeito pronominal vazio desempenhada pela desinência verbal” (DUARTE, 1995, p.33).

Ao analisar peças de teatro em uma perspectiva diacrônica, Duarte (1995) compara a progressão dessa mudança linguística, que parte de um padrão de sujeito nulo em direção ao preenchimento pronominal do sujeito cada vez mais frequente. Os dados são demonstrados pelo gráfico 17:

Gráfico 17: Ocorrência de sujeito nulo em PB através de sete períodos (%)



Fonte: DUARTE, 1995, p. 19.

Uma vez que o paradigma flexional sofreu um processo de simplificação – o que, conseqüentemente, geraria ambigüidade na interpretação dos enunciados – o sujeito pleno tornou-se cada vez mais necessário ao padrão frásico do português. Essa mudança provocou um rearranjo no sistema linguístico. Dessa forma, ao passo que o português brasileiro se tornou uma língua que perdeu o “princípio evite pronome” (Duarte, 1995), cada vez mais ocorrem complementos com objeto nulo e um enrijecimento na ordem dos constituintes, “em consequência da perda da inversão livre do sujeito e do sujeito pronominal nulo, ambas características de línguas *pro-drop*¹³⁸” (DUARTE, 1995, p.101-102).

¹³⁸ Para uma definição do padrão *pro-drop*, cf. KATO, 2000, p.07 – tradução nossa: “Um dos parâmetros mais discutidos, não só em sua formulação teórica, mas também acerca da forma como funciona na aquisição da linguagem e na mudança linguística, é o parâmetro de sujeito nulo (NS), também conhecido como o ‘parâmetro *pro-drop*’. Subjacente a esta última terminologia é a suposição de que o sujeito vazio é sempre um *pronome*”.

“One of the most discussed parameters, not only in its theoretical formulation, but also in the ways it functions in language acquisition and language change, is the null subject (NS) parameter, also referred to as the ‘*pro-drop* parameter’. Underlying the latter terminology is the assumption that the empty subject is always a *pronoun*”.

A autora acrescenta que os contextos linguísticos por onde essa mudança se iniciou são a segunda pessoa – trata-se do contexto em que as reduções no paradigma flexional começaram. Esse é justamente o contexto de interesse deste trabalho investigativo. Ao se comparar os usos interlocutivos de brasileiros, moçambicanos e angolanos é possível observar diferenças bastante contundentes.

O padrão de uso pronominal do português moçambicano e angolano, conforme revelado por essa amostra, diverge da brasileira, fundamentalmente, pela confluência de alguns fatores: nas duas amostras africanas, houve todas as possibilidades de realização pronominal inicialmente previstas, ou seja, no repertório linguístico de moçambicanos e angolanos há uma maior possibilidade de escolhas. São elas: o *senhor/ a senhora*, *tu*, *você*, ausência de pronome com desinência verbal de 3ª pessoa e com desinência de 2ª pessoa. Além disso, a opção linguística privilegiada por falantes desses dois países é a ausência de pronome sujeito, com marcação de pessoa pela desinência verbal. Pelo fato de que os informantes dos dois países demonstram escolhas pronominais semelhantes, a distribuição percentual das duas amostras é apresentada por meio da tabela 22, que se propõe a detalhar as escolhas pronominais de moçambicanos e angolanos. Em seguida, há a tabela 23 com um propósito de se comparar a realização ou a ausência pronominal nos três países em observação:

Tabela 22: Realização pronominal de moçambicanos e angolanos

	Ausência de pronome + desinência verbal de 3ª pessoa		Ausência de pronome + desinência verbal de 2ª pessoa		O senhor / a senhora		Você		Tu		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Moçambique	120	48,4	53	21,4	57	23	10	4	8	3,2	248	100
Angola	141	60	45	19,1	34	14,5	10	4,3	5	2,1	235	100

Fonte: própria

Tabela 23: Realização pronominal de brasileiros, moçambicanos e angolanos

País	Presença de pronome		Ausência de pronome		Total
	N	%	N	%	
Brasil	240	90,6	25	9,4	265
Moçambique	75	30,2	173	69,8	248
Angola	49	20,9	186	79,1	235

Fonte: própria

A comparação desses índices permite que se levante a hipótese de que o sistema linguístico dessas duas variedades africanas é caracterizado por uma morfologia flexional mais produtiva, que leva, conseqüentemente, a uma menor necessidade de preenchimento do sujeito pronominal. Ainda assim, as dicotomias formal *versus* informal e poder *versus* solidariedade são representadas por meio da escolha entre ausência de pronome com desinência verbal de 3ª pessoa e *o senhor/a senhora*, de um lado, e ausência de pronome com desinência de 2ª pessoa, *tu* e *você* por outro lado.

Ao se somar o percentual de sujeito pleno, contudo, Moçambique apresenta um índice de 30,2% e Angola de 20,9% (ainda que baixos, esses percentuais não se mostram inexpressivos). Quando se observa apenas a relação entre o preenchimento pronominal e o gênero do entrevistado particularmente de Moçambique, há um indício importante acerca do comportamento linguístico desses falantes. Seguem os dados numéricos:

Tabela 24: Realização pronominal por gênero do entrevistado de Moçambique

Gênero	Ausência de pronome		Presença de pronome		Total	
	N	%	N	%	N	%
Mulheres	128	73,1	47	26,9	175	70,6
Homens	45	61,6	28	38,4	73	29,4

Fonte: própria

Ao se considerar inicialmente o número absoluto de enunciados, verifica-se que as mulheres produziram muito mais sentenças (175 / 70,6%) empregando a estratégia de se dirigir ao interlocutor utilizando alguma referência expressa a ele, seja por meio da realização pronominal, seja pela desinência verbal. Desse modo, infere-se que os homens moçambicanos preferem abordar seu interlocutor restringindo-se ao assunto. Portanto, conforme demonstrado anteriormente, a maioria dos enunciados masculinos moçambicanos precisou ser excluída dessa análise em função da não realização de pronomes (ou de referência ao interlocutor por meio da desinência verbal), restando apenas um montante de 73 sentenças, que corresponde a 29,4% do *corpus* moçambicano. Ainda assim, em termos percentuais, no que se refere aos enunciados considerados por essa análise – os que contêm pronomes ou desinências verbais indicativas de pessoa –, os homens discretamente favoreceram a ocorrência de preenchimento pronominal de sujeito (38,4%, contra 26,9% das mulheres).

A partir dessa reflexão, levanta-se a hipótese de que o fenômeno linguístico em discussão – a ausência ou presença do pronome na posição de sujeito – apresenta valores simbólicos diferentes para moçambicanos e angolanos. Ao se comparar os índices de realização pronominal de angolanos, observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres (20,6% e 21,1%, respectivamente). Seguem os dados:

Tabela 25: Realização pronominal por gênero do entrevistado de Angola

Gênero	Ausência de pronome		Presença de pronome		Total	
	N	%	N	%	N	%
Mulheres	86	78,9	23	21,1	126	53,6
Homens	100	79,4	26	20,6	109	46,4

Fonte: própria

No que se refere especificamente ao preenchimento pronominal, considerando as três possibilidades disponíveis no sistema linguístico – *tu* e *você* para contextos mais solidários e informais e *o senhor/a senhora* para contextos mais formais e pautados pelo poder semântico –, é possível associar determinados pronomes a determinados perfis sociais de cada um dos países.

A se começar pelos resultados brasileiros, conforme já expresso, a forma *você* contou com 48,7% das ocorrências e *o senhor/ a senhora* com 41,9%. Dos vinte perfis apresentados, *você* foi a forma de tratamento escolhida pelos informantes para doze perfis, sendo que os perfis de número 08 e 12 (cf. figuras 99 e 100) foram os que tiveram a maior quantidade de *você* a eles dirigido.

Figura 99: perfil 08 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: http://www.dipity.com/tickr/Flickr_olhar/ Fonte:

Figura 100: Perfil 12 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://iminuto.com.br/sistema/?p=1783>

Esse resultado acerca do predomínio do pronome *você* para esses dois perfis brasileiros é coincidente com os resultados das formas mais solidárias para Angola e Moçambique. Assim sendo, as formas *tu*, *você* e ausência de pronome com desinência verbal de 2ª pessoa foram preferencialmente destinadas aos perfis 04 e 20 de Moçambique e aos perfis 04 e 20 de Angola, conforme indicam as figuras de 101 a 104 e a tabela 26:

Figura 101: perfil 4 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/>

Figura 102: perfil 20 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026>

Figura 103: perfil 4 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://huambodigital.com/projecto-crianca-futuro->

Figura 104: perfil 20 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://aeppea.wordpress.com/page/29/>

Tabela 26: Usos solidários em Moçambique e Angola

País	Perfil	Usos solidários						Usos não solidários		Total
		Ausência de pronome + des. verbal de 2ª p.		Tu		Você		N	%	
		N	%	N	%	N	%			
Moçambique	04	12	50,0	6	25,0	4	16,6	2	8,3	24
	20	12	63,1	0	0	1	5,2	6	31,5	19
Angola	04	10	47,6	5	23,8	4	19,0	2	9,5	21
	20	9	64,2	0	0	0	0	5	35,7	14

Fonte: própria

A coincidência dos referentes a quem os informantes dos três países destinaram formas mais solidárias pode ser justificada pelo fato de que eles não percebiam a sua face ameaçada ao se dirigirem a esses perfis. Essa justificativa pode ser coadunada pelos seguintes depoimentos apresentados:

(202) “Não... criança não me afasta, não.

(Não?)

Não. Ou, venha cá, menino. Deixa eu lhe perguntar uma coisa. *Você* conhece fulano de tal? Com as crianças eu não tenho pé atrás, não.” (BR.F2.03)

(203) “Ah, pra ele? Pra ele eu já chegaria bem mais tranquilamente. Numa forma natural também, né. Mas, chegaria e fala: ô garoto, por favor, onde é que tá aquele, aquele menininho pequenininho, o alemãozinho?

(Tá.)

Cê viu ele por aí?” (BR.F5.11)

(204) “Ya. Aí as crianças são um bocado mais sensíveis, né. E eu geralmente o que eu, o que eu faço com criança é olá, fazer uma, uma, uma gracinha, não sei quantos. Olá. Desculpa. Tô, tô à procura do Fulano de X. *Conheces? Sabes* onde é que ele vive? Não sei quantos.” (MO.F8.20)

(205) “Ah. Moça, *sabes* onde é que vende. *Sabes*. Mesmo por *tu*. Não tem problema. *Sabes* onde vende água? Agradecia e ia embora.” (MO.F10.23)

(206) “Então eu diria: oi, bebê. Por acaso *viste* o Luis? É, se ele dissesse que sim: e pra onde é que ele foi? Pras crianças eu gosto de tratar muito assim. Ya, fixe. Obrigada. Ou então: *podes* me levar até ele? É o que eu ia perguntar a ele”. (AN.10)

No que se refere ao perfil 20, tanto do *corpus* moçambicano, quanto do angolano, as questões relacionadas a gênero emergem novamente. Nesse sentido, entre os moçambicanos, das doze mulheres que simularam diálogo com esse perfil, empregando formas pronominais ou desinências verbais com marca pessoal, onze delas dirigiram-se ao perfil por meio de estratégias informais. Já entre os homens, das sete respostas válidas, cinco empreenderam estratégias pronominais mais formais. Em algumas respostas masculinas, houve inclusive menção à informalidade do contexto em que o perfil se encontrava associado a vocativos solidários, mas a desinência verbal mantinha distanciamento. Para se ilustrar esses casos, seguem excertos produzidos em referência ao perfil 20 do *corpus* moçambicano – o de número 207 foi produzido de uma maneira mais informal por uma mulher de 50 anos e o 208 por um homem de 43 anos:

(207) “Oi moça. *Sabes* onde fica o quiosque mais próximo? Tamos todas, quer dizer, num ambiente informal, não é?” (MO.F7.18)

(208) “Pronto, como estamos assim num lugar mais, que não é formal, é praia. Praia que não é formal. Aqui seria: moça, jovem, procuro... *podia* me indicar onde vende aqui um sumo, um fresco? Não seria *tão* formal com ela.” (MO.F5.14)

Exemplo como o de número 208 também é encontrado em Angola. Esses casos sugerem que, ainda que haja uma combinação semântica entre a forma de tratamento nominal e o pronome – ou a ausência pronominal com marcação de pessoa por meio da

flexão verbal – eles podem indicar uma gradação de formalidade, em que a forma nominal carrega um valor mais marcado, seja em direção ao poder ou à solidariedade, em função de seu conteúdo lexical exposto, e o pronome indicia valores um pouco menos marcados também nas duas direções possíveis. Para ilustrar esse fato, com referência ao *corpus* angolano, segue o excerto 209, produzido por um homem de 26 anos:

(209) “Mas como ela está com um sorriso lindo, eu não vou chegar pra ela tão frio e formal: olá, *minha linda*. Tudo bom? *Sabe* onde eu posso comprar uma água? Eu tô cheio de sede.” (AN.03)

Ainda acerca de questões relacionadas a gênero, entre os informantes brasileiros houve também diferença em suas escolhas pronominais. Em termos gerais, as mulheres adotaram duas estratégias principais com índices bastante semelhantes: usar a estratégia formal *o senhor /a senhora* (46,9%) e a estratégia informal *você* (45,0%), em função de se adequarem aos seus interlocutores. Já no caso dos homens, a diferença quantitativa entre essas duas estratégias formal e informal foi mais significativa: 33,9% de uso de *o senhor/a senhora* e 54,3% de *você* – apontando para uma tendência brasileira masculina de usos mais informais, conforme demonstra a tabela 27:

Tabela 27: Distribuição de formas pronominais por gênero do entrevistado

País	Gênero	Ausência de pronome com desinência verbal de 3ª pessoa		O senhor/a senhora		Ausência de pronome com desinência verbal de 2ª pessoa		Tu		Você		Total
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Brasil	Mulher	13	8,0	76	46,9	-	-	-	-	73	45,0	162
	Homem	12	11,6	35	33,9	-	-	-	-	56	54,3	103
Moçambique	Mulher	85	48,5	36	20,5	43	24,5	7	4,0	4	2,2	175
	Homem	35	47,9	21	28,7	10	13,6	1	1,3	6	8,2	73
Angola	Mulher	67	61,4	18	16,5	19	17,4	2	1,8	3	2,7	109
	Homem	74	58,7	16	12,6	26	20,6	3	2,3	7	5,5	126

Fonte: própria

Em termos gerais, esses resultados brasileiros concernentes mais especificamente ao gênero do informante coadunam com os resultados de Mundim (1981) para a variedade carioca do português brasileiro dos anos 1980. As conclusões a que a autora chega são as seguintes:

No que se refere ao uso de senhor, por exemplo, a probabilidade de se manifestar tal tratamento é maior na linguagem das mulheres do que na dos homens (...). A nossa interpretação com base nos resultados é a de que a mulher procura sempre manter certo distanciamento do seu interlocutor, principalmente quando este é homem desconhecido. Como a situação proposta nas entrevistas foi esta, era de se esperar que a manifestação de senhor acontecesse mais entre as mulheres (.55, .56, .58) do que entre os homens (.44, .44, .41). Por outro lado, o uso do tratamento senhor vem carregado de valores positivos, isto é, quando alguém faz uso desta forma, está demonstrando “ser educado”, que “respeita a pessoa com quem está falando”, “que não está agindo com intimidade”, etc. O uso de você, especialmente em início de conversa com desconhecido, muitas vezes pode provocar uma série de críticas que, de certa forma, podem até depor contra a moral da mulher. Mais uma vez era de se esperar, então, que a probabilidade para o uso de senhor fosse maior na linguagem das mulheres do que na dos homens” (MUNDIM, 1981,p.84)

Ao se comparar essas duas pesquisas, outra equivalência é observada: de acordo com Mundim (1981), “quanto à ausência, o homem explora mais este tratamento que a mulher” (MUNDIM, 1981, p.84). As relações entre a ausência pronominal realizada por homens e mulheres no *corpus* constituído para a presente investigação apresenta um resultado semelhante ao de Mundim: os homens exploraram esse recurso em 11,6% dos enunciados analisados, contra 8,0% das mulheres.

Essas comparações com os resultados de Mundim (1981), ainda que de forma não conclusiva, apontam para o fato de que ao longo dos trinta e três anos que separam as duas pesquisas, não houve diferenças significativas acerca das estratégias pronominais empregadas por homens e mulheres para se referir ao interlocutor.

Acerca dos informantes moçambicanos – também representados pela tabela 27 – é difícil estabelecer uma análise mais concludente no que se refere à tendência de comportamento pronominal entre os gêneros, uma vez que há uma severa disparidade entre o volume de dados de homens e de mulheres, conforme já destacado anteriormente. Já entre os informantes de Angola, novamente é possível observar uma tendência ao equilíbrio entre mulheres e homens para cada uma das possibilidades de realização pronominal permitida pelo sistema. A única exceção evidenciada pela tabela 27 é o fato de que os homens fazem um uso preferencial do pronome *você* quando comparado às mulheres (70% e 30%, respectivamente) – ainda que o número absoluto de ocorrências seja baixo, essa diferença entre os gêneros pode representar uma tendência.

No que se refere especificamente à semântica do poder, algumas tendências nacionais podem ser traçadas. No caso específico do Brasil, dos vinte perfis apresentados aos informantes, oito deles receberam preferencialmente o tratamento pronominal de *o senhor/a senhora*, sendo que os perfis de número 06 (89,4%), 09 (70%) e 16 (70%) foram os que favoreceram esse uso (cf. figuras 105 a 107). Uma justificativa possível para a incidência dessa forma aos perfis 06 e 09 é o fato de que o brasileiro se mostrou bastante sensível à faixa etária do perfil social, conforme revelam os depoimentos 210 a 212.

Figura 105: perfil 06 da amostra de imagens brasileira



Fonte:Disponível em: <http://jornalsantuاريو.wordpress.com/tag/igreja-catolica/>

Figura 106: perfil 09 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: - <http://dirceurabelo.wordpress.com/2012/03/18/poema-do-idoso/>

Figura 107: perfil 16 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em: <http://www.leijaja.com/multi-media/2011/muitos-problemas-algumas-solucoes>

(210) “Então, eu assim, eu já, eu chegaria assim mais cautelosa. Assim, com licença, senhora, com um tom de voz mais baixo, mais calma e perguntaria pela pessoa. Dá licença, *a senhora* pode falar comigo um minutinho? Eu precisava saber se tem alguém aqui... entendeu? Eu usaria assim mais mansa por ser uma senhora”. (BR.F2.05)

(211)“Com licença, *a senhora* conhece tal pessoa? Não sei quê. Daria um pouquinho mais de educação por conta de ser uma senhora, falaria, né, chamaria dessa maneira”. (BR.F6.15)

(212)“Mesma coisa. Eu falaria: oi, tudo bem? Aí, bom, aí eu trataria como senhor, né. É uma pessoa de barba branca. *O senhor* sabe se a pessoa tal tal passou por aqui? *O senhor* conhece a pessoa tal tal tal?” (BR.F3.07)

Já concernente ao perfil 16, os informantes justificaram suas escolhas linguísticas em função da evidente religiosidade transmitida pelo perfil¹³⁹. Alguns informantes se mostraram indecisos em atribuir uma forma de tratamento nominal a

¹³⁹ Para o perfil de número 11 do *corpus* angolano, que possui o mesmo estatuto social que o perfil 16 do *corpus* brasileiro, a formalidade também prevaleceu nas simulações de diálogo. Assim, em 84,6% dos enunciados analisados, os informantes angolanos dirigiram-se a esse perfil por meio da ausência pronominal e desinência verbal de 3ª pessoa.

esse perfil, sobretudo por não pertencerem à mesma religião. No entanto, majoritariamente demonstraram segurança com a forma pronominal *a senhora*, conforme revela o depoimento 213:

(213) “É, é da mesma forma, senhora. Eu não falaria irmã, nada. Porque eu não sei nem se é a gradação dela religiosa, mas com certeza: *a senhora* poderia me informar se conhece tal pessoa?” (BR.F6.14)

Outros dois perfis que receberam majoritariamente a atribuição do pronome formal *o senhor* foram os de número 17 e 18 da amostra brasileira (11,7% e 10,8%, respectivamente). Nesses dois casos, há evidências de que, por motivos diferentes, as profissões desses perfis provocam tratamentos hierárquicos, em que eles representam um posicionamento social superior com relação ao entrevistado.

Figura 108: perfil 17 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://www.antonioroberto.com.br/category/utilidade-publica/>

Figura 109: perfil 18 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/conhecaPRF.faces>

Havia uma expectativa em relação à atribuição de escolhas pronominais mais formais para dois perfis brasileiros, os de número 11 e 15 (cf. figuras 110 e 111). Essa expectativa se confirmou para o perfil 11, mas não para o perfil 15. A esses dois perfis foram atribuídos os seguintes tratamentos pronominais, conforme expresso pela tabela 28:

Figura 110: perfil 11 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://uniol.com.br/blog.php?id=21&arquivo=2010-12>

Figura 111: perfil 15 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:

<http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>

Tabela 28: Atribuição de tratamentos pronominais a dois perfis brasileiros

Perfil	Ausência de pronome com desinência verbal de 3ª pessoa		O senhor		Você		Total
	N	%	N	%	N	%	
11	0	-	9	75,0	3	25,0	12
15	0	-	6	40,0	9	60,0	15

Fonte: própria

Com relação ao perfil 11, os informantes deram depoimentos no sentido de que utilizam a forma de tratamento nominal *doutor*, combinada com o pronome *o senhor* em função de reconhecerem a importância da profissão por ele desempenhada. Para ilustrar essa afirmação, seguem alguns excertos:

(214) “Ai, doutor, e aí, meu exame? Tá tudo bem? Entendeu? *O senhor* achou que tá tudo certo? *Pra doutor eu sempre uso doutor e senhor por mais que seja novo. Eu sempre uso assim.*” (BR.F2.05)

(215) “Boa tarde, você... Não, eu acho que eu usaria senhor. *O senhor* sabe se o meu exame já está pronto? *O pediatra do meu filho eu chamo de senhor e ele provavelmente é mais jovem do que eu.* (É mesmo?)
É, é. Ou ele tem a minha, ou ele tem a minha idade. É um homem de quarenta, quarenta, não mais do que quarenta e dois anos. Talvez por ser... é engraçado ouvir dizer sobre isso. Agora eu vou fazer terapia pra essa descoberta.
[risos]
Doutor, doutora. Doutor, doutora. Certamente. *Doutor, o senhor...* poderia me informar se o meu exame já está pronto? É isso que eu faço.” (BR.F3.06)

(216) “É. Porque, porque assim, vamo dizer que é da minha médica, eu já tenho uma intimidade, então vai o você.
(Ah tá.)
Se eu não conheço, se for se for a minha primeira talvez visita, a minha primeira consulta, aí talvez eu usaria *o senhor*. Mas se eu vou sempre, se eu tenho uma uma uma continuidade de ir sempre, aí vai você. Aí já virou festa.
(Mas mesmo assim cê mantém o doutor?)
Doutor sempre. Doutor sempre. *Ele estudou, né?*
(Tá.)
Peraí, *ele merece, né!*
(Então aqui é a profissão, né...)
É. É. Aqui ele merece um doutor, né.
(Tá.)
Estudou pra ser doutor. Aí já merece um doutor.” (BR.F4.08)

Já para o perfil de número 15, os informantes não foram unânimes em atribuir formas de tratamento hierárquicas e formais. A razão para isso, muito provavelmente, possa ter sido a percepção que tenham tido de si mesmos com relação a esse perfil. Ou seja, alguns informantes, ao se depararem com a imagem que lhes foi apresentada, auto-avaliaram o seu *status* social e, por isso, pragmaticamente, fizeram escolhas linguísticas

mais recíprocas. A fim de se observar a reação dos entrevistados a esse perfil, seguem três excertos:

(100) “Seria: oi, boa tarde. Oi, bom dia. Também: *você pode... você sabe me dizer onde fica isso? É... Você sabe sobre o assunto tal?*

(Tá.)

Eu acho que seria isso.

(Aqui você escolheu você...)

Sim. Eu acho que me parece uma pessoa...é, é... essa pessoa é a cara dos meus colegas de trabalho. Eu acho que bem parecido. É esse o ambiente que eu vivo, eu trato as pessoas...

(Por você.)

Por você.” (BR.F3.06)

(217) “Parece um advogado, assim né? *Impositivo, né?*

Bom, é... sendo um advogado, de repente eu acredito que eu deva saber o nome dele, né?

João. Boa tarde, *cê* sabe se o meu documento ficou pronto? Como é que tá aquele, aquele processo?” (BR.F5.11)

(218) “Na rua, encontrei com esse cara de gravata, pá, amigão, mesma coisa, na rua. Mas aqui eu tô no ambiente dele. Digamos que eu entrei aqui meio sem querer, que eu nem sei como eu fui parar nessa sala. Não sei como. Por acaso abri a porta, não sei como abri a porta: oi, desculpa, tô procurando uma pessoa e entrei na sala errada. *O senhor* conhece fulano de tal?” (BR.F10.22)

Por meio do *corpus* moçambicano, fica evidente que a relação de idade é também uma preocupação que permeia as escolhas pronominais dos falantes desse país. Haja vista que, avaliando independentemente o pronome *o senhor/a senhora* (responsável por 57 ocorrências, 23% do total do *corpus* moçambicano – cf. tabela 22), o perfil que se destaca é justamente o de número 09, com 07 dados (12,2% dentro do universo das 57 sentenças) (cf. figura 112). Em seguida, dois perfis empatam na segunda posição entre as ocorrências desse pronome: os perfis 02 e 18, cada um com 10,5% das ocorrências (06 dados para cada perfil). Se o perfil 09 teve a questão da idade como justificativa para o uso de *o senhor* pelos informantes, a atribuição desse mesmo pronome aos perfis 02 e 18 é justificada pelo fato de associarem essas pessoas a um mundo burocrático e, portanto, hierarquicamente superior, conforme indicam os excertos 219 (de uma mulher de 18 anos ao perfil 09), 220, 221 (produzidos por um homem de 24 e por uma mulher de 26 anos ao perfil 02) e 222 (produzido por um homem de 67 anos):

Figura 112: perfil 09 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=64603

Figura 113: perfil 02 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
http://fdmmoz.org/eng_partners.php

Figura 114: perfil 18 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em:
<http://quivismoblogspot.com/2011/04/ha-cada-vez-mais-imigrantes-ilegais-em.html>

(219) “Boa tarde, boa tarde. É, eu tô a procura de uma senhora chamada Laurinda, *o senhor* deve saber quem é, pode me dizer onde é que eu posso encontrá-la?

(Mas agora você chamou de senhor...)

Sim, foi porque já tem *uma idade um bocadinho maiores*. Já tem, já é... sim. Pode me dizer invés de podés me dizer ou *o senhor pode me dizer*, acho que fica mais bem educado.” (MO.F1.01)

(220) “Seria muito simples também. Como assim: bom dia, estou procurando uma farmácia aqui perto. Não sei se *a senhora* conhece uma mais próximo aqui que podia me indicar (?). Então, ia me dar a resposta a pessoa. (?) Ia indicar.

(E por que você escolheu senhora?)

Por que? Porque não tinha nenhum *grau de intimidade* com ela. Então, com *formalidade* também, senhora seria mais conveniente.” (MO.F6.15)

(221) “Ok. Com ela, apesar dela também não parecer muito mais velha do que eu, ela tá muito bem vestida. Parece muito profissional. Parece estar num escritório. Eu já não ia lhe chamar de mana definitivamente.” (MO.F1.04)

(222) “Sim. Eu chegava lá e cumprimentava e depois e lhe diria: olha, eu estou preocupado. Eu gostaria de, é, de saber, é, desse, desse meu assunto aqui, porque a primeira eu fui pro guichê tal, pra mesa tal. É, não consegui (?). Não tô satisfeito com, com o resultado deste processo. E agora mandaram-me prali. E depois dali dizem-me pra, pra descer até o sétimo andar. E agora eu não sei como é que é. Será que *o senhor* estará à altura de me explicar como é que isto funciona? Por que que isto vai ser assim com tanta burocracia um assunto que eu acho que é possível de ser resolvido aqui no departamento onde *o senhor* está? Então, ali ele vai começar a me explicar. Ele vai dar os seus detalhes.” (MO.F10.24)

Por sua vez, o corpus angolano revela padrões bem diferentes em comparação com o brasileiro e o moçambicano no que se refere ao tratamento pronominal *o senhor/a senhora*, responsável por 14,5% das ocorrências (cf. tabela 22) – ou seja, das 235 sentenças consideradas na análise, 34 foram realizadas empregando o pronome em questão. No caso angolano, a questão da idade não se revelou como um fator preponderante para a recorrência desse pronome e, sim, as relações comunicativas

estabelecidas com pessoas cuja profissão se dá em âmbito público e burocrático, conforme ilustrado pelos perfis 18 (07 dados no universo das 34 sentenças, 20,5%) e 02 (06 dados, 17,6%), figuras 115 e 116, e pelos excertos 223, 140, 224 e 225:

Figura 115: perfil 18 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2013/0/1/Administracao-prioriza

Figura 116: perfil 02 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asm.co.ao/testemunhos.html>

(223) “E normalmente aqui quando nós estamos a falar *com pessoas assim*, às vezes nós, não sei, não sei até se é certo, mas nós costumamos a dizer desculpe e não esquecer de dizer obrigado, né.

(No final.)

Pois. E normalmente: bom dia, desculpe. Desculpe o incômodo. Desculpe roubar um bocadinho de tempo. Será que é *o senhor* que trata o atestado de residência?” (AN.13)

(140) “Boa tarde. É *o senhor* que trata o atestado de residência? Trataria por senhor.

(Certo.)

Por estar também num local de trabalho e por mostrar uma certa rigidez na postura. E por ter uma certa rigidez parece ser uma pessoa que gosta de ser tratada com formalidade.

(Tá.)

No local de trabalho.

(Entendi.)” (AN.10)

(224) “Ok. Boa tarde, senhora. É, desculpa o incômodo. É, gostava de poder saber, né, se *a senhora* podia me explicar onde é que eu podia encontrar isso e aquilo.” (AN.17)

(225) “Boa tarde. Normalmente *eu considero elas como senhoras*. Olá, boa tarde. *A senhora* por acaso conhece alguma padaria por perto? É, ela indicaria-me e ao fim de tudo, ela ia de seguir e me me despedia. Só. Acho que só. *Foi também formal, muito formal.*” (AN.10)

Pragmaticamente, portanto, o pronome *senhor/senhora* é empregado em contextos em que não se estabelece nenhum tipo de identidade e afinidade entre os interlocutores. A esse pronome, semanticamente, estão associados valores socioeconômicos hierárquicos para os angolanos. Dessa forma, enquanto brasileiros usam preferencialmente *o senhor/a senhora* para pessoas com mais idade, em um

indicativo de respeito, os moçambicanos associam essa forma tanto ao fator idade quanto ao distanciamento social e os angolanos são mais contundentes em entender que o uso desse pronome impõe distância e verticalidade na relação interlocutiva estabelecida (cf. quadro 23).

Quadro 23: Representação esquemática dos atributos semânticos associados à forma pronominal *o senhor/a senhora*

Brasil	Moçambique	Angola
idade	idade burocracia	burocracia

Fonte: própria

Novamente em relação ao fator preenchimento ou ausência de sujeito pronominal, de acordo com o que os índices quantitativos revelaram – e diversas pesquisas de caráter sociolinguístico têm advogado –, o português brasileiro (PB) tem se caracterizado como uma língua com preenchimento de sujeito. Entretanto, o sistema linguístico permite que enunciados legítimos sejam produzidos em PB com a ausência pronominal – fato que justifica, portanto, a ocorrência de 9,4% de ausência de sujeito com desinência verbal de 3ª pessoa no *corpus* brasileiro. Nesse sentido, se os brasileiros têm duas possibilidades – ainda que majoritariamente favoreçam o preenchimento –, é possível inferir que, ao optarem pela ausência pronominal, estejam sendo pragmaticamente motivados. Acerca disso, Abreu e Mercer (1988), ao estudarem especificamente o “pronome zero” produzido por curitibanos (falantes oriundos da cidade de Curitiba/Paraná – Brasil), levantaram algumas hipóteses que justificam essa escolha linguística:

Capaz de escamotear as marcas contidas em *você*¹⁴⁰ e *senhor*, o *pronome zero* se configura como estratégia da qual o falante pode se valer para abordar pessoas com as quais ele não mantenha relações quer de familiaridade quer de cerimônia. É, portanto, produto do intervalo que se abre entre *você* e *senhor*, que, fortemente marcados, não traduzem as várias fases das diferentes relações que recortam o contínuo da interação social. Seu emprego é assegurado pelo

¹⁴⁰ Grifos dos autores.

constrangimento do falante que não possui elementos significativos para motivá-lo a abordar com descontração ou deferência o seu interlocutor. Nesse caso, a abordagem não é “O senhor poderia...” ou “Você poderia...”, mas sim “Ø poderia...” ou “Por gentileza, Ø poderia...”.

Concluimos, na primeira versão desse trabalho (1987) que o *pronome zero* é a única opção disponível no sistema para interpretar interlocutor não-solidário não-superior, fato que o caracteriza como um comportamento de esquiva.

(...) Enquanto pessoas de baixo padrão se dirigem às de status superior tratando-as por *senhor(a)* (67%), estas, ao abordarem interlocutores socialmente prestigiados, têm como opção o Ø. Dessa constatação pode surgir uma nova hipótese para o tratamento zero, a de que embora ele possa se apresentar como solidário ele é também um marcador de distância (ABREU; MERCER, 1988, p.26-27).

As hipóteses levantadas por Abreu e Mercer (1988) podem ser confirmadas por meio do trabalho investigativo que ora se desenvolve. Em uma comparação entre os perfis sociais brasileiros a quem foi atribuída a ausência pronominal, dois deles se destacam com os maiores percentuais: o perfil 02 e o 14 – dentre as 25 ocorrências de ausência pronominal do *corpus* brasileiro, o perfil 02 contou com 05 dados (20%) e o perfil 14 com 04 dados (16%), cf. figuras 117 e 118. A esses perfis, os entrevistados podem ter se sentido em dúvida no que se refere à melhor estratégia pronominal e, em função disso, optaram pela forma zero, conforme demonstram os excertos 226, produzido por um homem de 33 anos, e 227, de uma mulher de 30 anos – ambos direcionados ao perfil 02 – e 146 e 147 (exemplos já utilizados no capítulo 03 com referência ao perfil 14) produzidos por um homem e uma mulher, ambos de 64 anos:

Figura 117: perfil 02 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://muzamusica.blogspot.com.br/2011/11/mo-co-segure-esse-osso.html>

Figura 118: perfil 14 da amostra de imagens brasileira



Fonte: Disponível em:
<http://jarbasrocha.com.br/senar-promove-curso-de-pedreiro-rural/>

(226) “Ai, depende da situação, do momento, às vezes eu falo: Amigo, por favor¹⁴¹, *poderia* me informar onde fica a rua tal?” (BR.F6.15)

(227) “Ah, bom dia, é, por favor, *sabe* dizer onde fica o ponto de ônibus tal, na rua tal? Isso.” (BR.F9. 21).

(146) “É um pedreiro, tá aqui rebocando a parede, eu tô passando na rua, querendo achar uma padaria: Amigão, *sabe* onde tem uma padaria aqui próximo? Mesma coisa que eu já perguntei pros outros todos.” (BR.F10.22)

(147) “Ah, eu vou, é a mesma coisa. Eu vou falar sempre isso: ô moço (?), ó, desculpa aí atrapalhar o teu trabalho um pouquinho, mas *pode* me dar uma informação? É assim.” (BR.F5.12)

Ao avaliar esse mesmo fenômeno em Moçambique e Angola – a ausência pronominal em posição de sujeito –, é preciso reconhecer que a opção menos marcada é justamente essa, por representar a opção majoritária de angolanos e moçambicanos. Entretanto, ao passo que o sistema linguístico dessas variedades também oferece possibilidades de realização do sujeito e que a ausência pronominal é sistematicamente a opção mais escolhida, é também possível inferir que a opção pela realização do pronome nessa posição é mais marcada e, portanto, pragmaticamente motivada.

No caso dessas duas variedades, os padrões de formalidade também são marcados por meio da escolha da desinência verbal de 2ª pessoa (menos formal) e de 3ª pessoa (mais formal), ambos os casos sem referência pronominal explícita. Essa afirmação pode ser constatada ao se confrontar os perfis sociais que receberam os percentuais mais elevados em cada uma dessas variantes. Com tal finalidade, é possível comparar os dados da tabela 29 e as figuras 119 a 121 com os dados da tabela 30 e as figuras 122 a 126:

¹⁴¹ É preciso salientar que, nesse momento, está em foco a discussão específica sobre a escolha pronominal em posição de sujeito referindo-se à segunda pessoa. Entretanto, não se ignora o fato de que, pragmaticamente, há nos exemplos apresentados outras estratégias utilizadas pelos informantes para demonstrarem polidez, tal como o uso de FTNs, de expressões de saudação como “*bom dia*” e de estratégias de mitigação como “*por favor*”.

Tabela 29: Perfis com as maiores frequências de desinência verbal de 3ª pessoa em Moçambique e Angola

País	Perfil	Nº total de dados	Ausência de pronome com desinência verbal de 3ª pessoa	
			N	%
Moçambique	02	22	16	72,7
	06	19	13	68,4
Angola	15	20	17	85,0
	01	20	16	80,0

Fonte: própria

Figura 119: perfil 02 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: http://fdmmoz.org/eng_partners.php

Figura 120: perfil 06 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://pequenaviagem.blogspot.com/2006/12/jantar-de>

Figura 121: perfil 15 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: http://asm.co.ao/tes_temunhos.html

Figura 122: perfil 01 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://badoo.com/pt-ao/harmm/>

Tabela 30: Perfis com as maiores frequência de desinência verbal de 2ª pessoa em Moçambique e Angola

País	Perfil	Nº total de dados	Ausência de pronome com desinência verbal de 2ª pessoa	
			N	%
Moçambique	04	24	12	50,0
	20	19	12	63,1
Angola	04	21	10	47,6
	20	14	9	64,2

Fonte: própria

Figura 123: perfil 04 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026>

Figura 124: perfil 20 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/>

Figura 125: perfil 04 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://huambodigital.com/projecto-crianca-futuro>

Figura 126: perfil 20 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://aeppea.wordpress.com/page/29/>

Essa comparação, portanto, permite associar que as desinências verbais de 3ª pessoa são comumente associadas a perfis sociais que expressam algum tipo de formalidade, distanciamento, poder, enquanto que as desinências de 2ª pessoa são atribuídas a perfis em relação aos quais, apesar de serem desconhecidos, os informantes não sentiram a sua face em ameaça por eles. Alguns depoimentos dos informantes moçambicanos e angolanos ajudam a corroborar essa afirmação. Inclusive, o depoimento de número 228 ressalta o fato de que a ausência de tratamento foi uma escolha consciente da informante, de 23 anos, em função de sua insegurança ao se dirigir ao perfil de número 15. Seguem os excertos (o de número 137 foi produzido por um homem de 43 anos ao referir-se ao perfil 06 da amostra de moçambicana e o de número 13 é de uma mulher de 23 anos ao dirigir-se ao perfil 01 da amostra angolana):

(137) “Aqui já é formal. Aqui não tem, não tem como. Bom dia, senhor. Uma informação só. Eu gostaria que me *dissesse*, aqui perto, onde é que eu posso encontrar umas bombas de combustível? Porque meu combustível está, o meu carro está na reserva. E...”

(Tá. Tem que ser formal?)

Tem que ser formal. Olhando pro senhor aqui. Não lhe iria tratar informalmente, não. Não o conheço.” (MO.F5.14)

(13) “Esse já como tá de fato, é aquela: jovem, bom dia. Por favor, *pode* me indicar onde é que é o, onde é que fica o Largo do Kinaxixe?

[risos]

(Tá. Muito boa. Gostei muito. É exatamente isso que eu preciso.)

Parece que como já tá de fato, parece alguém um pouco, se calhar que estuda um bocadinho. Sei lá. Então já a linguagem às vezes é um bocadinho mais cuidadosa.” (AN.13)

(228) “Dá um certo medo de dizer ou senhora ou dona porque na verdade nós não sabemos quem é essa pessoa. Poderíamos usar ou senhora ou dona. Mas nós vamos diretamente à pergunta. Boa tarde, por favor, *podia* explicar onde é que fica...?”

(Certo.)

É por aí.

(Tá perfeito. Assim você evita qualquer constrangimento.)

Sim, qualquer constrangimento. Porque eu fico logo a imaginar que se calhar ela deve ser ministra da agronomia, ou do ambiente ou qualquer coisa. Então, prefiro ir diretamente ao assunto.

(Tá.)

Pra não ter que errar.

(Isso.)

Medo de errar.” (AN.14)

Com um objetivo de sistematizar as informações pronominais debatidas até o momento, segue o quadro número 24:

Quadro 24: Síntese esquemática da utilização de pronomes sujeito

Utilização de pronomes sujeito		
Realização pronominal		
• Presença de pronome (PB: 90,6% / PM: 30,2% /PA: 20,9%)		
• Ausência de pronome + desinência verbal (PB: 9,4% / PM: 69,8% /PA: 79,1%)		
Brasil		
• Na amostra aparecem: <i>você</i> (48,7%), <i>o senhor/a senhora</i> (41,9%), ausência de pronome com desinência de 3 ^a p (9,4%).		
• PB: caracteriza-se como uma variedade linguística que prevê o preenchimento pronominal.		
• Diferenças entre gêneros:		
* Mulheres preferem pronomes mais formais: <i>o senhor/a senhora</i> (46,1%)		
* Homens preferem pronomes mais informais: <i>você</i> (62,5%)		
Moçambique e Angola		
• Na amostra, aparecem cinco possibilidades de referência ao interlocutor:		
Referência pronominal ao interlocutor	Português moçambicano (PM)	Português angolano (PA)
Ausência de pronome + desinência de 3 ^a p	48,4%	60,0%
Ausência de pronome + desinência de 2 ^a p	21,4%	19,1%
<i>O senhor/a senhora</i>	23%	14,5%
<i>Você</i>	4,0%	4,3%
<i>Tu</i>	3,2%	2,1%
• PM e PA: menor necessidade de preenchimento pronominal em função da morfologia flexional mais produtiva.		
Legenda		
PB: Português Brasileiro		
PM: Português Moçambicano		
PA: Português Angolano		

Fonte: própria

Os dados apresentados até aqui revelam que os pronomes – ou a ausência deles – representando um item gramatical disponibilizado pelo sistema linguístico, permitem avaliar a correlação existente entre as escolhas linguísticas e sua motivação social. Há ainda um aspecto que precisa ser debatido: a produtiva relação que se estabelece entre os vocativos – formas de tratamentos nominais que desempenham essa função sintática – e os seus correspondentes pronominais.

5.2 Relações entre vocativos e pronomes: poder e solidariedade em foco

Ao se considerar a estrutura sintática da língua portuguesa, duas funções se destacam por representarem o foco de interesse deste trabalho investigativo, sobretudo em função de sua inter-relação: o vocativo e o sujeito atualizado por um pronome ou pela ausência dele (pronome zero). Essas funções sintáticas se destacam por estarem diretamente relacionadas à interpelação em situações de interação comunicativa.

A função sintática denominada “vocativo” é expressa linguisticamente por meio de formas de tratamento nominais (FTNs) (tema debatido na seção 04), que são passíveis de serem interpretadas por meio de estratégias relativas à semântica do poder e da solidariedade (Brown e Gilman 1960/1972). Em outras palavras, os falantes possuem à sua disposição uma gama de FTNs / vocativos disponíveis pelo sistema com diferentes representações semânticas: por um lado, por exemplo, há *cara, amigo (a), meu, brother, wi, brada, kanuko, moça (o)* que indicam tratamentos menos tensos, mais horizontais, menos hierárquicos, ou seja, mais solidários; por outro lado, há *senhor/senhora, excelência, caríssimo* usados como um indicativo de cerimônia, deferência, respeito, em situações preconizadas pela formalidade, hierarquia, verticalidade e, portanto, poder.

Os atributos semânticos das FTNs, em função de vocativo, podem combinar-se com os valores desempenhados pelos pronomes pessoais que executam a função sintática de sujeito da oração. Conforme já discutido, o sistema da língua portuguesa possibilita que haja construções tanto com o preenchimento pronominal da posição de sujeito quanto com a ausência desse recurso, em que a marca de pessoa fica restrita à desinência verbal – que também carrega um valor semântico relativo à pessoa do discurso com quem a interação é estabelecida.

Assim sendo, nessa investigação parte-se da hipótese de que a combinação entre vocativos e pronomes sujeito é sempre pragmaticamente motivada. A partir dessa

hipótese surge outra mais específica aos propósitos deste trabalho: a de que cada variedade linguística faz essas combinações relativas às características de suas populações. Nesse sentido, está em foco verificar como os informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos fizeram as combinações entre vocativos e pronomes sujeitos a fim de se estabelecer as possíveis tendências de uso de cada um desses povos.

A hipótese geral aqui levantada baseia-se no trabalho de Mundim (1981), que estudou as relações entre as *Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro*. De acordo com a autora, as formas de tratamento pronominais e os vocativos mantêm um elo semântico que os torna, de certa forma, dependentes, uma vez que ambos apresentam referência à formalidade. Assim sendo, para ela haveria correlação entre os seguintes vocativos e pronomes sujeito:

- “a) ‘senhor’, ‘meu senhor’, ‘moço’¹⁴², ‘doutor’, etc. (isto é, vocativos que inspiram maior formalidade) teriam correlação com o tratamento senhor (que também carrega nuance de formalidade);
- b) vocativos do tipo: ‘cara’, ‘bicho’, ‘meu chapa’, ‘ô meu’, ‘ô malandro’, etc. (que inspiram informalidade maior) ocorreriam juntamente com tu ou você.” (MUNDIM, 1981, p.45)

As hipóteses de Mundim (1981) se confirmaram em função dos dados por ela analisados e advindos da apresentação de fotografias com perfis da sociedade carioca dos anos 1980 aos seus entrevistados. Para testar esses resultados ela ainda empregou dois testes de percepção com os seus informantes. De acordo com seus resultados, ela pode comprovar que o vocativo *senhor* era majoritariamente combinado com a forma pronominal *o senhor*, assim como o vocativo *amigo* preferencialmente se combinava com o pronome *você*.¹⁴³

A fim de se avaliar as hipóteses acerca da combinação semântica que ocorre entre vocativos e pronomes sujeito – e comparar com os resultados de Mundim (1981) –, os dados provenientes dos *corpora* brasileiro, moçambicano e angolano foram analisados por meio de uma perspectiva quantitativa, em que eles foram submetidos ao

¹⁴² De acordo com Mundim (1981), as formas de tratamento nominais /vocativos *o senhor* e *moço* igualmente expressam a noção de maior formalidade, uma vez que *moço* estabelece a sua combinação sintática fundamentalmente com o pronome *o senhor*. No entanto, neste trabalho investigativo parte-se da premissa de que *moço* é uma estratégia solidária empreendida pelos falantes àqueles interlocutores com quem não se tem intimidade, mas a quem um tratamento mais horizontal e menos hierárquico é possível.

¹⁴³ Os resultados quantitativos de Mundim (1981) serão apresentados a partir da página 303, dessa subseção.

Programa estatístico Goldvarb X, e qualitativa, sobretudo em função da semântica do poder e da solidariedade de Brown e Gilman (1960/1972).

Para que o Programa Goldvarb X pudesse avaliar estatisticamente a combinação entre o valor semântico do vocativo e do pronome sujeito foi criado o grupo de fatores de número 02, em que se estabeleceram nove possibilidades combinatórias:

- 1) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico do **poder** e um pronome sujeito também do eixo do **poder**. É exemplo: “É... por favor, *meu senhor, o senhor* conhece essa rua?” (BR.F2.03);
- 2) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico da **solidariedade** e um pronome sujeito também do eixo da **solidariedade**. É exemplo: “*Mano, cê* viu o Henrique por aí?” (BR.F4.09)
- 3) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico do **poder** e um pronome sujeito do eixo da **solidariedade**. É exemplo: “*Senhor*, eu tô procurando uma pessoa. *Você* conhece?” (BR.F1.01)
- 4) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico da **solidariedade** e um pronome sujeito do eixo do **poder**. É exemplo: “*Amigo, o senhor* viu a Sabrina?” (BR.F4.09)
- 5) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico do **poder** e a ausência de um pronome sujeito com desinências verbal de 3ª pessoa. É exemplo: Boa, boa noite, *senhor polícia*, ah, *pode* me indicar pra onde fica a 25 de Setembro?” (MO.F1.03)”
- 6) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico da **solidariedade** e a ausência de um pronome sujeito com desinências verbal de 3ª pessoa. É exemplo: “Olá, *minha linda*. Tudo bom? *Sabe* onde eu posso comprar uma água?” (AN.03)
- 7) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico do **poder** e a ausência de um pronome sujeito com desinências verbal de 2ª pessoa. É exemplo: “Boa tarde, *senhora*. Faz favor. *Podes* me indicar aqui alguma pastelaria, restaurante que possa apanhar alguma coisa, faz favor?” (AN.09)
- 8) Relação entre um vocativo pertencente ao eixo semântico da **solidariedade** e a ausência de um pronome sujeito com desinências verbal de 2ª pessoa. É exemplo: “Olá, como é, *brada?* Eu gostaria... *poderias* me ajudar a achar a avenida Amilcar Cabral?” (MO.F6.16)
- 9) Ausência de vocativo – que, portanto, não permite comparação com o pronome. É exemplo: “Tudo bem? Conheces um menino que chama-se Luis? Assim pequenino, magrinho.” (AN.02)

Com relação ao caso brasileiro, nem todas essas possibilidades combinatórias foram encontradas, uma vez que, no *corpus* constituído para os objetivos deste trabalho, não houve ocorrências de desinências verbais de 2ª pessoa. Assim sendo, não houve ocorrência das possibilidades combinatórias 07 e 08. Em Moçambique, das nove combinações, apenas uma não foi relevante: a de número 03, em que um vocativo mais formal (poder) é correlacionado com um pronome solidário. Já em Angola, todas as

possibilidades combinatórias encontraram exemplos empíricos, conforme registra a tabela 31:

Tabela 31: Possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito no Brasil, Moçambique e Angola

Relação entre o vocativo e o pronome (ou desinência verbal)	Brasil		Moçambique		Angola	
	N	%	N	%	N	%
1. Vocativo =poder / Pronome =poder	39	14,7	5	2,0	22	9,4
2. Vocativo =solidariedade / Pronome =solidariedade	51	19,2	8	3,2	8	3,4
3. Vocativo =poder / Pronome =solidariedade	12	4,5	-	-	2	0,9
4. Vocativo =solidariedade / Pronome =poder	3	1,1	4	1,6	2	0,9
5. Vocativo =poder / Ausência de pronome +desinência verbal de 3ª p.	3	1,1	27	10,9	67	28,5
6. Vocativo =solidariedade / Ausência de pronome +desinência verbal de 3ªp.	10	3,8	15	6,0	47	20,0
7. Vocativo =poder / Ausência de pronome +desinência verbal de 2ªp.	-	-	2	0,8	5	2,1
8. Vocativo =solidariedade / Ausência de pronome +desinência verbal de 2ªp.	-	-	30	12,1	29	12,3
9. Ausência de vocativo	147	55,5	157	63,3	53	22,6
Total	265		248		235	

Fonte: própria

Os índices expressos pela tabela 31 demonstram que, com relação ao Brasil e Moçambique, são preponderantes as formas de se referir ao interlocutor com a ausência de vocativo (147 ocorrências no Brasil, 55,5%, e 157 em Moçambique, representando 63,3 do total). A escolha linguística pela ausência ou presença de vocativo está diretamente relacionada com a estratégia selecionada pelo falante para se dirigir ao seu interlocutor. Acerca disso, Mundim (1981) assevera:

Assim, a opção por determinada expressão vocativa depende diretamente da intenção que temos ao nos dirigirmos a uma pessoa. Algumas vezes, esse processo de opção faz-se inconscientemente. Isto se dá em situações comuns do dia-a-dia, quando nos aproximamos de pessoas para, por exemplo, pedir informação sobre um endereço, ou perguntar a hora, etc. Entretanto, em situações mais específicas, a escolha do vocativo é decorrente de um processo de opção, consciente e elaborado, dependente de um possível interesse pessoal (MUNDIM, 1981, p.52).

A decisão majoritária de falantes brasileiros e moçambicanos em se evitar o vocativo decorre fundamentalmente de um posicionamento de “preservação da face” com relação ao seu interlocutor. Ao elaborarem diretamente as perguntas, evitando-se termos predicativos com referência à 2ª pessoa, o falante se previne de um eventual desconforto comunicativo. Em geral, essas perguntas são acompanhadas de outras estratégias de polidez como, por exemplo, a saudação e o pedido de desculpa. Estratégias como essas podem ser evidenciadas pelos excertos 229 e 230, produzidos por uma informante brasileira de 34 e um moçambicano de 22 anos, respectivamente:

(229) “Tudo bem? Posso te fazer uma perguntinha? Cê sabe onde fica a rua tal?” (BR.F6.13)

(230) “Olá, tudo bem também. Desculpa o incômodo. Será que poderia me ajudar a encontrar uma farmácia mais perto?” (MO.F6.16)

No *corpus* brasileiro, a estratégia de se evitar o vocativo pode ser associada tanto ao pronome *você* (44,8%) quanto às formas pronominais *o senhor/a senhora* (46,9%), indicando um uso mais equilibrado entre pronomes que indicam poder e solidariedade. Já em Moçambique, há uma tendência mais evidente: a ausência de vocativo é preferencialmente combinada com a ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa (49,6%) e com o pronome *o senhor/ a senhora* (30,5%) – portanto, com estratégias fundamentalmente mais hierárquicas e que representam distanciamento. Com um intuito comparativo, a ausência de vocativo combina de uma forma menos significativa com estratégias mais solidárias, a saber: com a desinência de 2ª pessoa ocorre em 13,3% dos enunciados e com os pronomes *tu* e *você* ocorre em 6,2% dos casos.

É válido observar que se, por um lado, evitar vocativo é a atitude linguística preponderante entre os informantes brasileiros e moçambicanos, por outro lado, essa estratégia corresponde a apenas 22,6% das ocorrências no *corpus* angolano. Isso significa que, entre os informantes desse país, o fato de se atribuir vocativos aos interlocutores é uma prática comum e com outros valores simbólicos associados – haja vista que essa foi a escolha de 77,4% dos participantes da entrevista. Esse fato demonstra que a estratégia de se evitar vocativo como recurso à preservação da face não consiste em algo universal – ao contrário, as características culturais de cada população é que atribuem valores simbólicos aos usos linguísticos.

Assim sendo, em Angola, a ausência de vocativo (22,6%) divide o cenário linguístico com outras duas estratégias: o uso de vocativo representativo da semântica do poder combinado com a ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa (28,5%) e o emprego de um vocativo mais solidário e desinência verbal também de 3ª pessoa (20,0%). Esse equilíbrio entre essas duas estratégias se justifica pelos diferentes *status* sociais representados pelos perfis apresentados aos informantes – em um demonstrativo de que os informantes se mostraram sensíveis a essas diferenças de *status*. São exemplos dessas três estratégias encontradas no *corpus* angolano – o primeiro excerto (231), exemplificando a ausência de vocativo, foi produzido por um homem de 60 anos; o segundo, que combina o vocativo formal com a desinência verbal de 3ª pessoa, é de uma mulher de 25 anos; e o terceiro, que apresenta um vocativo mais informal e também a desinência verbal de 3ª pessoa, foi produzido por uma mulher de 46 anos:

(231) “Muito boa tarde. Eu pretendo ir até a Funda. Eu não sei exatamente onde posso apanhar o táxi que me leva até ali. Não sei se poderia me ajudar?” (AN.08)

(232) “Boa tarde, *senhor*. Desculpa, será que *podia* me informar ou me dizer onde é que eu posso pegar o táxi?” (AN.17)

(233) “Boa tarde, *paizinho*. Faz favor, *pode* me explicar onde fica, onde é a casa da Amélia?” (AN.22)

Quadro 25: Síntese das principais combinações entre vocativos e pronomes sujeito produzidas por informantes brasileiros, moçambicanos e angolanos

Moçambique	Brasil	Angola
Ausência de vocativo	Ausência de vocativo	Presença de vocativo
+ estratégias pronominais	+ estratégias pronominais	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> vocativo poder + des. verbal 3ªp </div> <div style="text-align: center;"> vocativo solidário + des. verbal 3ªp </div> </div>
mais formais	<div style="display: flex; justify-content: center; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> + formais ↓ ↓ + formais - formais </div> </div>	

Fonte: própria

O excerto 233, que apresenta um vocativo produzido por meio de uma forma de tratamento nominal “familiar” – tema já discutido na seção 04 –, exige que se faça um comentário acerca dessa questão: em função dos propósitos investigativos de cunho quantitativo, os tratamentos familiares foram classificados como pertencentes à semântica da solidariedade, uma vez que falantes moçambicanos e angolanos

justificaram o seu uso como sendo uma forma carinhosa de se dirigir aos interlocutores com quem sentiam algum tipo de identidade e proximidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que, ao atribuírem um tratamento familiar a um desconhecido, os falantes têm a intenção de demonstrar respeito, também sentem que essa forma pode transmitir afeto.

No que se refere especificamente a usos solidários provenientes de tratamentos familiares e suas combinações pronominais, o *corpus* moçambicano fornece um bom exemplo acerca das relações pragmáticas que subjazem às escolhas linguísticas. Para o perfil de número 09 (cf. figura 127) foram preferencialmente atribuídos vocativos combinados com ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa. Assim como mencionado, esse tipo de tratamento é justificado por expressar conjuntamente carinho, afeto e respeito. Assim sendo, a solidariedade é expressa pelo vocativo e a deferência e distanciamento por meio da desinência verbal, já que se trata de um desconhecido, conforme indicam os exemplos 234 e 235:

Figura 127: perfil 09 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=64603

(234) “Olá, *pai*. Tudo bem? Eu gostaria, eu gostaria de saber onde fica a casa da Laurinda. Não sei se *poderia* me ajudar a achar?” (MO.F6.16)

(235) “Olá, *papá*. Tudo bem? *Sabe* dizer onde é a casa da Laurinda? Ou *conhece* a Laurinda?” (MO.F8.19)

A distinção entre vocativos e desinências verbais de 2ª e 3ª pessoa também se mostrou significativa pragmaticamente no conjunto de dados moçambicano e angolano. Ainda nos domínios da solidariedade, conforme expresso anteriormente, a combinação entre vocativo solidário e desinência verbal de 3ª pessoa ocorreu majoritariamente em referência ao perfil 09 de Moçambique. Já a combinação entre vocativo solidário e desinência verbal de 2ª pessoa predominou com referência ao perfil 04 (26,6% das ocorrências – cf. figura 128). Em Angola, a combinação solidariedade e ausência de 2ª esteve mais amplamente correlacionada com o perfil 20 (24,1% das ocorrências – cf.

figura 129) enquanto que esse mesmo tipo de vocativo e a desinência de 3ª pessoa foram mais atribuídos ao perfil 14 (21,2% das ocorrências – cf. figura 130), em que se almeja estabelecer simpatia, mas sem que haja proximidade ou intimidade. São exemplos (o de número 236 é de uma moçambicana de 21 anos dirigindo-se ao perfil 04; o 237 é de um angolano de 26 anos ao perfil 20; e o 238 é de um angolano de 42 anos ao perfil 14):

Figura 128: perfil 04 da amostra de imagens moçambicana



Fonte: Disponível em: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026>

Figura 129: perfil 20 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://aeppea.wordpress.com/page/29/>

Figura 130: perfil 14 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em: <http://www.dw.de/liberdade-de-imprensa-angola-supreende-outros-palop-desapontam/a-16560824>

(236) “Oi, *mocinho*. Tudo bem contigo? Não *viste* o Siteo por aí? Um menino assim desse tamanho, tal...” (MO.F3.07)

(237) “Olá, *moça*. Tudo bem? *Podes* me dizer se aqui tem um sítio onde vendem gasosa ou água, que eu tô com muita sede.” (AN.07)

(238) “Ô *ndengue*, tem Jornal de Angola aí?” (AN.23)

No que se refere às combinações entre vocativos que semanticamente possuem noções de poder e seus correspondentes pronominais, é possível também perceber uma tendência ao se observar as suas atribuições aos diferentes perfis sociais. Nesse sentido, em Angola, a combinação entre vocativos e pronome indicativo de poder foi preferencialmente atribuída ao perfil 02 (22,7% – cf. figura 131) e o vocativo combinado com ausência pronominal e desinência de 3ª pessoa foi mais empregado com referência ao perfil 15 (17,9% – cf. figura 132). Tanto um caso como outro demonstram diferenciação hierárquica, não intimidade, distanciamento – ou seja, poder. Seguem os exemplos 239 e 240 que ilustram essas duas relações, respectivamente:

Figura 131: perfil 02 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asm.co.ao/testemunhos.html>

Figura 132: perfil 15 da amostra de imagens angolana



Fonte: Disponível em:
<http://asm.co.ao/testemunhos.html>

(239) “Muito boa tarde, *senhora*. Desculpe, *senhora*, mora por, por esses lados sim? Desculpe, por esses lados num, num, num conhece uma padaria ou uma pastelaria. Tô com fome e precisava comer alguma coisa e levar também um [?] pra casa. Não sei se *a senhora* conhece uma padaria pra me ajudar.” (AN.19)

(240) Bom dia, boa tarde, *senhora*. *Podia* me indicar a sala do diretor X? O gabinete do ministro X? (AN.25)

As relações que estão sendo mais detidamente observadas – que pressupõem uma combinação entre os vocativos e pronomes que exercem a função de sujeito, ou a ausência deles – contam com mais um elemento de caráter social e pragmático em sua composição: o gênero de entrevistados e perfis sociais. O caso brasileiro, por exemplo, revela que tanto homens como mulheres optam preferencialmente pela ausência de vocativo (conforme demonstrado também pela seção anterior), mas as mulheres são preponderantes nessa escolha (60,4% contra 47,5% para o caso masculino). No que se refere a outras combinações, entretanto, é perceptível que o comportamento de cada um dos gêneros apresenta padrões nitidamente inversos: as mulheres preferencialmente elaboram enunciados para dirigirem a interlocutores desconhecidos por meio de vocativos e pronomes cujo referencial semântico é relacionado ao poder (cf. exemplo 241), ao passo que os homens optam por expressarem solidariedade tanto no vocativo quanto no pronome (cf. exemplo 242).

(241) “Por favor, *senhor*, *o senhor* conhece tal pessoa?” (BR.F6.14)

(242) “Ô meu, *cê* sabe onde é que tá tal rua? Se tá por aqui por perto e tal?” (BR.F7.17)

Ao se observar as relações semânticas atribuídas aos perfis sociais em função do seu gênero, igualmente, para homens e mulheres a estratégia preferencial é a ausência de vocativo (em 52,7% dos enunciados dirigidos a homens observa-se essa estratégia, contra 61,1% dos enunciados dirigidos a mulheres). Em seguida a essa estratégia, os informantes mostraram um uso equilibrado entre combinações solidárias e combinações marcadas pelo poder semântico – mais especificamente as combinações de número 01 e 02. É válido ainda destacar que para perfis masculinos não foi dirigida nenhuma sentença utilizando a estratégia formal de número 05, em que o vocativo é designativo de poder associado à ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa (essa estratégia foi endereçada 03 vezes a perfis femininos). Do mesmo modo, nenhuma ocorrência da estratégia informal de número 06, em que o vocativo solidário é associado à ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa, foi dirigida a perfis femininos, em comparação às 10 ocorrências dessa estratégia dedicada a perfis masculinos. Essas relações podem melhor serem observadas por meio da tabela 32:

Tabela 32: Possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito por gênero do entrevistado e do perfil no *corpus* brasileiro

Relação entre o vocativo e o pronome (ou desinência verbal)	Gênero do entrevistado				Gênero do perfil			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Vocativo =poder / Pronome =poder	10	9,7	29	17,9	26	14,4	13	15,2
2. Vocativo =solidariedade / Pronome =solidariedade	29	28,1	22	13,5	36	20,0	15	17,6
3. Vocativo =poder / Pronome =solidariedade	4	3,8	8	4,9	11	6,1	1	1,1
4. Vocativo =solidariedade / Pronome =poder	2	1,9	1	0,6	2	1,1	1	1,1
5. Vocativo =poder / Ausência de pronome + des. verbal de 3ª p.	1	0,9	2	1,2	-	-	3	3,5
6. Vocativo =solidariedade / Ausência de pronome + des. verbal de 3ª p.	8	7,7	2	1,2	10	5,5	-	-
9. Ausência de vocativo	49	47,5	98	60,4	95	52,7	52	61,1
Total	103		162		180		85	

Fonte: própria

Ao se analisar esses mesmos aspectos em Angola, observa-se que os padrões de comportamento entre os homens e mulheres são mais próximos. Em termos gerais, todos os informantes apresentaram índices muito semelhantes para três possibilidades combinatórias: vocativo de poder e desinência verbal de 3ª pessoa, ausência de vocativo

e vocativo de solidariedade e desinência de 3ª pessoa. Esses índices são expressos por meio da tabela 33:

Tabela 33: Principais possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito por gênero do entrevistado no *corpus* angolano

Relação entre o vocativo e o pronome (ou desinência verbal)	Gênero do entrevistado			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
5. Vocativo =poder / Ausência de pronome + des. verbal de 3ª p.	33	26,1	34	31,1
6. Vocativo =solidariedade / Ausência de pronome + des. verbal de 3ªp.	28	22,2	19	17,4
9. Ausência de vocativo	26	20,6	27	24,7

Fonte: própria

Contudo, ao se observar os padrões linguísticos com relação aos perfis sociais, então uma diferença mais significativa entre homens e mulheres é notada: aos perfis femininos, majoritariamente foram destinados vocativos da semântica do poder combinado com ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa (52/41,6% das ocorrências), ao passo que aos perfis masculinos o maior uso foi o de ausência de vocativo (34/30,9%).

Ao ampliar a comparação e incluir Moçambique, então, os resultados mostram-se realmente peculiares, haja vista que os padrões de cada um dos países se estabelecem de uma forma. Os entrevistados moçambicanos mostraram-se equilibrados em função de sua preferência pela ausência de vocativos (63,4% das ocorrências femininas e 63,0% das masculinas). Concernente às escolhas secundárias, analisando especificamente o caso feminino, houve um equilíbrio em duas estratégias principais que revelam sensibilidade à adaptação contextual: 13,7% de vocativos solidários associados à ausência de pronome e desinência verbal de 2ª pessoa e 13,1% de vocativos da semântica do poder associado à ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa. Já entre os homens, as estratégias solidárias se destacaram entre os usos secundários: 13,6% de vocativos solidários associados à ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa e 8,2% de vocativos solidários associados à ausência de pronome e desinência verbal de 2ª pessoa (cf. tabela 34).

No que se refere às combinações destinadas aos perfis sociais moçambicanos, tanto a homens quanto a mulheres prevaleceu a ausência de vocativos semelhantemente ao Brasil (67,0% às mulheres e 61,3% aos homens). Na sequência, aos perfis masculinos houve uma ligeira preponderância de usos mais solidários (12,8% de

vocativo solidário combinado com ausência de pronome e desinência verbal de 2ª pessoa) e aos femininos um suave predomínio de usos mais típicos da semântica do poder (12,9% de vocativo de poder combinado com ausência de pronome e desinência verbal de 3ª pessoa), conforme demonstra a tabela de número 34:

Tabela 34: Principais possibilidades combinatórias entre vocativos e pronomes sujeito por gênero do entrevistado e do perfil no *corpus* moçambicano

Relação entre o vocativo e o pronome (ou desinência verbal)	Gênero do entrevistado				Gênero do perfil			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
9. Ausência de vocativo	46	63,0	111	63,4	100	61,3	57	67,0
8. Vocativo =solidariedade / Ausência de pronome + des. verbal de 2ªp.	6	8,2	24	13,7	21	12,8	9	10,9
5. Vocativo =poder / Ausência de pronome + des. verbal de 3ªp.	4	5,4	23	13,1	16	9,8	11	12,9
6. Vocativo =solidariedade / Ausência de pronome + des. verbal de 3ªp.	10	13,6	5	2,8	12	7,3	3	3,5

Fonte: própria

Assim sendo, em função apenas do gênero dos perfis, os resultados podem ser sintetizados por meio de um *continuum* de formalidade:

Quadro 26: Síntese das principais combinações entre vocativos e pronomes sujeito em função do gênero dos perfis sociais da amostra brasileira, moçambicana e angolana

Brasil	Moçambique	Angola
F: ausência de vocativo M: ausência de vocativo	F: ausência de vocativo M: ausência de vocativo	F: usos + de poder M: ausência de vocativo
F: usos + solidários M: usos + solidários	F: usos + de poder M: usos + solidários	

Fonte: própria

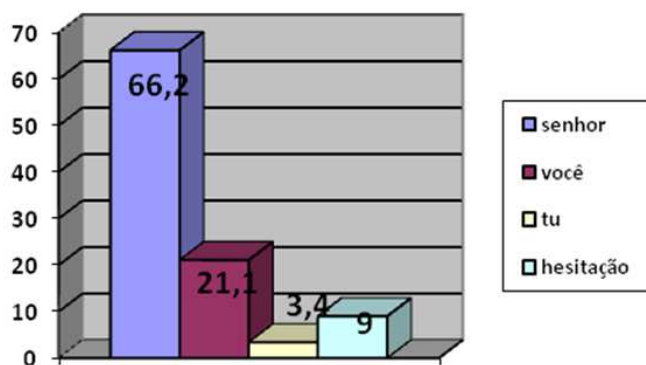
Conforme indicado no início dessa subseção, para realizar o seu estudo, Mundim (1981), partiu da hipótese de que vocativos mais formais combinavam-se majoritariamente com o pronome *o senhor/a senhora* e que vocativos mais informais

combinavam-se preferencialmente com as formas pronominais *tu* e *você*. A fim de testar essas hipóteses, a pesquisadora empregou dois métodos: entrevistas com informantes da cidade do Rio de Janeiro por meio de fotografias em que ela mostrava perfis da sociedade (ou alvos, de acordo com a sua nomenclatura) e testes de percepção.

Com o intuito de se comparar os seus resultados, as mesmas combinações propostas por Mundim (1981) foram observadas na amostra brasileira constituída para este trabalho – com especial ênfase para as relações estabelecidas entre os vocativos *senhor*, *amigo* e *moço* e suas principais relações pronominais.

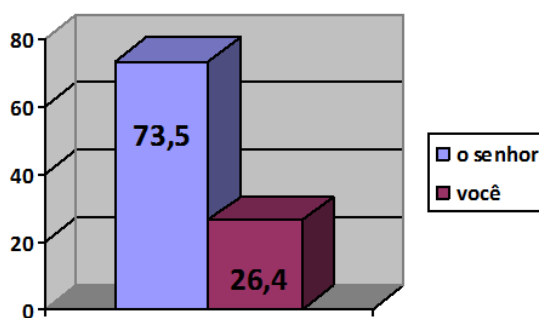
O vocativo *senhor(a)* majoritariamente foi combinado com o pronome *o senhor/a senhora* no trabalho de Mundim (1981), com um índice de 66,2%. Essa mesma relação foi percebida neste *corpus* atual, com um percentual um pouco mais elevado (73,5%). Para uma visão mais ampla dessa correlação seguem os gráficos 18 e 19:

Gráfico 18: Resultado de Mundim (1981) sobre a correlação entre o vocativo “senhor(a)” e as formas pronominais (%)



Fonte: MUNDIM, 1981, p.58

Gráfico 19: Resultado da correlação entre o vocativo “senhor(a)” e as formas pronominais (%)¹⁴⁴



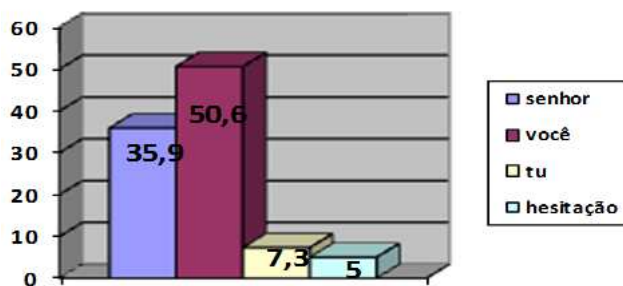
Fonte: própria

¹⁴⁴ O fator *hesitação* é proveniente do teste de percepção realizado por Mundim (1981), referente aos casos em que os informantes ficaram em dúvida sobre qual seria a melhor resposta. Esse fator não foi testado pela presente pesquisa, haja vista não ter sido realizado esse tipo de teste.

No que se refere ao vocativo *amigo(a)*, as duas análises apontaram para consideráveis diferenças na correlação com as formas pronominais. De acordo com Mundim (1981), esse vocativo era preferencialmente combinado com o pronome *você*, chegando a um valor de 50,6%. Em sua pesquisa, a segunda combinação que mais foi produzida pelos informantes foi com o pronome *o senhor/ a senhora* – que apesar de apresentar um percentual de 35,9% não é uma correlação esperada pelo fato de inter-relacionar um vocativo tipicamente da semântica da solidariedade com um pronome que expressa poder, em um indicativo de insegurança dos informantes para se referirem aos interlocutores.

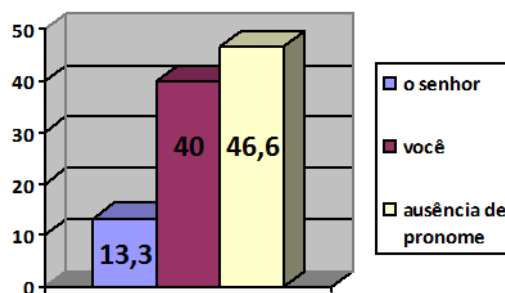
A atual análise considerou três possibilidades combinatórias, em função dos dados empíricos provenientes do *corpus* brasileiro. Assim sendo, o vocativo *amigo(a)* estabeleceu predominantemente correlação com a ausência de pronome (ou pronome zero), apresentando um percentual de 46,6%. Apenas em segundo lugar aparece a combinação esperada com o pronome *você*, com 40% das ocorrências. A comparação entre os resultados das duas análises pode ser mais bem observada por meio dos gráficos 20 e 21:

Gráfico 20: Resultado de Mundim (1981) sobre a correlação entre o vocativo “amigo(a)” e as formas pronominais (%)



Fonte: MUNDIM, 1981, p.59

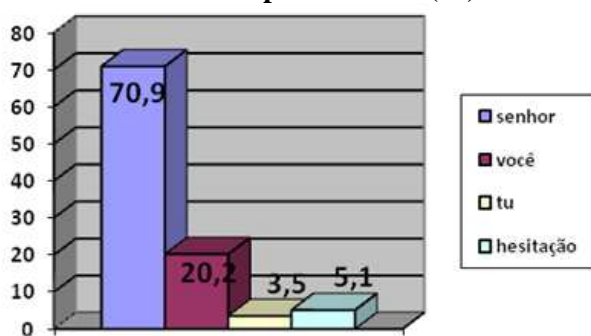
Gráfico 21: Resultado da correlação entre o vocativo “amigo(a)” e as formas pronominais (%)



Fonte: própria

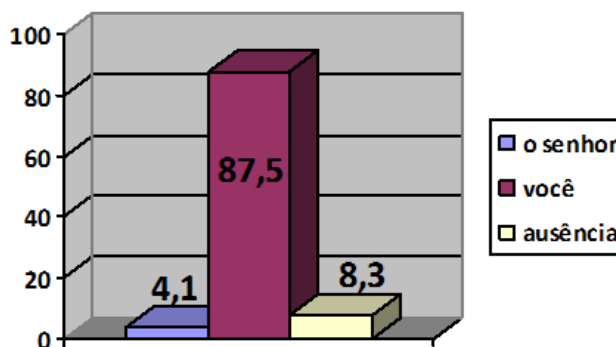
Por fim, a última comparação que se estabelece entre os resultados das duas pesquisas ocorre entre o vocativo *moço(a)* e suas respectivas formas pronominais. Nesse caso específico, as diferenças foram agudas. De acordo com os informantes cariocas que participaram das entrevistas de Mundim (1981), a *moço(a)* estavam associadas noções relacionadas com a semântica do poder, uma vez que a correlação predominante estabeleceu-se com o pronome *o senhor/a senhora*, atingindo a significativa marca de 70,9% das ocorrências. No entanto, os informantes brasileiros que participaram das entrevistas da atual pesquisa associaram valores simbólicos muito mais solidários a esse vocativo, haja vista que a combinação por eles favorecida foi com o pronome *você*, em 87,5% dos casos. Novamente, com um objetivo de facilitar a comparação, seguem gráficos 22 e 23:

Gráfico 22: Resultado de Mundim (1981) sobre a correlação entre o vocativo “moço(a)” e as formas pronominais (%)



Fonte: MUNDIM, 1981, p.58

Gráfico 23: Resultado da correlação entre o vocativo “moço(a)” e as formas pronominais (%)



Fonte: própria

Por meio da comparação entre esses resultados, observou-se que os falantes continuam, ainda que inconscientemente, estabelecendo correlação semântica entre o vocativo e os pronomes de 2ª pessoa ao produzirem enunciados para dirigirem-se aos seus interlocutores. Essa correlação é produtiva e aponta para tendências de uso. No entanto, justamente os valores semânticos associados com essas combinações sofreram modificações, seja em função do tempo – pelo fato de que há um intervalo de trinta e três anos separando as duas análises – seja em função das variedades linguísticas do português brasileiro, uma vez que Mundim (1981) entrevistou pessoas residentes na cidade do Rio de Janeiro, ao passo que esta pesquisa foi feita com residentes da cidade de São Paulo. De qualquer modo, a hipótese inicial, de que vocativos e pronomes combinam-se sintática e semanticamente, foi constatada, haja vista que os dados apontaram para o fato de que os falantes produzem preferencialmente determinadas combinações e evitam outras.

Após essa discussão sobre as inter-relações semânticas que se estabelecem entre os vocativos/FTNs e as realizações pronominais, segue um quadro com a intenção de sintetizar as informações:

Quadro 27: Síntese esquemática da inter-relação entre vocativo e pronome sujeito

Inter-relação entre vocativo e pronome sujeito	
Brasil e Moçambique:	
<ul style="list-style-type: none">Principal forma de se referir ao interlocutor: ausência de vocativo [estratégia pragmática de preservação da face].<ul style="list-style-type: none">*PB: a ausência de vocativo é associada principalmente ao pronome <i>você</i> (44,8%) e a <i>o senhor/a senhora</i> (46,9%) > Formas de poder e solidariedade encontram-se equilibradas.*PM: a ausência de vocativo é associada principalmente à ausência de pronome + desinência verbal de 3ªp. (49,6%) e às formas <i>o senhor/a senhora</i> (30,5%) > Ambas as formas são típicas da semântica do poder.	
Angola	
<ul style="list-style-type: none">Principal forma de se referir ao interlocutor: presença de vocativo (77,4% da escolha dos entrevistados).	
Moçambique e Angola	
<ul style="list-style-type: none">Formas de tratamento familiares: classificados como pertencentes à semântica da solidariedade.	
A principal combinação foi:	
* vocativo familiar + ausência de pronome e desinência verbal de 3ªp. [Expressão conjunta de carinho, afeto e respeito, por um lado, e deferência e distanciamento, por outro].	
Diferença no comportamento linguístico entre homens e mulheres	
Brasil	
<ul style="list-style-type: none">Opção pela ausência de vocativo<ul style="list-style-type: none">* Mulheres: 60,4%* Homens: 47,5%Outras opções:<ul style="list-style-type: none">* Mulheres: preferem combinações indicativas de poder;* Homens: favorecem combinações típicas da solidariedade,	
Angola	
<ul style="list-style-type: none">As escolhas combinatórias de homens e mulheres são muito equilibradas. Assim, a diferença entre os gêneros não se mostrou relevante.	
Moçambique	
<ul style="list-style-type: none">Opção pela ausência de vocativo<ul style="list-style-type: none">* Mulheres: 67,0%* Homens: 61,3%Formas de dirigirem aos perfis:<ul style="list-style-type: none">* Perfis masculinos: receberam um predomínio de formas solidárias;* Perfis femininos: receberam um predomínio de formas indicativas de poder.	
Legenda	
PB: Português Brasileiro	
PM: Português Moçambicano	
PA: Português Angolano	

Fonte: própria

5. Considerações finais

“Na realidade, as autoridades moçambicanas não mudaram a sua política linguística e o português permaneceu na sua condição de língua oficial e unificadora. Fala-se hoje mais português em Moçambique que se falava na altura da Independência. O Governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que séculos de colonização. Mas não o fez por causa de um projecto chamado "lusofonia". Nem o fez para demonstrar nada aos outros ou para lançar culpas ao antigo colonizador”.

Mia Couto (*Desmontando e reconstruindo a ideia de lusofonia*, 2007, s/p)

O trabalho investigativo que se apresenta conta com dois pilares centrais: por um lado, a fundamentação teórica que mobiliza recursos da sociolinguística e da pragmática, além de incluir reflexões sobre pensadores do *poder* social e da teoria do parentesco. Por outro lado, a fundamentação metodológica, que recupera trabalhos científicos dos anos 1980, lança mão de fotografias para representar diversos segmentos da sociedade e servir como recurso propulsor para que diálogos fossem simulados, a fim de que o objeto linguístico em análise pudesse ser produzido. A partir desses dois pilares, foi possível tecer reflexões acerca do sistema de formas de tratamento das variedades brasileira, angolana e moçambicana da língua portuguesa.

Mais especificamente, está em foco a observação de formas de tratamento nominais e pronominais utilizadas pelos falantes das três variedades em situações alocutivas, ou seja, em que uma primeira pessoa – o participante das entrevistas – dirige-se diretamente a um interlocutor – nesse caso, os perfis sociais apresentados por meio de fotografias. Esse contexto linguístico foi privilegiado por se considerar que essas formas de tratamento representam um fecundo meio de observar as correlações existentes entre língua e sociedade.

O fato de se propor a comparação entre falantes de três países se pautou na expectativa de que cada uma das variedades utilize as possibilidades oferecidas pelo sistema de formas de tratamento de acordo com as suas realidades nacionais. Dessa forma, as análises dos dados demonstraram que essa expectativa é realmente válida, haja vista que foi possível delinear algumas tendências de comportamento entre o grupo de informantes de um mesmo país.

Contudo, foi também possível observar características comuns no que se refere a escolhas tratamentais dos três países. Considerando particularmente as formas de tratamento nominais, por exemplo, nas três variedades há a utilização de formas como

senhor, moço e jovem – ainda que haja diferenças semânticas e pragmáticas na reinterpretação que cada população faz dessas formas. Além disso, nos três países, a maioria dos informantes mostrou-se sensível às diferenças entre os perfis sociais, adaptando a utilização das formas de tratamento à percepção que tinham acerca do *status* social representado pelo perfil. Essa percepção era justificada por meio de fatores externos como o ambiente em que o perfil se encontrava, as suas vestimentas, idade e, de um modo geral, o seu *ethos* – ou seja, uma percepção abstrata referente ao comportamento sistemático de um grupo de pessoas regido por regras sociais que mantêm uma profunda coerência interna. Nesse sentido, os informantes, ao perceberem o *status* do perfil e auto-avaliarem o seu próprio posicionamento social no contexto particular de interlocução que lhes era apresentado, propunham formas de tratamento mais solidárias – quando havia identificação/ identidade – e formas mais condizentes com a semântica do poder – quando tinham a percepção de que a formalidade regeria a interação.

De um modo geral, a questão do gênero mostrou-se um fator motivador importante para a opção por uma forma de tratamento em detrimento de outras. Em linhas gerais, as mulheres preferem tratar homens desconhecidos com mais reserva e distanciamento, ao passo que os homens também mantêm interações com mulheres de uma forma mais distanciada. Assim, a partir dos informantes dos três países, é possível identificar que há mais solidariedade entre pessoas desconhecidas do mesmo sexo.

Ainda acerca do gênero dos informantes, Angola apresentou uma peculiaridade. Os informantes desse país não apresentaram diferenças significativas no que se refere ao preenchimento pronominal do sujeito, enquanto que os informantes homens de Moçambique foram os que favoreceram esse uso.

Entre os moçambicanos, por sua vez, foi nítida a diferença no padrão de comportamento entre homens e mulheres quanto à forma de se abordar o interlocutor: majoritariamente, as mulheres fazem perguntas, ao abordar desconhecidos, empregando algum tipo de referência a essa 2ª pessoa, seja por meio de um pronome, seja por meio da flexão verbal indicativa de pessoa. Já os homens, preferem estratégias mais diretas, contemplando apenas o assunto de seu interesse, sem referência ao interlocutor.

No Brasil, as mulheres tendem a ser mais formais do que os homens, pois são elas que mais vezes empregaram o pronome *o senhor* (68,4% contra 31,5% dos homens). Além disso, são elas que mais evitam referir-se à 2ª pessoa por meio de um vocativo – expressão que necessariamente predica algo sobre o outro. Nesse caso, os

índices apontaram para 60,4% das mulheres usando esse recurso de se evitar vocativo contra 47,5% dos homens. Entre os moçambicanos, homens e mulheres, esse também foi o recurso mais utilizado ao dirigirem-se aos seus interlocutores, em uma estratégia de preservação da face, já que assim, evitam descortêsias e constrangimentos. No entanto, evitar vocativo não foi a estratégia mais utilizada pelos angolanos, em um indicativo de que se dirigir ao outro predicando ou evitando a predicação não apresenta a mesma representação simbólica para todos os povos. Assim, cada nação encontra suas próprias estratégias para preservarem a sua face em interações linguísticas.

No que se refere ao padrão pronominal em posição de sujeito, essas variedades do português apresentam significativas diferenças: o português do Brasil caracteriza-se por ser uma variedade que predominantemente realiza o sujeito por meio de um pronome, uma vez que a sua morfologia flexional foi paulatinamente se simplificando, ao passo que o português de Moçambique e o de Angola caracterizam-se pela ausência de pronome sujeito, com conseqüente marca de pessoa na desinência verbal. Dessa forma, esses dois países africanos mostram um repertório mais amplo para dirigirem-se ao interlocutor e demonstrarem estratificação de formalidade, isto é, eles empregam tanto os pronomes *tu*, *você* e *o senhor/a senhora*, quanto as desinências de segunda e de terceira pessoa – enquanto que o Brasil usa apenas os pronomes para essa distinção.

Acerca da ampla variedade de formas de tratamento nominais disponíveis na língua, Moçambique conta com, além de uma matriz portuguesa comum, formas oriundas de línguas bantu – mais especificamente da língua xichangana no contexto de sua capital Maputo – e de formas advindas da expressiva influência muçulmana.

Da mesma forma, os informantes angolanos demonstraram que uma gama de tratamentos nominais portugueses divide o cenário linguístico com diversos tratamentos de origem bantu, sobretudo da língua quimbundo, no contexto da cidade de Luanda, capital do país. Já no Brasil, majoritariamente as formas de tratamento são de origem portuguesa, com alguns usos que surgem de empréstimo linguístico, sobretudo do inglês.

Em função da grande criatividade dos usuários da língua, o sistema de formas de tratamento é sempre fluido no sentido de que novas formas são continuamente inventadas e outras caem em desuso. Essa dinâmica da língua – sensível às transformações sociais e contextos históricos – pode ser uma das explicações possíveis para um uso comum a Moçambique e Angola: as *formas de tratamento familiares*. Essas formas são comumente justificadas por meio da reconhecida amplitude do

conceito de família para os povos bantu tradicionais, mas também podem ser representativas de um contexto pós-guerras (tanto a luta pelas independências nacionais, como as disputas pelo governo que constituíram guerras civis), em que as relações pessoais ainda não se encontram consolidadas, sobretudo pela mudança de regime socialista para capitalista.

Assim sendo, o sistema de formas de tratamento revelou-se como expressivo meio de se observar a relação entre a língua e fatores sociais e históricos. Além disso, evidenciou características marcantes de cada uma dessas sociedades que utilizam a língua portuguesa como oficial e como veículo que transita por vastos contextos comunicativos da atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Teresa dos Santos, MERCER, Jose Luiz da Veiga. O tratamento em Curitiba: o pronome zero. In.: *Revista Ilha do Desterro*. A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies, Florianópolis, n. 20, 1988. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/8920>>. Acesso em: 21 mar 2012.
- ACEVEDO, Ana Luiza. ?De vos, de tu, de usted? Las formas de tratamientos entre los jóvenes guatemaltecos. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Tradução Julia Romeu.
- ALKIMIN, M.G.R., MOREIRA, J.C. *O vocativo na língua coloquial de Minas Gerais no século XIX e XX: uma abordagem variacionista*. Monografia (Bacharelado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2005.
- ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de . Variação linguística na escola: propostas de ação. *Signum. Estudos de Linguagem*, v. 14, p. 105-116, 2011.
- ALTUNA, Raul Ruiz. *Cultura tradicional bantu*. Luanda: Paulinas, 2006.
- AMARAL, José Gonçalves Dias. Angola: a crise econômica na 1ª República (1975-1992). In.: *Lucere: Revista Acadêmica da UCAN*, ano 01, nº02, julho 2004, p.49-69.
- AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In.: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2013.
- BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. *Língua e sociedade nas páginas da Imprensa Negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- BARBEITOS, Arlindo. *A sociedade civil: estado, cidadão, identidade em Angola*. Lisboa: Novo Imbodeiro Editores, 2005.
- BENEDITO, Joviana. Stor(a) na língua portuguesa. In: *Expresso*, setembro de 2008. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/setora-na-lingua-portuguesa=f403598>. Acesso em 02 de abril de 2013.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral* . 4 ed. Trad. Maria Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BIDERMAN, M.T.C. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa* 18/19, São Paulo, 1972-73.

- BORTONI-RICARDO S.M. . *Nós chegueu na escola, e agora?* Sociolinguística & Educação. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BORTONI-RICARDO S.M. ; MACHADO, V. R. ; CASTANHEIRA, S. F. . *Formação do professor como agente letrador*. 01. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- BORTONI-RICARDO S.M. ; MACHADO, V. R. . *Os Doze Trabalhos de Hércules*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: GIGLIOLI, P. P. (Ed.) *Language and social context: selected readings*. England: Penguin Books, 1972 [1960].
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Canto I. Disponível em: <http://www.citi.pt/ciberforma/ana_paulos/ficheiros/lusiadas.pdf> Acesso em: 10 fev. 2014.
- CARVALHO, Clara. CABRAL, João de Pina (orgs.). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. A vida política. In.: SHWARCZ, L. M. CARVALHO, J. M. (orgs.) *História do Brasil Nação: A construção nacional 1830-1889*. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.2.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In.: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F.R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAUSSE-CATHCART, Mercedes. Mi vida, mi amor, mi corazón... formas de tratamiento en el habla de la ciudad de Santiago de Cuba. In: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA (CEIC). *Relatório social de Angola (RSA) 2012*. Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In.: SHWARCZ, L.M. CARVALHO, J. M. (orgs.) *História do Brasil Nação: A construção nacional 1830-1889*. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.2.

CHIZIANE, Paulina. Novelas brasileiras passam imagem de país branco, em entrevista exclusiva par a Agência Brasil. [abril.2012]. Entrevistador: Alex Rodrigues. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-04-17/novelas-brasileiras-passam-imagem-de-pais-branco-critica-escritora-mocambicana#.T47yISOWh8Z.facebook>>. Acesso em: 18 de abril de 2012.

CINTRÃO, Heloisa Pezza. Pensando as formas de tratamento a partir da semiótica e a semiótica a partir das formas de tratamento. In: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade conta o estado: pesquisas em antropologia política*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978. Tradução de Theo Santiago.

COSTA, António Fernandes. *Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola: para uma análise diferencial*. Luanda: Editora da Universidade Católica de Angola, 2006.

COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

COUTO, Mia. Desmontando e reconstruindo a ideia de lusofonia, 2007. Disponível em: <<http://amateriadotempo.blogspot>>. Acesso em: 12 de setembro 2012.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. *Dos dialetos populares à variedade culta: a Sociolinguística na Escola*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2011.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça ; BARROSO, T. . Pedagogia da variação linguística e ensino de gêneros numa sociedade multidialetal. *Linhas Críticas* (UnB), v. 19, p. 649-668, 2013.

_____. Minha língua também é chic Como transformar o ensino de linguagem numa proposta de inclusão social?. *Revista Práticas de Linguagem*, v. 4, p. 63-77, 2014.

DASCAL, Marcelo. O *ethos* na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In.: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, Hildizina. *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia, 2002.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Second edition. New York: Longman, 2001a [1989].

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001b [1992]. (Tradução Izabel Magalhães).

FARACO, Carlos Alberto. *The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion*. Tese de doutoramento. United Kindon: University of Salford, 1982.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, Manuel. *Que futuro para a língua portuguesa em África? Uma perspectiva sociocultural*. Lousã, edições ALAC, 1988.

FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Texto editores: Maputo, 2006.

_____. A nativização do português em Moçambique. In.: CARVALHO, Clara. CABRAL, João de Pina (orgs.). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

FONSECA, Dagoberto José. *Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal*. Relatório Científico de Pós-Doutorado apresentado ao Departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas, 2009a.

_____. *Políticas públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Organização e tradução de Roberto Machado.

GRAMSCI, Antonio. *A Gramsci reader: selected writings 1916-1935*. David Forgacs (org.) London: Lawrence and Wishart, 1988.

_____. *Concepção dialética da história da história*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995[1955].

GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F.R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

GIAUFRET, Anna. De *Mário* a *Otário*. As formas de tratamento nominais: modelos de função alocutiva ou predicativa. In.: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. (org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980, p.76-114. Tradução de Jane Russo.

GUIMARÃES, José Marques. *A política “educativa” do colonialismo português em África: da I República ao Estado Novo (1910-1974)*. Porto: Profedições, 2006.

GUY, Gregory. Language and social class. In.: NEWMAYER, F.J. *Linguistics: the Cambridge Survey*. Vol. IV: Language: the socio-cultural context. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____, ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ILARI, Rodolfo et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In.: CASTILHO, A., BASÍLIO, Margarida (Orgs.) *Gramática do português falado*. Vol.IV. 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. *Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2014.

_____. *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *III Recenseamento geral da população e habitação 2007: indicadores sócio-demográficos: Resultados definitivos – Maputo Cidade*. Maputo, 2010.

_____. *III Recenseamento geral da população e habitação 2007: indicadores sócio-demográficos: Resultados definitivos – Moçambique*. Maputo, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da população (IBEP)*. Relatório de tabelas. Vol. II. Luanda, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Estatísticas da CPLP. *Comunidade dos países de língua portuguesa: breve retrato estatístico*. Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/paises-cplp_linguas>. Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *No Brasil atual quem são os povos indígenas*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/povos-indigenas>>. Acesso em 26 de setembro de 2014.

JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996 [1974]. Tomo I.

KATO, Mary. Preface. In.: KATO, Mary. NEGRÃO, Esmeralda (orgs.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Modelos de variação intraculturais e interculturais: as formas de tratamento nominais em francês. In.: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* : entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006. Tradução Carlos Aboim de Brito.

KOCKEN, Teresinha Mário Raposo. *O uso das formas de tratamento em situação de interlocução: o caso dos alunos de escolas secundárias da Polana e de Boane*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ensino de Português como língua segunda, Universidade Eduardo Mondlane).

KUPER, Hilda. O parentesco entre os swazi. In.: RADCLIFFE-BROWN.A.R., FORDE, Daryll. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. Tradução Teresa Brandão.

LAPERUTA-MARTINS, Maridelma. *A sociolinguística e o ensino de língua portuguesa – uma proposta para um ensino/aprendizagem livre de preconceitos*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. Some principles of linguistic methodology. In.: *Language in society*. vol. I, nº01, 1972.

LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989.

_____. *Pragmática*. Tradução Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1989].

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982. Tradução Mariano Ferreira.

_____. A ideologia bipartida dos ameríndios. In.: LÉVI-STRAUSS, C. *A história de lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés.

LOFORTE, Ana Maria. *Gênero e poder entre os tsonga de Moçambique*. Maputo: Central Imprensa e Editora de Maputo, 2000.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In.:

_____ et al. (org.) *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert, 2006.

_____. Sobre a norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In.: AGUILERA, Vanderci (org.) *Para a história do português brasileiro*. Londrina: Eduel, 2009. vol.7, p.45-92.

_____; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. De “Vossa Mercê” a “Você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In.: BRANDÃO, S.F.; MOTA, M.A. (orgs.) *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003.

_____; MACHADO, A. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In.: _____. (org.) *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____; RUMEU, Márcia Cristina de Brito. MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. O tratamento em bilhetes amorosos no início do século Xx: do condicionamento estrutural ao sociopragmático. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

LORENGIAN-PENKAL, Loremi. Pronomes pessoais: conceituação *versus* uso. In: *Analecta*. Guarapuava, Paraná v. 7 no 1 p. 71-83 jan./jun. 2006

_____.; ANGELO, Cristiane Malinoski Pianaro. A reorganização do sistema pronominal do português do Brasil. In.: *Guairacá*. Guarapuava, Paraná. n.23. p.22-110, 2007.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MANJATE, Teresa Maria Alfredo. *A representação do poder nos provérbios tsonga*. 2010. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Românica. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

MAPA das províncias de Angola. Disponível em: <<http://www.angolaglobal.net/sobre-angola/provincias/>> Acesso em: 7 de junho de 2013

MAPA político de Angola. In.: *Atlas de Angola*. Lobito: Escolar Editora, s/data.

MAPA político de Moçambique. In.: *Atlas de Moçambique*. Maputo: Editora Nacional de Moçambique, 2009.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. Língua e História: o 2º marquês de Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

MARIANI, Bethania. Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues. In.: *Gragoatá*. n.24. Niterói: EdUFF, 2008.

MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais: parentesco e filiação. In.: *Os Domínios do Parentesco* (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 2), 1978 (trad. Ana Maria Bessa).

MENON, Odete Pereira da Silva, LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In.: VANDRESEN, Paulino (org.) *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002, p.147 a 188.

_____. O sistema pronominal do português do Brasil. *Revista Letras*, v. 44, p. 91-106, 1995.

MILROY, Lesley. GORDON, Matthew. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

MILROY, Lesley. Social Networks. In.: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language variation and change*. Blackwell Publishing, 2007. Disponível em: <http://bu-169.bu.amu.edu.pl/han/BlackwellReferenceOnline/www.b...iber/uid=819/tocnode?id=g9781405116923_chunk_g978140511692330>. Acessado em: 12 de maio de 2012.

MINGAS, Amélia. *Interferência do kimbundo no português falado em Lwanda*. Luanda: Editora Caxinde, 2000.

MONTE, Alexandre. *Concordância verbal e variação: um estudo descritivo-comparativo do português brasileiro e do português europeu*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2012.

MORAES, João Antônio de. SILVA, Hayla Thami da. A entoação de vocativos e apostos no português do Brasil. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

MUNDIM, Sônia Sandra de Moura. *Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.

NARO, Anthony Julius. SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NETO, Muamba Garcia. *Aproximação linguística e experiência comunicacional: o caso da escola de formação Garcia Neto*. Luanda: Editora Mayamba, 2012.

NEVES. Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In.: SHWARCZ, L.M. SILVA, A.C. (orgs.) *História do Brasil Nação: crise colonial e independência 1808-1830*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 1.

NEVES, Maria Helena de Moura. Os pronomes. In.: ILARI, Rodolfo, NEVES, Maria Helena de Moura (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol.2. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, Eni P. Processos de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In.: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F.R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Notícias recentes da presença do pronome *tu* no quadro de pronomes do português falado no Rio de Janeiro. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS NA ÁFRICA (PEA). *Relatório anual*. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/southern-africa/mocambique/>>. Acesso em: 01 de abril de 2014.

PESTANA, Nelson. A língua portuguesa em Angola. In.: *Lucere*, Revista Académica da UCAN (Universidade Católica de Angola. Centro de investigação científica). Ano 3, número 4, 2006.

PONSO, Letícia Cao. “*As línguas não ocupam espaço dentro de nós*”: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano (RDH) 2013*. A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. Tradução e publicação da edição portuguesa: Instituto Camões, 2013.

RADCLIFFE-BROWN.A.R., FORDE, Daryll. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. Tradução Teresa Brandão.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. O estudo dos sistemas de parentesco. In.: LARAIA, Roque de Barros. *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

RAMALHO, Viviane, RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a crítica: o texto como material de pesquisa)*. Campinas: Editora Pontes, 2011.

RAMOS, Jânia Martins. Tratamento na díade PAI e FILHO: uso de *você* e *senhor*. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011a.

_____. De nome a pronome: um estudo sobre o item *senhor*. In: *Caligrama*, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.69-84, 2011.

REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

RESENDE, Viviane de Melo, RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SANKOFF, David, TAGLIAMONTE, Sali A., SMITH Eric. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto (2005).

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Estudos e pesquisa em sociolinguística no contexto plurilíngue do Brasil. In.: *Revista da Anpoll*. vol.1. n. 29, 2010. p. 219-234.

SCHERRE, Marta. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In.: SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SECCO, Carmem Lucia Tindó Ribeiro. Uma língua de viagens, transgressões e rumores. In.: *Gragoatá*. n.24. Niterói: EDUFF, 2008.

SERRANO, C., WALDMAN, M. *Memória d’África: a temática africana em sala de aula*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SERRANO, Carlos. *Angola nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da Identidade Nacional*. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. População e sociedade. In.: SHWARCZ, L.M. SILVA, A.C. (orgs.) *História do Brasil Nação: crise colonial e independência 1808-1830*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 1.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira e. *Aspectos sociolinguísticos dos pronomes de tratamento em português e francês*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1974.

_____. Variáveis sociais e perfil do *corpus censo*. In.: SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; PAIVA, Maria da Conceição. Visão de conjunto das variáveis sociais. In.: SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. In.: PRETI, Dino (org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.

_____. *O senhor y você*. Formas de tratamento, cortesía y diversidad cultural en português. In.: COUTO, Letícia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, Tereza Cruz. Continuidade e rupturas na definição da ‘normalidade’ religiosa em Moçambique e consequentes processos de exclusão social: o caso do movimento zione na cidade de Maputo (1980-1990). In.: CARVALHO, Clara. CABRAL, João de Pina (orgs.). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

SITOE, Bento. *Dicionário Changana-Português*. Maputo: Texto Editores, 2012.

STROUD, Cristopher. O corpus: antecedentes, quadro teórico e aspirações práticas. In.: STROUD, Cristopher, GONÇALVES, Perpétua (orgs). *Panorama do português oral de Maputo: objetivos e métodos*. Maputo: INDE, 1997.

STROUD, Cristopher, GONÇALVES, Perpétua (orgs). *Panorama do português oral de Maputo: objetivos e métodos*. Maputo: INDE, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. População e sociedade. In.: SHWARCZ, L. M. (org.) *História do Brasil Nação: A abertura para o mundo 1889-1930*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3.

TAGLIAMONTE, Sali A. *Analysing sociolinguistic variation: key topics in sociolinguistics*. Ney York: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, F. Address terms re-addressed. *Penn review of linguistics*. University of Pennsylvania Press, 1981.

_____. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

TAVARES, Ana Paula. *O sangue da buganvília*. Praia; Mindelo: Centro Cultural Português, 1998.

TEIXEIRA, José Pimentel. Ma-tuga no mato: os ‘portugueses’ em discursos rurais moçambicanos. In.: CARVALHO, Clara. CABRAL, João de Pina (orgs.). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

TIMBANE, Alexandre António. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2013.

TUZINE, António. O papel da *rede social* na variação e mudança linguística. In.: STROUD, Christopher, GONÇALVES, Perpétua (orgs). *Panorama do português oral de Maputo: objetivos e métodos*. Maputo: INDE, 1997.

VIDAL, Victoria Escandell. Cortesía, Fórmulas convencionales y estrategias indirectas. In.: *Revista Español de Lingüística*, v.25, n.1, 1995, p.31-66.

_____. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

VILLAÇA, Ingedore; BENTES, Anna Christina. Aspectos da cortesia na interação face a face. In.: PRETI, Dino (org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In.: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 51-58.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALKER, James. *Variation in linguistic system*. New York: Routledge, 2010.

WEINREICH, V., LABOV, W. e HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: PARÁBOLA Editorial, 2006. [1968]

ZAMPARONI, Valdemir. Colonialismo, jornalismo, militância e a apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In.: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F.R. (orgs.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

ANEXOS

ANEXO A

Narrativa Yanomami: Dos espíritos canibais¹⁴⁵

“Há muito tempo, meus avós, que habitavam Mõramabi araopi, uma casa situada muito longe, nas nascentes do rio Toototobi, iam às vezes visitar nas terras baixas outros Yanomami estabelecidos ao longo do rio Aracá.¹⁴⁶

Foi lá que encontraram os primeiros brancos. Esses estrangeiros coletavam fibra de palmeira piaçaba ao longo do rio¹⁴⁷. Durante essas visitas nossos mais velhos obtiveram seus primeiros facões. Eles me contaram isso muitas vezes quando eu era criança. Naquele tempo, eles só encontravam brancos ao viajar muito longe de sua aldeia e não iam vê-los sem motivo, simplesmente para visitá-los. Havia visto suas ferramentas metálicas e as cobiçavam, pois possuíam apenas pedaços de metal que Omama deixara¹⁴⁸. Era durante essas longas viagens que, de vez em quando, eles conseguiam obter um facão ou mesmo um machado. Trabalhavam então em suas plantações emprestando-os uns aos outros. Quando um tinha aberto sua plantação, passava-os a um outro e assim por diante. Eles emprestavam também essas poucas ferramentas metálicas de uma aldeia a outra.

Não era para procurar fósforos que iam ver os brancos tão longe, não: tinham seus paus de cacauero para fazer fogo. Evidentemente, eles achavam as panelas de alumínio muito bonitas, mas tampouco era por isso que faziam aquelas viagens: também tinham vasilhas de terracota para cozinhar sua caça. Era realmente por seus facões e seus machados que iam visitar aqueles estrangeiros.

Mas foi bem mais tarde, quando habitávamos Marakana, mais para o lado da foz do rio Toototobi, que os brancos visitaram nossa casa pela primeira vez. Na época, nossos mais velhos estavam ainda todos vivos e éramos muito numerosos, eu me lembro. Eu era um menino, mas começava a tomar consciência das coisas. Foi lá que

¹⁴⁵ Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/narrativa-yanomami>. Acesso em: 26 de setembro de 2014.

¹⁴⁶ Os dois depoimentos aqui presentes são de Davi Kopenawa Yanomami e foram recolhidos em 1998 na aldeia onde vive, traduzidos e editados por Bruce Albert (antropólogo, Institut de Recherche pour le Développement - IRD -, Paris).

¹⁴⁷ Nota do tradutor (NT): “Rio Aracá, que como o rio Toototobi, é um afluente do rio Demini, ele próprio tributário da margem esquerda do rio Negro”.

¹⁴⁸ NT: “Os antigos Yanomami possuíam fragmentos de facões e de machados muito gastos, que obtinham por um complexo circuito de trocas interétnicas, mas cuja origem atribuíam a Omama, seu herói cultural.”

comecei a crescer e descobri os brancos. Eu nunca os vira, não sabia nada deles. Nem mesmo pensava que eles existissem. Quando os avistei, chorei de medo. Os adultos já os haviam encontrado algumas vezes, mas eu, nunca! Pensei que eram espíritos canibais e que iam nos devorar. Eu os achava muito feios, esbranquiçados e peludos. Eles eram tão diferentes que me aterrorizavam. Além disso, não compreendia nenhuma de suas palavras emaranhadas. Parecia que eles tinham uma língua de fantasmas. Eram pessoas da "Comissão"¹⁴⁹. Os mais velhos diziam que eles roubavam as crianças, que já as haviam capturado e levado com eles quando tinham subido o rio Mapulaú, no passado¹⁵⁰. Era por isso também que eu tinha muito medo: estava certo de que também iam me levar. Meus avós já haviam contado muitas vezes essa história, eu os ouvira dizer: "Sim, esses brancos são ladrões de crianças!", e tinha muito medo. Por que eles levaram aquelas crianças? Eu me pergunto isso ainda hoje.

Quando aqueles estrangeiros entravam em nossa habitação, minha mãe me escondia debaixo de um grande cesto de cipó, no fundo de nossa casa. Ela me dizia então: "Não tenha medo! Não diga uma palavra!", e eu ficava assim, tremendo sob meu cesto, sem dizer nada. Eu me lembro, no entanto devia ser realmente muito pequeno, senão não teria cabido debaixo daquele cesto! Minha mãe me escondia pois também temia que os brancos me levassem com eles, como tinham roubado aquelas crianças, da primeira vez. Era também para me acalmar, pois eu estava aterrorizado e só parava de chorar quando estava escondido. Todos os bens dos brancos me assustavam também: tinha medo de seus motores, de suas lâmpadas elétricas, de seus sapatos, de seus óculos e de seus relógios. Tinha medo da fumaça de seus cigarros, do cheiro de sua gasolina. Tudo me assustava, porque nunca vira nada de semelhante e ainda era pequeno! Mas, quando seus aviões nos sobrevoavam, eu não era o único a ficar assustado, os adultos também tinham medo; alguns chegavam mesmo a romper em soluços, e todo mundo fugia para a mata vizinha! Nós somos habitantes da floresta, não conhecíamos os aviões e estávamos aterrorizados. Pensávamos que eram seres sobrenaturais voadores que iam cair sobre nós e queimar todos. Todos tínhamos muito medo de morrer! Eu me lembro que também tinha medo das vozes que saíam dos rádios e da explosão dos fuzis que matavam a caça. Perguntava-me o que todas aquelas coisas que pareciam sobrenaturais poderiam ser! Perguntava-me também por que aquelas pessoas tinham vindo até nossa casa.

¹⁴⁹ NT: "Uma equipe da Comissão dos Limites (CBDL) subiu o rio Toototobi em 1958-9."

¹⁵⁰ NT: "Alusão a uma primeira visita da CBDL ao rio Toototobi, em 1941."

Mais tarde, realmente comecei a crescer e a pensar direito, mas continuei a me perguntar: "O que os brancos vêm fazer aqui? Por que abrem caminhos em nossa floresta?". Os mais velhos me respondiam: "Eles vêm sem dúvida visitar nossa terra para habitar aqui conosco mais tarde!". Mas eles não compreendiam nada da língua dos brancos; foi por isso que os deixaram penetrar em suas terras dessa maneira amistosa. Se tivessem compreendido suas palavras, acho que os teriam expulsado. Aqueles brancos os enganaram com seus presentes. Deram-lhes machados, facões, facas, tecidos. Disseram-lhes, para adormecer sua desconfiança: "Nós, os brancos, nunca os deixaremos desprovidos, lhes daremos muito de nossas mercadorias e vocês se tornarão nossos amigos!". Mas, pouco depois, nossos parentes morreram quase todos em uma epidemia, depois em uma outra. Mais tarde, muitos outros Yanomami novamente morreram quando a estrada entrou na floresta¹⁵¹ e bem mais ainda quando os garimpeiros chegaram ali com sua malária. Mas, dessa vez, eu tinha me tomado adulto e pensava direito; sabia realmente o que os brancos queriam ao penetrar em nossa terra".

¹⁵¹ NT: "A BR-210 (Perimetral Norte), aberta em 1973-4 e abandonada em 1976, depois de cortar duzentos quilômetros a sudeste do território yanomami."

ANEXO B

Narrativa Yanomami: Descobrir o descobrimento

“Os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria. Não pensam mais no que eram seus ancestrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras. Mais tarde, atravessaram as águas e vieram em nossa direção. Depois, repetem que descobriram esta terra. Só compreendi isso quando comecei a compreender sua língua. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos¹⁵². Os brancos clamam hoje: "Nós descobrimos a terra do Brasil!". Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kayapó e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos!

Os brancos foram criados em nossa floresta por Omama mas ele os expulsou porque temia sua falta de sabedoria e porque eram perigosos para nós!¹⁵³ Ele lhes deu uma terra, muito longe daqui, pois queria nos proteger de suas epidemias e de suas armas. Foi por isso que os afastou. Mas esses ancestrais dos brancos falaram a seus filhos dessa floresta e suas palavras se propagaram por muito tempo. Eles se lembraram: "É verdade! Havia lá, ao longe, uma outra terra muito bela!", e voltaram para nós. Na margem desta terra do Brasil aonde eles chegaram viviam outros índios. Esses brancos eram pouco numerosos e começaram a mentir: "Nós, os brancos, somos bons e generosos! Damos presentes e alimentos! Vamos viver a seu lado nesta terra com vocês! Seremos seus amigos!". Era com essas mesmas mentiras que tentavam nos enganar desde que também chegaram a nós. Depois dessas primeiras palavras de mentira eles foram embora e falaram entre si. Depois voltaram muito numerosos. No começo, sem casa nesta terra, ainda mostravam amizade pelos índios. Tinham visto a beleza desta floresta e queriam se estabelecer aqui. Mas desde

¹⁵² NT: “A autodesignação dos Yanomami - yanomae thëpë - significa antes de tudo "seres humanos", e se aplica também aos outros índios, opondo-se aos animais, aos seres sobrenaturais e aos não-índios (napëpë).”

¹⁵³ NT: “Os brancos foram criados por Omama a partir do sangue de um grupo de ancestrais Yanomami devorados por lontras e jacarés numa grande enchente provocada pela quebra de um resguardo menstrual.”

que se instalaram realmente, desde que construíram suas habitações e abriram suas plantações, desde que começaram a criar gado e a cavar a terra para procurar ouro, esqueceram sua amizade. Começaram a matar as gentes da floresta que viviam perto deles.

Nos primeiros tempos, os seres humanos eram muito numerosos nesta terra. É o que dizem nossos mais velhos. Não havia doenças perigosas, sarampo, gripes, malária. Estávamos sozinhos, não havia garimpeiros para queimar o ouro, fábricas para produzir ferro e gasolina, carros e aviões. A floresta e os que a habitavam não estavam o tempo todo doentes. Foi apenas quando os brancos se tomaram muito numerosos que sua fumaça-epidemia xawara começou a aumentar e a se propagar por toda parte. Essa coisa má se tomou muito poderosa e foi assim que as gentes da floresta começaram a morrer¹⁵⁴. Quando viviam sem os brancos nossos ancestrais não tinham fábricas, caçavam e trabalhavam em suas plantações para fazer crescer seu alimento. Também não sujavam todos os rios como esses brancos que agora procuram ouro em nossas terras.

"Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!", dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, as dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omama nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! Creio que os brancos querem sempre se apoderar de nossa terra, é por isso que repetem essas palavras. São também as dos garimpeiros a propósito de nossa floresta: "Os Yanomami não habitavam aqui, eles vêm de outro lugar! Esta terra estava vazia, queremos trabalhar nela!". Mas eu, sou filho dos antigos Yanomami, habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali, antes de mim. Eu não digo: "Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto a possuo!". Ela existe desde sempre, antes de mim. Eu não digo: "Eu descobri o céu!". Também não clamo: "Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!". Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos. Digo simplesmente que também os como, isso é tudo."

¹⁵⁴ NT: "A expressão xawara wakëxi ("epidemia-fumaça") designa aqui a um só tempo as epidemias e a poluição, às quais é atribuída a mesma origem: a fusão do ouro, dos metais e dos carburantes extraídos da terra para produzir as mercadorias dos brancos e abastecer seus veículos."

ANEXO C – Perfis sociais do Brasil: fotografias de brasileiros¹⁵⁵

Imagem 01¹⁵⁶



imagem 02¹⁵⁷



Imagem 03¹⁵⁸



Imagem 04¹⁵⁹



¹⁵⁵ Todas as fotografias estão aqui apresentadas na mesma ordem que foram mostradas aos informantes.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://kalenaeduardo.blogspot.com.br/2010/08/grupo-de-jovens-shallon.html> Acesso em: 12 de maio de 2012

¹⁵⁷ Disponível em: <http://muzamusica.blogspot.com.br/2011/11/moco-segure-esse-osso.html> Acesso em: 12 de maio de 2012

¹⁵⁸ Disponível em: <http://alexandre-pinheiro.blogspot.com.br/2011/04/um-cidadao-de-chapadopolis.html> Acesso em: 12 de maio de 2012

¹⁵⁹ Disponível em: <http://brasil.babycenter.com/baby/viagem/lista/> Acesso em: 12 de maio de 2012

Imagem 05¹⁶⁰



Imagem 06¹⁶¹



Imagem 07¹⁶²



Imagem 08¹⁶³



¹⁶⁰Disponível em: <http://perfumedepequi.blogspot.com.br/2008/09/vendedores-de-frutas.html> Acesso em: 12 de maio de 2012

¹⁶¹ Disponível em: <http://jornalsantuario.wordpress.com/tag/igreja-catolica/> Acesso em: 12 de maio de 2012

¹⁶² Disponível em: <http://www.cleycianne.com/2010/03/transformacao-do-leitor-especial.html> Acesso em: 12 de maio de 2012

¹⁶³ Disponível em: http://www.dipity.com/tickr/Flickr_olhar/ Acesso em: 12 de maio de 2012

Imagem 09¹⁶⁴



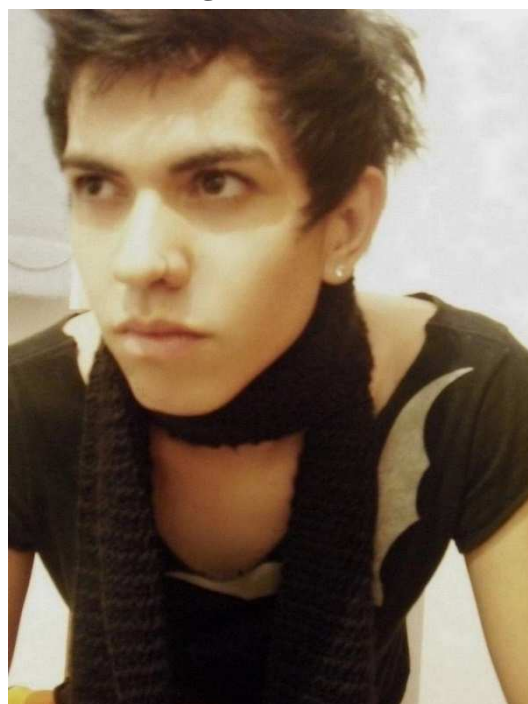
Imagem 10¹⁶⁵



Imagem 11¹⁶⁶



Imagem 12¹⁶⁷



¹⁶⁴ Disponível em: - <http://dirceurabelo.wordpress.com/2012/03/18/poema-do-idoso/> Acesso em: 14 de maio de 2012.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2012/2/7/servidor-da-ses-que-vendeu-cadeiras-de-rodas-ilegalmente-vai-ser-demitido-186491Print.htm> Acesso em: 14 de maio de 2012.

¹⁶⁶ Disponível em: <http://uniol.com.br/blog.php?id=21&arquivo=2010-12> Acesso em: 14 de maio de 2012.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://iminuto.com.br/sistema/?p=1783> Acesso em: 14 de maio de 2012.

Imagem 13¹⁶⁸



Imagem 14¹⁶⁹



Imagem 15¹⁷⁰



Imagem 16¹⁷¹



¹⁶⁸ Disponível em: <http://nickmartins.com.br/atualidades/tag/concurso-professor-sp/> Acesso em: 14 de maio de 2012.

¹⁶⁹ Disponível em: <http://jarbasrocha.com.br/senar-promove-curso-de-pedreiro-rural/> Acesso em: 14 de maio de 2012.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/> Acesso em: 14 de maio de 2012.

¹⁷¹ Disponível em: <http://www.leiaja.com/multimedia/2011/muitos-problemas-algumas-solucoes> Acesso em: 14 de maio de 2012.

Imagem 17¹⁷²



Imagem 18¹⁷³



Imagem 19¹⁷⁴



Imagem 20¹⁷⁵



¹⁷² Disponível em: <http://www.antonioroberto.com.br/category/utilidade-publica/> Acesso em 15 de maio de 2012.

¹⁷³ Disponível em: <http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/conhecaPRF.faces> Acesso em 15 de maio de 2012.

¹⁷⁴ Disponível em: <http://www.mundodastribos.com/curso-de-atendente-de-lanchonete.html> Acesso em 15 de maio de 2012.

¹⁷⁵ Disponível em: <http://oqueasmulheresdevemsaber.blogspot.com.br/2012/01/faca-voce-mesma.html> Acesso em 15 de maio de 2012.

ANEXO D – Perfis sociais de Moçambique: fotografias de moçambicanos

Imagem 01¹⁷⁶



Imagem 02¹⁷⁷



Imagem 03¹⁷⁸



Imagem 04¹⁷⁹



¹⁷⁶ Disponível em: <http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

¹⁷⁷ Disponível em: http://fdmmoz.org/eng_partners.php Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

¹⁷⁸ Disponível em: <http://paginaglobal.blogspot.com/2012/05/mocambique-motorista-de-chapa-profissao.html> Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

¹⁷⁹ Disponível em: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026> Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

Imagem 05¹⁸⁰



Imagem 06¹⁸¹



Imagem 07¹⁸²



Imagem 08¹⁸³



¹⁸⁰ Disponível em: http://olhosdeleoa.blogspot.com/2009_07_01_archive.html Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

¹⁸¹ Disponível em: <http://pequenviagem.blogspot.com/2006/12/jantar-de-boas-vindas-e-noite-em.html> Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

¹⁸² Disponível em: http://www.allposters.pt/-sp/People-Walking-along-Catembe-Jetty-Maputo-Mozambique-posters_i2700590_.htm Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

¹⁸³ Disponível em: <http://michaelbarrientos.blogspot.com/2009/12/maputo-christmas.html> Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

Imagem 09¹⁸⁴



Imagem 10¹⁸⁵



Imagem 11¹⁸⁶



Imagem 12¹⁸⁷



¹⁸⁴ Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=64603 Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁸⁵ Disponível em: <http://xaxor.com/photography/22148-rastafari-photography.html> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁸⁶ Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/adriana-carranca/title-327/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁸⁷ Disponível em: <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/2009/07/27/professora-de-mocambique-visita-o-ib/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

Imagem 13¹⁸⁸



Imagem 14¹⁸⁹



Imagem 15¹⁹⁰



Imagem 16¹⁹¹



¹⁸⁸ Disponível em: http://paginaglobal.blogspot.com/2012_02_26_archive.html Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁸⁹ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/13385504@N05/3846792042/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁹⁰ Disponível em: http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2310 Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁹¹ Disponível em: <http://www.dw.de/abrigo-para-mulheres-eg%C3%ADpcias-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%AADncia-dom%C3%A9stica/a-5402007> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

Imagem 17¹⁹²



Imagem 18¹⁹³



Imagem 19¹⁹⁴



Imagem 20¹⁹⁵



¹⁹² Disponível em: http://circulodesociologia.blogspot.com/2007_05_01_archive.html Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁹³ Disponível em: <http://quivismo.blogspot.com/2011/04/ha-cada-vez-mais-imigrantes-ilegais-em.html> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/31150016@N04/3052963605/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

¹⁹⁵ Disponível em: <http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

ANEXO E – Perfis sociais de Angola: fotografias de angolanos

Imagem 01¹⁹⁶

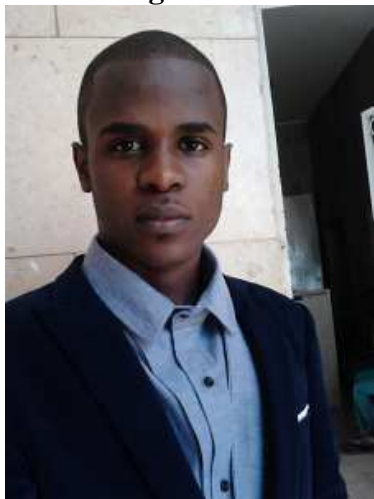


Imagem 02¹⁹⁷



Imagem 03¹⁹⁸



¹⁹⁶Disponível em: <http://badoo.com/pt-ao/harrrm/> Acesso em: 07 de junho de 2013

¹⁹⁷ Disponível em: <http://asm.co.ao/testemunhos.html> Acesso em: 07 de junho de 2013

¹⁹⁸ Disponível em: <http://noticias.sapo.mz/foto/1267269/> Acesso em: 07 de junho de 2013

Imagem 04¹⁹⁹



Imagem 05²⁰⁰



Imagem 06²⁰¹



Imagem 07²⁰²



¹⁹⁹ Disponível em: <http://huambodigital.com/projecto-crianca-futuro-tutela-lar-de-orfas-na-caala/> Acesso em: 08 de junho de 2013

²⁰⁰ Disponível em: <http://apresentandoomundo.blogspot.com/2008/08/angola.html> Acesso em: 08 de junho de 2013

²⁰¹ Disponível em: <http://cangue.blogspot.com/2009/02/os-chineses-em-angola.html> Acesso em: 09 de junho de 2013

²⁰² Disponível em: <http://www.opais.net/pt/revista/?det=29327&id=1639&mid=> Acesso em: 09 de junho de 2013

Imagem 08²⁰³



Imagem 09²⁰⁴



Imagem 10²⁰⁵



Imagem 11²⁰⁶



²⁰³ Disponível em: <http://www.africatoday.co.ao/pt/sociedade/6020-Subsidio-aleitamento-aumenta-150-Angola.html> Acesso em: 10 de junho de 2013

²⁰⁴ Disponível em: <http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=55967> Acesso em: 10 de junho de 2013

²⁰⁵ Disponível em: <http://asminhasimbambas.blogspot.com/> Acesso em: 10 de junho de 2013

²⁰⁶ Disponível em: <http://www.diocesepetropolis.org.br/artigos/wp-content/uploads/2013/01/011.jpg> Acesso em: 10 de junho de 2013

Imagem 12²⁰⁷



Imagem 13²⁰⁸



Imagem 14²⁰⁹



Imagem 15²¹⁰



²⁰⁷ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/nsilvestre/4372019963/in/photostream/> Acesso em: 10 de junho de 2013

²⁰⁸ Disponível em: http://www.angola.gov.ao/bimagens/frmVer_Img.aspx?Codigo=189&Page=41 Acesso em: 10 de junho de 2013

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.dw.de/liberdade-de-imprensa-angola-supreende-outros-palop-desapontam/a-16560824> Acesso em 10 de junho de 2013

²¹⁰ Disponível em: <http://asm.co.ao/testemunhos.html> Acesso em: 10 de junho de 2013

Imagem 16²¹¹



Imagem 17²¹²



Imagem 18²¹³



Imagem 19²¹⁴



Imagem 20²¹⁵



²¹¹ Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/2013/04/policia-detem-mais-de-cem-supostos-criminosos-em-luanda/> Acesso em: 10 de junho de 2013

²¹² Disponível em: http://seguindoadiante.blogspot.com/2008_08_01_archive.html Acesso em: 10 de junho de 2013

²¹³ Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/sociedade/2013/0/1/Administracao-prioriza-agua-nas-localidades-mais-reconditas-municipio,290d5ad3-dc97-4f05-963b-d1c9bdfccc28.html Acesso em: 10 de junho de 2013

²¹⁴ Disponível em: <http://mulher.sapo.cv/comunidade/galeria-fotos/eu-sou-mulher-angolana-344558-0.html> Acesso em: 10 de junho de 2013

²¹⁵ Disponível em: <http://aeppea.wordpress.com/page/29/> Acesso em: 10 de junho de 2013